PODER, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: 50 ANOS DO GOLPE DE 1964 E OUTROS ENSAIOS

EXPEDIENTE

Capa: Luyse Costa

Ficha catalográfica

JOSÉ LUCIANO DE QUEIROZ AIRES
TIAGO BERNARDON DE OLIVEIRA
VÂNIA CRISTINA DA SILVA
(Organizadores)

PODER, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA:
50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios

EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA
2016

Apresentação

José Luciano de Queiroz Aires
Tiago Bernardon de Oliveira
Vânia Cristina da Silva

Já virou tradição o livro da ANPUH-PB. Em 2008, durante o XIII Encontro Estadual de História, em Guarabira, foi lançado o primeiro deles, resultado das mesas e conferências do XII Encontro realizado em 2006, na cidade de Cajazeiras. De lá para cá, já são cinco livros, contando com o que ora apresentamos, resultado das discussões do XVI Encontro Estadual de História ocorrido em 2014 na cidade de Campina Grande, sob o tema *Poder, Memória e Resistência: os 50 anos do Golpe de 1964*.

Embora o tema central daquele evento fosse o aniversário de meio século de deflagração do golpe que daria início a uma ditadura de mais de duas décadas, algumas mesas abordaram outras questões. Daí porque preferimos dividir este livro em cinco partes.

Na primeira e maior parte, *O golpe de 1964 – 50 anos*, constam oito trabalhos que abordam o tema por diversos aspectos e enfoques.

No texto de abertura, intitulado *O impacto do golpe de 1964 e da ditadura na universidade paraibana*, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta faz uma análise do processo de implementação da política de modernização-conservadora da ditadura sobre a Universidade Federal da Paraíba, ressaltando as perseguições e a repressão a estudantes e professores. Pelo viés do materialismo histórico, Marcelo Badaró Mattos analisa *As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964*, contestando premissas presentes na produção historiográfica que o autor considera revisionista, procurando demonstrar o notório caráter de classe do golpe e da ditadura, que serviram aos interesses da classe dominante ao reprimir o avanço das lutas e conquistas da classe trabalhadora nos derradeiros anos do período dito populista. Monique Cittadino, por sua vez, em seu artigo *Movimentos populares, esquerdas e ditadura militar na Paraíba (1960-1968)*, trata de aspectos do golpe e da ditadura militar na Paraíba relacionados à repressão aos movimentos populares empreendida pelas milícias privadas e pelo aparato policial do governo Pedro Gondim, que fizeram com que, na virada do dia 31 de março para 1º de abril, a Paraíba já se encontrasse em clima

de "ordem", conforme desejavam os sujeitos que orquestraram a deposição de Jango da Presidência da República. Paulo Giovanni Antonino Nunes, em *As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba*, analisa os Inquéritos Policiais Militares relacionados às cassações de prefeitos e outros personagens da política paraibana. Já Luciano Mendonça de Lima, em *Um golpe de classe! A ditadura militar em Campina Grande*, aborda a participação da classe dominante de Campina Grande durante o golpe e a ditadura militar naquela cidade, destacando a atuação dos membros da Câmara Municipal naquela conjuntura. Eltern Campina Vale, em *"Camponeses e operários reagiram": resistência ao golpe civil-militar na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1º de abril de 1964)*, discorre sobre a resistência ao golpe engendrada por parte dos trabalhadores daquele município. *O golpe de 64 e a trajetória da resistência rural*, de Cristiano Luís Christillino, retoma formas de opressão do latifúndio às lutas e resistências dos trabalhadores do campo desde o Império para abordar questões relacionadas às lutas dos camponeses e à derrota do projeto de reforma agrária das Ligas Camponesas com a eclosão do golpe e da ditadura. E Christine Rufino Dabat, em *"Absolutização da propriedade fundiária", da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar*, debate como o projeto ditatorial teve reflexos negativos para com os trabalhadores do campo, uma vez que, após 1964, ocorreu uma gigantesca concentração de terras pela grande propriedade monocultora, com destaque para o estado de Pernambuco, objeto de estudo da autora.

A segunda parte do livro convida os leitores a um passeio pelas temáticas relacionadas ao *Ensino de História e práticas docentes*. São quatro trabalhos que se dedicam, em sua maioria, a uma discussão acerca do tema em questão, mas partindo de experiências vivenciadas na prática docente pelas próprias autoras.

Esse passeio tem início com o texto da historiadora Joana Neves, intitulado *Resposta ao repto do Patriota*, no qual a professora apresenta aspectos da sua trajetória do momento de sua matrícula no grupo escolar, aos sete anos de idade, até a escolha pelo Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na USP, em 1962. Para desenhar esse percurso, a professora partiu de um desafio proposto em um diálogo que ocorrera entre ela e o colega, que foi vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, professor Fernando Patriota. O desafio era para que produzisse um texto ou livro sobre o ensino de História a partir

da sua própria experiência que, naquele momento, somava quase 30 anos na docência e mais 15 como estudante. Joana Neves conseguiu cumprir o que propôs e o texto é, então, a resposta ao repto do colega Patriota. Maria da Penha da Silva Araújo, em seu artigo *Vivenciando e lecionando história: experiências de uma professora da educação básica sobre a ditadura militar*, também retoma sua trajetória enquanto estudante da Educação Básica até seu encontro com o curso de Licenciatura em História, e como tornou-se uma profissional apaixonada pelo ofício. A professora nos coloca diante de sua caminhada de lutas em sala de aula desde o período em que iniciou a graduação até os dias atuais, vivenciando e lecionando história com seus alunos da Educação Básica. O texto de Regina Behar, *Linguagens historiográficas e ensino de história: uma experiência na Graduação*, propõe uma reflexão acerca das relações da arte com a produção do conhecimento a partir das possibilidades de explorar as dimensões históricas dos textos artísticos. A autora aponta para os desafios postos pelos materiais artísticos em seu(s) uso(s) em sala de aula e discute, a partir de sua experiência docente com alunos da graduação, numa disciplina optativa que ofertou em 2013, as potencialidades desse tipo de material para o ensino de História. Esta segunda parte do livro encerra-se com o texto da professora Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, *Aprendizagem e educação histórica: histórico, temas, desafios,* no qual a autora apresenta-nos o conceito de aprendizagem histórica e os desdobramentos no campo de investigação em Educação Histórica, que, segundo a autora, vem se definindo com suas especificidades próprias, em diferentes países e também aqui no Brasil. O texto é um convite a conhecermos um campo de pesquisa que aponta a aprendizagem histórica como formação da consciência histórica dos jovens estudantes.

A terceira parte, *30 anos de "O Regionalismo Nordestino", de Rosa Godoy*, é dedicada ao debate sobre a importância para a historiografia nordestina e brasileira de sua tese de doutorado, publicada em livro pela Editora Moderna em 1984. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em seu artigo *O Regionalismo Nordestino: acontecimento e dívida*, além de fazer uma análise das condições de possibilidades históricas da obra em análise, reconhece algumas dívidas para a obra de Rosa Godoy, incluindo o fato de ter sido uma das referências para seus trabalhos sobre a Região Nordeste. A própria Rosa Godoy em *O Regionalismo Nordestino: breves considerações sobre seus 30/33 anos*, destaca as razões da escolha do tema do livro, assim como o contexto no qual foi escrito e as críticas recebidas

durante esses trinta anos. E Frederico de Castro Neves, em *Região, regionalismo e caridade: a pretexto de "O Regionalismo Nordestino", de Rosa Godoy*, analisa ações populares na seca de 1915, interagindo com a leitura iconográfica de charges e fotografias jornalísticas da época.

Na quarta parte, *História e Fotografia*, Maria do Socorro Cipriano, em *O historiador e a fotografia: a imagem da infância na revista Era Nova*, discorre sobre as representações da infância nas páginas da revista *Era Nova* na década de 1920 e os sentidos sociais da publicação de fotografias de crianças filhas da elite paraibanas da época. Faustino Teatino Cavalcante Neto, em *O ato fotográfico e o espetáculo político: a vila de Taperoá na gestão de Hermann Cavalcanti (1924-1926)*, articula a dimensão do ato fotográfico como signo de modernidade e sua função de retratar outros símbolos modernos como a reforma urbana, a ponte sobre o rio, a luz elétrica e o chafariz na vila de Taperoá no inicio da República.

Para finalizar o livro, a quinta parte é dedicada a um debate sobre o ofício do historiador no mundo contemporâneo. José Adilson Filho, em seu artigo *O historiador e sua função social na contemporaneidade*, faz um diálogo com uma série de autores que discutem as transformações política, econômicas, sociais e culturais ocorridas desde o final do século XX para inserir a função do historiador na temporalidade presente-futuro, destacando a função política da disciplina e o seu compromisso com os "excluídos da história".

Este livro chega às mãos dos leitores em um momento de crise política e econômica da qual os historiadores não podem se furtar ao debate e a práxis política. Após 50 anos de um golpe militar, o país encontra-se envolvido em outro golpe político, aparentemente com outros contornos, mas com a mesma sanha por atacar os direitos dos trabalhadores, arduamente conquistados. Esperamos que essa obra possa contribuir para as leituras do passado à luz de questões candentes no presente, a exemplo da nossa democracia construída a partir das cinzas da ditadura militar.

João Pessoa, 10 de junho de 2016.

Os organizadores.

SUMÁRIO

Apresentação..... 5
José Luciano de Queiroz Aires
Tiago Bernardon de Oliveira
Vânia Cristina da Silva

PARTE I
O GOLPE DE 1964 – 50 ANOS

O impacto do golpe de 1964e da ditadura na universidade paraibana 13
Rodrigo Patto Sá Motta

As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964.....27
Marcelo Badaró Mattos

Movimentos populares, esquerdas e ditadura militar na Paraíba (1960-1968).....49
Monique Cittadino

As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969).....71
Paulo Giovani Antonino Nunes

Um golpe de classe! A ditadura militar em Campina Grande.....91
Luciano Mendonça de Lima

"Camponeses e operários reagiram": resistência ao golpe civil-militar na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1º de abril de 1964).....115
Eltern Campina Vale

O golpe de 1964 e a trajetória da resistência rural.....139
Cristiano Luís Christillino

"Absolutização da propriedade fundiária", da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar.....155
Christine Rufino Dabat

PARTE II
ENSINO DE HISTÓRIA E PRÁTICAS DOCENTES

Resposta ao repto do Patriota.....183
Joana Neves

Vivenciando e lecionando história: experiências de uma professora da educação básica sobre a ditadura militar 197
Maria da Penha da Silva Araújo

Linguagens historiográficas e ensino de história: uma experiência na graduação 219
Regina Behar

Aprendizagem e educação histórica: histórico, temas, desafios.....233
Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt

PARTE III

30 ANOS DE O REGIONALISMO NORDESTINO, DE ROSA GODOY

O Regionalismo Nordestino: acontecimento e dívida.....261
Durval Muniz de Albuquerque Júnior

O Regionalismo Nordestino: breves considerações sobre os seus 30/33 anos.....275
Rosa Maria Godoy Silveira

Região, regionalismo e caridade: a pretexto de O Regionalismo Nordestino, de Rosa Godoy.....283
Frederico de Castro Neves

PARTE IV

HISTÓRIA E FOTOGRAFIA

O historiador e a fotografia: a imagem da infância na revista Era Nova.....305
Maria do Socorro Cipriano

O ato fotográfico e o espetáculo político: a Vila de Taperoá na gestão Hermann Cavalcanti (1924-1926).....325
Faustino Teatino Cavalcante Neto

PARTE V

A FUNÇÃO SOCIAL DO HISTORIADOR NA CONTEMPORANEIDADE

O historiador e sua função social na contemporaneidade.....353
José Adilson Filho

Sobre os autores.....367

Organizadores.....373

PARTE I

O golpe de 1964 – 50 anos

O impacto do golpe de 1964 e da ditadura na universidade paraibana[1]

Rodrigo Patto Sá Motta

No início de 2014 publiquei um livro sobre o impacto da ditadura no sistema universitário brasileiro, colocando em foco as relações entre os intelectuais acadêmicos e o poder autoritário. Fruto de pesquisas realizadas em diferentes arquivos durante vários anos, o objetivo do trabalho era contribuir para o conhecimento das políticas da ditadura em uma área de importância estratégica. A investigação foi orientada a partir de algumas questões chave: Qual o impacto do regime militar sobre as universidades e os profissionais da academia? Como atuaram os apoiadores do regime autoritário nos meios acadêmicos e qual a influência da direita nas universidades? No campo do ensino superior, como se combinaram e/ou se chocaram os impulsos modernizadores e autoritário-conservadores? De que maneira as ambiguidades e os paradoxos da ditadura brasileira se manifestaram na definição de sua política universitária? Que influência efetiva tiveram nesse processo os acordos firmados com a United States Agency for International Development (Usaid)? Como operou o sistema de informações criado nos campi universitários, a rede de Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), e qual o impacto dos expurgos políticos? No que toca às relações entre intelectuais e pesquisadores acadêmicos com o regime militar, tem valor o modelo que propõe uma polarização entre resistência e colaboração? De que modo se podem dimensionar adequadamente as linhas de ruptura e de continuidade entre o regime político instaurado em 1964 e as tradições preexistentes?

Como é comum nas pesquisas acadêmicas, algumas das respostas encontradas confirmaram as premissas iniciais; outras surpreenderam,

1 O texto é uma versão escrita da palestra de abertura do XVI Encontro Estadual de História – ANPUH-PB de 2014, realizado em Campina Grande. As análises, argumentos e informações utilizados aqui têm como base o livro MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ao apontar caminhos inesperados; ainda, em certos casos, as perguntas continuaram sem solução. O livro resultou das reflexões e análises inspiradas em tais questionamentos, que, naturalmente, foram pautadas em dados, indícios e informações coletados ao longo da pesquisa. Não havia a pretensão de dizer a última palavra sobre o assunto, de atingir a verdade pura, mas certamente tinha o intuito de oferecer contribuição original ao conhecimento do regime militar brasileiro, colocando em foco uma de suas facetas mais significativas. O estudo das políticas universitárias da ditadura nos oferece oportunidade de observar a atuação dos militares e seus aliados civis em área estratégica e de grande repercussão.

Nas universidades, os paradoxos e as ambiguidades do regime militar manifestaram-se plenamente, revelando a complexidade dessa experiência autoritária. De fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, ressalvando que seu impulso modernizador implicou meios repressivos para sua realização. Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a "subversão estudantil". O expurgo atingiu também milhares de estudantes pelo país afora, muitos dos quais foram excluídos dos bancos acadêmicos. Além disso, a ditadura torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava mais "perigosos". O anseio por uma "limpeza" ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. As Assessorias de Segurança e Informação foram criadas dentro dos campi e, juntamente com outros órgãos de informação triaram contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágios no exterior.

Considerando o outro lado desse processo, os militares implantaram reformas de impacto duradouro no ensino superior que ainda dão forma ao nosso sistema universitário, embora mudanças visando à democratização tenham sido adotadas em anos recentes. Da estrutura departamental ao sistema de pós-graduação, a base da estrutura universitária em vigor foi construída sob a ditadura; ou melhor, foi imposta à força, embora a essência desse desenho tenha sido elaborada por líderes docentes, e a pressão do movimento estudantil – ou o temor que ela despertava nos militares – tenha servido de contrapeso e evitado a aplicação de certas medidas pretendidas pelo Estado.

Importante destacar que o projeto modernizador tinha o intuito de garantir estabilidade para a ditadura e fortalecer o seu poder. Em outras palavras, ao estudar a dimensão modernizadora do processo autoritário o objetivo não é desvendar um "lado bom" da ditadura, mas, perceber que a sua estratégia de poder passava também por ações voltadas para reduzir a oposição dos intelectuais, seduzi-los ao oferecer oportunidades de acomodarem-se à nova situação. Assim, a atenção conferida aos jogos de acomodação entre Estado e elites intelectuais, que fazem parte da cultura política brasileira, é uma aposta analítica voltada para compreender os mecanismos sutis do autoritarismo, os quais devem ser levados em conta na mesma medida que as suas ações repressivas. Repressão e modernização formam par inseparável na política universitária da ditadura e o legado desse duplo impacto ainda é visível nas nossas instituições.

O livro teve como objetivo realizar uma síntese e estabelecer quadro analítico mais amplo. Devido ao tipo de abordagem, era impossível entrar em detalhes e aprofundar peculiaridades regionais e locais. Assim, nenhuma universidade foi estudada em detalhe, enquanto foram colhidos dados sobre instituições situadas em todo o país, com vistas a obter uma visão de conjunto. O intento foi construir um modelo de análise com pretensão de oferecer um quadro compreensivo geral, que possa ser aplicado a estudos verticais de casos singulares. Seria muito bom, a propósito, se mais pesquisadores se interessassem pelo tema e ampliassem as pesquisas sobre o impacto da ditadura no sistema universitário.

Feita essa apresentação sintética sobre a pesquisa, e atendendo ao convite dos colegas da ANPUH-PB, passo a tratar de alguns aspectos da história da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) durante o período da ditadura. Seguindo a linha do que já foi dito, não há intenção (e nem a possibilidade) de realizar uma análise aprofundada sobre o impacto da ditadura na UFPB, o que se espera venha a ser feito por outro pesquisador2. A ideia é apenas apontar algumas questões centrais para a compreensão do impacto da ditadura sobre a universidade paraibana, conforme o modelo analítico anteriormente apresentado.

Há que começar esta narrativa, obviamente, com o episódio da intervenção na Reitoria da UFPB que foi decretada na sequência da

2 Além dos documentos colhidos nos arquivos pesquisados e que serão citados em seguida, este texto aproveitou-se das contribuições de Monique Cittadino (**A UFPB e o golpe de 64**. João Pessoa: ADUFPB, 1993) e do **Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba** (2014), presidida pelo historiador Paulo Giovani Nunes.

destituição do presidente João Goulart. A intervenção na universidade paraibana foi imediata ao golpe e decidida pelo comando militar local, que acreditava ter evidências do envolvimento do reitor Mário Moacyr Porto com as esquerdas. Segundo informes dos órgãos de inteligência, o reitor teria apoiado atividades dos comunistas e facilitado o proselitismo de esquerda na UFPB. Entre outras coisas, ele foi acusado de financiar viagens de estudantes à URSS e também publicações subversivas (na verdade, tratava-se de um jornal estudantil). Uma evidência colhida pelos militares serviu de prova cabal de sua "culpa" na perspectiva anticomunista hegemônica entre os golpistas: "Foi agraciado com a comenda de honra da União Internacional dos Estudantes, cuja sede é Praga". Evidente que uma simples homenagem recebida de organização estudantil esquerdista não significa prova de ligação com os comunistas, porém, no contexto de caça às bruxas de 1964, isso era suficiente para provocar e justificar ações repressivas[3].

No dia 14 de abril de 1964, o comandante do Exército em João Pessoa baixou ato oficial decretando a intervenção na Universidade da Paraíba (UPB, atual UFPB). Em substituição a Mário Porto foi nomeado como interventor o professor de Medicina e oficial do Exército Guilardo Martins Alves. O novo reitor foi considerado ocupante temporário do cargo pelo Ministério da Educação e também pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que enviou ofício recomendando a eleição de lista tríplice para normalizar a situação. Da mesma forma que em outros casos de reitores destituídos, o CFE atuou para legitimar o ato autoritário e dar ares de normalidade à nova situação.

O interventor Guilardo Alves se mostrou atento às demandas repressivas e atendeu às expectativas de quem o escolheu para o cargo. Mas ele foi hábil ao angariar apoio além dos círculos militares, trabalhando para atrair o suporte de lideranças conservadoras da UFPB e também de figuras externas à universidade, e com isso conseguiu garantir sua eleição pelo Conselho Universitário. Guilardo Alves foi reconduzido ao cargo em 1967 e, no total, ficou sete anos à frente da UPFB, numa gestão pródiga em obras e investimentos, mas também em expurgos políticos[4], sobretudo depois de

3 As informações citadas sobre o reitor deposto constam de documento enviado ao SNI pela Assessoria de Segurança e Informações da UFRN, em março de 1975, que historiava os acontecimentos na UFPB. Após o expurgo, o professor Porto havia se mudado para o Rio Grande do Norte e lá continuava sendo vigiado. O documento listava uma série de "comunistas infiltrados" em órgãos governamentais do Nordeste (ACE 85837/75, Fundo SNI, Arquivo Nacional; o Fundo SNI reúne a documentação produzida pelo extinto Serviço Nacional de Informações, agora recolhida no Arquivo Nacional, em Brasília).

4 Cf. CITTADINO, Monique. **A UFPB...**, *op. cit*.

1968 (como logo se verá).

Outro aspecto importante dos expurgos de 1964 e que não poderia deixar de mencionar foi a demissão de docentes universitários. Segundo a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, foram nove os professores demitidos da UFPB em 1964. Nessa lista cabe destacar o grupo que atuava na Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande (então ainda uma unidade da UFPB), entre eles Francisco de Assis Lemos de Souza – deputado estadual vinculado às Ligas Camponesas, que foi preso e teve mandato e direitos políticos cassados. O professor Lemos de Souza esteve entre os presos políticos nordestinos confinados na ilha de Fernando de Noronha. Além das demissões dos docentes deve ser registrado também que dezenas de estudantes foram afastados dos quadros acadêmicos devido a suas atividades políticas anteriores ao golpe, entre eles onze jovens que participaram de protesto político na Faculdade de Direito no início de março de 19645.

A vigilância e as ações repressivas foram práticas correntes durante toda a ditadura, mas em certos momentos a sua intensidade foi maior. O segundo momento repressivo mais importante depois dos expurgos de 1964 ocorreu após a edição do AI-5, na virada entre os anos de 1968 e 1969. Nesse contexto ocorreu nova onda de demissões e aposentadorias compulsórias de docentes, e também mais exclusões de alunos dos quadros universitários. A novidade no último caso foi a edição de uma medida repressiva específica para os estudantes, o decreto 477. É importante esclarecer que o decreto 477 não foi o único instrumento de repressão contra os estudantes universitários. Muitos dos atos de exclusão de estudantes foram baseados em normas regimentais internas às universidades. Observando de maneira geral as ações repressivas no âmbito universitário pós-AI-5, chama a atenção, no caso da UFPB, a diligência dos seus dirigentes em realizar os expurgos. Enquanto outros reitores mostraram-se menos entusiastas e apenas seguiram as determinações das autoridades federais, no caso de Guilardo Alves a vontade de reprimir levou a uma antecipação às ordens e atos oficiais provenientes dos escalões superiores.

Na sequência imediata à edição do AI-5, o primeiro impacto sobre o movimento estudantil foi uma nova onda de intervenções em entidades estudantis (DAs e DCEs), com destituição e prisão de lideranças e nomeação

5 Eles protestaram contra a visita à Faculdade do líder direitista Carlos Lacerda. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba**, página 77.

de novos responsáveis. Em certas instituições os diretórios ficaram fechados por vários anos, embora a sua existência estivesse prevista em lei. Logo a seguir, e previamente à edição do decreto 477, em algumas universidades foram tomadas medidas para excluir estudantes "subversivos". Esse foi precisamente o caso da UFPB, cuja reitoria excluiu dezenas de estudantes em fevereiro de 1969, alguns dias antes da promulgação do decreto 477. No ofício reservado expedido para cumprimento da ordem, alegava-se seguir recomendação das chefias militares da área. A maioria dos punidos ficou impedida de estudar na universidade entre um e dois anos, mas alguns foram excluídos de modo definitivo6. Com esse gesto ficava demonstrado que a vontade de expurgar não era exclusiva das agências de repressão, que encontravam entre os dirigentes universitários aliados ou, ao menos, lideranças dispostas a se curvar à sua vontade.

A mesma reitoria que excluiu dezenas de estudantes e determinou intervenção nos diretórios estudantis expurgou também o corpo docente, afastando cerca de vinte professores. Em março de 1969, no reinício das aulas, saiu a decisão de romper o contrato de trabalho desse grupo de docentes, que provavelmente ainda não tinham adquirido estabilidade (por isso poderiam ser afastados sem necessidade de recorrer ao governo federal). Para esse episódio há dados divergentes sobre o número de atingidos. Segundo a pesquisa de Monique Cittadino, foram quinze docentes, enquanto o consulado dos Estados Unidos em Recife contabilizou 27 demissões na UFPB[7].

De qualquer modo, no caso da UFPB os expurgos de 1969 atingiram número elevado de discentes e docentes e foram realizados mais por atos administrativos da própria reitoria do que por força do AI-5 ou do decreto 477. Um caso de aposentadoria compulsória com base no AI-5 merece destaque, o professor Dumerval Trigueiro Mendes, embora o docente estivesse em processo de transferência da UFPB para a UFRJ. Dumerval Trigueiro Mendes era um pesquisador importante da área de Educação e membro do CFE. Aliás, sua aposentadoria foi provavelmente motivada por sua atuação no CFE, do qual também foi afastado. Ele se opusera à proliferação de escolas isoladas e criticara a política educacional do governo, incluindo a iniciativa

6 CITTADINO, Monique. **A UFPB...**, *op. cit*.

7 Trata-se de relatório do consulado dos EUA em Recife sobre o impacto da repressão pós-AI-5 no nordeste, documento localizado nos National Archives and Records Administration (Unidade II, College Park, RG 59, cx 1904, pasta 5).

da ditadura de criar a disciplina de Educação Moral e Cívica[8].

Independentemente do número exato de atingidos, o expurgo de 1969 deixou marcas mais fortes que o episódio de 1964. Primeiro, porque desta feita os desligamentos atingiram, em proporção maior, professores e pesquisadores com liderança nas respectivas áreas, em fase madura de produção e, em certos casos, com reconhecimento internacional. Em 1964, entre os demitidos predominavam os jovens; além disso, muitos deles reconstruíram a carreira em outras instituições brasileiras. Em 1969, além de os punidos ocuparem lugar mais destacado nas universidades, um número mais elevado foi para o exterior, privando o país de sua capacidade de trabalho e de liderança acadêmica. Por outro lado, o expurgo de professores em 1969 teve maior impacto também pelas peculiaridades do contexto. Em 1964, os professores atingidos representavam uma fração dos milhares de servidores públicos civis e militares afastados na primeira onda repressiva. Em 1969, comparativamente, houve menor número de servidores públicos atingidos, por isso o expurgo de professores chamou mais atenção – ao lado dos juízes destituídos e dos parlamentares que tiveram mandatos e direitos políticos cassados.

Entretanto, não se deve pensar que o sistema repressivo foi sempre implacável contra todos os docentes considerados inimigos ou suspeitos por razões ideológicas. Em algumas situações houve negociações para evitar ações repressivas mais duras e alguma forma de acomodação foi encontrada. Um desses casos se revela no prontuário de professor vigiado pela ASI/UFPB. Tratava-se de padre com ficha policial conectando-o à esquerda católica que, por essa razão, teve seu contrato de trabalho com a UFPB inicialmente barrado por orientação dos órgãos de informação. A primeira recusa foi em julho de 1971, mas o interessado se mobilizou para negociar com as autoridades militares "e ficar isento de qualquer suspeita de atividades contrárias ao regime ou aos princípios da Revolução de março de 1964". No começo seus esforços não deram bons frutos, mas ele insistiu e acabou obtendo o apoio de um general com comando na região, que oficiou ao reitor da UFPB nos seguintes termos:

> Pela predisposição declarada neste QG pelo padre I.P.S. de trabalhar afinado com os ideais da Revolução/64, ... expresso a Vossa

8 CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180 e ROTHEN, José Carlos. **Funcionário intelectual do Estado**: um estudo de epistemologia política do CFE. Piracicaba: Tese de doutorado em Educação/Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

> Magnificência o parecer deste comando, de que, a critério desta reitoria, pode ser dada uma oportunidade ao mesmo de reafirmar-se no campo do ensino, como deseja e pelo que vem tenazmente lutando[9].

Voltando à dinâmica repressiva, o quadro de recrudescimento autoritário nas universidades após o AI-5 teve mais um desdobramento importante, que é indispensável abordar. Refiro-me à criação de agências de informação específicas para as universidades, as AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informações), órgãos que foram estabelecidos também em autarquias e empresas públicas federais. Depois de 1975, a denominação desses órgãos passou a ser simplesmente ASI (Assessoria de Segurança e Informações).

Na UFPB, a fundação oficial da AESI se deu em março de 1971. No entanto, de modo coerente com o que ocorreu no expurgo de docentes e discentes, a UFPB mais uma vez adotou ações anteriormente aos atos oficiais do governo federal. Enquanto as ordens oficiais para criação das AESI universitárias foram emitidas apenas em janeiro de 1971, a UFPB desde o início de 1969 já tinha em funcionamento um Serviço de Segurança e Informação[10]. Aliás, é possível que essa experiência precursora tenha estimulado e inspirado a criação de agências de informação em todo o sistema universitário, o que só aconteceu efetivamente em 1971. Graças a seu pioneirismo, bem como ao apoio da Reitoria, a AESI/UFPB foi das mais bem-organizadas e atuantes na primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências de informação congêneres de outras universidades. Essa atuação era bem vista e elogiada pelos órgãos de informação superiores, que nos seus relatórios colocavam a AESI/UFPB entre a lista das agências mais eficientes do sistema universitário[11].

No entanto, os agentes de informação começaram a sofrer dissabores no quadro da distensão política, a partir do governo Geisel. O objetivo da chamada distensão era menos restabelecer a democracia e mais estabilizar o poder da ditadura, mas, para alcançar tal meta foram aumentados os acenos liberais para a oposição e ampliadas as oportunidades de acomodação. No caso das universidades isso implicou escolha de dirigentes mais moderados para algumas instituições, como ocorreu na UFPB.

9 O professor foi contratado pela UFPB em janeiro de 1973. ACE 6584/84, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

10 CITTADINO, Monique. **A UFPB...**, *op. cit*.

11 Por exemplo, em 30 de maio de 1972, o diretor da DSI/MEC enviou carta circular elogiando as AESI da UnB, UFPA, UFRPE, UFAL, UFBA, UFSE e UFPB, dando a entender que vinham atuando com maior eficiência que as demais. **Ofício circular 1269/SIPL/DSI/MEC/72**, 30 maio de 1972. Arquivo AESI/UFMG, cx 18, maço 16.

Em 1976, assumiu a reitoria da instituição o professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Se até então os órgãos de informação haviam tido sólido apoio naquela instituição, com a ascensão de Lynaldo as coisas mudaram, pois ele tinha perfil mais contemporizador e afinado com a perspectiva da distensão política. Por isso, a entrada de Cavalcanti de Albuquerque na reitoria da UFPB significou uma mudança na orientação seguida por seus antecessores. O principal deles, Guilardo Martins Alves, cujo reitorado durou entre 1964 e 1971, notabilizou-se, como vimos, pelo expurgo de professores e alunos e pela criação de uma AESI *avant la lettre*.

À frente da UFPB entre 1976 e 1980, o professor Lynaldo Cavalcanti, então com 43 anos, foi um reitor que se destacou no cenário universitário nacional. Com uma gestão caracterizada pela flexibilidade e tolerância ideológica, propenso à acomodação com a intelectualidade de esquerda, Lynaldo contratou muitos professores "suspeitos" aos olhos dos órgãos de segurança, que consideravam o novo reitor leniente em relação aos riscos à segurança nacional. Uma das demonstrações de insatisfação dos militares com o novo reitor aconteceu no início de 1977, quando a Seção de Informações do IV Exército mandou documento ao Serviço Nacional de Informações (SNI) reclamando que, desde o início de 1976, a UFPB vinha contratando vários professores com registros políticos comprometedores[12]. E as dores de cabeça dos agentes repressivos pioraram nos anos seguintes, pois a universidade se tornou centro importante na área de ciências humanas e sociais exatamente em decorrência das contratações dos "subversivos".

De fato, Lynaldo Cavalcanti mudou a orientação repressiva da reitoria da UFPB, interessado em atrair profissionais competentes e dinâmicos para sua universidade, independentemente das convicções políticas. Porém, no que se refere a obras e à expansão, ele foi um continuador de Guilardo Alves. Durante a gestão de Guilardo, a UFPB experimentou notável crescimento do corpo docente e discente, sendo que os alunos passaram de 1.625 em 1964 a 5.620 em 1971. Alves se engajou na implantação da reforma universitária e, por essa razão, foi guindado à presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Lynaldo Cavalcanti deu continuidade e ampliou o ritmo dessa expansão, ajudando a transformar a UFPB em uma das principais universidades do Nordeste e uma das maiores do país, com 21 mil alunos e 2.600 professores em 1980.

12 **ACE 2193/81**, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

No mesmo contexto foram ampliados os *campi* da universidade. Aos três antes em funcionamento (João Pessoa, Campina Grande e Areia) foram acrescentados quatro novos *campi* (Bananeiras, Cajazeiras, Sousa e Patos). A estratégia era crescer quantitativa e qualitativamente, não só com uma política agressiva de contratação de professores vindos de outras regiões do país e mesmo do exterior, mas também criando laboratórios, grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação. O prestígio alcançado pela UFPB nos anos 1980 deveu-se em grande parte ao sucesso dessa estratégia de contratações, que levou muitos pesquisadores de talento para João Pessoa e Campina Grande.

Em que pese a simpatia gerada pela estratégia de Lynaldo Cavalcanti de acomodação com a intelectualidade de esquerda, nos meios acadêmicos circularam também críticas contra ele, que foi atacado pelo ritmo acelerado de crescimento imposto à universidade. Ele foi acusado, por exemplo, de ter pressa excessiva ao estimular a formação de alguns cursos de pós-graduação imaturos e frágeis. Entretanto, de maneira geral, a imagem pública era positiva e, inclusive, assim era reverberada (e construída) pela imprensa. Uma matéria da revista *Veja* em setembro de 1980, por exemplo, elogiou o desempenho do "liberal" Lynaldo Cavalcanti, que teria transformado a UFPB na principal universidade nordestina, com trinta cursos de pós-graduação e duzentos professores provenientes de outras regiões, a maioria do Sudeste. A habilidade do reitor era louvada também por ter conseguido transformar o orçamento da universidade no segundo entre as federais: Cr$ 4 bilhões em 1980. Para que se tenha ideia do significado desse valor, o orçamento do estado da Paraíba era de Cr$ 7 bilhões[13].

O prestígio do reitor paraibano deveu-se também, em grande medida, à estreita relação estabelecida com o ministro da Educação, Ney Braga, a quem servira como diretor-adjunto do Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC). O programa ambicioso desenvolvido por Lynaldo Cavalcanti na UFPB ampliou ainda mais sua reputação em Brasília e mereceu elogios enfáticos de Ney Braga, que se referiu a ele como um dos melhores reitores do Brasil, além de dirigente afinado com as metas da distensão política. Naturalmente, a capacidade do reitor de ampliar os recursos disponíveis para sua universidade, bem como obter suporte político para resistir às pressões contrárias dos órgãos de informação deviam-se aos

13 A maioria dos dados sobre a UFPB e Lynaldo Cavalcanti foram retirados de RODRIGUES, Cláudio José L. **Sociedade e universidade**: um estudo de caso. João Pessoa: SEC/PB, 1986; e **Veja**, n. 626, 3 de setembro de 1980.

bons contatos que construíra em Brasília. O reconhecimento alcançado por Lynaldo Cavalcanti entre as autoridades federais levou à sua nomeação para a presidência do CNPq, cargo que ocupou entre 1980 e 1985.

Voltando aos impactos do projeto distensionista do governo Geisel, os órgãos de informação vinculados às universidades sofreram novos dissabores no final da década de 1970. O clima político de maior tolerância (relativa, pois a repressão seguia ativa) estimulou setores da oposição a forçarem os limites do projeto de distensão do governo e a intensificarem a mobilização contra os aparatos de repressão. Nesse sentido, na segunda metade da década de 1970 começaram a ser organizadas denúncias públicas sobre a existência e as atividades repressivas dos órgãos de informação universitários, como parte de uma estratégia para minar o trabalho das ASI. As primeiras denúncias foram apresentadas inicialmente em eventos da SBPC, a partir de 1975, porém, elas só ganharam maior repercussão quando os jornalistas começaram a noticiar o tema. Em 1977, a imprensa paulista publicou cartas de professores sobre a existência de uma "comissão" responsável por triagem ideológica na USP, e por isso o reitor foi chamado a depor em comissão de inquérito da Assembleia Legislativa[14]. No ano seguinte, publicaram-se textos jornalísticos mais consistentes sobre os serviços de segurança universitários. O de maior repercussão foi escrito pelo jornalista Villas-Boas Corrêa para a revista *IstoÉ*, em julho de 1978.

A exposição pública atrapalhava o trabalho das ASI, que preferiam a sombra. Elas encontraram motivos mais sérios para preocupação logo depois, quando se tornaram alvo em meio à campanha pela redemocratização das instituições de ensino superior. É difícil dizer qual grupo começou primeiro a reivindicar a extinção das ASI universitárias, o movimento docente ou o estudantil, pois manifestações de ambos apareceram quase simultaneamente. Por exemplo, durante o I Encontro Nacional de Associações Docentes, realizado em fevereiro de 1979 na cidade de São Paulo, entre os pontos aprovados para a pauta de lutas destacava-se o fim do "controle ideológico" nas universidades, mais precisamente a extinção das ASI[15].

A proposta de extinguir as ASI foi reafirmada nos encontros seguintes dos professores universitários e apresentada diretamente aos reitores por

14 ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O livro negro da USP**: o controle ideológico na universidade. São Paulo, 1978.

15 A Agência Central do SNI estava acompanhando de perto o movimento docente e registrou as suas ações: **Informação n.482/19/AC/79**, 4 de outubro de 1979, ACE 2112/79, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

algumas associações docentes. A Associação Docente da UFPB foi uma das que apresentou ao seu reitor a demanda pelo fechamento da respectiva ASI. O agente de informações que fez o relato dos acontecimentos na UFPB manifestou consternação com o "desassombro" e a agressividade dos jovens docentes em seu questionamento ao reitor. O mesmo agente de informações registrou, em tom de lamento, que a administração central da UFPB (ou seja, Lynaldo Cavalcanti) sentia-se temerosa em demitir os líderes, por causa da provável reação negativa da comunidade universitária[16]. A campanha pelo fim das ASI cresceu ao longo de 1979 e levou o governo a iniciar o processo de desmonte de tais instituições que, no entanto, foi ambíguo e se arrastou até meados dos anos 1980[17].

Para finalizar esta breve apresentação, é importante mencionar outro efeito do recuo (organizado) da ditadura nas universidades no contexto de 1979-80, momento inicial da chamada abertura política. Fundamentalmente, gostaria de abordar os efeitos da anistia sobre os meios universitários. É certo que a anistia não tinha apenas o objetivo de perdoar as pessoas condenadas ou expurgadas pela ditadura, até porque os chamados "crimes de sangue" não foram anistiados. Estava em jogo também criar um mecanismo legal para proteger os agentes repressivos de futuras condenações judiciais pelos atos violentos praticados durante a ditadura. No entanto, isso não deve nos fazer esquecer que a lei de anistia trouxe efeitos positivos na época para algumas vítimas da ditadura. Um deles foi a oportunidade de reintegração dos servidores públicos expurgados. No que se refere aos servidores públicos aposentados e demitidos, a lei de anistia estabeleceu o prazo de 120 dias para que requeressem retorno ou reversão aos antigos cargos. Segundo o texto, poderiam ser beneficiados os servidores "punidos com fundamento em atos institucionais e complementares", exceto no caso de afastamento por improbidade administrativa.

Mas não havia garantia de reintegração, já que foram criadas comissões nos respectivos órgãos para examinar os pedidos e verificar o interesse da administração no reaproveitamento dos servidores afastados. Além da incerteza sobre os resultados do pedido de reversão, o procedimento de requerer o retorno causou desagrado a muitos professores, pois o viam

16 **Informação n.033/8605/79/10/DSI/MEC/79**, 2 de julho de 1979, ACE 2614/79, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

17 Sobre esse tema recomendo a leitura do livro já mencionado (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades...**, *op. cit.*). Apesar dos dissabores com o reitor Cavalcanti, os agentes de informação conseguiram manter a AESI/UFPB em funcionamento até pelo menos 1984, enquanto a maioria dos órgãos congêneres foi fechada entre 1979-1980.

como se fora pedido de perdão por crime não cometido. Problemas piores aguardavam os "retornados" nas próprias universidades, pois a recepção aos anistiados foi diferente a depender da instituição; algumas os receberam de braços abertos, outras nem tanto. De qualquer forma, na área do MEC a grande maioria (89%) dos pedidos de retorno aos quadros universitários foi atendida.

No caso da UFPB, além dos anistiados pela comissão do MEC, alguns professores demitidos ao longo da ditadura voltaram aos antigos empregos por decisão da própria universidade. Segundo levantamento feito pela Seção de Informações do IV Exército, doze professores da UFPB foram reintegrados após a Lei de Anistia. Desse total, cinco foram beneficiados diretamente pela lei, com pedidos deferidos pela comissão do MEC, e um foi reintegrado em virtude de decisão judicial. Os outros seis foram recontratados por decisão do reitor, independentemente da legislação federal[18].

Enfim, no início da década de 1980 a ditadura recuava a passos largos no *front* universitário, de maneira mais rápida do que nas demais instituições e espaços públicos. Pode-se dizer que, graças a protestos e a diferentes formas de ação política (passeatas, greves, etc.), a comunidade universitária foi capaz de pressionar a ditadura a acelerar o ritmo de distensão e abertura, encaminhando o processo para uma efetiva (re)democratização das universidades. Ademais que a retração dos órgãos de informação em atividade nos *campi* e o retorno dos professores expurgados, tal processo passou também pela criação de mecanismos de consulta democrática para a escolha de dirigentes universitários, que se generalizaram na segunda metade dos anos 1980.

Em suma, o sistema universitário que temos hoje é, em larga medida, herdeiro das reformas modernizadoras empreendidas pela ditadura, um projeto calcado em ações autoritárias e repressivas, mas, também, em jogos de acomodação. Uma herança qualitativamente melhor, porém, recebemos dos que lutaram contra a ditadura para democratizar as instituições de ensino superior. O desafio é apropriar-se desse duplo legado e superá-lo, construindo universidades que ajudem a construir uma sociedade democrática e a alavancar o desenvolvimento social.

18 ACE 1488/80, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964

Marcelo Badaró Mattos

Este texto foi revisado para esta publicação no mês de maio de 2016, em meio a uma conjuntura particularmente crítica do ponto de vista da dinâmica político-institucional brasileira [1]. Vive-se hoje o processo de substituição de uma presidente da República eleita por seu vice-presidente, que foi eleito na mesma chapa nas eleições de 2014. A substituição se fará pela via "legal" de um processo de impeachment previsto na Constituição, discutido e aprovado no Congresso Nacional, sob a supervisão do Supremo Tribunal Federal. As bases legais/formais do processo, porém, são muito frágeis, pois o impeachment se justifica a partir da figura jurídica do crime de responsabilidade, que não parece estar caracterizado e, caso estivesse, envolveria também o vice-presidente que se quer colocar na cadeira presidencial.

A situação abriu um debate de fundo, entre analistas críticos e mesmo entre amplos setores sociais, sobre a caracterização desse processo. Para muitos, a forma como se procede à substituição da presidente pode ser definida como um golpe de Estado. Independentemente da avaliação do grau de responsabilidade de cada ator político pela atual crise, do ponto de vista da forma como se processam os acontecimentos não é difícil concordar com tal caracterização. Alvaro Bianchi, em artigo preocupado com o presente, mas orientado pelo resgate do debate clássico sobre os golpes, buscou precisar uma definição: "Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político"[2].

1 Este capítulo é uma versão ligeiramente revisada do artigo com o mesmo título publicado online na coletânea de textos organizada por Caio Navarro de Toledo, **1964: o golpe contra a democracia e as reformas**. Inclui elementos do debate historiográfico que propus na conferência de encerramento do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-PB: 50 anos do golpe de 1964, Campina Grande, 2014.

2 BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de estado?, **Blog Junho**, 26 mar. 2016. http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/

Definir o golpe pela sua forma política, porém, não é suficiente para entender seu conteúdo social, ou seja, a que interesses de classe ele responde. No caso recente da situação brasileira, o processo em curso parece responder a um reposicionamento de diversas frações da classe dominante a uma nova situação de crescimento das lutas sociais, aberta a partir de junho de 2013[3].

Há que se ter muito cuidado com as comparações históricas, embora elas possam ser muito instrutivas. Diante dos processos vividos hoje no Brasil, porém, elas são muito necessárias[4]. No entanto, não tenho interesse nem espaço para estudos comparativos, bastando-me fazer esta breve referência aos acontecimentos do Brasil de 2016, para lembrar que, ao longo da história republicana, já assisitimos a diferentes intervenções golpistas, a maior parte delas respondendo a uma lógica de dominação de classes pouco tolerante, para dizer o mínimo, com as mobilizações da classe trabalhadora. O exemplo mais expressivo é o do golpe de 1964.

A classe trabalhadora no Brasil viveu diversos ciclos de lutas, desde as primeiras décadas do século XX. A cada momento de crescimento das mobilizações, entretanto, seguiu-se uma onda repressiva de maior ou menor intensidade, movida pelos braços do Estado, em acordo com os interesses das classes dominantes. Até então, nenhuma conjuntura de ascensão das lutas havia sido tão ampla e tido impacto social tão expressivo quanto a que se iniciou no fim dos anos 1950. Por isso mesmo, a vaga repressiva desencadeada a partir do golpe de 1964 foi tão intensa. O próprio golpe e a ditadura que com ele se instalou, em grande medida, podem ser explicados como uma resposta da classe dominante à capacidade de mobilização demonstrada pelos trabalhadores naqueles anos.

Este texto propõe-se a apresentar uma abordagem das lutas da classe trabalhadora no Brasil, durante aquela quadra histórica, mobilizando para tanto argumentos empíricos, sem descuidar, entretanto, da recuperação do debate historiográfico, de forma a compor um painel sintético, mas com pretensões analíticas, sobre o tema. Seu limite é o do urbano. Embora as lutas sociais naquele período tivessem uma forte componente rural, representada tanto na luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra quanto na sua organização em instrumentos sindicais, o foco do artigo, por seus limites de

3 MATTOS, Marcelo Badaró. Junho e nós: das jornadas de junho ao quadro atual, **Blog Junho**, 2 de julho de 2015. http://blogjunho.com.br/junho-e-nos-das-jornadas-de-2013-ao-quadro-atual/; MATTOS, Marcelo Badaró. Jogo jogado?, **Blog Junho**, 18 abr. 2016. http://blogjunho.com.br/jogo-jogado/

4 MELO, Demian Bezerra de. O fantasma do golpe de 1964: pois comparar não é acreditar que a história se repita, **Blog Junho**, 1 abr. 2016. http://blogjunho.com.br/o-fantasma-do-golpe-de-1964-pois-comparar-nao-e-acreditar-que-a-historia-se-repita/

dimensões e pelo caráter das pesquisas de seu autor está nos trabalhadores urbanos.

O debate acadêmico e as responsabilidades de classe

Os anos que se seguiram ao golpe de 1964 coincidiram com o momento em que os primeiros estudos produzidos por especialistas universitários sobre a classe trabalhadora urbana brasileira começaram a ser consolidados e publicados[5]. Podemos explicar, em grande medida, o impulso para que tais estudos fossem desenvolvidos a partir da própria presença pública crescente do movimento organizado dos trabalhadores e suas lutas, desde o fim dos anos 1950, forçando a produção das Ciências Sociais na Universidade a dar-lhe devida atenção. Porém, se as pesquisas começaram antes, o fato de que tais estudos tenham sido consolidados e publicados no período que se segue ao golpe parece explicar o tom pessimista, ou em alguns casos mesmo recriminatório, com que a classe trabalhadora e seus movimentos foram tratados nas análises. Um reflexo, em grande medida, da decepção dos analistas com a queda sem maiores resistências de um regime político que parecia cada vez mais lastreado nas organizações da classe.

Assim, numa mirada ampla, sempre sujeita a simplificações, pode-se dizer que a síntese daí derivada caracterizou o movimento da classe trabalhadora no período anterior ao golpe a partir de uma série de fatores negativos, como: a) inconsistência organizatória (organizações de cúpula – oficiais ou paralelas – seriam privilegiadas em relação às Organizações por Local de Trabalho); b) falta de questionamento à estrutura sindical, inclusive por parte da direção comunista; c) falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais); d) poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria; e) privilégio ao Estado como interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho[6].

5 Sobre a primeira geração da sociologia do trabalho acadêmica no Brasil, ver LEITE LOPES, José Sérgio; PESSANHA, Elina; RAMALHO, José Ricardo. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 33, n.118, São Paulo, p. 115-129, jan.-mar. 2012.

6 Para dois exemplos deste tipo de uso da noção de sindicalismo populista, ver RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitutdes operárias**. São Paulo, Brasiliense, 1970; e WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura do após-guerra. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.4, abr.-jun., 1973. Considero as caracterizações feitas pelos autores convergentes, mesmo trabalhando o primeiro com explicações para o comportamento sindical baseadas na origem de classe dos operários e o segundo centrando sua argumentação nas opções

Como os estudiosos daquele processo compartilhavam da referência ao conceito de populismo para caracterizar o regime político que ruíra com a queda de Goulart, derivou-se uma definição do movimento dos trabalhadores sob aquele regime como "sindicalismo populista". Na definição mais conhecida, de Francisco Weffort, o sindicalismo populista:

> no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas "organizações paralelas", formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas[7].

Deste tipo de caracterização no negativo do sindicalismo da época, para uma responsabilização, em maior ou menor grau, das organizações dos trabalhadores pelo golpe de 1964, a distância não seria muito grande. O próprio Weffort, comentando o "fracasso" da greve convocada em 31 de março/1º. de abril de 1964 pelo CGT para apoiar Goulart, tratou-a como exemplo claro da fragilidade do sindicalismo populista:

> O teste de força para o sindicalismo populista, que alguns acreditavam ser o "quarto poder" da República, veio em 31 de março de 1964. A experiência do CGT em greves políticas feitas, quase todas, para apoiar jogadas do governo, de nada lhe valeu quando, de fato, se tornou necessário ir à greve para sustentar o governo ameaçado de uma derrubada iminente. As bases sindicais lhe faltaram e a greve fracassou completamente. O governo caiu e, com ele, o "quarto poder" vem abaixo praticamente sem luta. Desmoronou como um castelo de cartas[8].

Os historiadores, que num primeiro momento haviam concentrado suas pesquisas sobre o período da chamada Primeira República, mas que desde a década de 1990 estão avançando em recortes cronológicos de pesquisa para o pós-1930 e o período 1945-1964, apresentaram em alguns estudos críticas bem sustentadas à caracterização do sindicalismo populista. Em vários trabalhos produzidos a partir do fim dos anos

políticas das direções.

7 WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 67.

8 WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para o estudo do período 45-64 – 1ª. Parte. **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: Cedec, 1978, p. 4.

1990[9], tal modelo começou a ser questionado, a partir de evidências que indicavam uma complexidade muito maior do quadro sindical. Assim, foi possível constatar que algumas organizações sindicais possuíam "índices elevados de sindicalização, variadas e ativas organizações por local de trabalho, diversidade de áreas de atuação (...) e sólidos laços de representatividade entre dirigentes e bases". Foram observadas também "greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com uma integração viável entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas"[10].

Isto não significa que a estrutura sindical não impusesse limites, como as intervenções feitas pela ditadura logo em seus primeiros dias deixavam claro. Porém, apesar desses limites, havia ação sindical orientada pelos interesses da classe, com impacto efetivo na conjuntura. Ou seja, os trabalhadores agiam para si e com força.

Como vimos, a produção acadêmica pautada pelo modelo do sindicalismo populista chegou a questionar a resistência dos trabalhadores a tal ponto que negou até mesmo a concretização da greve geral convocada pelo CGT para o dia do golpe. Porém, tanto no Rio de Janeiro, como em Santos, ou Porto Alegre (outros exemplos dependem de novas pesquisas)[11], os estudos vêm constatando que a greve ocorreu. A paralisação foi tão ou mais ampla que as anteriormente convocadas por aquela organização intersindical, que de fato encontrava maiores dificuldades em suas convocatórias para greves gerais (não só nesta última) na cidade de São Paulo. Mas, de fato, a greve não foi suficiente para conter o golpe, e nem poderia ser o instrumento decisivo para isso. Até porque, como destacou um dos principais líderes do sindicalismo brasileiro à época – o dirigente ferroviário Demisthóclides Batista, o "Batistinha" – os trabalhadores aguardaram uma resistência militar, que não aconteceu:

9 Ver, por exemplo, FORTES, Alexandre et alii. **Na luta por direitos**. Campinas: Edunicamp, 1999; MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1958)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa – Operários das docas de Santos**: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968. São Paulo: Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995; COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo, Escritta, 1995; LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas: Edunicamp, 2011; MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira**: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962). Niterói: Tese de doutorado em História/Universidade Federal Fluminense, 2013.

10 MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos...**, *op. cit.*, 218-219.

11 Entre outros, consultar MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos...**, *op. cit.*; SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga...**, *op. cit.*; JAKOBY, Marcos André. **A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964**. Niterói: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal Fluminense, 2008.

> Não tinha porque o trabalhador, que nunca pegou em arma, pegar (...). Não havia trabalho de resistência armada dos trabalhadores. Havia aí ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe (...). A classe operária fez o seu papel, parou o Brasil[12].

A crítica à noção de sindicalismo populista não necessariamente deriva em uma rejeição em bloco ao conceito de populismo. John French[13], por exemplo, é crítico ácido do modelo de análise centrado na ideia do sindicalismo populista, mas reconhece a existência de um "sistema político populista", em que atores com recursos sociais e políticos muito distintos envolvem-se em alianças e disputas. Na mesma linha, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa[14] também contestam as definições do sindicalismo populista, porém, apoiando-se teoricamente em E. P. Thompson, procuram caracterizar o populismo como uma relação de hegemonia, definida como um "campo de forças", complexo e dinâmico, que comportava ambiguidades e espaços para lutas dos trabalhadores[15].

Houve, no entanto, quem fosse além da crítica ao conceito de sindicalismo populista e questionasse o conceito de populismo em seu todo. Centrando a crítica na ideia de que o conceito de populismo se baseava numa definição da relação entre Estado e trabalhadores pautada pela "manipulação" destes por aquele, autores como Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho propuseram seu abandono e substituição pela noção de "trabalhismo". Para Reis Filho, populismo seria um rótulo imposto pelos conservadores para apagar a "tradição trabalhista", que acabou sendo incorporado por acadêmicos de esquerda no período posterior ao golpe em sua análise crítica do regime que ruíra. Definida como nacionalista, estatista e popular, a tradição trabalhista, é associada por Reis Filho a uma "cornucópia", envolvendo elementos como a política externa independente, o intervencionismo desenvolvimentista do Estado, Justiça do Trabalho, direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros elementos[16].

12 FIGUEIREDO, Betânia G. (org.). **Batistinha**: o combatente dos trilhos. Rio de Janeiro: CMF/AMORJ, 1994, p. 45.

13 FRENCH, John. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

14 SILVA, Fernando Teixeira e COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

15 Um rico balanço dessa discussão foi feito no segundo capítulo de MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica**..., *op. cit.*

16 REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo, ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo...**, *op. cit.*, p. 345-347.

Em perspectiva muito similar, Jorge Ferreira rejeita não apenas o conceito de populismo, pela alegada centralidade da noção de "manipulação das massas" em sua constituição, mas qualquer referência ao regime político vigente que possa ser associada a um sentido político de dominação de classes. Por isso, qualquer menção não apenas ao conceito de populismo mas a toda perspectiva que encare a "assimetria", ou a dominação, nas relações entre Estado e classe trabalhadora naquela quadra histórica é rejeitada em nome de um "trabalhismo" igualado na análise à própria consciência de classe dos trabalhadores. Para o autor, o trabalhismo, "compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais (...) expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica"[17].

Retirado o conteúdo de classe do regime derrubado, o passo seguinte dessa vertente historiográfica seria esvaziar o sentido de classe do próprio golpe. Para tanto, não apenas as teses que demonstraram o elevado grau de articulação entre os representantes do grande capital multinacional e associado e os militares que estiveram à frente da deposição de Goulart são rejeitadas e desqualificadas como "teorias conspiratórias"18, como também perdem sentido as referências às lutas políticas das forças organizadas da classe trabalhadora no interior de uma dinâmica de conflito de classes. A luta de classes é substituída nessas análises por um confronto entre "esquerdas" e "direitas", em que ambas compartilhariam valores antidemocráticos e teriam concorrido para o desfecho trágico do governo Goulart. Em algumas análises, inclusive, o peso da explicação sobre o golpe recai sobre o "radicalismo" das "esquerdas". Já a ditadura é apresentada como uma resultante de tal "consenso" autoritário "da sociedade brasileira", apresentada de forma homogênea como manifestando-se da apatia ao apoio explícito aos governos militares.

A tese de que "os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia", apareceu originalmente na obra de Argelina Figueiredo[19] e foi mais tarde retomada em diversos trabalhos produzidos em torno de 2004 pelos mesmos críticos do conceito de populismo. Jorge Ferreira, por exemplo, referenciado-se diretamente em Figueiredo, assim caracteriza o momento do golpe:

17 FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo...**, *op. cit.*, p. 103.

18 O alvo n*ítido da crítica desses autores é* DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado** – *Ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: 3.ed., Vozes, 1981.

19 FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 202.

> A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia[20].

Reis Filho também defende a tese de que as esquerdas durante o governo Goulart, "inebriadas pela vitória de agosto de 1961, passaram à ofensiva política, e desafiavam abertamente a legalidade existente21. Assim, pela via da responsabilização de "esquerdas" inconsequentes que, pela radicalização antidemocrática, contribuiriam para a derrubada de Goulart, curiosamente, tais teses acabam retomando, por caminho inverso, o aspecto da visão no negativo sobre a classe trabalhadora e suas organizações na conjuntura dos primeiros anos da década de 1960 que aparecia nas análises sobre o chamado sindicalismo populista de autores como Francisco Weffort, que Reis Filho e Ferreira apresentam como antagonista historiográfico. Ressalte-se, porém, que se na obra de Weffort as organizações da classe trabalhadora são responsabilizadas por não resistirem ao golpe, nos trabalhos de seus críticos elas carregam a culpa de terem sido "ofensivas" demais22.

Há, no entanto, uma diferença de fato significativa de trabalhos como os de Ferreira e Reis Filho em relação aos estudos sobre o populismo e sua crise no Brasil. Afinal, aquelas teses giravam em torno de dois pontos fundamentais. De um lado, o estabelecimento da relação entre a crise política e a dimensão mais propriamente econômica da crise de acumulação. O modelo de crescimento econômico dependente, montado principalmente com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, vivia uma crise, cuja superação exigiria do Estado, já sob a

20 FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. **Nossa História**, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, n.5, mar. 2004.

21 REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS FILHO. Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe**..., *op. cit.*, p. 38-39. Diversas críticas já foram formuladas a essas teses, acentuando, particularmente, a coincidência entre seus argumentos e os dos setores que efetivamente deram o golpe de 1964. Ver por exemplo, TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n.19, 2004; RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004; MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. **História & Luta de Classes**, ano I, n. 1, p. 7-19, abr. 2005.

22 Demian de Melo (**Crise orgânica**..., *op. cit.*, 91) notou que, ao tratar das greves e da base social do sindicalismo do período, Reis Filho retoma as caracterizações das teses clássicas do sindicalismo populista, como as de RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização...**, *op. cit.*

ditadura, uma intervenção que garantisse maior abertura para o capital estrangeiro e uma política dirigida a privilegiar ainda mais o grande capital, que passava, até mesmo, por garantir total controle sobre as organizações e lutas dos trabalhadores, de forma a viabilizar o arrocho salarial. Quase sempre apresentado de forma combinada a este primeiro ponto, encontra-se o segundo, através da tese que derivava o golpe da crise do próprio populismo. Este era entendido como a base da dominação de classes naquela fase, sustentada no equilíbrio instável que garantiu a incorporação das massas à política pela via controlada do pacto populista. Tal pacto entrara em crise, pois as massas queriam ir além dos limites estabelecidos pelas classes dominantes para suas concessões.

Na análise de Otávio Ianni, o populismo envolvia diversas dimensões daquela etapa da trajetória brasileira, associadas em especial às contradições do desenvolvimento capitalista urbano-industrial e à entrada das massas no plano das disputas de poder. Segundo sua análise

> pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois adquire outras conotações e também denominações (...). No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. Corresponde a uma parte fundamental das manifestações políticas que ocorrem numa fase determinada das transformações verificadas nos setores industrial e, em menor escala, agrário. Além disto, está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira. Mais ainda, o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país[23].

A crise do populismo seria então derivada da exacerbação das contradições do regime, no governo Goulart, com a ampliação da participação popular. Segundo Ianni, Goulart "traz consigo todos os compromissos e ambiguidades da política de massas. Governa sempre sob as várias pressões que caracterizam a história do populismo. Agora essas pressões estão concentradas, em força e profundidade". Por isso mesmo, foram os conflitos sociais que desnudaram aquelas ambiguidades. "O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais.

23 IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: 4.ed., Civilização Brasileira, 1978, p. 207.

Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes"[24].

São pertinentes algumas das críticas à amplitude e ao grau elevado de generalização envolvidos muitas vezes na utilização da categoria de populismo, assim como a uma certa subestimação do papel de sujeito social ativo da classe trabalhadora naquela quadra histórica, especialmente quando da sobrevalorização da ideia de manipulação de massas. Porém, fica evidente pelas poucas citações aqui reproduzidas que a matriz de análise desenvolvida por autores como Ianni era bem mais complexa, envolvendo fundamentalmente uma interconexão entre as várias dimensões da vida social que não autonomizava completamente a dinâmica política e relacionava-a diretamente aos conflitos sociais.

Também estimulante é a tese de que as formas de dominação que possibilitaram a incorporação dos trabalhadores ao jogo político (especialmente eleitoral) entraram em crise, e foram alteradas pela via da intervenção militar, justamente no momento em que os trabalhadores atuaram de forma mais autônoma e colocaram em pauta projetos mais amplos, indo além do papel que lhes estava reservado no roteiro traçado pelos dirigentes do Estado.

Essa afirmação da centralidade do papel dos trabalhadores organizados na conjuntura não precisa ser acompanhada de nenhuma responsabilização – quer por passividade, quer por radicalismo – da classe e de suas organizações pela efetivação de um golpe de Estado que afinal foi movido por interesses e forças sociais que lhes eram opostos. Entender melhor as formas organizativas, as dimensões da luta coletiva e os projetos políticos da classe trabalhadoras naquele contexto é, portanto, fundamental.

Organização e mobilização

O acúmulo atual de estudos sobre as formas organizativas, especialmente no plano sindical, e as lutas coletivas da classe trabalhadora urbana no período 1945-1964 nos permite esboços sintéticos, ainda que restritos pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre as especificidades das diferentes regiões do país. A seguir serão apresentados alguns elementos que contribuam para essa mirada de síntese da trajetória das mobilizações sindicais de fins dos anos 1950 e princípios da década de 1960, começando

24 Ibidem, p. 209-213.

por uma localização bastante rápida do quadro geral em que se deram tais mobilizações.

Na segunda metade dos anos 1950 o país vivenciava uma profunda transformação econômica, que foi acelerada por meio de instrumentos de planejamento econômico centralizado, envolvidos no projeto desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek25. Entre 1920 e 1960, o número de operários industriais saltou de 275 mil para cerca de 3 milhões. Os trabalhadores industriais passaram a representar, em 1960, cerca de 13% da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Embora a agricultura ainda empregasse mais da metade dessa população, seu percentual de participação na renda interna (22,6%) já era inferior ao do setor industrial (25,2%). Os anos JK foram decisivos para essa virada, pois os subsídios governamentais para setores estratégicos da economia e a abertura ampla para os investimentos estrangeiros criaram condições para incrementos extraordinários em alguns setores. O chamado ao capital estrangeiro resultou em um crescimento expressivo da produção de bens de consumo duráveis, com destaque para o setor automobilístico.

No entanto, as contradições desse modelo de desenvolvimento se fizeram sentir ainda antes do final da década. O salário mínimo, que nos primeiros anos do governo JK atingiria o mais alto patamar de sua história, chegava em queda a 1960, com valor próximo ao de 1954, e cairia ainda mais nos anos seguintes. A principal causa das perdas salariais era a inflação decorrente do aumento das emissões e do endividamento do Estado (interno e externo) necessário à sustentação dos altos investimentos públicos previstos pelo "Plano de Metas" do governo Juscelino. A taxa anual de inflação que, em 1955, era de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%. Nos anos seguintes, apesar de uma pequena queda em 1960, a taxa inflacionária continuaria a subir, atingindo 79% em 1963. O ritmo do crescimento também sofreu uma forte desaceleração. A taxa de crescimento anual do PIB brasileiro, que alcançara mais de 10% em 1958, cairia para 6,6% em 1962 e, queda ainda mais dramática, alcançaria 0,6% em 1963. Mas, os dados da época demonstram também que crescimento econômico e superação das desigualdades sociais não eram sinônimos, pois, em 1960, após uma sequência de anos de crescimento

25 Uma visão *geral da política econômica do período pode ser encontrada em Mendonça* MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: 2.ed., Graal, 1985. A maior parte dos dados apresentados a seguir veio de SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Que Brasil é este?** Manual de indicadores políticos e sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1990.

extraordinário da economia, os 70% mais pobres da população brasileira detinham 20% da renda nacional, contra os 40% apropriados pelos 6% mais ricos.

Quando Jango assume a presidência da República, em 1961, – inicialmente com os limites impostos pelo regime parlamentarista – é com esse quadro de crise econômica, que terá que lidar. O diferencial maior daquela conjuntura é que a classe trabalhadora urbana, em seu rápido ritmo de crescimento numérico, encontrava-se agora também mais ativa, no que diz respeito à capacidade de intervenção no jogo político. Do ponto de vista eleitoral, a blindagem do sistema político brasileiro à participação social dos subalternos continuava forte, através principalmente da proibição do voto aos analfabetos, mas também da restrição à organização partidária (pois o PCB continuava sem registro eleitoral, apesar de todos os esforços para reverter tal situação que movera desde o governo JK). Mesmo assim, crescia o peso da classe trabalhadora no jogo eleitoral. Em 1945, 15% dos brasileiros eram eleitores; em 1964, esse contingente já alcançava 25% da população. O PTB, que buscava os votos dos trabalhadores urbanos, ocupou 8% das cadeiras do Congresso em 1946 e, nas últimas eleições antes do golpe, em 1962, já contava com 28% dos congressistas, um ponto percentual a menos que o PSD, que possuía a maior bancada e várias cadeiras acima da UDN, que passou, então, a terceiro partido no Congresso.

Para além do plano eleitoral, era através do movimento sindical que a força política dos trabalhadores urbanos (e a partir de 1962 em grande medida também dos rurais) se expressava de forma mais evidente no cenário social brasileiro daquela conjuntura. No que tange à organização sindical, é fora de dúvida que a permanência da estrutura sindical corporativista, criada e implantada durante o primeiro Governo Vargas, mantinha sobre as lutas da classe trabalhadora o constante fantasma da intervenção estatal. Além de favorecer o surgimento de entidades não-representativas, burocratizadas e fiéis aos desígnios das "autoridades", como também de limitar o escopo dos representados pelo instrumento sindicato (com barreiras à sindicalização dos trabalhadores rurais, derrubadas somente em 1962, e do funcionalismo público, que persistiriam até 1988, por exemplo). O fantasma intervencionista ganhou vida em vários momentos no período, com ênfase no governo Dutra, quando a onda de mobilizações sindicais que acompanhou o fim do

Estado Novo foi combatida com mais de 140 intervenções do Ministério do Trabalho, afastando diretorias sindicais eleitas e substituindo-as por "juntas governativas" nomeadas pelo ministério. A repressão foi mais longe, prendendo dirigentes, proibindo eleições nos sindicatos e exigindo os "nada consta" da polícia política ("atestados de ideologia") para os candidatos a cargos sindicais. A efetividade da gestão repressiva da estrutura sindical seria novamente demonstrada logo após o golpe de 1964, quando 383 sindicatos, 45 federações e quatro confederações sofreram intervenções do Ministério do Trabalho com base na mesma legislação sindical[26].

Ainda assim, não foi desprezível a capacidade de mobilização sindical alcançada pela classe trabalhadora naquele período. Isso dependia da representatividade dos sindicatos. O número de sindicatos de empregados existentes no país mais do que dobrou entre o fim da ditadura de Vargas, em 1945, quando totalizavam 873 e o ano de 1963, quando chegaram a somar 1.883, segundo o IBGE. Ainda assim, é preciso reconhecer que as taxas de sindicalização brasileiras eram relativamente baixas. Em 1960, o percentual de sindicalizados na População Econômica Ativa era de 6,11%, embora em algumas regiões o percentual de sindicalização fosse mais elevado, alcançando 14,45% dos trabalhadores urbanos no estado de São Paulo e 27,99% na Guanabara (antes Distrito Federal). No entanto, em algumas categorias com papel destacado nas mobilizações do período, as taxas de sindicalização eram muito elevadas. Na Guanabara do início da década de 1960, o sindicato dos Bancários apresentava um quadro em que cerca de 75% de sua base estava sindicalizada, os metalúrgicos possuíam um índice de 50% de sindicalização, enquanto os ferroviários chegaram a 85%[27].

Um dos fatores a explicar a maior representatividade de sindicatos como esses era sua capacidade de transcender, ao menos parcialmente, os limites impostos pela estrutura sindical para estabelecerem uma relação mais direta com as bases, o que era possível através da organização por local de trabalho. Comissões de empresa, comissões salariais, comissões de fábrica, vários termos foram empregados para definir essas formas de enraizamento da luta sindical nos locais de trabalho, que em muitas categorias tinham uma história que remetia aos anos 1930. Sua institucionalização costumava

26 FIGUEIREDO, Argelina C. Intervenções sindicais e novo sindicalismo. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 17, 1978.

27 MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos...**, *op. cit.*, p. 123.

ser pequena, visto que não estavam previstas na legislação sindical, podendo funcionar por períodos específicos (uma campanha salarial, por exemplo), ou possuir maior perenidade. Em muitos episódios, quando as direções sindicais freavam as lutas, tais organizações atuavam com maior autonomia e chegaram a dirigir confrontos grevistas de grandes proporções. Hélio da Costa chama a atenção para como, já na greve dos 300 mil, de 1953, em São Paulo, "as comissões foram as grandes referências para os trabalhadores. Elas conduziram de fato o movimento grevista política e organizativamente"28.

Quando diretorias mais combativas assumiram a direção dos sindicatos, muitas vezes integraram as comissões sindicais à gestão cotidiana das lutas das categorias. Na cidade do Rio de Janeiro, os metalúrgicos, por exemplo, estavam organizados em 140 "conselhos sindicais" no ano de 1961, abrangendo cerca de 50% da categoria. As eleições para os conselhos eram realizadas ao mesmo tempo em que as das diretorias, demonstrando seu papel de instância complementar na gestão sindical. Já entre os bancários cariocas, as "comissões sindicais" existiam em quase todas as agências bancárias no início dos anos 1960 e eram eleitas autonomamente pelos trabalhadores, sindicalizados ou não, tendo papel de destaque na organização das muitas greves que a categoria realizou naquele período[29]. Murilo Leal, em seu estudo centrado nos dois principais sindicatos operários de São Paulo nos anos 1950 e 1960– metalúrgicos e têxteis –, constatou que em "*todas* as campanhas salariais, até 1964, de ambas as categorias, foram eleitas nas assembleias comissões de salário para 'apoiar' as diretorias". Segundo ele, o papel dessas comissões era de mão dupla, pois além de "apoiarem" as diretorias nas negociações, "exerciam um controle das bases sobre os próprios diretores e canalizavam, de maneira provavelmente mais ágil e efetiva, as inúmeras iniciativas surgidas no decorrer das lutas"[30].

As organizações por local de trabalho eram elementos dinamizadores das lutas nas bases, podendo ser decisivas em greves por empresas, mas também atuando nos momentos de lutas mais amplas da categoria, ou mesmo em lutas reunindo diversas categorias, com um sentido de classe mais amplo. Para tanto, em algum momento, seu papel "paralelo" ao das instâncias reconhecidas pela legislação sindical oficial foi reforçado por outras "organizações paralelas", de natureza intersindical. Assim, da

28 COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre et alii. **Na luta...**, *op. cit.*, p. 111.

29 MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos...**, *op. cit.*, p. 126-128.

30 LEAL, Murilo. **A reinvenção...**, *op. cit.*, p. 323.

mencionada ação das comissões na greve dos 300 mil, surgiu o Pacto de Unidade (mais tarde Pacto de Unidade Intersindical – PUI), que dirigiria outros movimentos significativos em São Paulo nos anos seguintes. Várias outras organizações de caráter local ou regional surgiram e tiveram vida bastante ativa naquela conjuntura, como o Fórum Sindical de Debates de Santos, criado em 1957, e a Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Distrito Federal (depois de 1960, da Guanabara). Demian Melo nos dá a dimensão nacional desse impulso de construção de organizações paralelas intersindicais, mencionando

> o Conselho Sindical do Estado do Rio, o Conselho Sindical de Belo Horizonte, o Pacto Sindical do Ceará, o Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA) de Pernambuco, a Comissão Permanente de Organizações Sindicais (CPOS) da Bahia, o Comando Sindical de Porto Alegre, entre outras[31].

Na esteira desse processo, surgiram também organizações paralelas de caráter nacional, como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), organizado pelos trabalhadores em transportes após a "greve da paridade", movimento nacional organizado por seus sindicatos em 1960. Essa rede de organizações intersindicais se entrelaçaria de forma mais orgânica quando os setores mais combativos começaram a conquistar a direção das entidades de cúpula da estrutura sindical oficial – as federações e confederações – no início dos anos 1960. É o processo que abre espaço para a criação, em 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), embrião de central sindical nacional, à margem da estrutura sindical oficial, mas dirigido por vários dos que estavam à frente das entidades de cúpula dessa mesma estrutura.

O CGT foi proposto em Encontros Sindicais nacionais do início dos anos 1960, mas foi efetivamente organizado sob o impulso da primeira greve geral nacional, ocorrida em 5 de julho de 1962. A ela se seguiria outra greve geral em setembro do mesmo ano, convocada pelo CGT, da mesma forma que a já mencionada greve geral contra o golpe em 31 de março/1º de abril de 1964. As greves gerais podem ser vistas como resultado de um elevado grau de articulação das organizações sindicais – oficiais e paralelas. Porém, seria impossível chegar a tal patamar de lutas sem um acúmulo anterior de movimentos grevistas de larga dimensão.

31 MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica...**, *op. cit.*, p. 94.

Salvador Sandoval produziu um amplo estudo sobre as greves no Brasil entre os anos 1940 e 1980[32]. Embora para o período em foco sua pesquisa apresente dados muito subestimados para o conjunto do país (por trabalhar com uma única fonte paulista, o diário *Folha de São Paulo*), dela é possível retirar conclusões sobre as dimensões dos ciclos grevistas entre 1945 e 1964. Segundo seu estudo, após o biênio 1945/46, em que levantou 101 greves no país (que motivaram a onda repressiva do governo Dutra), tal patamar de paralisações só seria ultrapassado em 1959/60, quando localizou 132 greves. O número de greves continuou a crescer nos anos seguintes, tendo Sandoval localizado 192 greves em 1961/62 e 215 paredes em 1963/64 (neste último ano concentradas quase todas nos três primeiros meses)[33].

Em estudo restrito à cidade do Rio de Janeiro, a partir de jornais e documentação da polícia política, encontramos um número bem maior de greves do que os registrados pelas fontes de Sandoval para a antiga capital federal. 32 greves em 1959, 35 em 1960, 56 em 1961, 61 em 1962, 77 em 1963 e 38 apenas nos primeiros meses de 1964. Praticamente 300 greves naquele intervalo de cerca de 5 anos na antiga capital federal, constituindo um evidente momento de ascensão no ciclo de mobilizações[34]. Em alguns daqueles anos predominaram as greves por categorias, em outros as greves por empresas, além de algumas greves envolvendo mais de uma categoria e das já mencionadas greves gerais. Na cidade do Rio de Janeiro, apesar da forte presença do setor público, a maioria das greves acontecia no setor privado. Suas reivindicações eram dominadas pelas demandas por reajustes salariais e por respeito aos direitos trabalhistas, mas ocorreram também várias greves com demandas eminentemente políticas e algumas greves de solidariedade (que demonstravam elevado nível de comprometimento de classe entre os diferentes setores de trabalhadores e trabalhadoras). A combinação entre demandas econômicas mais diretas e reivindicações políticas mais amplas marcou também a primeira greve geral nacional, pois em julho de 1962 os trabalhadores pararam por um novo gabinete nacionalista, mas também em defesa da aprovação da lei do 13º Salário, tendo sido relativamente bem sucedidos nas duas demandas[35].

32 SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param**: greves e mudança social no Brasil (1945-1990). São Paulo: Ática, 1994.

33 Idem, p. 36.

34 MATTOS, Marcelo Badaró et alii. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003, p. 45.

35 MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica...**, *op. cit.*

Nenhuma greve era movida sem enfrentar resistências, não apenas patronais, mas de um forte aparato repressivo estatal. É fato que, a partir do segundo governo de Vargas, o Ministério do Trabalho contém a fúria intervencionista que marcara o governo Dutra e exigências como a do atestado de ideologia para concorrer às direções sindicais são retiradas. Por outro lado, o aparato da polícia política e, em especial, seu "setor trabalhista", desenvolvido na ditadura do Estado Novo, é mantido e mesmo aperfeiçoado nos anos 1950/60. Exemplos como o da "greve da paridade", de 1960, no fim do governo "bossa nova" de JK, quando todo o comando de greve é preso, dirigentes sindicais são espancados e tropas militares ocupam portos e ramais ferroviários, são eloquentes para demonstrar os limites repressivos com os quais os movimentos grevistas tinham que se defrontar. Naquele momento o Ministro da Justiça ameaçou a decretação do Estado de Sítio e o Presidente da República assinou nota publicada pela imprensa, classificando a greve como ilegal e, em nítidos termos da Guerra Fria, definindo seus objetivos como portadores de um "manifesto cunho subversivo"[36].

A repressão policial, assim como os controles mais diretos que a estrutura sindical impunha aos sindicatos foram claramente denunciados pelos sindicalistas mais combativos naquele período. Isso não significou, entretanto, uma rejeição em bloco à estrutura em si. Assim, o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e as restrições ao direito de greve foram condenados; já a unicidade sindical (registro legal de apenas um sindicato de categoria por região), o monopólio da representação (conforme o qual, o sindicato representa, frente aos patrões e à Justiça, toda a categoria e não apenas os associados) e o poder de tributação decorrente desse monopólio (o imposto sindical) eram não só aceitos como também, em certos casos, defendidos. Tome-se como exemplo a proposta do Encontro Sindical Nacional de fevereiro de 1961 que, em nome da Constituição, condenava "a ingerência governamental nas associações de classe, e o impedimento de quem vive de salários e vencimentos usar do exercício do direito de greve". Diretamente, as resoluções rejeitavam "tanto o estatuto padrão como as normas para as eleições [que] contrariam o que dispõe a Constituição Federal", e defendiam a reforma da estrutura sindical, propondo "o respeito à liberdade e autonomia sindicais", o que só poderia ser possível através de "um processo de modificações na

36 MATTOS, Marcelo Badaró et alii. **Greves...**, *op. cit.*, p. 133.

estrutura sindical vigente, o qual deve ser feito de acordo com a vontade e as necessidades da classe operária brasileira". No entanto, o encontro não defendia o fim da estrutura em bloco, propondo apenas "a libertação do burocratismo e controle do Ministério do Trabalho (prestação de contas, estatuto padrão etc.)". O imposto sindical não era questionado, apesar de se propor a extinção do "Fundo Sindical" (20% da arrecadação do imposto que ia direto para o orçamento do Ministério do Trabalho). A própria lógica da unicidade sindical parece ser implicitamente defendida, a partir de afirmações como a de que "todas as modificações reclamadas não excluem, em hipótese alguma, o princípio básico para os trabalhadores, que é a unidade sindical"[37].

Nem a evidente disposição de lutas, nem tampouco um posicionamento político tão dúbio em relação à estrutura sindical, poderiam ser sustentados sem uma direção política minimamente articulada. Não temos aqui espaço para discutir as linhas de rumo das organizações partidárias surgidas do e/ou que procuravam representar o movimento da classe trabalhadora. De qualquer forma, é inegável que mesmo ilegal o PCB teve papel decisivo nos rumos do movimento sindical do período, orientando desde a busca pela organização a partir da base nas comissões por local de trabalho até o estímulo à construção das organizações paralelas intersindicais. A linha partidária dos militantes comunistas de buscar alianças com os setores da esquerda trabalhista para dirigir os sindicatos começa a dar resultados mais expressivos, em termos nacionais, em agosto de 1960, quando no III Congresso Sindical Nacional as teses dos sindicalistas ligados a essas alianças são aprovados por maioria significativa e se consolida em 1961, com a eleição da oposição "nacionalista" para a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI)[38].

A estratégia política do PCB naquele período já foi exaustivamente estudada[39], e envolvia, entre outros elementos, uma concepção de revolução por etapas, em que a realidade brasileira da época era entendida em termos de uma incompleta transição ao capitalismo, que estava a demandar uma "revolução democrático burguesa", de cunho fundamentalmente anti-

37 MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: 2.ed., Expressão Popular, 2009, p. 97.

38 MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos...**, *op. cit.*, p. 125.

39 Para uma boa amostra do debate, ver a coletânea MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). **Corações vermelhos**: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003.

imperialista e antilatifundiário. Para tanto, seria necessário levar adiante uma aliança entre o proletariado e a imaginada "burguesia nacional", supostamente interessada em um desenvolvimento capitalista autônomo, voltado para o mercado interno. É com base nesse desenho estratégico que os comunistas privilegiaram, nos anos do governo Goulart, a luta pelas "reformas de base", encampada de forma veemente pelo movimento sindical daqueles anos.

A influência desse programa político estratégico no movimento sindical seria explícita em momentos como o do IV Encontro Sindical Nacional ocorrido em São Paulo, em agosto de 1962, entre as duas greves gerais daquele ano. No encontro, além de ratificarem a criação do CGT, os 3.600 delegados, representando 586 entidades sindicais, aprovaram um "Plano de Ação Imediata" que previa, além das demandas econômicas, uma "campanha de esforços pelas reformas de base" que seria o centro da linha adotada pelo CGT nos dois anos seguintes[40].

Foi com base nesse plano estratégico que, em outubro de 1963, o sindicalismo mais combativo rejeitou a proposta do governo Jango de recorrer ao Estado de Sítio para reprimir seus opositores, pois ela cheirava também a uma ameaça às forças sindicais representadas pelo CGT[41]. Porém, foi o mesmo programa que sustentou uma aposta na aliança com João Goulart, envolvendo a crença na capacidade de seu governo (e especialmente de seu "dispositivo militar") de resistir às ameaças golpistas, então já evidentes. Foi o que levou aquele movimento a promover as manifestações de apoio aos anúncios de avanços na direção das reformas de base, como o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

O quadro aqui analisado nos deixa diante de uma evidente ascensão das lutas da classe trabalhadora urbana na conjuntura dos primeiros anos da década de 1960. Lutas de dimensões inéditas na história brasileira até então, porém limitadas tanto pelas amarras impostas pela estrutura sindical oficial (ainda que não plenamente executadas pelos governos imediatamente anteriores ao golpe), quanto pelo horizonte estratégico de seu programa político reformista. Limites que não impediram, entretanto, que as lutas sindicais fossem vistas como ameaças reais pela classe dominante.

40 MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores...**, *op. cit.*, p. 93.
41 MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos...**, *op. cit.*, p. 191-192.

O sentido do golpe

Em seu estudo sobre a esquerda brasileira nos anos 1960/70, Jacob Gorender defendeu a tese de que o grau ascendente de lutas dos trabalhadores brasileiros nos primeiros anos da década de 1960 representou uma ameaça real à dominação de classes no Brasil, constituindo-se mesmo uma situação pré-revolucionária, na fase imediatamente anterior ao golpe de Estado:

> Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora [1987]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo[42].

A ideia da contrarrevolução preventiva é tomada de empréstimo, certamente, de Florestan Fernandes, em seu clássico A revolução burguesa no Brasil, cuja primeira edição é de 1975[43]. Porém, a obra do sociólogo paulista possui um cuidado maior na qualificação do grau de ameaça à ordem do capital envolvido nas lutas da classe trabalhadora nos primeiros momentos da década de 1960. Segundo Florestan Fernandes, os movimentos de massa antiburgueses do início da década de 1960, embora possuíssem uma ressonância ampla para além de seus quadros sociais imediatos, "estavam longe de representar um 'perigo imediato', pelo menos em si e por si mesmos"44. Por isso mesmo, o sentido da expressão "preventiva" adjetivando o caráter contrarrevolucionário da ação de classe que resulta no golpe é diretamente vinculado a outra adjetivação: "potencialmente", associada à ideia de uma situação pré-revolucionária. Assim, segundo Fernandes:

> Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária,* devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século à 'revolução institucional' de 1964, a um constante processo de erosão intestina[45].

42 GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 66-67.

43 FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: 5.ed., Globo: 2005.

44 Ibidem, p. 377.

45 Ibidem, p. 374-375.

A ação de classe dos setores burgueses que se aliaram aos conspiradores militares para derrubar o governo de João Goulart em 1964 revelava, portanto, o temor diante do potencial contrassistêmico (ainda que "potencial") de um conjunto de mobilizações sociais dos trabalhadores urbanos e rurais. Um temor derivado da natureza autocrática da dominação de classes típica do capitalismo periférico e dependente, mas também nas dificuldades internas às diferentes frações burguesas para construírem uma base estável de dominação, pautada pela hegemonia de um determinado projeto político, que fosse capaz de revestir de consenso a coerção típica de qualquer forma de dominação estatal.

Carlos Nelson Coutinho assinalou a associação entre a noção da contrarrevolução – prolongada e preventiva – de Fernandes e o conceito de "revolução passiva" de Antonio Gramsci[46]. Revoluções passivas, na análise de Gramsci, estão associadas a situações históricas em que as novas classes dominantes levam adiante projetos de modernização capitalista sem efetuar uma ruptura completa com os interesses dominantes anteriores, pois rejeitam o recurso à mobilização das massas, pelo temor da ação política das classes subalternas[47]. As revoluções passivas surgem muitas vezes em meio (e também podem criar condições propícias) a situações sociais que adquirem o conteúdo de uma "crise orgânica", ou "crise de hegemonia":

> que ocorre ou por que a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (...), ou porque amplas massas (...) passaram subitamente da passividade política para a atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução[48].

Percebe-se com essa passagem porque a noção de crise de hegemonia foi frequentemente empregada pelas análises sobre a conjuntura que culminou com o golpe de 1964. Pensado nesses termos, o papel da classe trabalhadora no início dos anos 1960 foi decisivo para que possamos compreender o golpe. Suas lutas são um fator essencial para entendermos

46 COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: 2.ed., Civilização Brasileira, 2003, p. 205. Para uma discussão mais aprofundada do que o permitido neste capítulo sobre o conceito de revolução passiva e a análise da situação brasileira naquela conjuntura ver MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores...**, *op. cit.*, p. 80-88.

47 GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

48 GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 60.

a ação armada que, representando os interesses do grande capital e ancorada em todos os setores que se amedrontaram com as mobilizações da época, derrubou o governo Goulart e instalou um regime ditatorial que perduraria por mais de duas décadas.

Afirmar isso não significa negar os limites objetivos de tais lutas. Do ponto de vista organizativo, tais limites decorriam das travas impostas pela estrutura sindical corporativista (por mais hábeis que tenham sido os sindicalistas combativos de então em flexibilizá-las), assim como dos obstáculos à livre organização partidária e à maior participação político-eleitoral. Do ponto de vista político estratégico, os limites se apresentavam na formulação mais influente, a do PCB, que acabou por vincular a luta política da classe trabalhadora a uma aliança com um interlocutor imaginário – uma burguesia nacional, cuja expressão política reformista se encarnaria na liderança do governo Goulart.

Permanecemos, até mesmo por isso, distantes de qualquer responsabilização da classe trabalhadora, suas lutas e organizações – quer por excesso de radicalismo ou por falta de resistência – pela derrubada de Goulart e instalação de uma ditadura. Uma ditadura cujo sentido de classe último sempre foi o de gerar as condições para sua subordinação política mais efetiva, associada à ampliação de sua exploração econômica dos trabalhadores.

Movimentos populares, esquerdas e ditadura militar na Paraíba (1960-1968)[1]

Monique Cittadino

A discussão acerca da emergência do regime militar no Brasil levanta uma série de possibilidades de análises já amplamente tratadas na historiografia, inclusive com o registro de divergências e discordâncias de perspectivas dentro de um mesmo tema. Assim, pode-se tratar do contexto internacional, traçando-se o panorama da Guerra Fria, das disputas hegemônicas entre os Estados Unidos e os países comunistas, da emergência da Revolução Cubana, das experiências populistas na América Latina e todas as respectivas influências no Brasil; pode-se avançar no levantamento dos aspectos econômicos condicionantes do golpe (esgotamento do modelo de acumulação de capital então vigente, necessidade de internacionalização da economia), pode-se discutir a formação da coalização civil-militar que dá andamento ao processo golpista e, sem dúvidas, pode-se analisar a atuação e o papel desempenhado pelos atores sociais existentes no momento. Neste trabalho, buscaremos centrar nossas análises nos grupos sociais situados no campo da esquerda e no processo de repressão que se abaterá sobre eles nos primeiros anos do regime militar na Paraíba.

Contudo, para se entender o processo repressivo que se instaura, é necessário discutir-se o arcabouço teórico que embasou a estrutura do novo modelo de Estado[2]. Tal Estado, por alguns autores denominado Estado de Segurança Nacional, tem na Ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento (ISND), elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), a sua fonte de legitimação. A ISND tem como pressupostos básicos os conceitos de Segurança Interna e de Desenvolvimento Econômico. O fundamento da Segurança Interna repousava na necessidade que o país tinha, diante da suposta ameaça comunista que o rondava, de reforçar

1 Não posso deixar de registrar que este artigo compila e atualiza trabalhos meus realizados anteriormente.

2 CITTADINO, Monique. Estado autoritário pós-64: perspectivas historiográficas. Sæculum, João Pessoa, v.3, p.109-147, 1997.

suas estruturas internas de controle e repressão social. Assim, os inimigos do Brasil eram de 2 ordens: o inimigo externo, ou seja, o comunismo e sua capacidade de infiltrar-se no país e o "inimigo interno", qualquer indivíduo que pudesse eventualmente estar envolvido com os interesses comunistas. Com isto, qualquer cidadão transformava-se, aos olhos dos novos dirigentes, em um inimigo potencial do Estado. Em consequência de tais conceitos, será indispensável à sobrevivência do Estado Autoritário a criação e subsequente desenvolvimento de um aparato voltado para a coleta de informações necessárias ao rastreamento do "inimigo interno", bem como de um aparato repressor capaz de conter e eliminar tais inimigos.

Assim como a Segurança Interna, o Desenvolvimento Econômico era considerado vital para a estabilidade do país. Na verdade, ambos faziam parte de uma equação indissociável: a Segurança Interna era essencial para garantir um ambiente propício ao Desenvolvimento Econômico, ao mesmo tempo em que sem este, a Segurança Nacional estaria francamente comprometida. O modelo econômico preconizado pela ISND buscava reafirmar a dependência estrutural do Brasil com relação aos centros hegemônicos capitalistas. Portanto, visava-se basicamente reorientar o desenvolvimento brasileiro de cunho nacionalista, bloqueando a crescente autonomia do setor industrial, e encaminhá-lo no sentido da associação com os capitais estrangeiros, com consequente internacionalização da economia. O desenvolvimento industrial, os investimentos em infraestrutura, a ideia de integração nacional e a participação crescente do Estado como planificador e agente produtivo direto constituíam-se nas premissas fundamentais.

Dessa forma, os elementos que, no discurso dos seus responsáveis, legitimavam o movimento armado impetrado, foram a "restauração da ordem interna" que estava sendo subvertida e a preservação dos "princípios constitucionais" que estavam supostamente sendo abalados, além da necessidade de se garantir a retomada do desenvolvimento econômico dentro da perspectiva da internacionalização da economia.

O pré-1964: a Paraíba ferve!

Dentre os movimentos populares de maior expressividade nos primeiros anos de década de 1960, temos as Ligas Camponesas. Originárias a partir de experiências verificadas em Goiás, Minas Gerais e em Pernambuco,

na segunda metade dos anos 1940[3], elas tomaram grande proporção na Paraíba no início dos anos 1960. A Liga Camponesa de Sapé, criada em 1958, chegou a ter, segundo levantamento do II Exército, 13.000 associados em 1963, constituindo-se na maior Liga do país[4]. Segundo Waldir Porfírio, a participação do Partido Comunista do Brasil (esta era a denominação do partido até setembro de 1960, quando adota o nome de Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla, PCB) foi de fundamental importância no processo de emergência das ligas, tendo seus militantes ocupado papel de principais lideranças do movimento:

> Além da brutal exploração praticada pelos latifundiários sobre os camponeses no município de Sapé, a direção do Partido Comunista do Brasil paraibano se aproveitava da estrutura partidária que mantinha-se em pé desde o período da legalidade em 1945, quando a agremiação manteve um Comitê Municipal dirigido por Manoel Porfírio.
>
> Nos primeiros anos da década de 50, pretendendo reforçar ideologicamente os militantes do PCB daquela área camponesa, o sapateiro João Alfredo Dias, o "Nego Fuba", como era conhecido, foi enviado pelo Comitê Estadual do PCB para participar de um curso de formação política em Recife, que durou quase um mês.
>
> Todos esses fatos, aliados ao retorno à Paraíba do sindicalista João Pedro Teixeira, serviram de adubo para que pudessem ser realizadas, em 1955, as primeiras reuniões para formação da Liga Camponesa de Sapé[5].

A sua primeira diretoria ficou constituída pelo pequeno proprietário Severino Alves Barbosa, presidente; João Pedro Teixeira, vice-presidente; Pedro Inácio de Araújo, o "Pedro Fazendeiro", assim conhecido por trabalhar com a venda de "fazendas", sinônimo local para "tecidos"[6], como primeiro

3 A respeito das Ligas Camponesas, vide AUED, Bernardete. **A vitória dos vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-1964). Campina Grande: Dissertação de mestrado em Sociologia Rural/Universidade Federal da Paraíba, 1981; AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; BENEVIDES, Cesar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; SOUSA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste**: o Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: UEL: Ed da UEL/Ed Universitária UFPB, 1996; BANDEIRA, Lourdes, MIELE, Neide e GODOY, Rosa (orgs.). **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Manufactura, 1997.

4 CARNEIRO, Mario Afonso. **Relatório sobre a área de Sapé**. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Ciências Sociais, 1963, p. 76 *apud* AUED, Bernardete, *op. cit.*, p. 26.

5 PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras vermelhas**: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa: Textoarte, 2003, p. 220.

6 ALVES, Janicleide Martins de Morais. Prisão e desaparecimento de Pedro Fazendeiro com o golpe civil-militar de 1964. In: DANTAS, Elder; NUNES, Paulo Giovani Antonino e SILVA, Rodrigo F. de

secretário; Severino José da Silva, segundo secretário; Walter Acioly, tesoureiro e João Alfredo Dias, "Nego Fuba", como orador[7].

Tendo como epicentro, não os municípios sedes das usinas, voltados para a indústria açucareira, como Santa Rita[8] e Cruz do Espírito Santo, e sim os municípios circunvizinhos, voltados para o plantio da cana e de outras culturas (a exemplo do plantio do abacaxi no município de Sapé), as Ligas espalharam-se então pela chamada Várzea do Paraíba, agreste, litoral e brejo paraibanos, atingindo os municípios de Itabaiana, Pilar, São Miguel de Taipu, Alagoa Grande, Itapororoca, Arara, Mamanguape, Araçagi. A razão para o caráter incipiente do movimento em Santa Rita varia entre os historiadores: na perspectiva da historiadora Martha Falcão, isto deveu-se ao processo de expropriação pelo qual haviam passado os camponeses naquele município, somada à repressão perpetrada:

> A maior parte das terras pertencentes às usinas já não tinha quase moradores nem sitiantes, uma vez que tinham sido expulsos em massa nas décadas anteriores, sobretudo depois da II Guerra Mundial, com a valorização do açúcar nos mercados internacionais. Nas propriedades menores, como Mungereba, Tapira, Ribeira e Forte Velho, onde havia moradores e sitiantes, as ameaças e repressão foram tão grandes por parte dos proprietários que poucos camponeses se filiaram, justificando, assim, a fluidez do movimento no município[9].

Para José Octávio de Arruda Mello, foram as relações patriarcais existentes entre os trabalhadores das usinas e os seus proprietários que explicam a fragilidade do movimento:

> Com os trabalhadores das usinas constituindo uma categoria especial, de impulsos bem enquadrados no "establishment", por força do patriarcalismo a que se vinculavam com os Ribeiro Coutinho na Várzea ou os Fernandes em Mamanguape, o centro de gravidade das Ligas Camponesas deslocou-se para a área satélite à região canavieira, onde se encontravam os fornecedores de cana, ou outras culturas capazes de sensibilizar seus responsáveis através do slogan da repartição de terra[10].

C. (orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 121.

7 PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras...**, *op. cit.*, p. 221.

8 Segundo Martha Falcão, a Liga Camponesa de Santa Rita só foi juridicamente fundada em abril de 1962, contando com apenas 85 membros. Vide FALCÃO, Martha. "Santa Rita: Um reduto das Ligas Camponesas". In: GUEDES Nonato et alii (Orgs). **O Jogo da Verdade**. Revolução de 64 - 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994, p. 255.

9 FALCÃO, Martha. Santa Rita: um reduto das Ligas Camponesas. In: GUEDES, Nonato et alii (orgs). **O jogo da verdade**: Revolução de 64 - 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994, p. 255.

10 MELLO, José Octavio de Arruda. **Tensão social e revolução na Paraíba**. João Pessoa: Curso

Contudo, não se pode entender a emergência das Ligas Camponesas sem levar-se em conta as transformações operadas na estrutura agrária paraibana, com o aprofundamento da penetração das relações capitalistas no campo e a inerente necessidade, pelo capital, da ampliação de áreas cultiváveis, ensejando, da parte do trabalhador do campo, formas diversas de resistência. Assim, as Ligas congregam tanto os camponeses ainda vinculados à posse da terra, a exemplo de arrendatários, foreiros, moradores, pequenos proprietários, como os trabalhadores assalariados, já totalmente despossuídos da terra ou de qualquer outro meio de produção. E, da busca inicial basicamente pela assistência social aos seus associados, as Ligas logo evoluem seja para a reivindicação da reforma agrária, seja para a luta pela extensão da legislação trabalhista ao campo através da sindicalização rural. Dentre as lideranças mais expressivas, é importante citar: Manuel de Deus (Manoel Sabão) em Mamanguape; Alfredo Pereira do Nascimento em Miriri; José Padilha da Nóbrega em Espírito Santo; José Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Fazendeiro em Sapé; Antonio Galdino em Mari[11].

A grande expansão das ligas pelos diversos municípios paraibanos fez com que, em 1961, fosse criada a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. Mais uma vez percebe-se o papel do PCB dentro do movimento uma vez que na sua diretoria, presidida pelo agrônomo Francisco de Assis Lemos, a presença de militantes comunistas era relevante, a exemplo do vice-presidente, João Pedro Teixeira, do secretário Antonio Dantas e do odontólogo Leonardo Leal como tesoureiro[12].

Contudo, a rapidez e a intensidade de evolução do movimento provocam o temor das oligarquias agrárias que, tendo à frente o chamado Grupo da Várzea, capitaneado pelas famílias Veloso Borges e Ribeiro Coutinho, e assim conhecidos pelo fato de suas propriedades e domínios localizarem-se ao longo das várzeas do Rio Paraíba, bem como outros líderes a exemplo de Henrique Vieira de Albuquerque Melo, proprietário rural na regiões de São Miguel de Taipu, Pilar e Itabaiana reagem, recrudescendo o processo de repressão aos camponeses. É neste diapasão que é criada, em abril de 1962, a Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), logo conhecida como LILA – Liga dos Latifundiários, braço armado das oligarquias: "a nova entidade assumiu feição paramilitar, quando da reativação de milícias privadas pelos proprietários e contratação de inferiores da Polícia Militar

2001, 1976, p. 19.

11 MELLO, José Octavio de Arruda. Do populismo radical ao desenlace na Paraíba. In: GUEDES Nonato et alii (orgs). **O jogo...**, *op. cit.*, p. 103.

12 SILVA, Rodrigo Freire de C e. O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: Luta de massas entre a democracia e o autoritarismo. In: DANTAS, Elder; NUNES, Paulo Giovani Antonino e SILVA, Rodrigo Freire de C. (orgs.). **Golpe civil-militar...**, *op. cit.*, p. 69.

para proscrição dos líderes camponeses"[13].

Em princípios de 1962, o conflito no Engenho Miriri, no município de Mamanguape, que resultou na morte do líder camponês Antonio Pereira do Nascimento e de dois vigias da propriedade, é considerado o marco inicial da radicalização dos confrontos. Assim, os episódios de destruição dos roçados pelos donos da terra, derrubada de moradias e subsequente expulsão dos camponeses, ameaças de morte aos líderes das Ligas, sucedem-se exacerbando o clima de animosidade que marca o período. Pouco tempo depois, o assassinato do líder da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, ocorrido em 02 de abril daquele mesmo ano, em uma emboscada a mando de Aguinaldo Veloso Borges, patriarca da família e sexto suplente de deputado estadual, além de acirrar ainda mais as relações entre camponeses e latifundiários, acelerou o processo de organização camponesa e aprofundou os vínculos que já vinham sendo tecidos entre os movimentos populares no campo e na cidade, a exemplo da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), entidade do movimento estudantil paraibano.

Desde o final de 1958, a UEEP buscava encetar a aliança operário-estudantil, tendo, em 1959, formalizado junto ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil um pacto "em favor de suas recíprocas reivindicações"[14]. Em diversas outras oportunidades, os estudantes estiveram ao lado de manifestações reivindicatórias promovidas por trabalhadores urbanos. A luta pelas reformas de base, nestas incluídas as reformas educacional, bancária, urbana, constituiu-se em um dos cernes do movimento estudantil. Mas, será a questão agrária que irá ensejar uma maior mobilização por parte dos estudantes, e esta temática passará a ser um ponto central nos diversos encontros, congressos e seminários promovidos pelas diversas entidades estudantis: no X Congresso da UEEP, realizado em João Pessoa, de 14 a 17 de setembro de 1961, tirou-se como conclusão que a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista ao campo seriam uma das lutas prioritárias dos estudantes; o III Seminário de Estudos no Nordeste, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em colaboração com a UEEP, e realizado de 28 de outubro a 5 de novembro de 1962, assim como o I Seminário de Estudos da Região Nordeste, promovido pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), com apoio da Associação de Estudantes Secundaristas da Paraíba (AESP), de 25 a 29 de abril de 1963, na cidade de Patos, buscaram analisar os problemas regionais e suas possíveis

13 MELLO, José Octavio de Arruda. Do populismo..., *op. cit.*, p. 105.

14 **A União**, João Pessoa, 24 de janeiro de 1959, p. 3.

soluções[15]. É neste contexto que, a partir do episódio do assassinato de João Pedro Teixeira, a UEEP terá como preocupação a ampliação do pacto operário-estudantil, com a incorporação do movimento camponês, segundo orientação estabelecida pela UNE[16].

A questão agrária e os conflitos sociais a ela vinculados também desempenharão um papel central nas preocupações de outras entidades paraibanas, a exemplo da Seção Paraibana do Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB-PB), criada em 1957 e que atuou com vigor incentivando a criação de novas ligas no estado e denunciando crimes ocorridos no campo. Sua principal liderança, o deputado José Joffily, foi um expoente nesta luta, defendendo a reforma agrária e as Ligas Camponesas não só no estado, enquanto deputado estadual, mas no Congresso Nacional, já como deputado federal, o que ensejou sua ruptura com o Partido Social Democrata (PSD), partido ao qual pertencia, e seu ingresso no Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Da mesma forma, a Associação Paraibana de Imprensa (API), naquele momento hegemonizada pelo setor progressista dos seus sócios (a API, a partir da posse do jornalista Adalberto Barreto, em 1962, passou a ser controlada pelos jornalistas vinculados à esquerda), incorporou à sua agenda os temas políticos e sociais mais expressivos, exercendo um importante papel como o "foco da agitação popular, o centro de mobilização da sociedade civil"[17]. Com o apoio da API foram constituídos a Frente de Mobilização Popular e o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, bem como foram realizados em suas dependências cursos sobre a conjuntura nacional e internacional realizados pela Campanha de Educação Popular (CEPLAR), conferências de líderes e intelectuais de esquerda, a exemplo do deputado Francisco Julião, do comunista pernambucano David Capistrano, do sociólogo Josué de Castro e do teórico marxista Jacob Gorender[18].

E o clima de mobilização e tensão social continuaram presentes ao longo do ano de 1962, marcando claramente o avanço da articulação entre os setores populares urbanos e rurais, bem como o padrão da resposta dada pelos grandes proprietários. Assim, por ocasião da comemoração do primeiro de maio em João Pessoa, um mês após a morte de João Pedro Teixeira, mais

15 **A União**, João Pessoa, 30 de setembro de 1961, p. 4; 30 de outubro de 1962, p. 3 e 23 de abril de 1963, p. 8.

16 MACEDO, Antonio Augusto. **Depoimento**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1986, p. 10.

17 GUEDES, Nonato. Adalberto Barreto: "A API tinha o poder em 64". In: GUEDES Nonato et alii (orgs.). **O jogo...**, *op. cit.*, p. 285.

18 MELLO, José Octavio de Arruda. Do populismo..., *op. cit.*, p. 98-99.

de 10.000 pessoas, dentre as quais 4.000 camponeses, estiveram presentes e, em passeata, reivindicavam a reforma agrária e a sindicalização rural, além de denunciarem e exigirem punição para os crimes perpetrados pelos latifundiários; em seguida, a 29 de julho, a visita do presidente João Goulart à capital parou a cidade que assistiu à chegada de 12.000 camponeses trazidos pelas Ligas.

A partir do final do ano de 1963, os conflitos sociais assumiriam um novo patamar em uma sequência de eventos nos quais recrudesciam os embates entre camponeses e proprietários e os estudantes voltavam às ruas em manifestações reivindicatórias. Em novembro daquele ano, em decorrência do desrespeito, por parte das empresas de ônibus, da lei que garantia o desconto de 50% nas passagens aos estudantes, estes, com apoio dos operários urbanos, fizeram uma manifestação na frente do Palácio do Governo, ensejando a reação por parte da guarda policial do governo, o que resultou na morte de um policial e vários feridos[19]. Novo confronto de graves proporções entre camponeses e latifundiários se daria no início de 1964, a 15 de janeiro, na propriedade de Nezinho de Paula, no município de Mari, onde camponeses preparavam a terra para o cultivo. Um grupo ligado à Usina São João, de propriedade dos Ribeiro Coutinho, abordou os camponeses, iniciando-se uma discussão que resultou num total de 12 mortes e vários feridos de ambas as partes. Dentre os mortos, o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino da Silva, e o contador da usina, Fernando Gouveia[20]. Em seguida, a 3 de março, em protesto à visita do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba, estudantes voltam às ruas, desta vez ocupando a Faculdade de Direito, no centro da cidade, transformada em palco para as manifestações de repúdio a esta visita. A chegada de lacerdistas ao local acirrou os ânimos, obrigando os estudantes a se trancarem no prédio da faculdade que foi cercada pela multidão. Liderados pelos deputados Joacil de Brito Pereira e Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, um grupo, armado com uma tora de madeira, tenta arrombar a porta do prédio, até que a chegada do Exército resolvesse o impasse, retirando os estudantes e levando-os presos a Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica[21]. O cientista político Rubens Pinto Lyra, à época um dos estudantes presos no interior do prédio, descreveu o acontecido:

19 MELLO, José Octavio de Arruda. **Tensão...**, *op. cit.*, p. 38.

20 A respeito, cf. a bibliografia apontada na nota 02.

21 COSTA, Fernando Luiz Araújo da. **Um corvo sobre a Paraíba**: da invasão à ocupação da Faculdade de Direito. 50 anos depois. João Pessoa: Trabalho de Conclusão de Curso/Licenciatura em História/ UFPB, 2015.

> Mas vi que, de repente, a coisa foi engrossando e ninguém podia mais sair, porque a Faculdade ficou cercada, exatamente por capangas dos latifundiários, à frente o deputado Joacil Pereira. E aí, engrossando a tensão, a Polícia Militar foi chamada e cercou a Faculdade. Mas, acontece que, pelas lembranças que tenho, a Polícia não estava podendo conter aqueles que queriam depredar e invadir a Faculdade e botar para fora os supostos comunistas. Então, o Exército foi chamado, acredito que às duas da manhã[22].

Na Paraíba, a repressão chega mais cedo: o golpe militar

Se até o início de 1964, a postura do governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim, era de aproximação e tolerância com os grupos de esquerda, com os acontecimentos do início do ano, haverá uma radical mudança de comportamento, expressa na adoção de um esquema fortemente repressivo nas áreas de conflito no campo e no esmagamento de qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias nos centros urbanos[23]. Para combater o movimento camponês, Gondim enviou para o epicentro dos acontecimentos o coronel da Polícia Militar, Luiz de Barros, responsável pela montagem de um quartel em Sapé, de onde comandará a perseguição aos camponeses e o subsequente desmonte das Ligas. Nas palavras de Joacil de Brito, o coronel Luiz de Barros "deu surras, fez torturas, foi uma coisa tremenda"[24].

As denúncias de agressões praticadas tanto pelas milícias das usinas como por elementos da PM tornaram-se constantes, bem como as manifestações que exigiam a retirada das tropas concentradas em Sapé e Mari. A UEEP voltou a se preocupar com a sorte do movimento camponês:

> Como classe descomprometida, os estudantes se sentem no dever de alertar a opinião pública para o clima de terror implantado na região de Mari e Sapé, onde o contingente policial, a serviço do latifúndio, despoja os camponeses a pé dos seus instrumentos de trabalho [SIC], impede que se reúnam em suas associações de classe, violando direitos individuais assegurados em nossa Constituição, enquanto aos latifundiários permite que se armem ostensivamente...[25]

22 COSTA, José Nunes da. Rubens Pinto Lyra – O movimento estudantil e a invasão da Faculdade. In: GUEDES Nonato et alii (orgs.). **O jogo...**, *op. cit.*, p. 267.

23 CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o diabo. In: DANTAS, Elder; NUNES, Paulo Giovani Antonino e SILVA, Rodrigo Freire de C. (orgs.) **Golpe civil-militar...**, *op. cit.*, pp. 13-32.

24 Depoimento de Joacil de Brito Pereira à autora em 05 de janeiro de 1995.

25 Nota oficial da UEEP. **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 3 de março de 1964, p. 4.

Além disso, Gondim procederá a uma mudança no comando da Polícia Militar, que passará às mãos do Cel. João Gadelha de Oliveira, enquanto que o comando das tropas federais ficará sob a responsabilidade de oficiais anticomunistas (Cel. Ednardo D´Ávila Mello, Major Cordeiro, Cel. Otávio Queiroz e Cel. Plínio Pitaluga).

A declaração dada pelo Cel. Bandeira, do serviço secreto do IV Exército, sediado em Recife/PE, e publicada pelo jornal *Correio da Paraíba*, em 2 de junho de 1964, a respeito da situação na Paraíba no momento do golpe, sintetiza a ideia de como o estado se antecipou aos ditames do golpe militar:

> A Paraíba, com a sua região canavieira altamente infiltrada, vinha causando preocupação até o princípio deste ano. Contudo, com o incidente em Mari houve uma mudança. O governo do Estado teve de agir e, empregando a valorosa Polícia Militar, sob o comando do Coronel Luiz de Barros, foi o suficiente para restabelecer a ordem no Estado. De forma que a 31 de março, a Paraíba era um estado pacífico. Não havia mais problema[26].

A eclosão efetiva do golpe suscitou, na capital, a tentativa de realização de um comício em Cruz das Armas, promovido por lideranças de esquerda e dissolvido pela chegada de tropas federais. O jornalista Jório Machado, testemunha dos acontecimentos, deu a sua versão:

> Em Cruz das Armas, instalou-se um caminhão, com alto-falante, ao lado da igreja São José. E como ainda tinham pouca gente, escalaram oradores mais fracos (assim como eu) para falar na abertura da manifestação, enquanto o clima ia esquentando. Estavam lá, comigo, pessoas como Paulo Pontes, João Santa Cruz, Leonardo Leal, Malaquias Batista, todos escalados para, também, falar. De repente, na abertura do comício, desembarcou na praça um caminhão do Exército, daqueles com empanada de lona, apinhados de soldados, todos armados de fuzil. E, por coincidência, na hora em que o caminhão entrou, faltou energia. O caminhão do Exército forçou a entrada, no meio da massa. Nisso, eu e Paulo Pontes saltamos do caminhão em que estávamos e nos infiltramos no meio da multidão...[27]

Em Rio Tinto, município situado no litoral paraibano, marcadamente dominado pelo latifúndio agro-açucareiro, mas também caracterizado

26 **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 2 de junho de 1964 *apud* GONDIM, Pedro. **Honra e Verdade**. João Pessoa: A União, 1964, p. 280.

27 MACHADO, Jório. Tensão, Fuga e Perseguição nos Primeiros Momentos. In: GUEDES Nonato et alii (orgs.). O jogo..., op. cit., p. 331.

pela existência de uma das poucas indústrias paraibanas de grande porte, a Companhia de Tecidos Rio Tinto, operários e camponeses, através dos sindicatos e ligas camponesas e contando com o apoio e liderança do prefeito, Antonio Fernandes de Andrade (Antonio Bolinha), do juiz Hermilo Ximenes e do advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Companhia de Tecidos Rio Tinto, José Gomes, tentaram reagir ao golpe. Inicialmente, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades; os pontos estratégicos da cidade foram isolados com arame farpado retirado do almoxarifado da fábrica. Contudo, a repressão ao movimento não tardou, tendo sido efetuada pelas tropas da PM aquarteladas em Sapé e Mari que, sob o comando do coronel Luiz de Barros, deslocaram-se para Rio Tinto, obrigando o prefeito, o juiz e o advogado a fugirem para não serem presos de imediato[28].

As tropas federais imediatamente foram usadas para controlar os chamados "focos de subversão". Sendo assim, a sede da Associação Paraibana de Imprensa (API), ainda na manhã do dia 1º de abril, foi invadida pelo Exército, sob o comando do Major Cordeiro. Naquele momento, diversos militantes que lá se encontravam discutindo a nova situação política do país foram presos e entregues à Polícia Civil, comandada pelo Cel. Belmont. A API, ainda dentro do processo de expurgo ao qual foi submetida, foi vítima do vandalismo de um grupo de civis que arrombaram a entidade e rasgaram seus livros de registro[29]. Procurava-se apagar da memória da Associação qualquer vestígio que caracterizasse a passagem e o exercício da liderança das forças de esquerda dentro daquela instituição.

A Campanha de Educação Popular (CEPLAR), fortemente visada devido à sua atuação na educação popular no estado, também foi vítima da ação terrorista de civis engajados no processo revolucionário, a exemplo do padre Manuel Batista, ex-presidente da Academia Paraibana de Letras, e do capelão da PM, José Augusto. A CEPLAR teve suas portas arrombadas e seus documentos destruídos por serem considerados subversivos[30]. Inúmeros dirigentes e professores foram presos e todas as atividades desenvolvidas pela entidade foram suspensas. Segundo o pesquisador Afonso Scocuglia, a entidade foi submetida a um Inquérito Policial Militar sob a acusação de receber financiamento de países comunistas e os seus dirigentes responderam a um processo sob acusação de "subversão e

28 **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 3 de abril de 1964, fl. 8.

29 GUEDES, Nonato. Adalberto..., op. cit.

30 COELHO, Nelson. A Cronologia dos Fatos na Visão de um Repórter. In: GUEDES Nonato et alii (orgs.). **O jogo...**, *op. cit.*, p. 53.

comunismo" que foi arquivado em 1965, por absoluta falta de provas[31].

Logo nas primeiras horas após o golpe, as perseguições iniciaram-se e as prisões do Grupamento de Engenharia e do 15° Regimento de Infantaria (15 RI) ficaram abarrotadas[32]. Segundo levantamento feito nos jornais da época pelo prof. Mauro Koury, em seu trabalho *Rastros de Tragédia*, foram registradas 178 prisões efetuadas nos meios urbanos (sindicalistas, políticos, estudantes, jornalistas, operários, profissionais liberais, populares, etc.) e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses acusados de envolvimento com os movimentos do campo[33].

A diferença na forma de tratamento dos presos políticos existente entre os dois quartéis era destacada pelas testemunhas da época: sabia-se que o uso da violência não acontecia no Grupamento de Engenharia, caracterizando, entretanto, o 15 RI, notabilizado que ficou pela truculência dos seus comandantes[34]. A história da prisão e do desaparecimento de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, dois proeminentes líderes camponeses, envolve esses dois quartéis: os dois estiveram presos no Grupamento de Engenharia e, posteriormente, foram transferidos para o 15º RI, de onde foram oficialmente "liberados" e nunca mais encontrados.

Nas prisões, os detidos prestavam depoimentos, respondiam aos inquéritos nos quais haviam sido indiciados. O emprego da violência e da tortura para a obtenção de depoimentos e outras informações era frequentemente utilizado: interrogatórios repetidos ao longo de noites seguidas ou a submissão do preso a uma luz extremamente forte no rosto, impedindo-o de dormir e, desta forma, minando sua capacidade de resistência; ameaças de espancamento – que se concretizavam em grande número de vezes. Antônio Augusto Arroxelas, preso no 15º RI, relatou a noite de tortura a que foi submetido: ele foi retirado do 15º RI e levado para a Polícia Militar, sendo jogado num xadrez com os presos comuns que o espancaram até que ele perdesse os sentidos. Ainda nessa noite, ele foi obrigado a assistir

31 SCOCUGLIA, Afonso. A História da Ceplar e o Movimento Social. In: GUEDES Nonato et alii (orgs.). **O jogo...**, *op. cit.*, p. 297.

32 Segundo relato de Jório Machado, preso inicialmente no 15 RI, as condições no interior daquela guarnição eram extremamente precárias. Ao chegar ao quartel, ele foi encaminhado a uma cela de 4x4m, dividindo-a com outros 28 presos. O banheiro estava entupido e todos dormiam no chão. MACHADO, Jório. Tensão, Fuga e Perseguição nos Primeiros Momentos. In: GUEDES, Nonato et alii. **O jogo...**, *op. cit.*, p. 334.

33 KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Rastros de Tragédia. **Textos UFPB/NDIHR**, João Pessoa, NDIHR/UFPB, n1., ago. 1983, p. 3.

34 Logo nos primeiros dias após o golpe, assumiu o comando do Primeiro Grupamento de Engenharia o Cel. Arthur Duarte Candal da Fonseca. Vide **A União**, João Pessoa, 10 de abril de 1964, p. 1. Já o 15ºRI era comandado pelo Cel. Ednardo d'Ávilla Melo.

à tortura de um companheiro no pau-de-arara, sob a ameaça de que seria o próximo[35]. Violência similar sofreu Antonio Dantas, um dos fundadores da Liga Camponesa de Santa Rita: ele também estava preso no 15 RI quando foi retirado e levado para a Central de Polícia Militar, onde foi brutalmente espancado pelos outros presos.

Alguns, por conta talvez de sua combatividade e atuação, eram levados para Recife e, daí, para a ilha de Fernando de Noronha. A ilha de Fernando de Noronha notabilizou-se por ter sido para lá que eram levadas as figuras expoentes das esquerdas no Nordeste, como os governadores Miguel Arraes e Seixas Dória. Entretanto, em virtude da irracionalidade do aparelho repressor, esse critério não era lógico, tendo sido levados para a ilha alguns prisioneiros paraibanos que, teoricamente, não representavam "tão sério perigo" à nova ordem social. Em Fernando de Noronha, mesmo que não submetidos diretamente à tortura física, as ameaças e o terrorismo tão constantemente utilizados constituíam-se em verdadeiras formas de tortura psicológica. Frequentemente, os prisioneiros eram retirados de suas celas durante a madrugada para serem submetidos a interrogatórios; em outras ocasiões, eram levados para longos "passeios" pela ilha, sendo o percurso marcado por ameaças de que seriam mortos e "desovados" no mar. O jornalista Jório Machado, um dos que foi preso em Fernando de Noronha, descreveu um episódio de tortura física e psicológica a que foi submetido: na madrugada de uma noite chuvosa foi retirado de sua cela e, juntamente com 3 oficiais, percorreu a ilha em um Jeep durante duas a três horas, num violento clima de tensão psicológica. Ao voltarem, ele foi submetido "à rampa", nela permanecendo cerca de 3 horas[36]. Entretanto, conforme ele viria a saber apenas posteriormente, aquele "passeio noturno" foi apenas uma manobra rotineira de ronda noturna[37].

Assis Lemos foi outro que esteve preso em Fernando de Noronha. No momento de sua prisão, no dia 6 de abril, Lemos encontrava-se refugiado em Recife na casa do amigo Osmar de Aquino. Durante o percurso até o Quartel General, no Parque 13 de Maio, Assis Lemos relatou que foi sendo espancado

35 EUFLÁVIO, José. Augusto Arroxelas: o Movimento Estudantil na visão de um vereador da época. In: GUEDES Nonato et alii. (orgs.). **O jogo...**, *op. cit*., p. 282.

36 A rampa é uma forma de tortura em que o preso fica em pé em cima de uma plataforma inclinada (uma rampa qualquer), durante um longo período, devendo permanecer absolutamente imóvel. Ao final do período, as pernas e os pés ficam completamente enrijecidos, mantendo a angulação a que foram submetidos. Quanto mais inclinada a rampa, obviamente que maior o efeito da tortura. No caso de Jório Machado, o quadro foi ainda mais cruel por causa da chuva inclemente que caia nesta noite e do frio que a acompanhava.

37 MACHADO, Jório. **1964: a opressão dos quartéis**. João Pessoa: O Combate, 1991, p. 56-57.

e submetido à tortura psicológica, sendo ameaçado de sofrer uma sessão de afogamento em alguma praia do estado. Posteriormente, foi transferido para o Quartel da 2ª Companhia de Guardas. Lá, ele sofria um constante terrorismo psicológico, sendo ameaçado de ser entregue aos Veloso Borges, da Várzea do Paraíba. Ainda nesse quartel, Assis Lemos foi acordado e levado para um matagal na saída de Recife, onde foi submetido ao "pau-de-arara" e ao "charuto cubano"[38]. A sessão de tortura foi comandada pelo Cel. Ibiapina, responsável pelo IPM em Pernambuco, para que ele confessasse a existência de armas vindas de Cuba em posse dos camponeses.

No meio rural, a repressão e perseguição não eram feitas apenas pela Polícia e pelo Exército, mas contou com a "generosa colaboração" dos capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais que, assim, puderam acelerar o processo de expulsão dos camponeses sem contar com a menor resistência, em um contexto de total impunidade.

> No interior o terrorismo reacionário não foi menor. Camponeses e "moradores" eram expulsos das terras, as casas de palha queimadas e as pequenas lavouras de subsistência confiscadas sem a menor indenização. Os *progroms* geralmente se realizavam à noite, quando famílias inteiras eram despertadas pelas tochas incendiárias sem o menor aviso prévio. E lá se iam, pelas madrugadas, em demanda do horizonte, o pequeno rebanho apavorado. Eram mulheres e crianças que gemiam e que choravam, deixando para trás o tugúrio em chamas. A grande maioria era de apenas simpatizantes das chamadas "Ligas Camponesas". Muitos deles encheram as prisões dos quartéis. Havia mais famintos do que fanáticos. Havia mais fome do que fúria assassina como propalava o patriciado rural. Não tinham nem tempo de arrecadar os teréns. Apenas o lamento dos velhos e o choro angustiado das crianças respondiam ao despejo imperativo e ardente. Era uma população atoleimada e entorpecida mentalmente levada ao desespero pelo delito imperdoável de ter pensado numa reforma agrária[39].

Além do exercício da violência física sobre os camponeses e suas famílias, também se promoveu um terrível atentado contra um dos mais elementares direitos do cidadão: o de ter um registro de trabalho. Segundo

38 O pau-de-arara é um tipo de tortura pela qual o indivíduo fica pendurado, geralmente nu, preso pelas mãos e pelos pés, podendo ser submetido a qualquer forma de violência. O charuto cubano consiste em se introduzir um papel (em geral, jornal) no ânus do prisioneiro e, em seguida, atear fogo.

39 COSTA, Cláudio Santa Cruz. Terror e Pânico na Universidade. In: GUEDES Nonato et alii (orgs.). **O jogo...**, *op. cit.*, p. 461-462.

depoimento de Hélio Zenaide, os latifundiários da Várzea comandaram uma operação visando apreender e destruir as carteiras de trabalho dos camponeses, retirando-lhes, assim, qualquer possibilidade de legalização e de proteção jurídica à sua situação de trabalhador.

> Os donos da Várzea caíram em cima de todos os trabalhadores rurais que eram filiados às Ligas Camponesas. Foi uma verdadeira caça às bruxas. O pessoal do doutor Agnaldo Veloso Borges saía em caravana a cavalo, de casa em casa. Invadindo cada casa. Tomando a carteira profissional do Ministério do Trabalho. Deixavam os pobres sem carteira. Eles juntaram montanhas de carteiras do Ministério do Trabalho para tocar fogo.

Questionado sobre a comprovação dessas afirmações, Zenaide prosseguiu seu depoimento: "Eu provo isso com depoimentos deles mesmos. (...) De um dos executores da medida. João Lins foi quem me contou isso. João Lins era o dono do Engenho Corredor (...) e foi um dos executores dessa missão. Ele me contou isso naturalmente..."[40].

1968: o movimento estudantil e o choque com o Estado

Ao longo de 1968, a Paraíba acompanhou as mobilizações estudantis registradas no restante do país, assim como a reação do governo do estado, através do seu dirigente, o governador João Agripino. A morte do secundarista Edson Luiz, no Rio de Janeiro, em 28 de março daquele ano, motivou os atritos iniciais envolvendo as forças repressivas do Estado e estudantes paraibanos. A primeira manifestação, realizada no dia primeiro de abril de 1968, transcorreu de forma pacífica, não tendo o Estado interferido na mobilização estudantil[41]. De acordo com o jornalista Gonzaga Rodrigues, do jornal *O Norte*,

> Na Paraíba, os estudantes saíram às ruas e (...), por incrível que pareça, não apareceu um miliciano (...) como se houvesse uma combinação prévia para que todos os soldados se recolhessem ao seu quartel (...). [Em] João Pessoa, até a Delegacia de Trânsito desviou o curso dos ônibus, interrompeu o trânsito, para que, não os pedestres, mas os

40 Entrevista de Hélio Zenaide à autora, em 23 de maio de 1994.

41 Uma descrição a respeito dos conflitos envolvendo estudantes e a polícia na Paraíba, no ano de 1968, rica em detalhes oriundos de atenta pesquisa no jornal *Correio da Paraíba* e da própria experiência do autor, pode ser encontrada em RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados e Subversivos**: a aventura estudantil. (1950/1999). João Pessoa: Idéia, 2000, especialmente no capítulo "1968 e seus miasma", p. 249-274.

estudantes, fossem e viessem a seu bel prazer[42].

Entretanto, em face das comunicações recebidas do sul do país, que apontavam para a radicalização das manifestações, o governo recuou dessa posição inicial de tolerância e a Secretaria de Segurança Pública publicou nota proibindo, em todo o estado, a partir de três de abril, *"quaisquer concentrações, passeatas ou comícios"*[43]. A despeito da nota oficial do governo, no mesmo dia, os universitários realizaram comícios-relâmpagos em João Pessoa e, em Campina Grande, cerca de dois mil estudantes participaram de missa em memória de Edson Luiz, seguindo em passeata pelas ruas da cidade após o término da celebração. O encontro com a polícia resultou em seis prisões, embora não tenha havido choque de maior gravidade com as forças repressivas[44].

Contudo, as manifestações realizadas no dia quatro, em João Pessoa, resultaram em confrontos mais sérios com a Polícia Militar. Após a missa também celebrada pelo estudante morto, seguiu-se passeata de universitários e secundaristas, que foi dissolvida com violência pela PM:

> A passeata inflete pela Duque de Caxias em direção ao Ponto de Cem Réis. À altura da Rádio Arapuan, contingentes da PM desembarcam dos caminhões com fuzis com baionetas caladas e bombas de gás. Em marcha forçada, passam a espancar os estudantes que reagem com vaias e pedradas. Manifestantes são presos, alguns dentro de casas comerciais onde procuravam se refugiar. No entrevero, um investigador, confundido como manifestante, é espancado pela própria polícia e ferido na cabeça. Oito estudantes são presos, além de um comerciante e um oficial da reserva do Exército. O comerciante, proprietário da Sorveteria Moderna, foi preso por protestar contra um espancamento que presenciava. José Augusto, oficial da reserva do Exército, foi preso por chamar os policiais de *palhaço*[45].

Nesse mesmo dia, em um outro confronto entre secundaristas e a PM, três estudantes menores de idade foram atingidos à bala. Os jornais não pouparam críticas à violência cometida: "os policiais, além da vantagem numérica, estão armados de revólveres e cassetetes; o estudante

42 RODRIGUES, Gonzaga. Política. **O Norte**, João Pessoa, 2 abr. 1968, p. 2. Em Campina Grande, contudo, a passeata estudantil, promovida pelo Colégio Estadual José Pinheiro e pelo Círculo Operário, no dia 2 de abril, sofreu a repressão da polícia que foi recebida a pedradas, chegando algumas prisões a serem efetuadas. Cf. **O Norte**, João Pessoa, 3 abr. 1968, p. 8.

43 **O Norte**, João Pessoa, 3 abr. 1968, p. 8.

44 **Correio da Paraíba**, João Pessoa, 4 abr. 1968, p. 4.

45 RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Alienados...**, *op. cit.*, p. 254.

está armado com a boca e a apostila"[46].

Os conflitos ocorridos ao longo do dia fizeram necessária a presença, como mediador, do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires[47]. Os estudantes, acantonados no Clube do Estudante Universitário (CEU), exigiam que os oito estudantes presos fossem liberados e que os policiais fossem recolhidos. Apesar do secretário de Segurança ter se negado a atender às exigências estudantis, à noite, o governador determinou que os estudantes presos, sete deles de menoridade, fossem soltos. No dia seguinte, foi publicada nota oficial na qual o governo advertia sobre a infiltração de "elementos estranhos à classe, para uma campanha de agitação de âmbito nacional", razão pela qual se fazia necessária a proibição de novas manifestações de rua. Nesta nota, o governo também deixava claro os limites de tolerância com as reivindicações estudantis e reafirmava os vínculos existentes entre o governo e o Estado Autoritário:

> Sabem os paraibanos que o governador João Agripino sempre dispensou aos estudantes as maiores provas de respeito, admiração e solidariedade e esteve ao seu lado quando na defesa de suas justas reivindicações. Todavia, não pode estar solidário com eles no momento em que sua conduta, ainda que de boa fé, se constitua numa ameaça à segurança nacional[48].

Mais uma vez, não surtiram resultado os pronunciamentos governamentais e os protestos estudantis continuaram. Sob o slogan "o luto e a luta", no dia seis de abril foram proferidos discursos no Restaurante Universitário, localizado no Parque Sólon de Lucena, que "transformou-se em verdadeira praça de guerra, com soldados fortemente armados e ruas interditadas"[49].

---

46 **O Norte**, João Pessoa, 5 abr. 1968, p. 3.

47 Dom José Maria Pires assumiu o cargo de Arcebispo Metropolitano da Paraíba em março de 1966, simultaneamente à posse de João Agripino no governo do estado. Identificado com a ala progressista da Igreja, desempenhou, ao longo de 30 anos, um importante papel em defesa dos direitos humanos e dos interesses dos menos favorecidos, sendo tachado de "comunista" pelos setores mais conservadores da Paraíba. A respeito das manifestações envolvendo a morte de Edson Luiz, Dom José procurou o governador, pedindo-lhe que retirasse a polícia do local para que os estudantes pudessem sair. Segundo o Arcebispo, a resposta dada pelo governador teria sido a seguinte: "*Senhor Arcebispo, tirar o polícia eu não tiro, porque, se eu tirar, o Exército vai entrar. Enquanto é a polícia, eu mando. Quando for o Exército, eu não mando mais. Logo, não tiro. Mas, vamos ver se encontramos uma solução*". A solução dada foi a retirada "discreta" da polícia, de forma que ela não ficasse mais ostensivamente cercando os acessos à Lagoa, e, assim, possibilitasse a saída dos estudantes do local. Cf. PIRES, Dom José Maria. **Memória Política** – N. 24. João Pessoa: A União, 23 mar. 2001, p. 3.

48 **O Norte**, João Pessoa, 5 abr. 1968, p. 8.

49 **O Norte**, João Pessoa, 7 abr. 1968, p. 5.

Em seguida, os estudantes dirigiram-se para a Praça João Pessoa, defronte ao Palácio da Redenção, onde fizeram novos pronunciamentos, tentaram invadi-lo e, diante da impossibilidade, começaram a depredar o prédio público. A polícia reprimiu os manifestantes violentamente, chegando a atingir pessoas que se encontravam nas imediações. Os feridos, vários deles socorridos pela população, foram encaminhados ao Hospital de Pronto Socorro, que funcionava perto dali. O Centro da cidade foi fortemente ocupado por tropas da PM. Além da ocupação por tempo indeterminado do Restaurante Universitário, a PM interditou a via de acesso à Cidade Universitária, e ocupou o Instituto Central de Matemática e outros pontos estratégicos da Universidade.

O desenrolar dos acontecimentos exigiu um posicionamento oficial do governo, o que foi feito através de um pronunciamento de João Agripino em cadeia de emissoras de rádio. Neste pronunciamento, após se referir aos últimos acontecimentos, descrevendo a ação dos estudantes, da polícia e a orientação dada aos seus subordinados, o governador dirigiu-se aos estudantes, indagando-os:

> Mas, o que fizeram os estudantes? (...) Não desliguem o rádio e me ouçam ainda. Que fizeram vocês?
>
> Instalaram uma amplificadora no seu restaurante e, através dela, concitaram estudantes e população a se reunirem ali para saírem em passeata depois da procissão; apedrejaram carros que passassem, de quem quer que fossem; interditaram a rua com barricadas como se fossem servidores de trânsito; apedrejaram e perseguiram dois americanos (não quero discutir com vocês as razões que tenham para ter animosidade aos americanos, mas eles não tinham nada com os incidentes que ocorriam entre a polícia e estudantes nesta capital...)
>
> (...) Invadiram a pensão de Dna. Carmem Siqueira a procurarem americanos para linchar...
>
> Se vocês, estudantes, combatem a violência, lutam pela democracia, tem reivindicações de classe a acham que o governo federal não os atende, que autoridade vocês podem reivindicar estas coisas se praticam violência dessa forma?

Continuando seu pronunciamento, João Agripino reconheceu os excessos policiais, tomou para si a responsabilidade dos acontecimentos gerados pela intervenção da polícia nas passeatas estudantis, e finalizou

reafirmando sua perspectiva de diálogo, embora sem abrir mão da manutenção do princípio da autoridade: "Jamais me recusarei ao diálogo. Receberei quantas comissões me procurem e estarei sempre pronto a ouvir e atender o que me seja justo sem quebra do princípio de autoridade ou do dever que me impõe a Constituição e as leis do País"[50].

Em agosto daquele ano, recrudesceram os conflitos envolvendo estudantes e a polícia. Em João Pessoa, na primeira quinzena do mês, em protesto contra a prisão de Vladimir Palmeira e a política educacional do governo federal, os estudantes ocuparam durante seis dias o prédio da Faculdade de Filosofia (FAFI), um dos setores mais aguerridos e contestatórios do movimento estudantil, e passaram a fazer comícios-relâmpagos em diversos pontos da capital. A polícia ocupou a cidade, deslocando viaturas pelas ruas do centro, colocando integrantes da Campanha de Policiamento Ostensivo nos pontos de paradas de ônibus e deixando, durante algumas horas, um destacamento de soldados nas imediações do CEU.

Em Campina Grande, os estudantes universitários e secundaristas também realizaram passeata de protesto contra a prisão de Vladimir Palmeira e solidarizaram-se com os estudantes pessoenses. A passeata de Campina Grande foi dissolvida pela PM após comício-relâmpago na Praça da Bandeira, permanecendo o policiamento ostensivo nas ruas da cidade[51].

Contudo seria apenas no final do mês de outubro, com a notícia da queda do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado clandestinamente em Ibiúna-SP, e da prisão dos integrantes da delegação paraibana, que os choques entre o setor estudantil e as forças repressivas tomariam sua dimensão mais expressiva. No dia 23 daquele mês, após tomarem conhecimento dos acontecimentos verificados no sul do país, os estudantes organizaram uma passeata que, vinte minutos após o seu começo, foi interrompida pela PM e pelas tropas do Exército, que se encontravam no local para reforçar a ação policial. A partir daí, ao longo dos dias 23, 24 e 25 de outubro, João Pessoa tornou-se, novamente, testemunha dos violentos choques entre os estudantes e as forças policiais do governo, que se estenderam por todo o Centro da cidade, sobretudo no perímetro compreendido entre a Praça do Bispo e a Catedral Metropolitana,

50 **A União**, João Pessoa, 9 abr. 1968, p. 7-8.
51 **O Norte**, João Pessoa, 14 ago. 1968, p. 3.

a Rua General Osório, o Ponto de Cem Réis, a Praça 1817, o Parque Sólon de Lucena, até o Liceu Paraibano. Aos comícios-relâmpagos, apedrejamento de policiais, depredação de ônibus e destruição de automóveis pelos estudantes, a polícia reagia com tal truculência, que não apenas os atingia, como também os jornalistas que faziam a cobertura dos acontecimentos e pessoas que se encontravam no local e eram confundidos com os manifestantes. O Hospital de Pronto Socorro era o ponto para onde eram levados os feridos, embora a polícia tenha tentado invadi-lo para retirar estudantes ali abrigados52. Segundo editorial do jornal O Norte, a polícia apreendeu os equipamentos fotográficos e chegou a espancar um dos jornalistas que cobria o conflito. Um casal de namorados teria sido espancado por mais de dez soldados, por um trecho de cerca de 30 metros. A indignação tomou conta do jornal: "Ninguém diria que um homem tivesse coragem de dar cacetadas nas belas meninas de João Pessoa (...). O espetáculo de ontem foi estúpido, selvagem"[53].

O jornalista Gonzaga Rodrigues, na sua coluna "Política", também foi extremamente ácido com o governador do estado, a quem atribuiu a responsabilidade pela violência policial contra a juventude paraibana:

> A Paraíba viu a força do Dr. João Agripino ontem. Revivemos, ontem, os dias que sucederam ao 26 de julho de 1930. Pior ainda. Naquele tempo era povo contra povo, liberais contra perrés. Ontem era a bravura armada do governo atirando e açulando a juventude. Rostos habituados ao Pond's violentados por cassetetes (...). É essa uma das diferenças que o governador João Agripino instituiu. A polícia que era empregada à caça de pistoleiros e bandidos, agora é entrincheirada contra a voz de sopranos de meninas-moça. (...) Nisso tudo o curioso é que o governador em São Paulo solte os estudantes e em João Pessoa, solte a polícia[54].

O insólito de todos esses acontecimentos em torno dos conflitos envolvendo os estudantes paraibanos e a PM encontra-se na nota oficial publicada pela Casa Civil do governador, segundo a qual os estudantes passam a ser os responsáveis pelas agressões sofridas, e, a PM, "vítima dos abusos cometidos pelos estudantes", torna-se, portanto, merecedora das condolências da população:

52 Os jornais *O Norte*, *Correio da Paraíba* e *Diário da Borborema* fizeram ampla e detalhada cobertura acerca dos acontecimentos dos dias 23 e 24. Para tanto, vide exemplares dos dias 24 e 25 destes jornais. Vide, ainda, NÓBREGA, Evandro. Algo do que a Imprensa Viu [e Não Viu!] Entre o Pré-Golpe de 64 e o Ano de 68. In: Nonato Guedes et alii (orgs.). **O jogo...**, *op. cit.*, p. 127-203.

53 Editorial. **O Norte**, João Pessoa, 24 out. 1968, p. 2.

54 RODRIGUES, Gonzaga. Política. **O Norte**, João Pessoa, 24 out. 1968, p. 2.

> (...) os estudantes, certamente empenhados na solução de problemas estudantis (...) estavam sendo lançados à rua não mais em função daqueles problemas mas em função de outros objetivos, inclusive a **desmoralização da autoridade, a humilhação das forças armadas, o desafio aos responsáveis pela ordem pública, o desrespeito à propriedade pública e privada**[55].

Em pronunciamento em cadeia de rádio, João Agripino afirmou a sua disposição em não aceitar "badernas" e em manter a ordem enquanto governasse o estado: "não sobreviveremos sem ordem, pois sem a ordem não haverá regime democrático. Caminharemos para a ditadura"56. Teria o governador alguma ilusão a respeito da situação em que o país se encontrava há quatro anos ou ele estaria sendo profético, antecipando os tempos ainda mais difíceis que viriam a seguir?

55 **O Norte**, João Pessoa, 25 out. 1968, p. 8. (Grifos meus).
56 Ibidem.

As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)

Paulo Giovani Antonino Nunes

Com o golpe civil-militar ocorrido no Brasil entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964 e a consequente deposição do presidente constitucional, João Goulart, foi empossado presidente o deputado federal Ranieri Mazzili, mas, na verdade, quem passou a dar as diretrizes do governo era o intitulado "Alto Comando da Revolução", integrado pelo General Arthur da Costa Silva, o Almirante Augusto Radamaker e o Brigadeiro Correia de Mello. Oito dias após o golpe, o referido Alto Comando promulgou o Ato Institucional Nº 1 (AI-1), que entre outras coisas, limitava os poderes do Congresso Nacional, do Judiciário, os direitos individuais, lançava as bases para os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e autorizava a cassação de mandatos eletivos.

No dia 15 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castelo Branco, foi eleito de forma indireta, por um Colégio Eleitoral, presidente da República, inicialmente para concluir o mandato do presidente deposto, João Goulart[1]. Castelo Branco, através de decreto-lei institui os IMPs, já previstos no AI-1, dando início à chamada "Operação Limpeza". Os referidos Inquéritos deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades "subversivas".

A chamada "Operação Limpeza" se expressou principalmente através da cassação de mandatos eletivos, de expurgos na burocracia civil, nas Forças Armadas e na perseguição aos movimentos sociais mais ativos no momento anterior ao golpe. Segundo Alves, "Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes"[2].

1 Posteriormente, Castelo Branco teve seu mandato prorrogado pelo Congresso Nacional até a promulgação nova Constituição, em 1967.

2 ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: 4.ed., Vozes, 1989, p. 66.

Com a proximidade do fim dos poderes extraordinários do AI-1, o governo buscou um "retorno à normalidade". No entanto, divergências internas dentro do regime – disputas entre "moderados" e "duros –, aprofundamento da crise econômica e crescimento da oposição fizeram com que ele continuasse governando através de Atos Institucionais até a promulgação da Constituição de 1967. Em 1966 o governo de Castelo Branco promulgou o Ato Institucional nº 2 (AI-2) que, além de extinguir os partidos políticos, continha uma série de medidas que limitava os poderes Judiciário e Legislativo, em benefício do Executivo. Este Ato, no seu Artigo 15, confirmava que o poder Executivo poderia continuar cassando mandatos eletivos.

Posteriormente, mas ainda num estado de ditadura, a Constituição de 1967 irá garantir o direito de imunidade parlamentar. Por ela – e como acontecia antes do golpe civil-militar –, qualquer parlamentar só poderia ser processado com autorização da Casa que pertencesse. Assim o Executivo não mais podia cassar mandatos eleitorais. Com essa garantia os parlamentares do MDB, e até da ARENA, passaram a denunciar políticas e abusos do Executivo, registrando-as nos anais do Congresso:

> Num desses discursos, o Deputado Márcio Moreira Alves, eleito pelo MDB na Guanabara, instou a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro [de 1968] e sugeriu às mulheres brasileiras que resistissem ao governo militar, recusando-se a namorar oficiais que silenciassem diante da repressão ou participassem ativamente de violências cometidas pelo Estado[3].

O discurso de deputado Márcio Moreira Alves serviu de pretexto para os militares que pretendiam "endurecer" o regime[4]. Os ministros militares requereram ao Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento do referido deputado, alegando que ele teria ofendido a honra e dignidade das Forças Armadas. Mas como a Constituição de 1967 não permitia punir sumariamente um deputado por um discurso feito na tribuna da Câmara, foi necessário pôr em votação, numa sessão conjunta da Câmara e do Senado Federal, a solicitação da quebra da imunidade parlamentar do deputado para que ele pudesse ser processado. A votação no Congresso Nacional foi uma surpresa para o Executivo: 216 votos contra a suspensão[5] e 141 a favor.

3 Ibidem, p. 129.

4 Maria Helena Moreira Alves (ibidem) chama a atenção para o fato de que o referido discurso serviu mesmo como pretexto, pois documentos revelados ainda na segunda metade dos anos de 1970 já indicavam que o AI-5 estava pronto desde junho de 1968 em reposta ao apoio da classe média às manifestações estudantis e operárias, que culminaram com as greves de Contagem-MG e Osasco-SP .

5 Dos votos apurados contra a cassação, 122 eram do partido de oposição, o MDB e, de forma

Este fato serviu de pretexto para a adição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5)[6], que foi promulgado 24 dias após a votação no Congresso Nacional[7].

Neste texto, interessa-nos analisar os motivos das cassações de mandatos eletivos e perda de direitos políticos e a consequente repressão que se abateu sobre alguns prefeitos paraibanos durante o regime militar, especificamente no período do imediato pós-golpe, por iniciativa das Câmaras de vereadores e, pouco depois, ainda no ano de 1964, baseados no Ato Institucional nº 1 (AI-1); e num segundo momento, em dois "surtos" de cassações: um logo depois do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1966, e outro após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1969, por iniciativa do Conselho de Segurança Nacional, órgão composto pelo Presidente da República, Vice-Presidente, todos os ministros do Estado Brasileiro, inclusive os chefes do Estado-Maior das três forças militares, e pelo Chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Cassações de prefeitos paraibanos no imediato pós-golpe

Em 1960, Antônio Fernandes de Andrade foi eleito presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, cidade-fábrica, controlada pela família Lundgrens[8]. A partir deste momento, o Sindicato passou a ter uma postura mais combativa e de enfretamento com proprietários da fábrica e da cidade[9]. Em agosto de 1963, ele foi eleito prefeito de Rio Tinto e acumulou a referida função com a de presidente do Sindicato dos Têxteis.

Após o golpe civil-militar, uma forte repressão se abateu sobre vários setores da sociedade civil no estado da Paraíba. Antônio Fernandes

surpreendente, 94 eram do partido de situação, a ARENA.

6 O Ato Institucional N° 5 (AI-5) atribuiu uma série de poderes ao Executivo, dentre eles, o poder de fechar o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais e municipais; direitos de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos; suspensão da garantia de *habeus corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional e uma série de outras medidas arbitrarias.

7 ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado...**, *op. cit*., p. 130-132.

8 A cidade-fábrica de Rio Tinto, voltada produção têxtil, foi instalada no estado da Paraíba em 1924 por iniciativa da família Lundgren, de origem sueca. A referida família já era proprietária de estabelecimento similar na cidade de Paulista, no estado de Pernambuco, e de uma cadeia de lojas comerciais, as Casas Pernambucanas, entre outros empreendimentos.

9 Sobre a atuação de Antônio Fernandes de Andrade frente o Sindicato dos Têxteis, ver VALE, Eltern Campina. O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964). In: CAVALCANTE NETO; GUEDES, Paulo H. M. de Q.; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2012, p. 293-321.

de Andrade, então presidente do Sindicato dos Têxteis e também prefeito da referida cidade, juntamente com camponeses vinculados às Ligas Camponesas tentaram uma reação ao golpe, tomando a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento, o prefeito fugiu e, posteriormente, se entregou no Quartel do 15° Regimento de Infantaria, onde ficou preso por seis meses. Outro ato de força contra Antônio Fernandes de Andrade, dessa vez por iniciativa da Câmara de Vereadores de Rio Tinto, foi a cassação de seu mandato de prefeito, através de um Projeto de Resolução, que, na oportunidade, cassou também o mandato do vice-prefeito Durval Francisco de Assis:

> Câmara Municipal de Rio Tinto
>
> Resolução nº35
>
> Art. 1º - Antônio Fernandes de Andrade, eleito prefeito do município de Rio Tinto, e Durval Francisco de Assis, eleito vice-prefeito do município de Rio Tinto, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, em eleição realizada no dia 11 (onze) de agosto de 1963, proclamados no dia 14 do mesmo mês e ano, ficam impedidos definitivamente de exercer os cargos para que foram eleitos, em vista as suas manifestações públicas e atentados contra o artigo 141, parágrafo quinto e décimo terceiro da Constituição Federal, e ainda contra a segurança nacional, o atual regime, constituição estadual e artigo 71 inciso I da lei 311.
>
> Artigo segundo – pelos mesmos motivos do artigo primeiro, ficam também impedidos definitivamente os vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Ferreira Ramos, o suplente Paulo Francisco de Assis e todos os demais suplentes eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro.
>
> Artigo terceiro – Considerando que o sr. Prefeito municipal, face as suas atitudes ostensivas contra a segurança nacional, e que a frente do executivo municipal, acompanhado do vice prefeito, vereadores e suplentes do Partido Socialista Brasileiro, vem se mostrando incapazes de manter a segurança interna do município, resolve esta Câmara aprovar os impedimentos de caráter definitivo de que trata dos artigos 1 e 2 da presente resolução.
>
> [...]
>
> Mario Ferreira de Souza – Presidente
>
> Edésio de Jesus Fragoso de Albuquerque – Primeiro secretário
>
> Celso de Lima Catolé – Segundo secretário[10].

10 **Resolução N. 35/1964 da Câmara de Vereadores de Rio Tinto**. Arquivo da Comissão da

Além da prisão e de ter seu mandato de prefeito cassado, Antônio Fernandes de Andrade foi afastado da direção Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto. Em seu lugar foi colocado como interventor o antigo presidente, de confiança da família Lundgren, proprietária da fábrica de Tecidos Rio Tinto, João Batista Fernandes. Andrade também foi denunciado no Inquérito Policial Militar (IPM) da Subversão nos seguintes termos:

> Antônio Fernandes de Andrade, brasileiro, casado, com 39 anos, [...] participou em 1º e abril de 1964 da deflagração de uma greve geral na cidade de Rio Tinto, Paraíba, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos. Era comunista exaltado[11].

O Relatório Final do referido IPM afirmou que foram colhidas provas de responsabilidades de vários denunciados relacionados com atividades atentatórias contra a segurança nacional ou a ordem política e social vigente no país ou participação em entidades que promoviam a subversão dessa ordem, entre elas Antônio Fernandes de Andrade, que é citado nos seguintes termos: "Participou, em 1º Abr. 64, da deflagração de uma greve geral, na cidade de Rio Tinto, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo, inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos"[12].

Um Prontuário do Serviço Nacional de Informação (SNI), elaborado em 1983, mas com informações colhidas na segunda metade dos anos de 1960, indica as relações de Antônio Fernandes com as Ligas Camponesas, sendo, provavelmente esse um dos principais motivos para perseguição ao líder sindical e ex-prefeito. Afirma o referido Prontuário:

> Elemento ativo das ligas camponesas.
>
> Ex-prefeito e ex-presidente do Sindicato de Rio Tinto-Pb, esteve preso pelas autoridades revolucionárias, tendo sido destituídos dos cargos acima. Era lugar tenente do ex-deputado Assis Lemos, ao tempo das Ligas Camponesas.
>
> Exerce atividades em Rio Tinto. Elemento subversivo, recebe apoio do ex-Secretário do Interior, Dr. Silvio Pôrto. Era um dos cabeças das Ligas Camponesas. Ex-prefeito de Rio Tinto, Pb., teve mandato cassado após a Revolução. Como Presidente do Sindicato dos Operários da Fábrica de Rio Tinto, durante uma reunião, foi comunicado aos presentes haver recebido um convite de autoridades de Cuba para visitar Havana.

Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

11 **Inquérito Policial Militar**. Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória. Centro de Educação/UFPB.

12 Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

> Devido aos últimos acontecimentos (maio de 1964) foi preso para averiguações, no Quartel do 15º R.I., juntamente como outros elementos. Em 20 de agosto de 1964, continuava preso a fim de responder IPM sobre o Grupo dos 11[13].

Outro prefeito paraibano cassado no imediato pós-golpe civil-militar de 1964 foi Geraldo Camilo, da cidade de Mulungu, no brejo paraibano. Ele também tinha sua atuação política próxima às Ligas Camponesas, como constata Prontuário do Serviço Nacional de Informação (SNI):

> Filiado ao Movimento de Agitação no Campo. Prestava assistência médica aos elementos das ligas camponesas.
>
> Médico do SAMDU, que dadas às ligações com Osmar de Aquino, era encarregado de promover a concentração de camponeses da região de Guarabira nos dias de comício[14].

Sua participação no movimento das Ligas Camponesas da Paraíba e nos conflitos no campo no momento que antecedeu o golpe também é destacado nos *"considerandos"* apresentado pela Câmara Municipal de Mulungu para justificar sua cassação:

> Considerando que a sua participação nesse plano é [...] notória, dada a sua atuação na organização da Liga Camponesa, deste Município, órgão de natureza subversiva, dirigido no Estado pelo ex-deputado Francisco de Assis Lemos, cujo objetivo [...] ao lado de outras associações era subverter, por meios violentos, a ordem política e social.
>
> Considerando que, conforme é abundantemente sabido, o mesmo Prefeito aliciava agricultores para a devastação, saque, incêndio, depredação, invasões de propriedades e prática de desordens nas estradas, se integravam sempre nas milícias comandadas pelo aludido ex-deputado estadual, promovendo assalto às propriedades rurais, sendo certo que o próprio Prefeito Municipal incorporou-se, por vezes, a esses bandos;
>
> Considerando que sempre fez ele publicamente, propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social, de ódio de classe [...] iniciativa, diretamente e de ânimo deliberado às classes sociais à luta pela violência;
>
> Considerando que financiou a fundação da Liga Camponesa local, bem assim ajudou a congêneres de municípios vizinhos, punha transporte da municipalidade à disposição dos seus associados e custeava transporte de hordas armadas, [...] para outra localidade, a

13 Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

14 Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

fim de se incorporarem às invasões de terras programadas e executadas no Estado, inclusive em Sapé, Mari, Mamanguape e Itapororoca;

Considerando que estes atos constituem crimes previstos nos Arts. 2º, inciso III e IV, 4º inciso II m 11m letras "a" e "b", 12, 15 e 24, da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (Define os crimes contra o Estado e a ordem política e social, e dá outras providências);

Considerando que o mesmo Prefeito Geraldo Camilo, logo que eclodiu o movimento revolucionário da noite 31 de março do fluente ano, pela restauração da legalidade democrática do País, foragiu-se deste Município deixando inteiramente acéfala a administração pública, o que significa mais um elemento de convicção da sua participação no plano comunista de subversão da ordem política social, ou da mudança do regime adotado na Constituição Federal[15].

A partir destas justificativas, ou seja, do fato de ele ser ele ligado ao movimento *"comunizante"* liderado pelo presidente João Goulart e pelo suposto abandono do município após a "revolução" de 1964, a Câmara Municipal resolveu cassar seu mandato, no dia 11 de abril de 1964, por Projeto de Resolução:

Declaro vago o cargo de Prefeito do Município de Mulungu e dá outras providências.

Art. 1º - É declarado vago o cargo de Prefeito Municipal de Mulungu, atualmente exercido pelo Dr. Geraldo Camilo, em virtude de sua notória atuação subversiva, contra o regime democrático e de sua fuga deste Município, logo que eclodiu o movimento de 31 de março.

Art. 2º - Nos termos do Art. 89, parágrafo 1º da Lei nº 321, de 8 de janeiro de 1949 (Dá Nova Organização dos Municípios), será imediatamente convocado o Vice-Prefeito do Município para substituir o Prefeito.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A qual foi distribuída a Comissão de Justiça, para estudo.

Sem mais haver a tratar, em nome de Deus o Sr. Presidente declara encerrada a sessão e marcando outra para as 19:00 horas e eu Edilia Maria da Mata lavrei a presente ata que assinam os membros da mesa e vereadores presentes. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Mulungu em 11 de abril de 1964.

Presidente – João Monteiro de Oliveira
1º Secretário Ad hoc – Manoel José de Oliveira

15 **Ata da Câmara Municipal de Mulungu**. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

2º Secretário Ad hoc – Lindolfo Monteiro de Oliveira
Euclides Pereira Alves – Vereador[16].

Em depoimento concedido à Comissão da Verdade do Estado da Paraíba, no dia 02 de junho de 2015, Geraldo Camilo contou como procurou agir após o golpe, no sentido de se proteger, já que sabia que seria perseguido:

> Quando se aproximou o final do meu mandato, o Brasil vivia um clima de efervescência política, aqueles movimentos que todos vocês conhecem, faz parte da história do Brasil. Até que um dia eu acordei um pouco tarde e soube que havia acontecido uma revolução, que logo depois culminou com deposição do presidente João Goulart. E, eu era prefeito de Mulungu e me perguntei: e agora? Como vou chegar na minha cidade, marcado? Todo mundo sabendo que eu era contra esse pessoal que chegou ao poder. Fiquei em dúvidas, até que no terceiro dia, dia 3 de abril ou 4 de abril, meu pai chegou a João Pessoa aflito me procurando e contou uma história um pouco bizarra. Ele me disse que eu não podia ir a Mulungu. Chegou um camponês na mercearia dele para comprar alguma coisa, tipo feijão, farinha, e o chamou em particular com um chapéu de palha na cabeça e deu o seguinte recado: senhor Camilo diga ao seu filho que não venha a Mulungu porque eu tenho ordem de prendê-lo assim que ele chegar. Meu pai chegou aflito, aí eu me preocupei. Como é que eu posso deixar de ir a Mulungu?
>
> Pensei, e fui a Assembleia Legislativa, falei com o deputado José Fernandes de Lima, contei a história e ele chamou o deputado José Gayoso e combinamos de irmos juntos ao 15° Regimento de Infantaria. Eu dizia ao deputado Fernandes: eu não quero ser preso em Mulungu. Se existe alguma coisa contra mim, eu quero ser preso pelo Exército e vou como se fosse me entregar no quartel.
>
> Lá encontramos um militar muito educado; [...] E eu contei a minha história, e ele pediu um tempo, entrou numa sala vizinha e falou o seguinte: "olha, não existe nada contra você nesse quartel e em nenhum quartel do Brasil". Eu disse então, mas coronel toda vez que eu penso em ir a Mulungu, quando me preparo, sei que lá estão me esperando e o delegado disse ao meu pai que está me esperando para prender. O senhor podia me dar isso por escrito? Ele sentou no birô redigiu a declaração, dizendo que nada constava contra mim e assinou.
>
> Com aquele papel eu fiquei mais forte, era o coronel Ednardo D'Ávila Melo que me dizia isso. Depois, fui com os deputados, que eu já citei, à Secretária de Segurança Pública da Paraíba. Lá entrei no gabinete do coronel Macário que era do Exército, secretário de segurança, e ele

16 **Ata da Câmara Municipal de Mulungu de 11 de abril de 1964**. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

> perguntou o que é que há Camilo? Eu contei a história; ele disse não tem nada. Eu tenho este bilhete aqui é uma declaração. Então ele disse: eu vou fazer uma igual. E redigiu de próprio punho na minha presença.
>
> Com aqueles dois papeis no bolso criei coragem e fui a Mulungu, aluguei um taxi, quando cheguei foi aquele movimento, os adversários correram de uma casa para outra; era um movimento, parecia que ia acontecer outra coisa e às 18hoo a residência dos meus pais estava cheia de gente, esperando o delegado.
>
> O delegado chegou, eu estava na sala ele disse que queria falar comigo e eu pedi para ele entrar; ele disse não, aqui na calçada resolve; eu disse não, na minha casa eu só recebo na sala. Ele vinha com dois soldados; ele entrou eu sentei e ele ficou em pé quando ele sentou eu me levantei.
>
> Ele disse: eu tenho ordem para o senhor chegar até à delegacia. Eu disse não, pois se eu for à delegacia o senhor me bota na cela. Eu tenho aqui estes dois bilhetes do coronel Ednardo D'Ávila Melo que é autoridade. Ele leu e ficou preocupado. Eu apresentei o segundo, este aqui é do seu chefe o secretário de segurança da Paraíba[17].

No referido depoimento Geraldo Camilo atribuiu sua cassação a intrigas de políticos locais da União Democrática Brasileira (UDN), partido do qual sempre foi adversário no estado. Segundo ele, após sua cassação, estava na casa de sua namorada quando foi procurado pelo major Lima, que lhe afirmou:

> Eu fiquei triste, fui para casa da namorada, minha esposa, fui ficar ao lado dela para curtir a roedeira da perda da prefeitura. Daqui a pouco parou um carro, na Rua da República, uma casa humilde. Desceu um homem e disse: "o major Lima quer falar com você". Era o major Lima. E eu me perguntei sem entender: "o major Lima quer falar comigo, depois de me cassar?" Eu fui à calçada, e ele disse: "doutor Geraldo, eu acabo lhe fazer um grande favor, eu cassei o seu mandato, o senhor não tem mais o que fazer em Mulungu, não tem ambiente. E o coronel comandante – naquela época não tinha general na Paraíba, não –, o coronel comandante do 2º Regimento de Engenharia, Quartel de Engenharia, preocupadíssimo porque disse que era uma fila de políticos da UDN, na porta do quartel, exigindo sua cassação, são os deputados, e ele não quer atrito com deputados, pois ele vai precisar deste povo depois. Então eu vim lhe dizer isso e até pedir desculpas". Então, cassa a gente e vem pedir desculpa? [...]

17 Depoimento de Geraldo Camilo à CEVPM-PB, em 02 de junho de 2015. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

> Mas foi assim, os militares cassaram o meu mandato, através da Câmara, por solicitação veemente da UDN cascuda; aquela UDN de 1964 era horrível e eu até entendi[18].

Newton Vieira Rique, banqueiro e industrial, foi candidato a prefeito de Campina Grande em 1959, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na ocasião, foi derrotado por Severino Bezerra Cabral. Na segunda tentativa, nas eleições de 1963, foi eleito prefeito da referida cidade, tendo como vice-prefeito, Willians Arruda. Nesta eleição, foi o candidato apoiado pelo Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB) e mostrava-se comprometido com as "reformas de base" propostas pelo presidente da República João Goulart. Segundo Sylvestre:

> Newton Rique não escondia a sua aprovação às "reformas de base". Possuía pensamento próprio quanto à maneira de se executar tais transformações na vida brasileira, ressaltando-se a moderação e o equilíbrio de seu comportamento, apoiava o presidente João Gorlart embora não concordasse muito com a impetuosidade do governador Leonel Brizola[19].

Também comprovando seu alinhamento com o governo do presidente João Goulart e com suas "reformas de base", Newton Rique enviou um telegrama ao presidente, logo após o Comício da Central, quando aquelas reformas foram anunciadas:

> Presidente João Goulart, Brasília – DF.
>
> Envio eminente Presidente meu nome e do povo tenho honra representar os mais entusiásticos parabéns sua corajosa e oportuna mensagem Nação brasileira, mostrando patrióticos caminhos libertação econômica nosso país, através medidas de alta significação histórica e social. Vossência acaba delinear verdadeiros destinos nossa Pátria, a qual com o apoio de todos e sob sua vigorosa liderança, terá, em futuro muito próximo progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade. Saudações[20].

De acordo com Sylvestre[21], após o golpe civil-militar começou a pressão de inimigos políticos locais do prefeito, para desestabilizar sua administração e a articular sua punição por parte dos novos detentores do poder, no caso os militares golpistas:

18 Ibidem.

19 SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo e Coronelismo**. Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954 / 1964). Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1988, p. 445.

20 **Diário da Borborema**, 17 mar. 1964.

21 SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo...**, *op. cit.*, p. 514.

> Segundo um "cronograma" montado pela liderança argemirista de Campina Grande, a trama para a cassação de Newton Rique, teria sido urdida em nossa cidade e no Rio de Janeiro, através dos Srs. Milton Cabral, Vital do Rego e Drault Ernany como figuras principais, com a colaboração de outras pessoas que, embora com menor participação, tiveram influência decisiva no episódio.
>
> Entre essas, estariam os Srs. Severino Cabral e José Leon Nepomuceno.
>
> Com base nos murmúrios, o dossiê teria sido preparado por Vital do Rego, assinado por José Leon Nepomuceno, e entregue por Milton Cabral e Drault Ernany, na "Casa dos Pedras" ou na residência do Sr. Adelgício Melo Silva (major Dedé, irmão de Drault) na presença ainda do conhecido líder empresarial campinense a um oficial das nossas Forças Armadas para encaminhamento ao Comando Revolucionário[22].

No dia 13 de junho de 1964, foi publicado no *Diário Oficial da União*[23] o ato do presidente da República, Castelo Branco, cassando o mandato e suspendendo os direitos políticos do prefeito campinense, Newton Rique, por dez anos.

Após sua cassação, Newton Rique fez um pronunciamento em cadeia radiofônica, quando afirmou:

> Campinenses amigos,
>
> [...]
> Sim, campinenses, os meus inimigos, que são, sinceramente, os vossos inimigos, conseguiram, afinal, um resultado para as suas maquinações, as suas tramas, as suas intrigas, as suas traições.
>
> Não me puderam vencer nas urnas; venceram-me, afinal, pela felonia, pelo golpe baixo, pela punhalada às costas.
>
> Ainda na sexta-feira passada, estive no Recife com o General Justino Alves, atendendo à orientação de amigos que se mostravam preocupados com notícias vindas do sul do País, notadamente relacionadas com à denúncia formulada pelo companheiro do meu Partido, Deputado Federal Milton Cabral, junto ao Conselho de Segurança Nacional.
>
> No Recife, junto aos altos escalões militares, como de resto em toda a Paraíba, nada pesava contra mim nenhuma acusação referente aos pontos capitulados no Ato Institucional. O IV Exército conhecia a minha conduta de homem público e o general Justino, assegurando-

22 Ibidem, p. 544. Ainda de acordo com Sylvestre, dos apontados apenas José Leon Nepomuceno assume a participação na trama, enquanto os outros citados negam participação.

23 Sobre a publicação do ato, ver OLIVEIRA, Paulo Affonso de. **Atos Institucionais**: sanções políticas. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000, p. 262.

> me na presença de meu pai de que nada havia contra o meu mandato, confirmava apenas, aquela segurança e tranquilidade a que me referi no início deste pronunciamento.
>
> Ocorre que a trama sinistra se desenrolava no Rio de Janeiro onde nossos inimigos oferecendo jantares aos Chefes da Revolução, serviam também, na mesma bandeja, o veneno da maquinação, da vingança, do ódio, da inveja e da frustação[24].

A notícia da cassação do mandato do prefeito de Campina Grande, Newton Rique, repercutiu no Senado Federal. A bancada de senadores paraibanos, tanto os de oposição moderada ao novo regime, Argemiro de Figueiredo (PTB) e Ruy Carneiro (PSD), quanto o aliado do regime, João Agripino (UDN) se mostraram supressos e criticaram a medida. Os citados senadores se pronunciaram da seguinte forma:

> ARGEMIRO DE FIGUEIREDO: Hoje, Sr. Presidente, ainda não me confesso um decepcionado. O atual Presidente da República da República, Marechal Castello Branco ainda me inspira integral confiança, e dos generais que compõem o Conselho de Segurança Nacional nada tenho a dizer, nenhum fato concreto que possa denunciar, desta tribuna, que significasse diminuição das qualidades morais das virtudes que os caracterizam. [...]
>
> Sr. Presidente, confesso a V. Exª e ao Senado a minha emoção e a minha supressa profunda ao ouvir dentre os nomes atingidos pela cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o do Prefeito de minha terra, Dr. Newton Vieira Rique, [...]
>
> Sr. Presidente, esse jovem foi trazido por mim ao palco da vida pública. É um homem de banco, em Campina Grande. É um homem rico, confesso ao Senado. De família tradicional em minha terra, família católica, família legalista, ordeira e de reconhecida e excepcional capacidade de trabalho, vinha realizando obras espetaculares, que tanto engradecem a terra onde nascemos. [...]
>
> Campina Grande está prestes, exatamente, a completar o seu primeiro centenário. Esse homem com poucos meses de administração, preocupado com a data magna de nossa terra e dentro do idealismo que o caracteriza, planificou uma administração singular, jamais conhecida, uma administração inédita no seio de talvez todos os munícipios o interior do Brasil. Ordem econômica, ordem social, ordem financeira, problemas de saúde pública, problemas sociais – tudo planificado com método excepcional.

24 *Apud* SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo...**, *op. cit.*, p. 524.

Era essa a administração que estava realizando.

Cassaram-lhe o mandato[25].

* * *

RUY CARNEIRO: Na realidade, causou-me também profunda supressa e foi com grande pesar que ouvir, na Rádio Globo do Rio de Janeiro, ontem à noite, a notícia da cassação do mandato do Prefeito Newton Rique, de Campina Grande, bem como a suspensão de seus direitos políticos. [....]

Desconheço o que determinou essa medida extrema do Conselho de Segurança Nacional, nem o que apurou a II Secção do Exército ou quais as denúncias que levaram o Conselho de Segurança Nacional a indicar a suspensão dos direitos políticos do Prefeito da "Rainha da Borborema", como é chamada Campina Grande. Sei, porém, que este ato fez muito mal à Paraíba e, de modo especial, à "metrópole algodoeira do Nordeste", Campina Grande. Newton Rique é a uma das expressões de cultura e talento da nossa região, a despeito de sua pouca idade[26].

* * *

JOÃO AGRIPINO: Devo acrescentar que ninguém, absolutamente ninguém da UDN da Paraíba, tomou a iniciativa de qualquer insinuação em relação à cassação do mandato do Prefeito Newton Rique. Para mim foi tão surpreendente quanto para o Senador Argemiro de Figueiredo, a notícia que também ouvi pelo rádio, na noite de ontem, da cassação do mandato daquele Prefeito.

Eu ignorava, inclusive, que se cogitasse desse procedimento. E ignorava porque, na conversa que tive com os militares, no Estado da Paraíba, quando ali estive, em maio, não observei que houvesse, da parte deles, obstinação nesse ato. Estavam àquela época, em fase de provas, no inquérito que procediam. E aceitou o Coronel Candal, pelo menos, como corretas, as observações que eu fizera em relação ao Dr. Newton Rique.

Devo declarar, ainda, que fui consultado para concordar em que a UDN colaborasse ou participasse do impeachment desse Prefeito de Campina Grande, do Prefeito de João Pessoa e de outros Prefeitos da Paraíba. Recusei-me, terminantemente, a permitir que o meu Partido tivesse essa atuação[27].

25 Discurso do senador Argemiro de Figueiredo *apud* SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo...**, *op. cit.*, p. 537-538.

26 Discurso do senador Ruy Carneiro *apud* SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo...**, *op. cit.*, p. 538.

27 Discurso do senador João Agripino *apud* SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo...**, *op. cit.*, p. 541.

Na Assembleia Legislativa da Paraíba, em discurso pronunciado no dia 18 de junho de 1964, o deputado estadual Joacil de Brito Pereira (UDN), um dos principais articuladores civis do golpe no estado, também se posicionou contra a cassação do prefeito de Campina Grande, Newton Rique:

> Não se entende, por exemplo, Sr. Presidente, por que o Dr. Newton Rique, ex-Prefeito de Campina Grande, se viu, inesperadamente, atingido pela pena de sua morte civil. Teria ele sido tragado pela vingança de certos grupos?
>
> A Paraíba está alarmada e estarrecida com essa medida que alcança uma as figuras mais notáveis da nova geração de políticos conterrâneos. E pede explicações. [...]
>
> Qual o crime de Newton Rique? Subversão ou falta de probidade administrativa? É ponto que deve ser esclarecido, porque nem por um, nem por outro acreditamos pudesse ele pagar. Onde estão as provas apuradas contra o jovem e devotado político campinense? O povo paraibano precisa ver para crer[28].

Após a cassação do prefeito, o presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, João Nogueira de Arruda, mandou um telegrama, no dia 18 de junho de 1964, para o marechal Taurino Rezendo, membro do Conselho de Segurança Nacional, solicitando sua interferência para que o caso fosse revisto:

> Exmo. Marechal Taurino Rezendo
>
> Conselho de Segurança Nacional
>
> Rio de Janeiro
>
> Depois apelo dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da República vg Exmo. Ministro da Guerra vg por todos os órgãos de classe esta cidade vg Diocese com membros clero vg Federação Industriais vg Associação Comercial vg Magistratura paraibana vg Sociedade Medicina vg Ordem Advogados vg Direção Diários e Rádios Associados vg Sindicatos vg todas as Igrejas Presbiterianas vg Assembleia Legislativa do Estado et diversas outras entidades além telegramas comerciários vg bancários et pessoas todas as camadas sociais solicitando revogação medida que cassou direitos políticos et mandato industrial et banqueiro Newton Vieira Rique vg que vinha exercendo cargo Prefeito Municipal vg nome Câmara Municipal de Campina Grande venho honrado e digno

28 Discurso do deputado estadual Joacil de Brito Pereira *apud* SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo...**, *op. cit.*, p. 541.

> Marechal sua valiosa et decisiva interferência sentido revisão denúncia et ato que deixaram nossa cidade et Estado completa perplexidade pt Newton Rique é líder autêntico classes conservadoras nossa terra e jamais participou movimentos subversão nem nunca teve sua vida qualquer deslize moral ou foi envolvido corrupção pt Pode Vossência confiar este testemunho feito maior isenção et refletindo apenas verdade pt Atenciosas et respeitosas saudações João Nogueira de Arruda Presidente Câmara Municipal Campina Grande[29].

O prefeito de Campina Grande, Newton Rique, também foi indiciado no Inquérito Policial Militar (IPM) por subversão. O relatório final considerou que ele cometeu crime de responsabilidade, e se posicionou sobre ele da seguinte forma: "Numa ata de reunião do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro, confirmada por vários depoimentos, consta ter sido apoiado pelo Partido nas últimas eleições"[30].

Cassações de prefeitos paraibanos no "surto" pós-AI-2 e pós-AI-5

Domingos Mendonça Neto (PSB) foi eleito prefeito de João Pessoa nas eleições de 1963, numa aliança do Partido Socialista Brasileiro (PSB) com o Partido Social Democrático (PSD), contando, portanto, com o apoio da principal liderança deste partido, o Senador Ruy Carneiro. De acordo com Sobreira[31], após o golpe civil-militar, o prefeito da capital paraibana passou a ser visado pelo governo militar, sendo aberto um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigá-lo. Este processo foi arquivado pela Assembleia Legislativa da Paraíba, ainda em 1964, mas depois foi reaberto e encaminhado para o Ministério da Justiça.

No dia 22 de abril de 1966, foi publicado no *Diário Oficial da União*[32] o ato do presidente da República, Castelo Branco, cassando o mandato e suspendendo os direitos políticos por dez anos de Mendonça Neto. Ele foi substituído no cargo pelo vice-prefeito Damásio Franca, que foi prestigiado em sua posse pelo governador do estado da Paraíba, João Agripino Filho. Na ocasião, o prefeito recém-empossado elogiou as Forças Armadas: "Contarei, de certo, com o apoio do Exmo. Sr. Governador João Agripino Filho. E com o apoio igualmente das Forças Armadas, sediadas na Paraíba, guardiãs da

29 Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

30 Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

31 SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do "sim, senhor"**: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2016, p. 163.

32 Sobre a publicação do ato, ver OLIVEIRA, Paulo Affonso de. **Atos...**, *op. cit.*, p. 91.

democracia, da honestidade e do trabalho a serviço do povo brasileiro"[33].

O jornal oficial do Estado da Paraíba, *A União*, em Editorial do dia 21 de abril de 1966, afirmou que a cassação do prefeito pessoense teria ocorrido por seus "desmandos administrativos":

> Não se tripudia sobre o caráter político do Prefeito da capital, no momento em que um Ato imperativo e indispensável da Revolução Democrática, empreendida contra corruptos e subversivos, tira-lhes todos os poderes do cargo. Deplora-se que não tenha querido servir ao povo da principal cidade paraibana, que de presente ofereceu-lhe para – talvez única – oportunidade na vida. Deplora-se o efeito negativo que um procedimento incorreto, incompatível com a alta dignidade do cargo, traz de certo modo para as gerações moças engajadas na vida política e administrativa do Estado. Deplora-se o prejuízo incalculável que a cidade sofreu em mais de dois correspondentes a sua presença no posto-chave de que acaba de ser apeado[34].

Ronaldo José da Cunha Lima começou sua militância política no movimento estudantil de Campina Grande, como membro do Centro Estudantal Campinense (CEC)[35]. Em 1959, foi eleito vereador de Campina Grande pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, em 1963, foi eleito deputado estadual da Paraíba, pelo mesmo partido, sendo reeleito em 1967, desta vez, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Como parlamentar, foi opositor do regime militar[36]. Logo após o golpe civil-militar de 1964, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) por subversão. O relatório final considerou que ele cometeu crime de responsabilidade e atento contra a segurança nacional, denunciando-o da seguinte forma:

> Subscreveu um Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, publicado no "Correio da Paraíba" de 5 de maio de 1963, manifesto esse em que se propõe a contribuição e o intercâmbio com os chamados órgãos de arregimentação das forças nacionalistas (CGT, UNE, UBES, FPN e PMP) e a imediata instalação da Frente de Mobilização Popular no Estado[37].

33 **O Norte**, 21 abr. 1966 *apud* SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além...**, *op. cit.*, p. 163-164.

34 Editorial. **A União**, 21 abr. 1966, p.3 *apud* SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além...**, *op. cit.*, p. 164.

35 Sobre o Centro Estudantal Campinense, ver. SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Entre práticas e representações:** o Centro Estudantal Campinense como espaço de formação (1948-1964). Campina Grande: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal de Campina Grandes, 2015.

36 Sobre a trajetória política de Ronaldo Cunha Lima, ver MELLO, José Octávio de Arruda. **Ronaldo Cunha Lima**: a trajetória de um vencedor (1936-2007). João Pessoa: Ideia, 2015.

37 **Inquérito Policial Militar**. Fundo SNI. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da

Em 1968, Ronaldo Cunha Lima foi eleito prefeito de Campina Grande pelo MDB, numa campanha marcada por dissidências no partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Durante o processo de escolha dos candidatos a prefeito deste partido, o deputado federal Vital do Rego, ligado ao ex-governador Pedro Gondim, rompeu com o seu partido, entrou no MDB e candidatou-se a prefeito, formando uma chapa através das sublegendas[38] com Ronaldo Cunha Lima e o deputado Osmar de Aquino. A ARENA também apresentou três candidatos para o referido pleito, os ex-prefeitos campinenses Severino Bezerra Cabral e Plínio Lemos e o professor José Stênio de Lucena Lopes. Severino Cabral foi o mais votado individualmente nesta eleição, mas com a soma das sublegendas, Ronaldo Cunha Lima, o mais votado do MDB, foi eleito prefeito de Campina Grande.

Em março de 1969, Ronaldo Cunha Lima teve seu mandato de prefeito de Campina Grande cassado pelo Conselho de Segurança Nacional. Quando seu caso foi apresentado para apreciação, o presidente da República e do referido Conselho, general Costa e Silva, assim se pronunciou: "Temos agora uma ficha péssima que é a do Prefeito de Campina Grande, RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA"[39]. Em seguida, foram apresentados informações sobre o prefeito, a partir de seu Prontuário elaborado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI):

> Deputado Estadual pelo MDB/PB. Atualmente Prefeito de Campina Grande/PB. – Corrupto[40]. – Apoia a ação estudantil esquerdista. – Tem criticado o Governo em programa de Rádio. – Combateu a Lei de Imprensa. – Proferiu discursos de matiz comunista em campanha política em disputa da Prefeitura de Campina Grande[41].

Buscando dar subsídios para justificar a cassação, foi apresentado um histórico da atuação de Ronaldo Cunha Lima ao longo de sua trajetória política, a partir de informações prestadas pelo SNI:

> Em Maio 63 – Subscreveu um manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, manifesto esse que se propõe à contribuição e

Memória do Estado da Paraíba.

38 O mecanismo da sublegenda foi instituído pelo Ato Complementar n. 26, de 29 de novembro de 1966, e permitia que os partidos pudessem lançar até três candidatos a cargos majoritários, sendo que o mais votado da legenda vitoriosa seria o eleito.

39 **Ata do Conselho de Segurança Nacional**, 1969. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

40 Essa acusação de corrupto geralmente era feita para desqualificar quem estava sob julgamento, mas nenhum tipo de prova foi apresentado neste caso.

41 **Ata do Conselho de Segurança Nacional**, 1969. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

> intercâmbio como os chamados órgãos de arregimentação das forças "nacionalistas" (CGI, UNE, UBES, FPN, FMA) e a imediata instalação da Frente de Mobilização Popular no Estado. O manifesto incitava o povo à luta anti-iimperialista, anti-feudal e princípios de autodeterminação no campo da Política externa. Em 1964 – Indiciado no IPM/PB – 2, em virtude do manifesto supra citado. Em Set 66 – Em programa radiofônico teceu críticas ao Governo Revolucionário, afirmando que o Brasil não é semiditadura mas está num regime parecido com o fascismo de MUSSOLINI. Em Out. 66 – Deputado Estadual, era relator da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa e quando o governador PEDRO GONDIM encaminhou mensagem à Casa, quis saber onde e em que se gastava tanto dinheiro. No dia seguinte deu parecer favorável ao receber um carro "zero quilômetro". É hoje um dos magnatas da oposição. Em Fev 67 – Condenou o projeto da Lei de Imprensa na Assembleia Legislativa em discurso na tribuna. Solidarizou-se com os jornalistas na luta pela rejeição ou retirada da "Folha". Em Set 67 – Processado na Auditoria da 7ª RM por ter assinado o manifesto de maio de 1963 da Frente Parlamentar Nacionalista; conseguiu "habeas-corpus" no STM apesar dos votos em contrário dos Ministros URURAY, GEISEL e GRUM MOSS. Em Ago 68 – Apoiou por todos os meios válidos o movimento estudantil realizado na Paraíba em solidariedade à morte do estudante EDSON LUIZ. Em Nov 68 – Em campanha política pela Prefeitura de Campina Grande proferiu discursos semelhantes aos do comunista OSMAR DE AQUINO, ao qual se encontrava ligado tudo levando a crer que seguirá a linha de seu companheiro[42].

Após a apresentação destas acusações por parte do SNI, o presidente Costa e Silva deu seu parecer:

> Esse homem foi eleito por desavenças na política como os Senhores sabem. Precisamos então eliminar esse problema. Alguma sugestão? (....) O Presidente da República resolve suspender, por dez anos, os direitos políticos e cassar o mandato eletivo municipal do Senhor RONALDO JOSÉ DA CUNHA LIMA[43]. (Ata do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Considerações finais

Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o país vivia um momento de grande efervescência política e social.

42 Ibidem.
43 Ibidem.

Após a vitória dos golpistas, a repressão se abateu de forma bastante dura sobre vários setores da sociedade civil.

Uma das formas que esta repressão se expressou foi com a cassação de mandatos eletivos, tanto de parlamentares federais, estaduais e municipais, como de governadores e prefeitos.

As cassações de prefeitos, que analisamos neste artigo, se deram das seguintes formas: por Projetos de Resolução das próprias Câmaras de Vereadores locais, por atos do Conselho de Segurança Nacional, através de acusações de adversários políticos locais, por acusação corrupção e pelo envolvimento em atividades consideradas subversivas pelo regime militar.

Percebemos que a preocupação do regime no estado Paraíba, inicialmente, se deu na repressão a políticos com atuação junto às Ligas Camponesas e com relações próximas com o governo do presidente João Goulart, mas também com políticos que assinaram manifestos nacionalistas, apoiaram o movimento estudantil ou fizeram oposição sistemática ao regime.

Um golpe de classe! A ditadura militar em Campina Grande

Luciano Mendonça de Lima

Ê Ê quando sol nascer
É que eu quero ver
Quem se lembrará
Ê Ê quando amanhecer
É que eu quero ver
Quem recordará
(Luiz Gonzaga Júnior. *Pequena memória para um tempo sem memória,* 1980)

Introdução: golpe, ditadura e historiografia

Entre as décadas de 1950/1960 a sociedade brasileira viveu um período de intensa mobilização política, quando os conflitos sociais vieram à tona com toda força. No campo e na cidade trabalhadores, segmentos da pequena burguesia, estudantes e intelectuais se organizavam para luta por direitos. Por outro lado, para se contrapor a essa crescente mobilização dos "de baixo", a elite brasileira se entrincheirou de diversas maneiras para manter seus privilégios. O auge desta conjuntura de intensa polarização se deu durante o governo João Goulart, especialmente na luta que se travou em torno das chamadas reformas de base. A situação chegou a tal ponto crítico que o desfecho desse processo de luta de classes aberta se consumou através de um violento golpe militar que não só derrubou o então presidente constitucional como implantou uma ditadura que haveria de perdurar no Brasil pelas duas décadas subsequentes.

Como seria de esperar, as avaliações sobre o significado do golpe de 1964 e a natureza da ditadura que paulatinamente foi sendo implantada desde então haveria de dividir opiniões no seio da sociedade brasileira, como que expressar, à sua maneira, a dinâmica viva da luta de classes no plano das ideias.

Sinais destas controvérsias já aparecem nas primeiras obras produzidas sobre o tema, escritas no "calor da hora" por contemporâneos dos próprios acontecimentos, especialmente através da pena de memorialistas e jornalistas. De um lado, as diferentes vozes das forças ideológicas vitoriosas tentando justificar seus feitos e o novo regime perante a "opinião pública." De outro, segmentos ligados às forças derrotadas pelos golpistas ou então rompidas precocemente com os novos donos do poder[1].

Ainda que presentes até os dias de hoje, estes relatos memorialísticos e jornalísticos foram dando espaço a reflexões mais amplas sobre a questão. Nesse sentido, observamos que, com o passar do tempo, estudos mais sistemáticos foram sendo produzidos sobre a temática, desta vez reunindo pesquisas de cientistas sociais de diferentes áreas das Humanidades, dentre eles os trabalhos de natureza historiográfica.

Embora distante da unanimidade, em termos de perspectivas interpretativas e resultados, estes estudos no geral partiam de uma premissa crítica em relação à caracterização daquela que foi a mais longeva experiência ditatorial da história republicana brasileira até aqui. O ponto máximo desta produção intelectual foi o livro publicado no Brasil em 1981[2] (originalmente tese de doutorado defendida, pouco antes, pelo autor na Inglaterra) do cientista político uruguaio, naturalizado brasileiro, René A. Dreifuss. Partindo de um referencial teórico marxista (especialmente das categorias do italiano Antônio Gramsci) e com forte embasamento empírico, o autor chega as seguintes conclusões:

1. O capitalismo brasileiro passou por substanciais transformações no Pós-Segunda Guerra Mundial, em consonância com a nova fase do imperialismo hegemonizado pelos EUA;

1 Foram muitas as obras de teor memorialístico ou jornalístico escritas ao longo dos 21 anos de ditadura no Brasil, tendo sido inclusive retomadas com vigor recentemente, a propósito da conjuntura que antecedeu e sucedeu imediatamente os 50 anos do golpe de 1964. Especialmente para os escritos de primeira hora, ver: CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; BASTOS, Joaquim Justino Alves. **Encontro com o tempo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1965; JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira, 13**: os últimos dias do governo João Goulart. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1964.

2 DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado** – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. Além do marco teórico crítico proveniente do materialismo histórico, a maior parte destes trabalhos, a exemplo do de Dreifuss, se insere na conjuntura histórica dos anos 1970/1980 caracterizada pelo ocaso do regime militar e o ascenso das lutas sociais dos trabalhadores e setores populares da sociedade brasileira.

2. Este processo, visível já no período do governo de JK, estimulou a expansão de um setor da burguesia industrial local associada ao grande capital transnacional;

3. Estas mudanças estruturais foram paulatinamente alterando a correlação de forças entre as diferentes facções no interior do bloco de poder populista, responsável pela hegemonia da classe dominante brasileira sobre os trabalhadores e o conjunto das forças populares até então;

4. Cada vez mais se delineava no Brasil dos anos 1950/1960 uma clássica situação de crise de hegemonia, em que os de "cima" não conseguiam mais governar plenamente, nem tampouco os de "baixo" se deixavam dominar de acordo com a fórmula ideológica tradicional;

5. Diante da tal conjuntura histórica crítica, a classe dominante brasileira, tendo à frente o seu "núcleo duro" (o setor transnacional e associado), iniciou uma ampla campanha de natureza política e ideológica, visando não apenas a desestabilização do governo João Goulart e o combate sem trégua às forças populares que o apoiavam, mas também se apropriar diretamente do aparelho de Estado e fazer valer seus interesses em novos termos;

6. Essa campanha se deu tanto no plano da sociedade política, como da sociedade civil e contou com a participação ativa de diferentes entidades de classe, com especial destaque para o trabalho da grande imprensa e do complexo IBAD/IPES. Este último, criado por grupos de civis e militares conspiradores em 1961, desempenhou papel de vanguarda orgânica da classe dominante;

7. Os movimentos políticos que resultaram na queda do governo populista de Jango em 1º de abril de 1964, representados principalmente pelo complexo IPES/IBAD, procuraram se instalar nos principais cargos de mando da nova estrutura de poder então estabelecida, combinando assim desde então política econômica favorável ao grande nacional e transnacional com repressão política aberta contra grupos de oposição, especialmente os trabalhadores e suas organizações. Em outras palavras, foi se gestando no Brasil de então uma ditadura empresarial-militar, com claro recorte de classe;

8. Do exposto, infere-se que o golpe de 1964 e a subsequente ditadura então implantada estão inseridos no contexto mais amplo da luta de classes no Brasil e no mundo da Guerra Fria, postulado fundamental para se compreender o que se passou no antes e no pós-1964 no Brasil.

Estas, como de resto o conjunto de teses assentadas nos pressupostos do materialismo histórico, inspiraram a maior parte da produção historiográfica até pelo menos a década de 1980, contribuindo para um melhor e detalhado conhecimento sobre variados aspectos da história do golpe e da ditadura no Brasil[3].

Contudo, esse quadro começou a se alterar com a chegada dos anos 1990, a tal ponto que podemos falar em uma verdadeira guinada interpretativa sobre o significado do golpe e da ditadura no Brasil. Essas concepções hoje hegemônicas no campo de estudo em tela se explicam tanto por mudanças teóricas como politicas[4].

Não devemos esquecer que os anos 1990 coincidiram com a conjuntura que testemunhou o desmoronamento do chamado campo do "socialismo real" e o triunfar do neoliberalismo. Daí para a decretação do fim da história foi um passo: as utopias revolucionárias foram transformadas em "peça de museu" e a democracia liberal passou a ser vista como horizonte limite para a humanidade. No plano das ideias, o triunfo de diferentes concepções neopositivistas e de caráter idealista foi a interface desse processo de flexibilização da acumulação de capital, com implicações diretas no mundo acadêmico, *lócus* de produção privilegiada dessa dita e autoproclamada "nova" história[5].

No Brasil, não por acaso, essas ideias passaram a ser intensamente recepcionadas no período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), que ajustou o capitalismo brasileiro ao novo receituário neoliberal a partir do ponto de vista de um país periférico e dependente. A

3 Na esteira da obra de Dreifuss, várias pesquisas surgiram, aprofundando aspectos que o autor apenas tangenciou em sua análise mais global do tema. Neste sentido, ver as seguintes referências: SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1986; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986; SOUZA, Maria Inês Salgado de. **Os empresários e a educação**: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981; ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. É verdade que algumas destas pesquisadoras hoje já não pensam mais a questão exatamente quando publicaram seus livros nos anos 1980, tendo algumas delas (como Heloisa Starling e Lucília Delgado) migrado para posições revisionistas.

4 Para um balanço crítico e atualizado sobre a historiografia do golpe e da ditadura ver MATTOS, Marcelo Badaró. **O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura**: um debate historiográfico. 2014. (texto inédito em PDF).

5 A mais conhecida versão justificadora da fase neoliberal do capitalismo global dos anos 1990 veio de um conhecido sicofanta do imperialismo norte americano, misto de intelectual e tecnocrata a serviço das grandes corporações multinacionais: FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

universidade brasileira, com atraso, é verdade, logo passou a respirar estes "novos ares", se adaptando de forma subserviente a estes paradigmas ditos pós-modernos. Assim, em tempos de hegemonia neoliberal na sociedade e relativismo epistemológico na universidade, não seria de estranhar que o alvo referencial destas investidas fosse o projeto histórico dos trabalhadores e o legado teórico da tradição marxista.

Em termos historiográficos, em maior ou menor grau, essa influência se fez presente em todos os campos de estudo da formação histórica brasileira. No caso das pesquisas sobre a ditadura militar, verdadeiro "divisor de águas" da história do Brasil contemporâneo, seus efeitos não se fizeram esperar. Partindo de um arco teórico que combina em diferentes graus, a depender de cada autor, a nova história política, a história do tempo presente e a história cultural, estes estudos revisionistas promovem um ataque frontal contra as formulações presentes na tradição anterior. Saem as análises estruturais e conjunturais da crise do capitalismo, pressupostos sem os quais não se entende em sua plenitude a trama dos acontecimentos que estiveram no centro do processo que resultou no golpe e na montagem posterior da ditadura, e entra a indeterminação e o impressionismo geral da ação dos "atores históricos"; sai a luta de classes, entra a ação demiurga de culturas políticas das direitas e das esquerdas; sai a responsabilização de quem afinal deu o golpe e se beneficiou dele com a ditadura (ou seja, as classes dominantes e seus lacaios) e entra a responsabilização e culpabilização de todos, esquerda e direita, dominantes e dominados, espécie de versão tupiniquim da teoria dos dois demônios; sai a caracterização da ditadura como ela essencialmente foi, uma ordem social baseada na coerção extrema e seus cortejo triunfal de horrores, entra um regime legitimado socialmente e com ares de consagração popular. Até o nome da coisa é emoldurado: sai o incisivo e consagrado "ditadura militar" (ou empresarial-militar) e entra o brando e vago termo "ditadura civil-militar", pois, afinal de contas, o "bicho", segundo estes novos epígonos do "admirável mundo novo historiográfico", não foi tão feio assim. Por fim, como corolário de tudo isso, para muitos defensores destas teses a história da ditadura é encurtada no tempo, na medida em que esta não começou com o golpe de 1964 e sim em 1968, com a decretação do AI-5, e terminou em 1979, com a revogação daquele dispositivo discricionário e a aprovação da Lei de Anistia (esta última curiosamente interpretada como um pacto com a sociedade e não o que de fato foi, mais uma imposição do regime militar a um congresso mutilado, desta vez pelo "pacote de abril" de 1977), signos do

reestabelecimento do "Estado democrático direito" no Brasil[6].

Em 2004, o cientista político Caio Navarro de Toledo já chamava a atenção para o caráter teoricamente falacioso e politicamente reacionário destas teses revisionistas. Segundo ele, o que, ao fim e ao cabo, estes autores fazem é nada mais do que atualizar a memória dos vencedores (mesmo que com uma moldura aparentemente sofisticada e progressista, pois alguns deles têm passado de esquerda, hoje devidamente renegado), que sempre procuraram uma fórmula de legitimar o regime ditatorial[7].

Embora as correntes revisionistas ainda sejam majoritárias no conservador ambiente universitário que impera no Brasil, o debate sobre o golpe e a ditadura vem ganhando novos contornos nos últimos anos com o surgimento de uma nova geração de pesquisadores, já informados pelos impactos da crise do capitalismo do começo do presente século, crise essa que fez pipocar por diferentes partes do mundo a eclosão de lutas sociais nos diferentes quadrantes do mundo (Europa, Oriente Médio, Norte da África, Estados Unidos) e, ao mesmo tempo, reafirmar a força crítica do pensamento marxista ao *status quo* burguês[8]. Buscando retomar o que de

6 Parafraseando o grande poeta e abolicionista negro brasileiro Luiz Gama, diríamos que, na fauna dos revisionistas, "Bodes há de toda casta, pois a espécie é muito vasta". Assim, temos desde autores que apresentam algum grau de sofisticação argumentativa, como Daniel Aarão Reis Filho, passando por aqueles que embora se proclamem originais, na verdade são meros compiladores de ideias alheias, a exemplo de Jorge Ferreira, até os que beiram a caricatura e o panfleto, caso do patológico Marcos Antônio Villa. Por seu turno, difícil seria aqui indicar ao leitor uma ou outra obra que sintetizasse a visão revisionista hoje predominante nos estudos sobre o golpe e a ditadura no Brasil, tal o domínio que estes autores estabeleceram sobre o mundo da produção (a universidade) e circulação das ideias (as editoras e os meios de comunicação), espaços estes onde eles controlam generosas verbas, cargos e influências para exercitar seu proselitismo intelectual e ideológico. Embora com algumas vozes dissonantes, a coletânea indicada a seguir é um bom ponto de partida para o contato com as principais teses do grupo: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigues Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

7 Para maiores detalhes, ver TOLEDO, Caio Navarro de. Golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. **Crítica marxista**, n.19, p. 27-48, out. 2004. Independente de intencionalidades prévias, não é por acaso que autores de matriz revisionista encontrem eco em círculos políticos da extrema direita brasileira, a exemplo do Clube Militar, que não se cansa de citá-los em matérias publicadas no site daquela instituição castrense que abriga os oficiais da reserva, verdadeiros guardiões da memória oficial do golpe e da ditadura no Brasil. Não é também por acaso que a reacionária ideia de "Ditabranda", formulada em infame editorial publicado pela *Folha de S. Paulo* de 17 fev. 2009, encontre amparo em muitas das supracitadas teses.

8 No Brasil este quadro internacional mais amplo teve como desdobramentos a conjuntura que resultou na retomada dos movimentos sociais, cujo ponto alto foram as manifestações de junho de 2013, o clima ideológico criado pela instalação das Comissões da Verdade e a aproximação das efemérides em torno dos 50 anos do golpe de 1º de abril de 1964 e os 30 anos do fim da ditadura, em 2014/2015. Tudo isso tendo como pano de fundo as contradições de um projeto de poder representado pelo Partido dos Trabalhadores, que, malgrado seu passado popular, ao chegar ao governo em 2003

melhor a tradição anterior de estudos sobre o golpe e a ditadura militar no Brasil produziu ao longo do tempo, especialmente aquela informada pelo materialismo histórico, estes estudos visam fazer avançar o conhecimento sobre o tema, o que, necessariamente, passa por um acerto de contas com as falácias teóricas e políticas do revisionismo. Para enfrentar as grandes polêmicas que estão no centro do debate hoje, estes estudos têm direcionado a pesquisa para recortes previamente delimitados[9].

O presente artigo, na verdade parte de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento, objetiva dialogar com estes autores e com a agenda crítica recolocada por eles, tanto no interior da academia como no espaço público dos debates das ideias. Para isso tomamos como exemplo o município de Campina Grande, na Paraíba, no sentido de investigarmos as particularidades da ação das classes dominantes locais na ação golpista e na implantação da ditadura militar no contexto e na dinâmica local, sem obviamente deslocar da realidade mais ampla. Em termos de fontes, a prioridade será dada à documentação produzida pela Câmara Municipal de Campina Grande (CMCG), resguardada em seu arquivo (ACMCG). Essa escolha se justifica basicamente por duas razões. Além de produzir sua própria documentação, tais como atas, ofícios, requerimentos, projetos de lei, relatórios, dentre outras, a CMCG também acabava sendo depositório de materiais provenientes de outras instituições e entidades sociais, com as quais mantinha frequentes contatos através de correspondência ativa e passiva. Por outro lado, pelas suas próprias características políticas, esse órgão legislativo mirim se transformou, é verdade que na condição de sócio menor, em importante espaço de atuação das elites locais na articulação do golpe e da legitimação da ditadura ao longo dos anos, o que a transforma em ponto de apoio para analisarmos dialeticamente a trama dos acontecimentos e seu significado. Por fim, no que diz respeito ainda às fontes, utilizaremos

(com Lula da Silva e, posteriormente, Dilma Rousseff) capitulou diante das forças do capital e da estratégia de conciliação de classes. Essa subordinação governamental petista também se reproduz em relação à política da memória do regime militar, expressa, por exemplo, na perpetuação da impunidade daqueles que ordenaram, financiaram e cometerem crime de lesa-humanidade.

9 MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. Para o objetivo que nos move no presente texto, a importância de citar essa obra coletiva é tripla. De um lado, ela mostra que os postulados que informam a atual historiografia revisionista da ditadura no Brasil não é um fenômeno circunscrito a um ou outro tema nem tampouco a uma ou outra historiografia nacional: é uma tendência mundial. Por outro lado, ela confronta, com trabalhos resultantes de minuciosas pesquisas empíricas sobre diferentes aspectos da história da ditadura, as citadas teses falaciosas sobre o tema em foco. Por fim, é uma prova viva da capacidade de renovação do materialismo histórico em tempos de embrutecimento intelectual e barbárie social.

também alguns exemplares de periódicos locais, como o *Diário da Borborema* e *Jornal da Paraíba*, e alguns documentos avulsos provenientes do Arquivo da Universidade Federal de Campina Grande[10].

Elites dominantes, interesses de classe e ditadura militar em Campina Grande.

Embora não tenha vivido da mesma maneira o clima de tensões sociais e políticas concentradas nas grandes cidades do eixo sul-sudeste do país, nem por isso Campina Grande passou incólume ao processo de intensificação da luta de classes que marcou profundamente a conjuntura que antecedeu o golpe de 1964. Assim, se não tivemos por estas plagas grandes processos de lutas operárias e camponesas, podemos observar outras formas de participação que, direta ou indiretamente, convergiam para o clima de mobilização popular que o país como um todo vivia naqueles tempos, com especial destaque para os embates em torno das reformas de base que embalaram o governo Jango.

Nestes termos, podemos afirmar que as mobilizações sociais em curso em Campina Grande remontavam à década de 1950 e atingiram o seu auge às vésperas do golpe de 1964. Estas eram protagonizadas por políticos e lideranças ligadas aos movimentos nacionalista, estudantil, sindical e popular. Dentre as que contaram com a participação destes setores, podemos mencionar o movimento de alfabetização de adultos capitaneada pela Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), as questões políticas que mobilizaram o país à época, como a campanha da legalidade de 1961, as lutas estudantis por melhores condições de estudo e democratização das escolas, o apoio à luta travada no campo pelo sindicalismo rural e, principalmente, as Ligas Camponesas e as greves e demais mobilizações dos

10 A historiografia sobre o golpe e a ditadura em Campina Grande é bastante lacunar, gravitando em torno de obras clássicas caudatárias da memória dos contemporâneos ou, mais recentemente, alguns trabalhos acadêmicos tributários das teses revisionistas devidamente adaptadas para o contexto local. Por limites de espaço não temos como fazer um balanço mais detido destas obras. De qualquer maneira, para uma visão de conjunto, ver as seguintes obras: SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & coronelismo**: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964). Brasília: Senado Federal, 1988; AGUIAR, Joabe B. **Uma festa para a Rainha da Borborema**: O centenário de Campina Grande (1960-1964). Campina Grande: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Campina Grande, 2014; MARQUES, Thiago Trindade. **Do desenvolvimentismo ao alinhamento à conduta militar**: as peripécias da política campinense (1963-69). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2012; RAMOS, Érica Lins. **Da conivência ao despertar militante**: o movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964-1968). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2013.

trabalhadores urbanos[11].

Outrossim, a classe dominante de Campina Grande, formada basicamente por industriais, banqueiros, proprietários rurais e comerciantes, chegou aos anos 1960 ainda se ressentindo de um projeto capaz de reorientar a economia local depois do fim do ciclo algodoeiro que fez a festa destas mesmas elites até pouco tempo atrás. E a solução que vislumbraram para alavancar uma nova fase de desenvolvimento para a cidade era a panaceia da industrialização. Embora houvesse algum tipo divergência entre suas várias facções constitutivas, elas se unificaram em torno do referido projeto. Tanto é assim que nas eleições de 1963 as duas principais forças políticas locais se uniram em torno dos nomes de Newton Rique e Williams Arruda, chapa essa afinal vitoriosa e empossada no executivo municipal no final daquele mesmo ano[12].

Apesar de ter alterado profundamente aspectos da vida da cidade, como de resto a de todo o país, o golpe de 1º de abril de 1964 foi bem recepcionado pelos diferentes setores de nossas elites, que não pensaram duas vezes em aderir aos novos donos do poder com a perspectiva de preservar seus interesses e privilégios de classe[13].

Caso emblemático a esse respeito foi o comportamento da Câmara Municipal de Campina Grande, tanto em relação ao golpe propriamente dito, quanto aos seus desdobramentos posteriores com a implantação da ditadura em âmbito local. A primeira reunião da CMCG depois do golpe se

11 A respeito desse último tópico, interessante foi a tentativa de reunir numa espécie de frente unitária de luta as principais categorias de trabalhadores da cidade, a exemplo dos bancários, comerciários e sapateiros. Chamada de "Sindicato dos trabalhadores reunidos de Campina Grande", a organização defendia uma espécie de programa mínimo, que ia desde a mobilização pelo cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários básicos, passando pela defesa das liberdades democráticas e causas nacionalistas, até ao apoio integral às Ligas Camponesas. Cf. **Ofícios recebidos diversos**. 1961. Arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande (doravante ACMCG).

12 Na eleição de 1959, estas forças haviam se confrontado diretamente através de suas principais lideranças, ou seja, Newton Rique e Severino Cabral. O primeiro era visto como o candidato da modernidade e do progresso industrializante, o outro como o símbolo do atraso e da tradição coronelística. O tempo se encarregou de mostrar que, afinal de contas, as diferenças entre as duas facções não eram tão grandes assim, a tal ponto que os inimigos de ontem se tornaram aliados de então, um marcante traço da política local que sobreviveu aos tempos. Cf. LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção**: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa: Edufpb, 2012.

13 Sobre o clima na cidade no dia do triunfo do golpe, o *Diário da Borborema*, periódico local que compunha o sistema de comunicação associados de rádio, jornais e TV pertencente ao notório empresário golpista Assis Chateaubriand, estampou na primeira página da edição do dia 1ºde abril de 1964 a seguinte manchete: "General Mourão pronuncia-se contra Goulart: adesões das Forças Armadas de todo o País". Cf. **Diário da Borborema**. 1º abr. 1964. Arquivo Diário da Borborema (doravante ADB).

deu dois dias depois, ou seja, em 3 de abril de 1964. Dos dezesseis vereadores eleitos para a legislatura 1963/1967, quatorze se fizeram presentes ao plenário da casa, à época localizada na Avenida Floriano Peixoto, centro da cidade. Presidida pelo vereador João Jerônimo da Costa, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a sessão daquela sexta-feira seguiu o ritual de praxe. Após a leitura e aprovação de atas anteriores, os vereadores começaram a discutir o expediente do dia. De pronto, o vereador Augusto Ferreira Ramos, do Partido Social Democrata (PSD), apresentou o requerimento de Nº 254/64, com o seguinte teor:

> Que seja inserido em Ata de nossos trabalhos, um voto de aplausos às Forças Armadas, na pessoa do Exmo. Ministro da Guerra, General Costa e Silva, felicitações estas extensivas aos governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Ademar de Barros e todos os outros que solidarizaram-se com as medidas adotadas, no que diz respeito aos fatos ocorridos na madrugada do dia 1º de abril, comunicando-se, inclusive, a decisão da Casa ao Exmo. Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e Senado Federal[14].

Ato contínuo, o vereador Gumercindo Barbosa Dunda, do Partido Social Progressista (PSP), solicitou que também fosse apreciado requerimento de sua autoria, cujo integra reproduzimos abaixo:

> Que seja dirigido telegrama aos governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda e ainda aos Generais Justino Alves, Castelo Branco, Mourão Filho e Amauri Kruel, pela atitude tomada em defesa e segurança da democracia brasileira[15].

Nesse mesma direção, o vereador João Nogueira de Arruda apresentou os Requerimentos de Nº 260/64 e 261/64, em seu nome e em nome da bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB), formada por ele e os vereadores Genésio Soares de Carvalho e Manoel Joaquim Barbosa, por meio dos quais apresentava, respectivamente, "irrestrito apoio às medidas tomadas pelo Exmo. Comandante do 4º Exército, General Justino Alves Bastos, em defesa dos postulados democráticos" e voto de aplausos ao "Governador do Estado, Dr. Pedro Moreno Gondim, pela sua firme decisão em defesa dos postulados democráticos de nossa terra, quando estava em jogo os direitos assegurados pela nossa Carta Magna"[16].

14 **Ata da 32ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Campina Grande, realizada no dia 03 de abril de 1964**. ACMCG.

15 Ibidem.

16 Ibidem.

Todas estas proposituras apologéticas ao golpe e os golpistas civis e militares, de autoria de vereadores de diferentes partidos e independentemente de sua condição de apoio ou oposição ao governo recém-deposto, após apreciação em plenário foram aprovadas por unanimidade. Esse episódio deu início uma triste história feita de servilismo, cumplicidade e pragmatismo do poder legislativo municipal em relação aos novos donos do poder instalado em 1964. Convém destacar que esse quadro não se alterou com a decretação do AI-2, baixado em 27/10/1965, que, dentre outras medidas, acabou com todos os partidos então existentes e estabeleceu o bipartidarismo da Arena e do MDB. Com as exceções de praxe, tal comportamento político da CMCG se estendeu praticamente até o fim do regime militar em Campina Grande[17].

Assim, por exemplo, em 31 de março de 1971 a CMCG se reuniu extraordinariamente para comemorar os sete anos da "Revolução" e homenagear o ditador da ocasião, o General Emílio Garrastazu Médici, com a aposição de um seu retrato na galeria da casa. Após a abertura da sessão solene (que por sinal contou com a presença da "fina flor" da sociedade local, tais como o Cônsul do Líbano, representantes do Interventor Federal, da polícia militar, da 5ª Companhia de Infantaria, etc.), o vereador Genésio Soares de Carvalho fez o discurso oficial em nome da casa, saudando a importância daquela data "magna" para o país, destacando as grandes mudanças que o Brasil viveu graças à bendita "revolução" – leia-se o golpe de 1º de abril de 1964. Após sua "brilhante oração", segundo registro do taquigrafista, o mencionado vereador apresentou o Requerimento Nº 84/71, mais uma vez aprovado por unanimidade, com o seguinte conteúdo:

> Requeiro, na forma regimental, que consultado o plenário da Casa e considerando a patriótica obra do governo revolucionário

17 Uma análise da composição da CMCG durante a vigência do regime militar aponta para algumas características interessantes que ajudam a explicar o comportamento político dominante da casa no período ditatorial. Em primeiro lugar, constatamos que a esmagadora maioria dos vereadores tinha fortes vínculos com os estratos sociais dominantes da sociedade local, constituída de empresários, comerciantes, proprietários de terra, militares e profissionais liberais. Por outro lado, observamos um baixo grau de renovação e rotatividade dos mandatos, havendo uma clara tendência ao continuísmo da maioria dos vereadores, reeleitos que eram a cada nova legislatura. Também observamos uma folgada maioria dos partidos governistas, com uma pequena presença das forças de oposição consentida, realidade essa que se altera apenas na reta de agonia do regime no início dos nos 1980, embora não houvesse diferenças ideológicas substanciais entre um grupo e outro na maior parte do tempo. Exemplar a este respeito foi a carreira do vereador Antônio Alves Pimentel, que atravessou incólume o período da ditadura sempre compondo o partido governista de ocasião (PSD, Arena e PDS), estando presente em todas as cinco legislaturas correspondente aos anos de 1963/1988. No ano seguinte, 1989, foi sucedido pelo filho, o vereador Antônio Pimentel Filho, eleito pelo PMDB, desde então sucessivamente reeleito e hoje, 2016, ocupando a presidência da casa.

> representado na pessoa do eminente presidente Emílio Garrastazu Médici, seja consignado na Ata dos nossos trabalhos, uma moção de apreço e confiança a S. Excia. pela notável atuação à frente dos destinos de nossa pátria, comunicando-se ao homenageado a decisão deste deliberativo.[18]

Em se tratando de tempos de ditadura militar, a presença de representantes da caserna tornava-se obrigatória em diversos eventos sociais e espaços institucionais outros. Nesse sentido, os órgãos militares (seja das forças armadas, seja das polícias militar, civil e federal) desempenhavam papel importante na articulação entre interesses gerais do regime e as forças dominantes locais. Dentre outros momentos, isso se condensava em determinadas ocasiões solenes carregadas de especial simbolismo para o sistema, como as comemorações anuais em torno do aniversário do golpe, que se estenderam de 1965 a 1984. A propósito disso, em 1973, a CMCG realizou mais destas homenagens. Desta vez o principal convidado da casa foi o Major Antônio Paulo Câmara, então comandante do 5ª Companhia de Infantaria do Exército instalada no município. Seguindo o rito de praxe, o major foi introduzido no recinto da casa por uma comissão de vereadores da oposição e da situação, composta por Lindaci Medeiros Nápoles, Luís Marinho da Silva e José Sobreira Targino. Após ser convidado a compor a mesa dos trabalhos, foi recebido com um discurso apologético pronunciado pelo presidente da Câmara, vereador Moisés Lira Braga. Então foi dada a palavra ao convidado para fazer a sua conferência. No auge, de um lado, do "milagre econômico", que fazia a festa de nossas elites, e, de outro, dos anos de chumbo e da repressão contra diversos setores de oposição, o representante das forças armadas buscava exaltar as realizações do regime e justificar o caráter "democrático da revolução" nos seguintes termos:

> Mas, esta (a "redentora" de 1964, LML) foi diferente das outras, que são feitas sem o apoio do povo, não existindo união entre o povo e

18 **Ata da 22ª sessão extraordinária da Câmara Municipal de Campina Grande, realizada em 31 de março de 1971**. ACMCG. A Guarnição Federal do Exército localizada em Campina Grande teve diferentes comandantes ao longo dos 21 anos de vigência da ditadura, todos ciosos do papel que deveriam cumprir na manutenção da ordem ditatorial no município e região. Contudo, talvez ninguém tenha cumprido melhor esse sinistro papel do que Antônio Paulo Câmara, mais conhecido como "Major Câmara", cuja gestão coincide com os anos mais sombrios do regime em âmbito local. Se de um lado o major era *habitué* das mais refinadas rodas sociais e políticas da "boa sociedade" campinense, de outro seu nome era sinônimo de arbítrio para muitos moradores da cidade, especialmente aqueles que tiveram a infelicidade de cair nas garras da repressão. Nas dolorosas lembranças de militantes de esquerda e lideranças populares de Campina Grande, o terrorismo institucional do Major Câmara e seus asseclas traduzia-se em ações de sequestros, humilhações, maus tratos, torturas, etc.

> os militares, mas, a revolução de março de mil novecentos e sessenta e quatro, não feita só com o povo, mas também com militares, com o povo e militares, com o povo e militares irmanados. Foi preparada não só com os militares, mas, também com o povo. Democracia não é só liberdade, mas, liberdade com responsabilidade, diferente daquela democracia de há anos atrás, que era feita de bagunça, com baderna, com irresponsabilidade, com desmoralização[19].

No ano seguinte, 1974, quando da efeméride dos 10 anos da ditadura no Brasil, o servilismo da CMCG ao regime militar talvez tenha atingido seu apogeu. A disputa entre os vereadores era para saber quem fazia o discurso mais apologético aos homens do poder. Ao que parece, no item "puxa-saquismo desvairado"[20] o vereador situacionista José Luz Junior ganhou disparado. Em discurso pronunciado na sessão convocada para tal fim em 28 de março daquele ano, não poupou adjetivos para caracterizar as obras faraônicas da ditadura e as supostas virtudes democráticas dos governos militares, empurrando para debaixo do tapete da história as mazelas da concentração de renda, do arrocho salarial, dos desastres ecológicos e da repressão. Em tom que mistura ufanismo e ameaça a potenciais críticos dos feitos da "salvadora" de 1964, arremata:

> Há dez anos atrás, o Brasil ameaçava mergulhar numa perigosa subversão de seus tradicionais conceitos de Democracia e Liberdade, aproximando-se de exóticos modelos de governo e de uma filosofia econômica e social que não encontrava nos costumes nacionais uma correspondência histórica de solidas raízes. (...) Os que não acreditavam que o País pudesse crescer a níveis quase de milagre – o "milagre brasileiro", como é conhecido no exterior – estão hoje desmoralizados ante esta verdade incontestável: o Produto Interno Bruto do Brasil, em 1973, alcançou a marca recorde de mais 11%, não igual a do no mesmo período por nenhum outro País do mundo atual. (...) Com a Revolução de 1964, sobretudo, o Brasil entrou na era do desenvolvimento econômico e social planejado, corrigindo as distorções dos períodos anteriores e fomentando um progresso mais harmonioso que não tardará a se distribuir em frutos generosos a todas as classes sociais, das mais afortunadas às menos favorecidas[21].

19 **Ata da sessão especial comemorativa ao nono ano da Revolução de trinta e um de março de mil novecentos e sessenta e quatro, realizada em 29de março de 1973**. ACMCG.

20 O termo é do escritor Sérgio Porto, que através da linguagem escrachada do humor conseguiu captar como poucos o clima de estupidez, oportunismo e obscurantismo político/cultural implantado no Brasil com o triunfo da "redentora" de 1º de abril de 1964. Ver PONTE PRETA, Stanislaw. **Febeapá**: Festival de besteira que assola o país. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

21 **Ata da 18ª sessão ordinária da Câmara Municipal e Campina Grande, realizada em 28 de março de 1974**. ACMCG. Aliás, o vereador José Luiz Júnior foi dos mais intransigentes e incondicionais

Porém, por mais importantes que tenham sido as atividades da CMCG, especialmente no esforço de estabelecer legitimidade ideológica à ditadura e dar vazão às querelas provincianas entre as facções políticas locais, não era principalmente por meio dela que os grupos dominantes se articulavam para fazer prevalecer seus interesses de classe junto à ditadura. Nesse sentido, podemos afirmar que, mais do que as agremiações políticas formais (sejam as que existiam antes do AI-2, sejam as que passaram a existir a partir de então, sejam as que se formaram depois da reforma partidária que reestabeleceu o pluripartidarismo em 1979), foi por meio de outros espaços de representação que nossas elites procuraram defender seus interesses com mais afinco. Essas organizações podiam ser entidades clássicas, como a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), a Associação Comercial de Campina Grande (ACCG), o Clube de Diretores Lojistas ou o Sindicato Rural de Campina Grande. Mas também podiam ser instituições tradicionais de caráter cultural, científico, recreativo ou filantrópico que ganhavam novas funções naquele contexto, tais como o Lions Clube, Rotary Clube, Lojas Maçônicas, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Instituições de Ensino Superior, Órgãos de Imprensa etc. Mesmo que informalmente, estas entidades e instituições constituíram, na prática, o verdadeiro partido da classe dominante local, o Partido da Propriedade, Tradição e Família (PPTF)[22]. Dentre as reivindicações destes

defensores da ditadura militar na cidade, compondo com outros vereadores uma espécie de "batalhão de choque" do regime na CMCG. Nesse sentido, não media esforços e palavras para atingir tal fim. Em 1976, por exemplo, no contexto de uma discussão no plenário da casa envolvendo representantes do partido da oposição consentida (MDB) e do partido do governo (Arena) a propósito da volta das cassações de parlamentares em pleno governo do general ditador Ernesto Geisel, o referido edil campinense não pensou duas vezes em fazer a apologia do AI-5, o mais sinistro instrumento da ditadura para censurar, perseguir, prender, sequestrar, torturar, matar e fazer desaparecer milhares de opositores. Porém, para o "ilustre" vereador nada disso importava. Em suas próprias palavras: "O que ocorre com o AI-5 é que ele é chamado para evitar um mal maior, uma pregação de um Deputado do Rio Grande do Sul, uma pequena cidade do Rio Grande do Sul, poderia se alertar pelo Congresso, pela Assembleia, pelas Câmaras e depois ninguém segura este país e estaríamos nas mãos criminosas de um Jango e de um Leonel Brizola. Daí a necessidade do AI-5, para coibir, para corrigir, para cortar o mal pela raiz. Os bons, os certos, os honestos, não sofreram, não receberam o AI-5". Ver **Ata da 28ª sessão ordinária do 7º período da 7ª legislatura, realizada em 09 de abril de 1976**. ACMCG.

22 Era relativamente comum a circulação de membros da classe dominante local entre estas diferentes, porém complementares, entidades e instituições. Assim, por exemplo, além de sócio da ACCG e da FIEP, o empresário José Carlos da Silva Júnior pertencia aos quadros do Lions Clube de Campina Grande. Por seu turno, Stênio Lopes, diretor regional do SENAI, foi chefe da subdelegacia da ADESG e membro do Rotary Clube. Por fim, Luiz Motta Filho, prefeito interventor do município entre 1970/1973, também pertencia aos quadros da FIEP e da ACCG. Nesse sentido, podemos afirmar que estes eram verdadeiros espaços de aprendizado ideológico da elite local em tempos de ditadura aberta. Parafraseando o historiador E. P. Thompson, diríamos que estamos diante de um momento histórico de fazer-se e refazer-se da classe dominante local, que através desta militância identificava

grupos locais junto à ditadura destacava-se a instalação de órgãos federais na cidade, a busca de verbas para fazer frente às despesas correntes, a indicação de protegidos políticos para cargos públicos, a construção de obras de infraestrutura, etc.

Nesse contexto se destaca a luta das elites locais pela retomada do projeto de industrialização, que, como vimos páginas atrás, era visto pelas elites locais como saída para a crise que o município atravessava desde a decadência da economia algodoeira nos anos 1950. O pilar do projeto industrializante propugnado por esses setores dominantes era o incentivo ao capital privado por meio de recursos públicos, especialmente aqueles de órgãos locais, estaduais e federais. Mesmo tendo que adaptar-se aos novos tempos advindos com o golpe e a ditadura para a região Nordeste (a saber, a priorização e centralização de projetos estratégicos em torno das capitais, no caso da Paraíba, a cidade de João Pessoa), aceitando, portanto, cumprir o papel de sócio menor numa área periférica de um capitalismo cada vez mais transnacionalizado, as entidades de classe locais procuraram se articular politicamente para levar adiante tal empreendimento. Por conseguinte, entre as décadas de 1960 e 1980 várias empresas foram beneficiadas com a política de incentivos da SUDENE, seja para se instalar, seja para expandir seus negócios em Campina Grande[23].

Nesse contexto, merece destaque o caso da Wallig Nordeste S. A. Indústria e Comércio, empresa de capital gaúcho especializada na fabricação de fogão doméstico. As primeiras iniciativas para atraí-la para Campina Grande se deram ainda na gestão do prefeito banqueiro Newton Rique, seguiram nas gestões seguintes ao golpe para finalmente se completar com a inauguração da filial campinense em 9 de agosto de 1967. Além de incentivos fiscais, a referida empresa ainda se beneficiou de infraestrutura completa (terreno próprio, estradas para escoamento da produção, água, luz e telefone) e, principalmente, mão de obra barata e em abundância[24].

---

e construía na ação politica o seu projeto de classe em confronto com outras classes sociais. Ver THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** – Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

23 As empresas (algumas de capital local, outras nacional e até multinacional) beneficiadas atuavam nos mais diversos ramos industriais, tais como alimentos, têxtil, maquinário, eletrodoméstico, eletrônico, metalúrgico, tubos plásticos etc. Além da WALLIG NORDESTE, podemos citar ainda: COTONÍFIO CAMPINENSE, CANDE, IPELSA, PREMOL, ARBAME MALLORY do NORDESTE, FRIGRANDE, BENTONIT UNIÃO NORDESTE S. A, ARTEFATOS METALÚRGICOS MULLER DO NORDESTE S. A.

24 O dia da inauguração da Wallig Nordeste em Campina Grande mereceria um capítulo à parte, pelo muito que pode nos ensinar acerca da história das múltiplas contradições da ditadura militar aqui e alhures. A festa deveria estar à altura das mais caras tradições superlativas que caracterizavam

Além dos recursos que alavancaram o setor indústria, a elite local também se locupletou largamente de recursos provenientes de outras iniciativas da ditadura. Foi o caso de alguns projetos urbanísticos que forneceram empréstimos a fundo perdidos a vários municípios brasileiros entre os anos 1960/1980. Em Campina Grande, suas elites se articularam politicamente para barganhar junto aos órgãos competentes o maior volume de verbas possíveis. Ao fim e ao cabo a cidade foi contemplada com recursos proveniente de dois projetos, a saber: Comunidade Urbana Para Recuperação Acelerada (CURA) e o Programa Nacional Para Cidade de Porte Médio (PNCPM). Financiado com dinheiro de órgãos como o Banco Nacional de Habitação e do Banco Mundial, tais empreendimentos implicaram em grandes modificações urbanísticas na cidade.

Por essas e outras o PPTF sempre que podia expressava sua gratidão aos ditadores de plantão. Em 1972, por exemplo, quando da passagem dos oito anos da "gloriosa", o *Jornal da Paraíba*, ele próprio parte do conjunto de forças políticas dominantes locais, publicou em sua edição do dia 31 de março um caderno especial sobre a efeméride. A primeira página do caderno traz em destaque a imagem dos três generais ditadores que até então haviam passado pela presidência da República após a deposição de João Goulart, ou seja, Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici. Logo abaixo um texto, cujo título escrito em letras garrafais por si só diz muito do seu conteúdo: "A revolução que salvou o país". O restante da publicação é dedicado a matérias com mensagens apologéticas ao regime militar, assinadas (e, possivelmente, pagas) por diferentes entidades, empresas e instituições da "boa sociedade campinense"[25].

certo ideário em torno da cidade, tão ao gosto de suas elites econômicas, políticas e intelectuais. Assim, por exemplo, para essa gente bem nascida não bastava apenas a presença das mais graúdas autoridades locais e estaduais no evento (o prefeito Willians Arruda, o governador João Agripino, o bispo Dom Manoel, representantes da caserna etc). Era preciso mais, muito mais. Assim, naquela manhã de 9 de agosto de 1967, ao lado do diretor presidente da empresa, o capitalista Werner P. Wallig, estava nada mais nada menos que o general ditador de plantão Arthur da Costa e Silva, que às 9h30 "acionou o botão da sirene dando por inaugurada a mais moderna fábrica de fogões da América Latina", verdadeiro "Colosso da Borborema". Ver **Correspondências recebidas diversas**. 1967. ACMCG.

25 Caderno II, **Jornal da Paraíba**, 31 mar. 1972. Arquivo do Jornal da Paraíba (doravante, AJP). Podemos constatar no título e conteúdo do referido texto ecos de uma famosa matéria publicada na *Revista Seleções*, sucursal brasileira da *The Reader'sDigest*, porta-voz dos valores americanos no "mundo livre" (leia-se, capitalista). Contando com o apoio de entidades golpistas no Brasil, como o complexo IPES/IBAD, e fartos recursos financeiros da CIA, a referida publicação fez parte da guerra ideológica travada nos meios de comunicação da grande mídia da época contra o governo Jango e as forças populares. O artigo intitulado "A Nação que se salvou a si mesmo", de autoria do Redator-chefe Christian Herald, publicado em novembro de 1964, fez parte deste contexto mais amplo e foi

Assim, temos os anúncios de empresas privadas, como a "Artefatos Metalúrgicos Muller Nordeste S/A", que em tom sóbrio, porém não menos significativo, declarava: "Cumprimentamos as autoridades brasileiras e o povo em geral no dia em que se comemora o 8º aniversário da Revolução Democrática de 31 de março de 1964. Empreendimento apoiado pela SUDENE. Campina Grande-Paraíba"[26].

Mais entusiasta nas palavras foi um conhecido comerciante do tradicional ramo algodoeiro, que expressou o seguinte sentimento:

> Este é dia histórico para nossa Pátria. O 31 de março representa a libertação do jugo comunista e o surgimento de uma era de paz e tranquilidade para a Nação. Por isso nos sentimos verdadeiramente felizes porque felizes estão 80 milhões de brasileiros. Araújo Rique & Cia-tradicional empresa campinense, saúda todos os brasileiros na pessoa de seu eminente Presidente General Médici[27].

Algumas empresas públicas locais (imprescindíveis para propiciar o processo de acumulação de riqueza dos grupos privados industrializantes instalados na cidade disponibilizando insumo a baixo custo) também reforçaram o "coro dos contentes" com a ditadura, veiculando matérias pagas, tais como a Companhia de Eletricidade da Borborema: "Oito anos de paz e prosperidade. Nós comungamos da alegria de todos os brasileiros pelo transcurso do oitavo aniversário da Revolução. Nós participamos dos esforços do governo para o Brasil ser um país cada vez mais forte"[28].

Entidades ligadas diretamente aos interesses de segmentos da classe dominante local também fizeram questão de prestar reverência à data tão "significativa", como foi o caso do Sindicato Rural de Campina Grande, que na pessoa de seu presidente, Esaú Catão, publicou a seguinte nota:

> Ao ensejo de mais um aniversário da Revolução de 31 de março de 1964, o Sindicato Rural de Campina Grande, órgão patronal, transmite a sua mensagem de fé e esperança nos destinos de nosso país, governado pelo eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici. Nós ruralistas, que alimentamos o Brasil, rendemos graças à Revolução, que devolveu

---

a primeira versão sistematizada para o grande público do golpe do ponto de vista dos vencedores de então. Além de ter se transformado numa espécie de história oficial da gênese da ditadura, a influenciar publicações caudatárias da ideologia do regime militar, como a edição comemorativa do *Jornal da Paraíba* de 31 de março de 1972, nos últimos anos tal versão vem sendo usada acriticamente por muitos adeptos das teses historiográficas revisionistas da ditadura no Brasil.

26 Caderno II, **Jornal da Paraíba**, 31 mar. 1972. AJP.

27 Ibidem.

28 Ibidem.

a harmonia e a paz ao meio rural e à família brasileira[29].

Por fim, temos mensagens de algumas instituições de caráter filantrópico, que também não perderam a oportunidade de homenagear a "magna" data, a exemplo da "Regeneração Campinense", uma das lojas maçônicas em funcionamento na cidade. Depois de um preâmbulo filosófico e cristão, o texto publicado em nome da diretoria da entidade conclui:

> Para todos os brasileiros que concebem a existência sobre a terra como uma escola de aperfeiçoamento e de melhoria, de amor e paz, eis a mensagem da Loja Maçônica Regeneração Campinense, por ocasião da passagem de mais um aniversário da Revolução de março de 1964[30].

Entretanto, ao contrário do que as classes dominantes locais e seus porta-vozes costumavam apregoar em prosa e verso, o decantado progresso não beneficiava a todos. Muito pelo contrário, ele só fez acentuar a concentração de riqueza e poder nas mãos de grupos tradicionalmente privilegiados da sociedade local, em detrimento da grande maioria da população. Assim, também em Campina Grande a história do regime militar precisa ser analisada criticamente, no sentido de melhor compreendermos as suas contradições. Nesse sentido, convém destacar inicialmente que aquele processo esteve assentado em dois traços básicos, a saber: o aumento da exploração dos trabalhadores como um todo e o uso sistemático da repressão contra toda forma de oposição, especialmente aquelas provenientes dos setores populares ao projeto de dominação da ditadura. Vejamos então alguns aspectos da questão.

Repressão e violência no contexto da ditadura militar em Campina Grande.

Como vimos há pouco, um dos pilares responsáveis pela reorganização do projeto da classe dominante no contexto da ditadura em Campina Grande foi a ideia da industrialização como alternativa à crise que a economia local vivia desde os anos 1950. Além dos benefícios diretamente recebidos do Estado (isenção fiscal, infraestrutura, empréstimos, etc.), esse processo só foi possível devido à grande quantidade de mão-de-obra barata que as empresas atraídas tinham a seu dispor. Aqui mais uma vez não custa nada evocar o caso paradigmático da Wallig Nordeste, que depois de usar e abusar por anos a fio dos múltiplos recursos conseguidos, fechou as portas em 17 de

29 Ibidem.
30 Ibidem.

setembro de 1979, deixando na rua da amargura milhares de trabalhadores desempregados, alguns deles ainda hoje lutando para fazer valer seu direito a indenizações trabalhistas não cumpridas pela empresa. Este foi o primeiro de uma série de exemplos empresariais, que tal como efeito "cascata", seguiu até o final da ditadura.

Ainda nessa linha de raciocínio, conforme também vimos anteriormente, recursos públicos para aplicação em projetos de urbanização beneficiaram largamente grupos dominantes locais, a exemplo do PNCPM e do CURA. As transformações que tais projetos implicaram na paisagem urbana de Campina Grande faz com que as intervenções anteriores (como, por exemplo, aquelas empreendidas na gestão do prefeito Vergniaud Vanderley nos anos 1930/1940) pareçam coisa muito pequena. Elaboradas autoritariamente por tecnocratas ligados aos órgãos públicos municipais, estas ideias urbanísticas postas em prática nos anos 1960/1980 beneficiaram as forças ligadas ao capital imobiliário, valorizando ainda mais áreas nobres da cidade. Em compensação, o preço social e humano deste processo foi alto, implicando na expulsão impiedosa de milhares de trabalhadores de seus tradicionais espaços de moradia, trabalho e lazer[31].

Nessa verdadeira operação de guerra segregacionista, áreas populares, especialmente aquelas localizadas nos arredores das referidas intervenções, a exemplo das comunidades de São Joaquim e dos Coqueiros de Zé Rodrigues, foram duramente atingidas. Porém, nem aquelas comunidades mais afastadas do centro da cidade escaparam da sanha destruidora das ditas reformas modernizantes da época. Exemplar a esse respeito é a história de duas outras comunidades que foram se formando na medida em que novos empreendimentos se expandiam em direção à periferia da cidade. Nas imediações do atual Distrito Industrial de Campina Grande, localizado na zona sul da cidade, foi erguida uma favela cujos moradores principais eram os párias sociais (aqueles mesmos que o discurso oficial das elites prometia redimir com mais e melhores oportunidades advindas do processo de industrialização que então se vivia) do "bendito" progresso. Em outra parte da cidade, apareceu um conjunto de casebres conhecido como "Favela da Coreia" nas imediações do hoje campus central da UFCG, no bairro de Bodocongó. Convém lembrar que essas favelas ficavam às margens de rodovias bastante movimentadas que funcionavam como dois

31 OLIVEIRA, Thomas Bruno. **Imprensando o feio e dando passagem ao belo**: a segunda grande transformação urbana de Campina Grande (1970-1980). Dissertação de Mestrado em História/ Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

dos principais pontos de saída e entrada para a cidade (no caso, Agreste e Sertão, respectivamente), expondo à luz do dia as misérias e contradições do desenvolvimento autocrático local[32].

Por outro lado, podemos observar que a classe dominante local, através de suas entidades e representantes, esteve bastante entrosada com os órgãos formais e informais encarregados de manter a ordem e executar o serviço sujo em nome da ditadura[33]. Além das delegacias, quarteis da guarnição federal e da polícia militar, a cidade também viu florescer verdadeiros centros clandestinos, montados com o intuito de submeter presos políticos a atrozes sessões de tortura. Exemplar a esse respeito são as chamadas "granjas do terror". Dentre esses centros, o mais conhecido de todos é uma propriedade rural localizada no bairro dos Cuités, zona rural do município, cedida por um conhecido comerciante local de armas e munições que tinha profundos vínculos com a ditadura. Segundo relato de vítimas de torturas ali praticadas, um dos proprietários da dita granja chamava-se Manoel Ferreira Filho. Aliás, este último exemplifica, em nível local, as promíscuas relações que atavam grupos empresariais e as engrenagens mais sinistras da ditadura. Não por acaso na já referida edição comemorativa do *Jornal da Paraíba* dos 8 anos da "redentora", há uma matéria propagandística veiculada pela firma comercial de explosivos e armas "Manoel Ferreira Filho" com o seguinte conteúdo: "Nós comungamos da mesma alegria que invade

32 Talvez tenha sido por isso que elas tenham sido alvo constante de campanhas higienistas por parte de representantes das elites locais, no sentido de que fossem varridas da paisagem urbana da cidade o mais rapidamente possível. Assim, sob a sugestiva legenda "Miséria, lenocínio e prostituição" o *Jornal da Paraíba* publicou na primeira página da edição de 20/01/1972 matéria seguida de duas fotos, com o claro objetivo de causar impacto no leitor, em que solicitava, quase que em tom de exigência, que o interventor Luiz Motta Filho cuidasse de pôr abaixo os casebres do Distrito Industrial "antes que o mal prolifere tornando a solução mais difícil e onerosa". Por seu turno, após parabenizar o General Manoel Paz de Lima, interventor de Campina Grande entre 1969/1970, o professor Linaldo Cavalcanti de Albuquerque, diretor da Politécnica (de onde, juntamente com FACE, sairiam os principais quadros de tecnocratas que estiveram à frente dos principais projetos urbanísticos de Campina Grande à época), por este ter formado um grupo de trabalho para estudar o problema da proliferação dos "cortiços" na cidade, solicitava do General uma solução urgente para acabar com a "favela da Coreia", pois esta "vem se desenvolvendo assustadoramente junto a esta Escola, num ambiente de imundície e promiscuidade, num ambiente dos mais negativos tanto para a Escola, como para os alunos que aqui estudam". Ver, respectivamente, **Jornal da Paraíba**, 20 de janeiro de 1972. AJP; **Of. EPUFPB/S/107/70, 06 de fevereiro de 1970**. Arquivo Geral da Universidade Federal de Campina Grande (doravante AGUFCG).

33 Aqui mais uma vez o exemplo da CMCG pode ser evocado. Além de sede da Subdelegacia da ADESG, entidade que desempenhava importante papel ideológico na articulação de setores civis que apoiavam a ditadura militar (especialmente através de cursos e palestras embaladas pela Doutrina de Segurança Nacional), o prédio do parlamento mirim campinense abrigou durante bom tempo a Superintendência de Polícia Federal, um dos centros oficiais da repressão na cidade.

a alma de 80 milhões de brasileiros livres. Salve as nossas forças armadas! Salve os nossos civis de espírito democrático! Juntos caminharemos em busca do desenvolvimento"[34].

A documentação levantada aponta na direção de que em Campina Grande a repressão, ao longo dos 21 anos de ditadura militar, foi bastante considerável, atingindo diferentes indivíduos, grupos e segmentos sociais. Assim, temos desde os trabalhadores e suas organizações, setores da pequena burguesia radicalizada, passando por dissidentes da classe dominante. As ações da ditadura para conter estes diferentes grupos de oposição ou óbices ao seu projeto autocrático variou: cassação de direitos políticos, demissões arbitrárias, prisões ilegais que estavam mais para ações de sequestros, perseguições, torturas e assassinatos. Obviamente que a repressão não atingiu equitativamente os diferentes grupos, sendo mais pontuais para alguns e mais sistemáticos para outros, dependendo das circunstâncias em que se dava e a rede maior ou menor de articulação que cada grupo ou indivíduo poderia reunir em torno de si. Assim, se lideranças políticas, estudantis e sindicais locais foram duramente atingidas, não podemos perder de vista que naquele contexto ditatorial a repressão foi muito além das diferentes formas de dissidência política, tornando-se, portanto, muito mais ampla e intensa. Veja-se, a propósito disso, a ação desenvolvida entre o final da década de 1960 e início dos anos 1980 por grupos de esquadrões da morte em Campina Grande que assassinaram brutalmente dezenas de pessoas das chamadas "classes perigosas" (constituída por migrantes e outros "párias" que afluíam para a cidade formando uma espécie de população flutuante que, para sobreviver, precisava lançar mão de diferentes expedientes), o elo mais frágil da vasta cadeia social dos deserdados daqueles tempos sombrios de milagres para alguns poucos e chumbos para muitos.

Sintetizando o estado de espírito dominante naqueles tempos de ditadura a partir do ponto de vista das classes dominantes locais, um conhecido vereador da Arena local apresentou requerimento endereçado às principais autoridades policiais com atuação no município:

> Atendendo requerimento de autoria do vereador Ary Rodrigues, aprovado por unanimidade pela casa, vimos congratular-nos com V. Sa. pelas recentes medidas tomadas para banir do nosso Município todos os elementos indesejáveis, numa operação limpeza, denominada

34 Ver **Jornal da Paraíba**, 31 mar. 1972. AJP. O caso deste comerciante exemplifica bem aquela máxima de que no Brasil o crime compensa, obviamente que para os do andar de cima da hierarquia social, ou seja, os herdeiros da Casa Grande. Pelos "relevantes serviços" prestados ao "progresso" da cidade este senhor foi agraciado com o título de cidadão campinense, em sessão solene realizada na Câmara Municipal no dia 12 de abril de 1975. A propositura, iniciativa do vereador Rildo Fernandes, foi aprovada por unanimidade. **Jornal da Paraíba**, 13 abr. 1975. AJP.

da "Operação Cruzeiro". Reiteramos a V. Sa. os protestos de estima e consideração[35].

Desse modo, se era uma ditadura que, ao fim e ao cabo, beneficiava as classes dominantes, o maior preço acabou sendo pago pelos trabalhadores e o povo pobre como um todo, inclusive no que diz respeito ao perfil dos atingidos por variadas formas de violência e arbítrio.

Considerações finais.

Iniciamos a nossa reflexão situando o debate historiográfico sobre a ditadura no Brasil, fazendo um rápido retrospecto do estado atual da questão. Nesse sentido, destacamos a crescente influência de uma corrente revisionista que emerge a partir dos anos 1990, questionando o que de melhor a tradição de estudos do materialismo histórico havia produzido sobre o tema.

Da nossa parte, procuramos trazer a público resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre a história da ditadura em Campina Grande, município que emborra não estivesse no "olho do furacão" da conjuntura que redundou no golpe de 1964 e posterior implantação da ditadura, nem por isso esteve desconectado da dinâmica nacional mais ampla. Aqui também suas classes dominantes se articularam politicamente para manter os seus interesses, não pensando duas vezes em usar inclusive a violência sistemática contra as classes populares e seus aliados. Assim, esperamos ter deixado claro o caráter de classe que também a ditadura adquiriu em um município periférico e assim ter questionado muitas das falácias das teses revisionistas, que além de muitas incoerências teórico-metodológicas não resistem ao mínimo confronto com as evidências empíricas. Obviamente que pelo fator de ser um trabalho em curso, muitos questionamentos não foram respondidos, permanecendo como desafios para próximas incursões.

Para além das questões estritamente teóricas, o debate em torno da ditadura instalada no Brasil entre 1964/1985 tem consequências práticas muito claras, pois este é um tipo de passado que não ainda passou, conforme

35 Ofício 446/69, 17 de outubro de 1969. ACMCG. A legião dos desvalidos, constituída majoritariamente de pobres e pretos, era ampla e aumentava à medida que o tempo avançava, incluindo mendigos, loucos, prostitutas, pivetes, desocupados etc. De tempos em tempos essas pessoas eram alvo de campanhas promovidas por representantes das elites e autoridades locais, ações essas que oscilavam entre a filantropia cristã e a repressão pura e simples. A propósito desta última situação podemos citar a ação dos esquadrões da morte locais (a exemplo do autodenominado "mão branca"), que atuavam com especial crueldade contra membros das classes populares e contaram com o aval criminoso das elites e do Estado.

a onda de conservadorismo que toma conta do país nos dias que correm mais uma vez comprova.

Essa questão tem muito a ver com a forma como a chamada "transição democrática" se fez. Em Campina Grande, por exemplo, esse processo foi hegemonizado por grupos oligárquicos que, direta ou indiretamente, foram cúmplices da ditadura e que ainda hoje mandam e desmandam na cidade. Foram estas mesmas carcomidas elites, que hoje pousam de "democratas" e que continuam na defesa de seus interesses de classe, que transformaram a "Rainha da Borborema" em uma das cidades de pior distribuição de renda do país e que faz também com que a violação sistemática dos direitos humanos seja ainda uma dura realidade para a maioria da população pobre e trabalhadora, especialmente os moradores de suas periferias. Estes têm razões de sobra para acreditar que o espírito do AI-5 e a herança maldita da ditadura continuam a operar tragicamente em suas vidas cotidianas a cada batida policial.

“Camponeses e operários reagiram”: resistência ao golpe civil-militar na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1º de abril de 1964)

Eltern Campina Vale

Em maio de 2012, a Presidente Dilma Rousseff instituiu a *Comissão Nacional da Verdade* em sessão solene na capital federal. Logo tornou-se importante espaço de debates, denúncias e depoimentos, que possibilitaram o acesso a informações em torno dos crimes praticados pelos militares, entre 1964-1985. Neste meio, a Comissão, ganhava suas secções estaduais, o que possibilitou a ampliação das sessões públicas (audiências, eventos e diligências) que reuniu depoimentos tanto de militantes de esquerda, bem como de alguns militares e civis[1].

A partir da instalação e do início dos trabalhos da Comissão, ocorreram crescentes debates sobre a ditadura militar e que coincidiriam, dois anos depois, numa série de eventos e debates em torno dos 50 anos do golpe militar de 1964. Para além das efemérides, essa temporalidade histórica foi (re)pensada em intensos debates por estudiosos no tema, como historiadores, sociólogos e cientistas políticos, bem como pelas (re) memórias de militantes de esquerda, políticos e militares. A historiografia brasileira ganhou, a esse tempo – igualmente em outros marcos, como em 1994 e 2004 – novos contributos.

Nos variados seminários, congressos, colóquios e publicações, o exame crítico às publicações de viés “revisionista” eram postos. Este discurso revisionista na História aparece, a partir da passagem dos 40 anos do golpe, nas reinterpretações do evento em vários enfoques[2]. A falácia da “ditabranda”[3]

1 A Comissão Nacional da Verdade publicou seu relatório final em 10 de dezembro de 2014. Encontra-se disponibilizado para consulta no sítio onde reúne todo material documental produzido: http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571

2 MELO, Demian de. A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. **Outubro**, n.14, p.111-130, 2006.

3 Termo citado em editorial da Folha de S. Paulo: Limites a Chávez. **Folha de São Paulo**, 17 fev. 2009.

norteou os que procuravam atenuar o período ditatorial brasileiro, entre 1964 a 1985, e que moldavam uma nova carapuça, desta feita, com certos contornos "democráticos". Para tanto, chegava-se ao exercício comparativo em relação às estatísticas de torturas e assassinatos entre a ditadura brasileira e as outras ditaduras do Cone Sul, como nos casos da Argentina e Chile. O filósofo Vladimir Safatle, contra-argumentando, registrou que este discurso "brando" faz parte do "Partido da Amnésia" e interpela: "Toda violência se equivale?"[4]

As resistências ao golpe foram episódios esporádicos e, na análise do amplo material documental e historiográfico produzidos, constatamos isto. No entanto, na Paraíba registramos uma singularidade: a resistência de trabalhadores ao golpe, durante todo o dia 1 de abril de 1964, na cidade-fábrica de Rio Tinto[5], a 50 km da capital João Pessoa.

No contexto paraibano, de janeiro até o final de março de 1964, o estado experimentou a radicalização das forças populares – trabalhadores urbanos e rurais – e das forças conservadoras (sobretudo dos grupos políticos ligados aos latifundiários). Isto pode ser observado em dois momentos ressaltados pelo estudo de Monique Citadinno: o conflito de Mari e a invasão da Faculdade de Direito, ambos em janeiro e março de 1964, respectivamente. O primeiro é o conflito que ocorre em uma fazenda no município de Mari, a 70 km de João Pessoa, entre agricultores e funcionários da Usina São João:

> No dia 15 de janeiro, na Propriedade de Nezinho de Paula em Mari, onde os camponeses preparavam a terra para o cultivo, um grupo ligado à Usina São João, de propriedade dos Ribeiro Coutinho, abordou os camponeses iniciando-se uma discussão. Nesse contexto, eclodiu o conflito entre a milícia dos usineiros e os camponeses que culminou com um total de 12 mortos e vários feridos de ambas as partes. Dentre os mortos figuravam o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino e o economista contador da Usina, Fernando Gouveia[6].

Deste episódio resultou em movimentação, tanto de latifundiários bem como de representantes de setores da esquerda paraibana (por meio da Frente de Mobilização Popular – entidade que congregava o movimento

4 SAFATLE, Vladimir. ***Do uso da violência contra*** o Estado ilegal. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

5 A cidade de Rio Tinto localiza-se no Vale do Mamanguape. Foi idealizada pelos industriais Frederico João e Arthur Lundgren, que já possuíam empreendimento têxtil similar na cidade de Paulista, próximo a Recife. Rio Tinto foi construída entre 1917-1924 e notabilizou-se pelo destaque na produção têxtil e pelo movimento operário, no contexto das lutas sociais na Paraíba, desde o final dos anos 1920 até 1964.

6 CITADINNO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964).** João Pessoa: UFPB 1998 p. 136.

sindical –, estudantes e Ligas Camponesas), em protesto contra a situação de tensão[7], pressionando o governador Pedro Gondim.

Já a invasão da Faculdade de Direito, evidencia mais um conflito entre setores da esquerda e da direita, desta vez, protagonizado pelos estudantes, ao tomarem conhecimento de que o governador Carlos Lacerda visitaria a Paraíba:

> No dia anunciado para a chegada, à Paraíba, do Governador Carlos Lacerda, os estudantes organizaram uma manifestação de protesto, tendo com base a Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba, situada na Praça João Pessoa, ao lado do Palácio do Governo. A movimentação dos estudantes despertou a ira de um grupo lacerdista, tendo à frente os deputados Joacil Pereira e Marcus Odilon Ribeiro Coutinho que, na época, era universitário de Direito. Esses lacerdistas arrombaram o portão principal da Faculdade, usando uma espécie de aríete e a invadiram. Contaram para aquela violência com o apoio do Coronel Ednardo D`Ávila Mello, comandante do 15º RI que, na ocasião, respondia também pelo comando da Guarnição Federal da Paraíba[8].

O governador da Paraíba, Pedro Gondim, que em sua campanha para o governo em 1960, obteve apoio e sustentação política das forças populares, apresenta certa ambiguidade, ao manter alianças num marco conservador e de direita. Com a radicalização, dá-se a ruptura com o campo popular e se aproxima, cada vez mais, dos setores conservadores. Sobre isso afirma Monique Citadinno:

> Por um lado, o ressurgimento dos conflitos sociais que, após terem permanecido latentes durante todo aquele ano, voltaram à cena com redobrada força às vésperas da eclosão do golpe. Por outro, eles são emblemáticas da transformação que já vinha se processando no relacionamento entre o Governo e as forças de esquerda do estado e que se consolida a partir dessas ocorrências: eles funcionam como um marco decisivo do esgotamento do populismo gondinista, o que se consubstancia no afastamento de Gondim das forças populares e de esquerda do estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras[9].

Em 31 de março de 1964, veem-se reações contrárias ao golpe, em três cidades: Rio Tinto, Souza e João Pessoa (onde um comício no final da noite,

7 LEMOS Francisco de Assis. Chacina de Mari e o destino do COLT 45. In: **Nordeste, o Vietnã que não houve**: Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: Ed. UEL/Ed. UFPB, 1996, p.178-179.

8 LEMOS Francisco de Assis. Visita de Lacerda e invasão da Faculdade de Direito. In: **Nordeste...**, *op. cit.*, p. 184.

9 CITADINNO, Monique. **Populismo...**, *op. cit.*, p. 138.

organizado por políticos, jornalistas e lideranças de esquerda, é dissolvido pelo Exército no bairro de Cruz das Armas)[10]. Da resistência ao golpe na Paraíba, Rio Tinto demonstrou o grau de organização dos trabalhadores daquela cidade-fábrica.

Tomado de surpresa pelo movimento militar ao final da noite de 31 de março, o governador Pedro Gondim passou a madrugada em Palácio, com secretários e auxiliares mais próximos. Antes da reunião, Gondim fora procurado por Comandantes do Exército que forçaram sua decisão, adotada na manhã do dia seguinte, em nota na Rádio Tabajara, a favor dos militares. Sobre essas definições, Joacil de Brito Pereira – à época Deputado Estadual, representante dos interesses do latifúndio, registrou:

> A orientação era manter todos os governadores que se solidarizassem com o movimento revolucionário. E, diz o coronel Plínio Pitaluga que, quando esperavam, uma definição do Pedro Gondim, ele se fez de desentendido e disse que agradecesse ao general Justino Alves Bastos aquele recado, aquela comunicação. O coronel Plínio Pitaluga, me contando esta história, disse que teve vontade de prender Pedro Gondim, depô-lo ali mesmo, mas olhou para o Ednardo – eles se entendem, não é? –, o Ednardo é um homem muito ponderado, o Ednardo fez um sinal de que não. (...) Aquilo era um ultimato, manteriam os governadores que se definissem pela revolução. Ele, então, teria que dizer: "Eu estou com a revolução". Ele disse que agradecia ao general a comunicação que teve, que estava ciente – não disse sim nem não! Ora, se não se definiu, era para o esquema demiti-lo, depô-lo, não é? Prendê-lo e depô-lo. Mas o Ednardo fez um sinal – era homem muito ponderado o coronel Ednardo – fez um sinal e evitaram prender, quer dizer, não concordou com o sinal dado pelo coronel Plínio Pitaluga[11].

Nessas horas decisivas, por iniciativa do Presidente João Goulart, fez-se tentativa, tornada vã, de convencer governadores da Nordeste da assinatura de carta contra o golpe, a favor da legalidade democrática. O governador à frente das negociações era Miguel Arraes, de Pernambuco, que enviou auxiliares de confiança para outros estados nordestinos, visando organizar a resistência:

10 MELLO, José Octávio de Arruda. Paraíba: Populismo Radical, Mobilização Direitista e Desenlace. In: **1964: No mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.

11 PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira (depoimento, 1978).** Rio de Janeiro: CPDOC/ UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2001, p. 72. Sobre uma melhor discussão sobre o governo Pedro Gondim, ver: ARAÚJO, Railane Martins de. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba**: imprensa, imaginário e representações (1958-65). João Pessoa: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2009.

> Pela manhã, logo cedo, foram despachados emissários para a maioria dos Estados Nordestinos. Uma parte em veículos não oficiais. Outra em pequenos aviões emprestados por aliados de Arraes. O próprio Fernando Mendonça [jornalista e secretário particular de Arraes] foi à Paraíba, buscar a assinatura do governador Pedro Gondim. Para a Bahia do governador Lomanto Júnior foi enviado o líder do governo na Assembléia, Almany Sampaio. Os deputados Áureo Bradley e João Ferreira Lima, secretário de saúde, viajaram ao Rio Grande do Norte e Ceará para obter as assinaturas de Aluísio Alves e Virgílio Távora, respectivamente[12].

Sem resposta positiva à proposta de Arraes, o governador paraibano, resolveu, em 1º de abril, ficar do lado do movimento militar. Da sede do governo estadual, Arraes resistiu à deposição[13]. João Goulart, que seguiu ao Rio Grande do Sul, foi informado de que o Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, decretou a vacância do cargo de presidente, empossando – inconstitucionalmente, pois Goulart permanecia em solo brasileiro – o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili. Ao chegar a Porto Alegre, Leonel Brizola tentou convencê-lo de possível reação, mas Goulart recusou a proposta e resolveu sair do país, deslocando-se ao exílio no Uruguai. A deposição se deu rapidamente e, como diz João Q. de Moraes, "não houve, com efeito, atos bélicos de resistência: os golpistas não precisaram combater para triunfar"[14].

Nos depoimentos das lideranças políticas de Rio Tinto, o sentimento em relação ao golpe é ressaltado: "Todo mundo foi tomado pelo golpe de surpresa, ninguém esperava que acontecesse isso"[15]. De certo modo, prevalece o tom de desalento aliado à convicção difusa da esquerda, sobre a força potencial das Reformas de Base e de seu conteúdo mobilizador. O contexto precedente ao golpe vê recrudescer ainda mais as ocorrências, bem como a iminência de greves orquestradas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT):

12 MONTENEGRO FILHO, Sérgio. Tanques nas ruas. É o golpe! In: BARRETO, Túlio Velho e FERREIRA, Laurindo (orgs). **Na trilha do Golpe:** 1964 revisitado. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/editora Massangana, 2004, p. 209.

13 ROZOWYKWIAT, Maria Teresa Gondim. Arraes: duas mãos e o sentimento do mundo. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n.22, 2004/ Apresentação: Socorro Ferraz. Recife: Editora da UFPE, 2006.

14 MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência ao Golpe de 1964. **História – UNESP**, São Paulo, v. 14, 1995. p. 54.

15 Hermilo de Carvalho Ximenes, Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa.

> No início de março a CGT anunciou a situação de alarme de que um golpe de direita tornava-se cada vez mais provável. Quando o golpe teve inicio em Minas Gerais no dia 30 de março, a CGT conclamou ainda uma vez mais os operários para uma greve geral[16].

A convocação da greve logo obteve alcance nacional devido à divulgação, pela Rádio Nacional, de nota elaborada pelo secretariado executivo do comando[17]. Antônio Fernandes[18] – prefeito e presidente do sindicato têxtil de Rio Tinto – afirmou, de imediato, posição "solidária à greve decretada pela CGT"[19]. Deste modo, a preparação da greve geral em Rio Tinto como ato de resistência ao golpe seguia a orientação política da CGT na articulação nacional da base sindical, inclusive para tentar barrar as primeiras tentativas de repressão golpista. Importante registrar que o CGT reunia órgãos estaduais de representação da classe trabalhadora, como a Federação dos Trabalhadores da Paraíba. A ligação do sindicato com o CGT foi reafirmada por Antônio Fernandes: "como o Sindicato era subordinado à Federação (...) nós tínhamos que obedecer à Confederação por intermédio da Federação". Para o líder sindical dos bancários, Luiz Hugo Guimarães, no entanto, eram fantasiosas as tentativas devido à falta de estrutura do sindicalismo paraibano:

> O movimento sindical paraibano não tinha forças para reagir ao Golpe Militar, como de resto não teve o movimento sindical brasileiro, muito preocupado, à época, em disputar prestígio na esfera governamental. As correntes políticas que lideravam as massas trabalhadoras tinham profundas divergências, criando dificuldades para uma unidade de ação[20].

16 FÜCHTNER, Hans. **Os Sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 208-9.

17 LEANDRO, Melito. 1° de abril: a resistência ao Golpe de 64 na Rádio Nacional. http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/1deg-de-abril-resistencia-ao-golpe-de-64-na-radio-nacional.

18 O serralheiro Antônio Fernandes, também conhecido por Antônio Bolinha, chegou a Rio Tinto na primeira metade dos anos 1940, migrando da cidade de Guarabira. No início da década de 1950, Antônio Fernandes construiu uma casa sem consentimento da fábrica, enfrentando e desobedecendo a norma vigente em Rio Tinto. Como trabalhador exercia críticas aos Lundgren, proprietários da fábrica. Em 1953, disputou a eleição para o sindicato, não para a presidência, mas para outro cargo. Já interessado nas atividades sindicais e político-partidárias, foi escolhido, em consenso, para disputar, em 1960, a presidência do sindicato. Venceu as eleições contra o candidato aliado dos proprietários da fábrica. Em 1962 foi reeleito e, no ano seguinte, venceu a eleição para prefeito de Rio Tinto, derrotando no pleito, o candidato apoiado e patrocinado pela fábrica.

19 LAGE, Iveline da C. e PORTO, Maria das Dores P. Oliveira. **CEPLAR - História de um Sonho Coletivo**: Uma Experiência de Educação Popular na Paraíba destruída pelo Golpe de 1964. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. 1º Edição, 1995, p.144.

20 GUIMARÃES, Luiz Hugo. **1964: Recordações da Ilha Maldita.** João Pessoa: Edições FUNESC. 2.ed., 2002, p.24-25.

Para Lucília Delgado, entre os fatores de insucesso da greve geral, encontra-se a própria organização cupulista do CGT:

> Os fatores principais da ausência de êxito desta iniciativa são: a grande repressão por parte dos órgãos policiais e militares e o fato dos principais líderes sindicais terem sido presos. Este último aspecto é decisivo: uma entidade de que se caracteriza pela atuação de suas lideranças de cúpula e não de suas lideranças intermediárias, a desativação dessas lideranças necessariamente ocasiona uma completa desmobilização do conjunto do movimento[21].

Nas primeiras horas do dia primeiro de abril, em Assembleia Geral extraordinária na sede do sindicato, operários iniciaram a paralisação das atividades da fábrica de Rio Tinto. A ata da assembleia expõe informações detalhadas do ocorrido: assinalam, na abertura da reunião, as recomendações do prefeito e presidente do sindicato, Antônio Fernandes, aos trabalhadores; depois o advogado José Gomes destacou a necessidade da greve geral como forma concreta de apoio a João Goulart e reafirmou o desejo de que o presidente da República derrotaria os golpistas. E os registros na ata continuam assim:

> Em seguida, retirou-se junto com o Sr. Presidente que havia recebido um chamado dos trabalhadores da Fábrica Regina. Usou da palavra o secretário do sindicato, já em presença do Sr. Comissário de polícia do município, que a essa altura dos acontecimentos, permanecia na sede do sindicato. Em seguida o Comissário falou aos trabalhadores dizendo que a ordem pública seria mantida; nesse momento chegaram novamente ao sindicato, o Sr. Presidente e o advogado, que entraram em entendimento com o Sr. Comissário, a fim de por soldados da Polícia Militar nos portões da Fábrica, no que foram prontamente atendidos[22].

Nesse intervalo de tempo, a estrada de acesso à cidade era bloqueada por operários grevistas. Fernandes tomou a dianteira das decisões, tanto que o Coletor estadual pede orientação, no sentido de fechar ou não a Coletoria. A resposta está na ata do dia: "Este [Antônio Fernandes] lhes recomendou fechar a repartição, em virtude de maus elementos que poderiam querer aproveitar-se da confusão reinante no momento. Em seguida o Sr. Coletor voltou a cidade de Mamanguape"[23].

21 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil – 1961-1964.** Petrópolis: Vozes, 1986, p. 77.

22 Ata da Assembléia Geral Extraordinária do dia 01/04/64. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações Tecnológicas e Vivência Operária** – O caso de Rio Tinto, 1950-1970. João Pessoa: Dissertação de mestrado em Economia/Universidade Federal da Paraíba, 1986, p, 272.

23 Ibidem, p.273.

Operários que presenciaram os acontecimentos de 1964 rememoram-nos de diferentes formas. Nessas recordações, o impacto da movimentação dos militares é notado. Júlio Justino lembra a notícia do golpe, verificada quando um amigo chegou *à seção de trabalho avisando dos últimos acontecimentos. Destac*a o sindicato têxtil como lugar de difusão de notícias e rumo frente aos acontecimentos e as primeiras movimentações grevistas: "Eu fui pra lá, para frente sindicato, daí disseram: olha rapaz vamos lá no Patrício [o operário se refere ao nome de uma rua próxima à fábrica] porque t*á lá um piquete de greve para não entrar ninguém. Eu fui. Eu sai pra lá*"[24].

Os trabalhadores que iniciaram o turno de trabalho às seis horas da manhã de 1º de abril foram pegos de surpresa com a not*í*cia do golpe e da greve geral em Rio Tinto. "Quando foi 6 hs da manhã, passou um carro cantando umas músicas", relembra Severino Nascimento Soares, vigia da fábrica, informando sobre a tensão naqueles momentos:

> Quando foi umas seis e meia para as sete horas, eles taparam a estrada, para quem viesse de Mamanguape para cá não passar, só o povo mesmo de Bolinha. Mas quando o negócio virou mesmo, e Luiz de Barros veio para cá, ainda pegou gente na estrada mandou tirar. Bolinha pressentiu e se mandou, ele e Ximenes se mandaram logo, que Luiz de Barros vinha pegar os dois[25].

A convocação dos trabalhadores é relembrada também por José Antônio da Silva: "O sindicato tava convocando os trabalhadores para ajudarem o presidente João Goulart"[26]. A greve decretada fez com que trabalhadores se deslocassem ao lugar de organização da resistência: o sindicato. A tecelã Clotilde Cavalcanti era uma dessas operárias e assim rememora a ida *à* entidade e a tensão ocasionada, principalmente, com a chegada da pol*í*cia:

> Foi em 1964 uma greve que houve aqui. E dessa vez o povo todinho ia "praculá" [refere-se ao sindicato] e até eu fui para dentro do sindicato, e Antônio Bolinha tava lá, e aí fui para lá. Eu tava grávida, aí quando foi um pouco mais, aí foi aquele batalhão, aí Luiz de Barros disse: "não

24 Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto.

25 Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto.

26 José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967 se tornou presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto.

> entra ninguém e não sai ninguém". Aí eu tava grávida, Luiz com a mão no meu ombro, aí deixaram eu passar, eu fui para casa. Aí ficou a greve lá, a gente viu uma cara apanhar, passou um soldado e deu no rapaz[27].

Como o centro de mobilização era a entidade, para lá se dirigiu a força policial, acionada na figura do Cel. Luiz de Barros (Polícia Militar), temido pelos operários: "Ele era brabo, muito brabo mesmo"[28]. A chegada de Luiz de Barros para dispersar o movimento e os direcionamentos de Antônio Fernandes são lembrados por Luiz Juvenal: "Na hora que Luiz de Barros chegou, Antônio Bolinha disse: Meu povo não sai ninguém. Luiz de Barros tá vindo aí, mas não saí ninguém, ele não é bicho não. Deixa que eu converso com ele, eu sei resolver meus problemas com ele. E assim foi"[29].

Em Rio Tinto e demais regiões de efervescência social, como Sapé (sede da maior Liga Camponesa da Paraíba), o papel da repressão inicial fora exercido pela PM do estado. Havia um histórico de violência e atitudes arbitrárias da polícia e do Cel. Luiz de Barros, com desmandos e seu jeito de pôr medo em camponeses e operários: "O negócio dele era chegando e dando pancada, né? Era o jeito de assombrar o povo. E ele dava pancada mesmo", relata Júlio Justino. Este serralheiro cita uma das arbitrariedades: um trabalhador certa vez foi convocado para prestar depoimento junto com outras pessoas em Sapé. O relato sobre esse caso traduz significativamente a forma opressora no trato com os trabalhadores e camponeses:

> Um camarada contou que foi daqui pra Sapé – mandaram intimar o cara lá – quando ele chegou em Sapé de tarde, Luiz de Barros não estava. Ele se apresentou ao Delegado. Luiz de Barros não chegou naquela noite, se chegasse ele tinha apanhado. No outro dia o Delegado disse: eu não vou ficar com esse pessoal aqui não, e mandou pra João Pessoa. Quando chegou perto de Cobé [região próxima à estrada que liga Sapé a João Pessoa] Luiz de Barros vinha, aí mandou parar o caminhão que vinha com o povo. Ficou arrudiando, arrudiando, insultando e dizendo coisa e xinga e xinga, doido que dissessem qualquer coisa, para eles cobrirem no pau. Mas a turma se calou, chegaram em João Pessoa, resolveram os problemas e vieram para Rio Tinto. Mas ele foi assim, ele era da pancada mesmo[30].

Voltando à greve em Rio Tinto, entre as táticas de resistências organizadas por Antônio Fernandes e José Gomes da Silva (advogado que

27 Clotilde Cavalcante Juvenal trabalhou como tecelã. Entrevista realizada em Rio Tinto.
28 Idem.
29 Luiz Juvenal – 83 anos. Trabalhou como torneiro de marcenaria, de 1939 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto.
30 Júlio Justino da Silva – 78 anos. Entrevista realizada em Rio Tinto.

prestava auxílio jurídico ao sindicato e aos trabalhadores), encontram-se a tática de usar os Lundgren como reféns. Hermilo Ximenes, o juiz da cidade afirma que na madrugada de 1º de abril é acordado por Antônio Fernandes e José Gomes que informavam do golpe militar em andamento no país e que iriam resistir. Logo o magistrado parte para aconselhamentos:

> Aí eu desaconselhei, disse: "vocês vão resistir a uma coisa dessas? O operariado desarmado – por que eu proibi eles até andar com faca – como é que vocês vão resistir, com o quê?" Eles disseram: "nós vamos prender os galegos"! [se referindo aos Lundgren] Eu disse: "olhe, vocês não vão prender os galegos, porque eles nada fizeram vocês na façam essa besteira, porque eu vou lá com a polícia e mando soltar". Queriam prender os Lundgren. Eu disse: "isso vocês não fazem, porque se vocês fizerem e chegar ao meu conhecimento, que os Lundgren, estão presos eu vou lá com a polícia e solto". E eles se conformaram, de lá da minha casa foram para a fábrica, mas para parar a fábrica, não para prender ninguém[31].

Das ligações políticas, resulta atitude de conselhos para que as medidas de resistência sejam adotadas, em algum nível de consenso. O rádio é veículo para se atualizar dos acontecimentos. Enquanto ouve várias estações na casa do Promotor, Ximenes afirma que as manifestações em Rio Tinto continuavam por todo o dia: os trabalhadores realizavam discursos e passeatas na praça central da cidade[32].

Nota-se ao fato que o juiz avoca a si a condição de "um líder dos operários", como é expressa nesta fala: "Mas eu me afastei, mas, porque se eu ficasse ali na minha casa eu praticamente ia assumir a chefia daquele movimento. Porque os operários iam para minha casa, acostumado a entrar toda hora, eles iam para minha casa, receber ordens, etc, e tal". Na noite do golpe, decide "sair" da cidade, com a certeza de que os trabalhadores iam procurá-lo para estar à frente dos acontecimentos. Assim, tanto Ximenes, Antônio Fernandes e José Gomes, cada um a seu modo, querem a "chefia" do movimento operário.

A tentativa de resistência malograda, em Rio Tinto *não é difere*nte da de outros pontos do país pelo despreparo e falta de antevisão:

> O fato é que o episódio de Rio Tinto deve ser analisados no bojo de heróicas e desconectados tentativas de resistência que, imediatamente,

31 Hermilo de Carvalho Ximenes, juiz de Rio Tinto no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa.

32 Idem.

> mostravam-se inviáveis e, a bem da verdade revelavam a fragilidade intrínseca e a falta de organicidade dos grupos de esquerda[33].

Ao realizar uma pormenorizada leitura nas edições dos jornais *A União* (órgão oficial do governo estadual) e *O Norte* nos primeiros dias de abril, revela-se que não há registros sobre a greve a favor de João Goulart em Rio Tinto. O destaque é dado ao posicionamento do governador Pedro Gondim em favor dos militares. As manchetes do jornal do governo, na manhã de 02 de abril evidenciam essa atitude: "Ranieri Mazzili é o novo Presidente da República / Pronunciamento de Pedro Gondim traduziu convicções da Paraíba / Vital do Rêgo: Paraíba unida com Pedro Gondim para a defesa das instituições"[34].

Entretanto, na edição de 3 de abril, outro diário do estado, o *Correio da Paraíba* registrou: "CAMPONESES E OPERÁRIOS REAGIRAM EM RIO TINTO". Na matéria, os relatos sobre a greve decretada, a fábrica paralisada e a aglomeração de operários nas ruas e na sede do sindicato têxtil *dão a dimensão da participação dos trabalhadores na convo*cação das lideranças sindicais em demonstração de resistência ao golpe. Sobre a paralisação na cidade-fábrica, ressalta-se a articulação entre trabalhadores do campo e da cidade. Ao descrever o acontecimento, o jornal elogiou a exorbitância e atuação da ação policial e do temido coronel Luiz de Barros, que acionou o aparato repressivo:

> No sentido de sufocar o movimento, fazendo a calma voltar *à*quele centro fabril do Estado. Imediatamente o comandante do policiamento de Sapé e de Mari deslocou-se com forte contingente de soldados para aquela cidade, onde após escaramuças com manifestantes, conseguiu restabelecer a ordem[35].

> O jornal ainda especulou sobre suposta "grande quantidade de armas, que certos setores janguistas lhes iriam fornecer, através de desembarque em algum ponto da praia" na região de Rio Tinto. Especulação, porém, logo confirmada como improcedente:

> Todavia se é que tal versão tinha procedência, as armas não chegaram em virtude da ação pronta da polícia que prendeu quase todos os manifestantes. Até o momento, desconhece-se o número de feridos na refrega, mas notícias procedentes daquela cidade informam que tal número sobe a mais de 50. Entre os presos encontram-se o prefeito de Rio Tinto[36].

33 CITADINO, Monique. **Populismo...**, *op. cit.*, p. 155.

34 **A União**, João Pessoa, 2 abr. 1964.

35 Camponeses e Operários reagiram em Rio Tinto. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 3 de abril de 1964. Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba-IHGP (João Pessoa-PB)

36 Ibidem.

Informação inverídica é a de que Antônio *Fernandes tenha sido preso* naquele 1º de abril. Esta notícia é contraditada pelas outras fontes. A propósito da resistência, o próprio Antônio Fernandes reitera: "Não houve resistência não havia arma, não havia nada e como vai se resistir sem isso aí"[37].

A ata da assembleia geral do sindicato evidencia o aparato da ação policial, bem como a tensa conversa entre Fernandes e o Cel. Luiz de Barros:

> Por volta das 10.30 horas, chegava ao município uma guarnição da Polícia Militar do Estado da Paraíba, sob o comando do Sr. Coronel Luís de Barros, aquartelando-se na Delegacia local. Dentro de poucos minutos depois, o Sr. Coronel mandou um dos seus comandados intimar o Presidente do Sindicato, que recusou. Novamente o Coronel, em companhia de seus auxiliares, dirigiu-se ao sindicato; ficando o Sr. Coronel em plena rua e convidando o Sr. presidente a ir até sua presença, no que não fora atendido novamente. Entretanto o Sr. Presidente convidou o Sr. Coronel a entrar, a fim de conversarem. O Sr. Coronel exigiu a retirada de todos os trabalhadores que ocupavam a sede e suas adjacências. Em seguida interditou toda a artéria do quarteirão, armou uma metralhadora no prédio fronteiro ao Sindicato, e, pôs em cada porta e janelas da sede sindical, um policial apontando o fuzil ou metralhadora na direção do Presidente do Sindicato. Em seguida, restando apenas o presidente no recinto, o Sr. Coronel também armado de metralhadora penetrava no recinto, acompanhado de outros militares. Enquanto os dois se entendiam, a vista de todos que de longe presenciava a cena os policiais ainda davam tabefes e coronhadas de fuzis. Cerca de 12 (doze) horas o Coronel retirou-se com o grupo e o Sindicato permaneceu aberto[38].

É licito supor que, neste intervalo de tempo em que Luiz de Barros está ausente de Rio Tinto, Fernandes consegue escapar, como se depreende desta informação:

> Tudo parecia calmo, quando por volta das 18:30, o Sr. coronel chegava até o sindicato, ordenou ao Sr. tesoureiro o fechamento da sede; e acrescentando que, só com ordem da polícia poderia abrir. Em seguida mandou que todos desaparecessem. E, como o presidente não estava no momento, o Sr. secretário juntamente com o tesoureiro; recomendou aos trabalhadores que fossem para suas casas e não saíssem; até que

37 Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações...**, *op. cit.*, p. 354.

38 Ata da Assembléia Geral Extraordinária do dia 01/04/64. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações...**, *op. cit.*, p. 273.

> fosse restabelecida a segurança na cidade e voltasse a calma em todo país[39].

As tensões, em Rio Tinto, duram todo o 1º de abril. No calor dos acontecimentos, com espancamentos e prisões, José Gomes, Antônio Fernandes e Hermilo Ximenes escapam da polícia e saem da cidade. A saída é preparada em surdina: "Bolinha saiu de lá como eu, as ocultas, Zé Gomes saiu também"[40]. Tal fato é confirmado por José Antônio da Silva: "Quando veio a revolução de 31 de março, aí saiu Bolinha e o juiz Hermilo Ximenes escondidos dentro de uma ambulância. E foram pra João Pessoa"[41].

O desfecho desta situação, para Fernandes, é sua fuga, como ele próprio relata: "Eu fiquei 3 a 4 dias guardado por aí e, depois, resolvi sair. Todas nossas esperanças tinham sido sustadas, de modo que alguns deles já tinham sido banidos para o Uruguai. As entidades sindicais do Rio de Janeiro já tinham sido ocupadas por forças"[42]. Ainda em 1º de abril, tomou caronas, acompanhado de um dos filhos, até à casa de um parente, Pedro José do Nascimento, em Pirpirituba. À chegada, é logo interpelado:

> "O que foi que houve, Bolinha?" – perguntou seu Pedro, espantado com aquela visita inesperada do primo de sua mulher. "Nada, não. Resolvi tirar licença de dez dias da Prefeitura e vim dar um passeio por aqui" – respondeu Bolinha, acomodando-se num banquinho do terraço da casa[43].

Pedro José do Nascimento já estava informado dos acontecimentos nacionais, pois relata ter ouvido a divulgação de lista de políticos procurados na rádio Assunção de Fortaleza, no Ceará:

> "Quando terminaram a lista" – relembra seu Pedro – "eu logo imaginei que o nome de Bolinha também entraria, caso o locutor viesse a acrescentar pessoas da Paraíba e de nossa região". E foi com essa mesma convicção, que seu Pedro mandou Bolinha levantar-se do banquinho para sair de sua casa, já que a polícia não tardaria a chegar. Bolinha, segundo seu Pedro, fez corpo mole, argumentou que não precisava fugir para lugar nenhum, mas não convenceu o dono da casa.

39 Ibidem. p. 273.

40 Hermilo de Carvalho Ximenes. Entrevista realizada em João Pessoa.

41 José Antônio da Silva – 78 anos. Entrevista realizada em Rio Tinto.

42 Antônio Fernandes de Andrade. Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações...**, *op. cit.*, p. 354.

43 JOSÉ, Ademilson. Rio Tinto, a cidade que quase virou praça de guerra. In: BARBOSA, Sebastião; GUEDES, Nonato; MELLO, José Octávio; OLIVEIRA, Carla Mary S. e NÓBREGA, Evandro. **O jogo da verdade**: Revolução de 64 – 30 Anos Depois. João Pessoa: A União, 1994, p. 348.

> Seu Pedro alugou um jipe e levou Bolinha para Riachão, distrito de Araruna. "Era noite de muita chuva e muita lama na estrada e eu temia até mesmo que o carro tivesse problemas" – lembra seu Pedro[44].

Ao retornar a Pirpirituba, horas depois, o Exército chegou *à* sua casa à procura de Antônio Fernandes, que, àquela altura, já estava bem longe. A fuga por cidades do interior da Paraíba terminou quando se escondeu em pequena cidade do Rio Grande do Norte – Nova Cruz – com identidade falsa. Depois decidiu entregar-se em 15 de abril, no Quartel do 15º Regimento de Infantaria em João Pessoa[45].

Foram intensas as perseguições e prisões na Paraíba. Em maio, *A União* publicou nota do 1º Grupamento de Engenharia convocando os indiciados em "atos subversivos ou atentatórios à Segurança Nacional, para se apresentarem às autoridades policiais". Naquela relação, constam Hermilo Ximenes, José Gomes da Silva, Elisabeth Teixeira e Eloy Firmino de Melo. Ao final da nota, uma advertência: "Esclareço aos interessados que o não comparecimento no prazo estipulado poderá acarretar o curso dos respectivos processos à revelia"[46]. Na lista não constava Fernandes que já se encontrava preso[47]. No quartel do 15º RI, Fernandes teve irônico e ríspido diálogo com o Major Cordeiro, reproduzido por Luiz Hugo Guimarães nas memórias da prisão, onde foi seu companheiro de cela:

> – Você donde é?
>
> – Sou prefeito de Rio Tinto, major.
>
> – É? Pois agora vai ser prefeito de Sierra Maestra.
>
> – É possível, major? Então estou melhor que Jânio Quadros, que se contentava em ser pedreiro em Cuba.
>
> – Você ainda está me respondendo? Seu...[48]

De abril a agosto de 1964, os presos ficavam reclusos entre o 1º Grupamento de Engenharia e o 15º RI. Segundo Assis Lemos, no final de agosto, a maioria fora posta em liberdade: "Com exceção de mim, Dr.

44 Ibidem, p. 349.

45 Ibidem, p. 350.

46 1º Grupamento de Engenharia - Edital de Convocação. **A União**, João Pessoa, 22 maio 1964.

47 Fernandes e Ximenes estiveram encarcerados no 15º Regimento de Infantaria, ao lado de militantes, políticos e líderes sindicais, como Luiz Hugo Guimarães, Assis Lemos, João Alfredo (o Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (o Pedro fazendeiro), os dois últimos da Liga Camponesa de Sapé.

48 GUIMARAES, Luiz Hugo. **1964: Recordações da Ilha Maldita**. João Pessoa: 2.ed., Edições FUNESC, 2002, p. 120-125. O Major Cordeiro é definido por Luiz Hugo como de linha dura, usava uma linguagem rude e quando o diálogo o irritava respondia com um murro na mesa.

Hermilo Ximenes e Antônio Fernandes (o Bolinha), respectivamente Juiz e Prefeito de Rio Tinto, todos foram soltos"[49].

Para julgar e enquadrar os chamados "subversivos", houve a instalação de Inquéritos Policiais Militares – IPMs. Algumas prisões foram revogadas. Desta feita, foram alvos os líderes da Liga Camponesa de Sapé: João Alfredo (o Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (o Pedro fazendeiro), companheiros de Antônio Fernandes na prisão. O relato seguinte revela táticas dos presos políticos, antevendo desaparecimentos:

> No dia 7 de setembro, à noite, cerca das 20 horas, um Sargento mandou Pedro Fazendeiro arrumar seus pertences, avisando-lhe que iria ser solto. Antônio Fernandes e eu vibramos com a notícia. Restavam presos somente nós dois e o juiz Hermilo Ximenes, que se encontrava no Grupamento. Pedro apanhou uns jornais velhos, dizendo que iria vendê-los, e um jogo de palitos, que era nosso passatempo. Mesmo sob nossos protestos, levou os palitos no bolso, afirmando que eram de sua filha. Antônio Fernandes deu-lhe algum dinheiro para o táxi. Recomendou que, ao sair do Quartel, não desse um passo sequer pela calçada e que tomasse o táxi, diante dos guardas. Sabia-se que, em Recife, os presos eram soltos e, logo em seguida, recolhidos na primeira esquina e levados para outros quartéis. Nego Fuba e Pedro Fazendeiro nunca mais foram vistos[50].

Fernandes foi inserido nas investigações do IPM Rural do IV Exército e destacado[51] como militante influente no seio dos trabalhadores da tecelagem e das Ligas Camponesas. No histórico de seus antecedentes, solicitado pelo Comandante de IV Exército ao Cel. Arthur Duarte D. Fonseca, do 1º Grupamento de Engenharia, sediado na capital paraibana, registra-se:

> A sua posição resulta da intoxicação da massa operária e camponesa quase que dia a dia, pelos agitadores JULIÃO, ASSIS LEMOS, SEVERINO CUNHA PRIMO, Padre ALÍPIO e outros.
>
> Realizou com bastante eficiência a união operário-camponesa, preconizada pelos teóricos marxistas-leninistas e consubstanciada em resoluções do Partido.

49 LEMOS, Assis. Carta ao Companheiro Jório Machado. In: MACHADO, Jório. **1964: A opressão dos Quartéis**. João Pessoa: O Combate, 1991, p. 27.

50 LEMOS, Francisco de Assis. O sumiço de Pedro Fazendeiro e do Nego Fuba. In: **Nordeste, o Vietnã que não houve**: Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: Ed. UEL/Ed. UFPB, 1996, p. 253-254.

51 **Antônio Fernandes de Andrade - Prontuário Individual, n. 16240**, Fundo SSP 22329, 1964-65-68. APEJE-DOPS/Recife-PE.

> Obediente às ordens do C.G.T., realizou no Sindicato dos Têxteis todas as ações comandadas por aquela organização ilegal, comandada pelo PCB.
>
> Seu âmbito de atuação não se restringia ao município, onde no Sindicato e na Prefeitura funcionava de acordo com o Bacharel JOSÉ GOMES DA SILVA, vulgo MOSCOUZINHO, pelo contrário, sua pregação revolucionária se estendia aos municípios de Mamanguape, Itapororoca e Sapé, núcleo da agitação no Estado da Paraíba.
>
> Na Revolução Democrática de março, fez parar as fábricas e as repartições públicas de Rio Tinto (inclusive as Federais), reuniu camponeses e operários, estabeleceu barricadas no entorno da cidade, guarnecidas por homem armados, a fim de resistir as forças democráticas[52].

Deste documento, constatamos sua relação com o advogado José Gomes da Silva; a ligação do Sindicato Têxtil com o C.G.T.; sua influência para além de Rio Tinto e a organização da greve geral em defesa do Presidente João Goulart. Na Paraíba, este processo de investigação estava a cargo do Major Ney de Oliveira Aquino, descrito na memória dos presos do 15º RI, como "um homem de bem" na medida em que não partilhava do comportamento usual do recurso à tortura e violências contra os presos políticos:

> Passei 4 meses preso, dois meses preso no Quartel General do 1º Grupamento de Engenharia, e um mês preso na 2º Companhia de Guarda do Recife. Agora a diferença entre a 2º Companhia de Guarda e a diferença do Quartel de Engenharia era grande. Porque no Quartel de Engenharia o encarregado do IPM – Inquérito Policial Militar – era o Major Ney de Oliveira Aquino, um homem de bem, e no Quartel da 2º Companhia de Guarda do Recife, era o Coronel Ibiapina, um homem extremado, de extrema-direita, dado a praticar violências[53].

Para investigações do caso Hermilo Ximenes, em 3 de junho de 1964 o Exército enviou a Rio Tinto o Major Affonso Augusto de Toledo Navarro (1º Grupamento de Engenharia). No relatório entregue ao responsável pelo o Major Affonso, citam-se diversas pessoas, entre elas,

52 Ofício n. 98 – IPM, Ministério da Guerra, IV Exército, 1º Grupamento de Engenharia. João Pessoa, PB, 29 de maio de 1964. In: **Antônio Fernandes de Andrade - Prontuário Individual, n. 16240**, Fundo SSP 22329, 1964-65-68, p. 3 e 4. APEJE-DOPS/Recife-PE.

53 Hermilo de Carvalho Ximenes. Entrevista realizada em João Pessoa. O comportamento do Major Aquino, inadequado ao aparelho militar da repressão, resultou na transferência para outra região. Segundo o jornalista Jório Machado, o Major, por ser liberal, foi demitido em meados de 1964 da presidência do IPM e removido para o extremo norte. Cf. MACHADO, Jório. **1964: A opressão dos Quartéis.** João Pessoa: O Combate, 1991, p, 152.

o Promotor Público Ginaldo Ferreira Soares, que, em poucas palavras, definiu o clima de suspeição em Rio Tinto: "Ou está com a Fábrica ou é comunista"[54]. O depoimento do promotor Ginaldo Ferreira Soares ressalta a gravidade da situação: os operários acuados e o sindicato sob intervenção. A visita do Major tem conclusões surpreendentes, afirmando que os Lundgren procuram dominar os vários espaços de poder:

> Tudo isso explica o interesse da família Lundgren em terem sob o seu controle a prefeitura, o juiz, o delegado de polícia, os coletores, o sindicato e a Câmara de Vereadores. Antes da revolução nenhum desses elementos era subordinado à Fábrica. Atualmente, com exceção do Juiz, que ainda não foi substituído, todos os demais elementos são controlados pelos Lundgren (...). O certo é que o Juiz não se subordinou à Fábrica, e é dotado de acentuado espírito de Justiça[55].

No processo de investigação posto pelo inquérito, a fábrica empregou formas de indiciar o juiz, com provas e testemunhas falsas, no envolvimento com a "subversão", tanto que fora constatada "a interferência de interesses políticos tentando influir no andamento do inquérito e forçar conclusões favorecendo esses interesses"[56]. Foram ouvidos, sobre "as atividades subversivas ou atos contra a segurança nacional", agricultores, operários (entre eles, a operária Maria Ramalho Batista, demitida, por ter testemunhado a favor do juiz), o advogado José Gomes, o interventor do sindicato João Batista Fernandes e o próprio juiz. O depoimento de João Batista Fernandes procurou reafirmar as ligações do juiz com José Gomes e Antônio Fernandes na paralisação do dia 1º de abril em favor de João Goulart. Registrou-se que José Gomes chegou em "caravana" à Rio Tinto ainda pelas 2 horas da manhã de 1º de abril:

> Que ouviu dizer por SERGIO DEMARCHI, vizinho do Juiz XIMENES, que a caravana de JOSÉ GOMES DA SILVA, logo que chegou a Rio Tinto, na madrugada de 1º de abril, dirigiu-se a casa do juiz, entre 01.30 e 02.00 horas e dali dirigiu-se para a sede do Sindicato onde se iniciaram as manifestações de apoio ao Governo JOÃO GOULART e o desencadeamento da greve; que nessa oportunidade, o Juiz XIMENES permaneceu em sua residência; que o depoente limitou-se a relatar esses dois fatos por se julgar suspeito em face da mútua antipatia reinante entre ele e o Juiz XIMENES[57].

54 **Inquérito Policial Militar de 31 de julho de 1964**, p. 22.

55 Relatório de Viagem. Major Afonso Augusto de Toledo Navarro. 3 de junho de 1964. **Inquérito Policial Militar de 31 de julho de 1964**.

56 **Inquérito Policial Militar de 31 de julho de 1964**, elaborado pelo Exército da Paraíba, sendo encarregado do IPM – Major Ney de Oliveira Aquino.

57 **Termo de Inquirição de Testemunhas**, 06 de julho de 1964. fls. 1605.

Ao depor, José Gomes da Silva contradita a fala de João Batista, informando que no dia 1º de abril chegara sozinho a Rio Tinto. Reafirma que, em tempo de João Batista presidente do sindicato (1950-1960), recebeu cartas do juiz encaminhando operários que estavam requerendo que "questões de trabalho" fossem resolvidas, o que denota o desgaste da gestão de João Batista à frente da entidade sindical:

> Perguntado se recebia, frequentemente, da parte do Juiz XIMENES, na época em que JOÂO BATISTA FERNANDES era Presidente do Sindicato, pessoas que portavam cartas endereçadas ao depoente, respondeu afirmativamente; que tais cartas tinham por finalidade encaminhar as pessoas que apresentavam queixas ao Juiz XIMENES relativas a questões de trabalho; que essas pessoas eram encaminhadas ao depoente por serem assuntos de sua competência e na qualidade de advogado do Sindicato[58].

Em depoimento, no mesmo dia, o juiz reforçou a informação de José Gomes de que encaminhava reclamações de operários ao advogado:

> Respondeu que quando chegou a Rio Tinto em 1959, JOÃO BATISTA FERNANDES era Presidente do Sindicato e não se preocupava muito com o Sindicato; que várias pessoas, empregadas da Fábrica procuravam o depoente em busca de solução para questões trabalhistas, fora, portanto da competência do depoente; que, nesses casos, nada mais fazia do que um ofício apresentando o querelante a quem competia o assunto, ou seja, JOSÉ GOMES DA SILVA, advogado especializado em questões trabalhistas e o mais conhecido em João Pessoa; que fazia isso em face da inação do Sindicato na gestão de JOÃO BATISTA FERNANDES, como uma forma de resolver os problemas que lhe eram trazidos por operários que se sentiam prejudicados[59].

A fala do magistrado pode ser interpretada como reconhecimento tácito de que João Batista não encaminhava determinadas queixas dos trabalhadores. Mais adiante, reiterou que, face ao grande número de operários em Rio Tinto, cumpria com responsabilidade e equilíbrio seu papel:

> Que Rio Tinto é uma cidade em que cerca de 90% da população é funcionária da Fábrica, isto é, trabalhadores, havendo somente um pequeno grupo de pessoas de padrão mais elevado e que são os altos funcionários e técnicos da Companhia; que na sua função de Juiz, não poderia ficar atendendo exclusivamente a esse pequeno grupo, representativo da Direção da Fábrica e ignorar a presença da massa de trabalhadores, com todos os seus problemas que exigiu, realmente,

58 **Termo de Perguntas ao Indiciado**, 6 de julho de 1964, fls. 1607.

59 Ibidem, fls. 1608.

> a presença da Justiça; que para si seria muito cômodo e, certamente, não seria acusado de subversivo, se se dedicasse, exclusivamente, a defender os interesses da Fábrica, em detrimento dos operários e agricultores; que o seu crime é ter distribuído a justiça com equidade e não só favorecendo a Companhia, impedindo que se consumasse muitas arbitrariedades a que a Companhia estava habituada, como senhora absoluta do Município[60].

Igualmente, as práticas de corrupção eleitoral operacionalizada pelos Lundgren foram objetos de denúncia ratificada na continuidade de seu depoimento:

> Que notou ter a direção da Fábrica mudado de atitude para consigo após a última campanha eleitoral, em que o depoente proibiu algumas práticas em voga no Município, por parte do bloco político da administração da Companhia; que essas práticas eram as seguintes: distribuição gratuita de tecidos, venda facilitada de grande número de espingardas e bicicletas, distribuição de senhas que davam direito a receber uma determinada importância condicionada à vitória do candidato interessado, tudo isso as vésperas das eleições; que os candidatos que usaram esses processos foram EDUARDO FERREIRA e ANICETO DE MORAIS, sendo que este último distribuía uma imitação de nota de mil cruzeiros, com seu retrato que, em caso de vitória sua na eleição, o eleitor poderia trocá-la por uma nota verdadeira[61].

Ainda em testemunho, contestou a notícia veiculada no *Correio da Paraíba,* através da qual o jornal referia-se a mortos e feridos e associava a organização do movimento grevista à sua pessoa:

> Que nos primeiros dias de abril foi publicada uma notícia em jornais desta cidade dando conta de violento combate entre os grevistas e a polícia em que teria havido cerca de 50 mortos e feridos, o que ficou constatado ser absolutamente falso, mas que, na oportunidade, teve a finalidade de causar alarme e clamar a atenção pública para o depoente como um dos mentores do movimento de resistência, o que é totalmente inverídico[62].

Na conclusão do IPM, o Exército acusou José Gomes da Silva e Antônio Fernandes por participarem de "atividades atentatórias contra segurança nacional ou a ordem política social vigente no País ou participação em entidades que promoviam a subversão dessa ordem"[63]. Os Lundgren, por

60 Ibidem, fls. 1608-1609.
61 Ibidem, fls. 1609.
62 Ibidem, fls. 1609.
63 Relatório - Conclusões sobre os indiciados. **Inquérito Policial Militar de 31 de julho de 1964.**

sua vez, foram acusados de formação de provas e testemunhos falsos. Neste sentido, por exemplo, foram anexadas aos autos fotografias de encerramento do Congresso Sindical, em Rio Tinto, em abril de 1962, onde se vê o juiz ao lado de sindicalistas assinalados como "supostamente comunistas." Portanto, pela análise das fotografias, o encarregado do IPM conclui:

> As fotografias que foram levadas a Recife por OTTO HOFMANN, obtidos posteriormente por mim e constantes dos autos, referem-se a um Congresso Sindical, organizado legalmente, por entidades de existência legal (Sindicatos), aonde compareceram representantes legalmente credenciados e cuja realização foi pública. O Juiz compareceu ao encerramento do Congresso, na qualidade de autoridade local, nas mesmas condições e circunstâncias em que ali compareceram o Secretário do Interior e Justiça, por representação oficial do Governo do Estado, e o Delegado Regional do Trabalho[64].

Em destaque, na visão do próprio aparelho militar, o questionamento da exorbitância de poder dos Lundgren em Rio Tinto em análise conclusiva e bastante reveladora e contundente:

> (10) Fundamentado nos fatos já relatados e na abundante documentação existente nos autos, posso concluir afirmando:
>
> (a) - O caso XIMENES nada tem a ver com subversão, no sentido correto desse conceito. É um pleito entre a Companhia de Tecidos Rio Tinto, seus Diretores e advogados, e o Juiz, ao que tudo indica provocado por ter este último fugido à norma vigente no Município de submeter-se às vontades e interesses da Empresa, atitude essa que a Companhia não tolera nem admite. (...)
>
> (e) - O conceito de subversão, para a Companhia de Tecidos Rio Tinto é 'sui generis: ' subversão é decidir contra seus interesses, nem sempre muito democráticos; subversão é impedir que a legislação trabalhista seja burlada; subversão é obstar a corrupção eleitoral por seus pressupostos; subversão é opor-se à arbitrariedade e à violência por parte dos seus Diretores, administradores e vigias. (...)
>
> (g) - A situação do Município de Rio Tinto é absolutamente anormal, com uma empresa privada detendo a posse de todos os imóveis, rurais e urbanos, edifícios públicos e residenciais. Isso representa um enorme poder de coação, inclusive sobre os poderes públicos que são, como toda a população do Município, nada mais que inquilinos. Qualquer despejo promovido pela Empresa, mesmo judicialmente, acarreta para o despejado a emigração para outro município. A inexistência

64 **Casos Especiais - Caso Hermilo de Carvalho Ximenes**, fls. 1653.

> de áreas de propriedade do Município conduz ao absurdo das rendas públicas reverteram sistemática e obrigatoriamente em benefício da propriedade privada. A prática de demolição de casas, a pretexto da modernização da Fábrica e redução do número de operários, num País em permanente crise habitacional, é mais uma prova de falta de escrúpulos e patriotismo na atuação da Companhia, da subordinação dos problemas sociais aos seus administradores, vários de origem estrangeira, pelo povo de um município. [65]

Quanto ao juiz Ximenes, o inquérito o inocentou e, em seguida, iniciou-se o indiciamento dos diretores da fábrica, que deram falso testemunho com provas forjadas. O IPM constituiu documento de posicionamento do Exército com denúncia das arbitrariedades dos Lundgren e as evidências de seu desmesurado poder na região, que subordinava o poder público, além de Sindicato e espaços de presença operária, a seus interesses para manipulação e controle na cidade-fábrica. Escapar à "obediência" aos donos da fábrica tornava-se variável de resistência e luta da experiência operária de Rio Tinto.

Passados dias do Golpe, a Câmara de Rio Tinto alinhou-se ao movimento militar e à posição do Governador Pedro Gondim, em favor "da manutenção da ordem e da tranqüilidade do nosso querido Brasil"[66]. A notícia do jornal *O Norte* repercutiu do mesmo modo em *A União*[67]. Em Rio Tinto, o tempo seguia carregado, pairava atmosfera de tensão, sindicato sob intervenção e o aparelho militar em constante vigilância, com o apoio do DOPS e seu "olhar de lince"[68]. Com o afastamento de Antônio Fernandes da presidência do sindicato, é decretada a intervenção pela Delegacia Regional do Trabalho. João Batista Fernandes é posto como interventor[69].

A intervenção e a vigilância do Exército em assembleias sindicais *são* intensificadas nos primeiros anos da ditadura militar:

> Foi uma vida que o sindicato viveu atrelado, não é? Era um entravamento tão tremendo que o advogado vinha pra aqui, se ele queria se expressar numa situação, era com o gravador, assim, porque pra qualquer

65 Idem, fls. 1632.

66 Câmara de Rio Tinto aprova solidariedade ao Governador. **O Norte**, João Pessoa, 7 abr. 1964.

67 Câmara de Rio Tinto aprova solidariedade ao Governador. **A União**, João Pessoa, 8 abr. 1964.

68 Assim se referiu Paulo Cavalcanti sobre a vigilância do DOPS. Cf. CAVALCANTI, Paulo. **A luta clandestina**: (O caso eu conto, como o caso foi) Memórias políticas. (4º volume). Recife: Guararapes, 1980, p. 224-6.

69 João Batista Fernandes foi presidente do Sindicato Têxtil de Rio Tinto entre 1950 a 1960. Durante seu mandato, exerceu práticas assistencialistas e era permanentemente acusado por seus opositores de estar ligado à fábrica. Antônio Fernandes relata que ao assumir o sindicato em 1960, seus antecessores eram presidentes subservientes aos interesses dos Lundgren, demarcando nesse sentido, sua atuação em favor dos trabalhadores.

> eventualidadizinha estava com a fita: Assembléia realizada dia tal, no sindicato dos trabalhadores. Cada assembléia, dessas que a gente fazia, a gente não via, mas com toda certeza estávamos sendo assistidos, de pertinho, por pessoas que eram isentas das advertências sindicais. Estávamos tremendamente assistidos e controlados[70].

O controle e vigilância no sindicato e no meio operário são verificadas quando dirigentes sindicais se colocavam como instrumento do aparelho militar. Exemplo disso deu-se quando um operário questionou o movimento militar e fora prontamente demitido da fábrica a mando do coronel do Grupamento de Engenharia do Exército em João Pessoa:

> Teve um senhor que eu fui discutir uma suspensão como ele, lá no departamento pessoal. Ai eu disse: evita isso, de falar da Revolução, a Revolução não veio para isso a Revolução veio para o centro. Toda revolução vai para o centro. Aí ele caiu na besteira de falar: "quem é essa Revolução?" Aí eu olhei para ele e disse: "essa Revolução você já viu". Ai ele disse: "eu queria falar com essa tal de Revolução!" Aí ele falou e falou e me desafiou, ai eu disse: "pois se prepare para sair de Rio Tinto". Ele não acreditou. Eu fiz um memorando, e mandei para o Grupamento de Engenharia. O Coronel mandou que tirasse ele daqui para não prejudicar os trabalhadores[71].

A demissão do operário pelo desafio à "Revolução" demonstra o quanto o Exército era vigilante em Rio Tinto. José Antônio, na diretoria do sindicato desde 1964, fez-se presidente em 1967, em colaboração com o aparelho de repressão, pois de sua rotina consta a entrega semanal de relatórios dos acontecimentos de Rio Tinto:

> O exército pediu de 15 em 15 dias um relatório de tudo que eu soubesse. A partir do dia da revolução, tinha documento que botava assim, confidencial. Infelizmente eu trabalhei no sindicato dessa maneira. Falava de tudo o que acontecia aqui em Rio Tinto que contrariava os princípios da revolução. [72]

Com o Golpe de 1964, é evidente o retrocesso e a desarticulação da organização operária. A atuação do sindicato, as articulações entre

70 Antônio Martins Delgado – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto (1976-1986). Entrevista realizada por Silvio Frank Allem e Maria Bernadete F. de Macedo. Rio Tinto, 24 de maio de 1984. In: MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações...**, *op. cit.*, p, 324.

71 José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou na fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro e, no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato. Em 1967, tornou-se presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto.

72 Idem.

trabalhadores da cidade e do campo, a eleição de operário à Prefeitura, em 1963, e o quadro de mobilização da cidade-fábrica em defesa dos direitos sociais, tudo isso é objeto da ação repressiva do golpe militar em 1964. Mas isso não significa dizer que eles estão inteiramente desorganizados: encontraram brechas e construíram possibilidades de luta por direitos, agora, de outras formas e em outro momento histórico.

O golpe de 1964 e a trajetória da resistência rural

Cristiano Luís Christillino

Uma das principais bases de apoio ao Golpe de 1964 foi o latifúndio. No início dos anos 1960, os focos de tensão no campo aumentavam de norte a sul no Brasil. Crescia o questionamento do latifúndio e também a pressão sobre as arcaicas relações de trabalho estabelecidas nas grandes fazendas, grande parte delas baseadas em formas muito distantes das normas previstas na CLT. Quando recebemos o convite da ANPUH-PB para discutirmos "A agricultura brasileira e o Golpe de 1964", a partir das lutas no campo, optamos por fazer um breve retrospecto dos espaços de luta do mundo rural desde o final do Império, no sentido de mostrar que a conjuntura de resistência, e lutas no campo, na década de 1960 resultou de uma longa trajetória de luta dos trabalhadores. Uma parte dos homens e mulheres que viveram no campo, ao longo da História do Brasil, constituíram experiências que permitiram frear as imposições do latifúndio, especialmente a expulsão das suas posses frente à mercantilização da terra, permeada pela grilagem. Este espaço de resistência passou a receber espaço na historiografia a partir da entrada das obras de Edward Thompson no Brasil.

Thompson e as pesquisas em torno das tensões no campo no Brasil: um breve histórico

Edward Thompson desenvolveu em seus estudos a noção de classe enquanto um processo histórico baseado na experiência de homens e mulheres em suas relações sociais. A consciência e a classe, propriamente ditas, constituem a última etapa desse processo, uma vez que "uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma"[1]. Thompson privilegiou a *experiência de classe*. Essa ocorre, quando a resistência do trabalhador frente às imposições dos senhores de terras, ou dono de fábricas, permitiu a postergação ou até mesmo a suspensão desses atos, embora não tenham constituído um movimento social mais amplo,

1 THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001, p. 279.

como foi o caso da ação dos camponeses ingleses na defesa dos costumes[2]. Edward Thompson trabalhou o banditismo rural na Floresta de Windsor, analisando a resistência dos camponeses ingleses à privatização de suas áreas comunais e à repressão em torno das caças. Os camponeses ingleses também se valeram da interpretação do direito consuetudinário para garantir o retardamento do cercamento dos campos naquela região inglesa no século XVIII. Na Inglaterra, os camponeses utilizaram, além dos motins, a via do direito para assegurarem os *costumes comuns,* nos quais estava baseada a preservação de suas áreas comunais. Nesse sentido, Thompson mostra que os camponeses pobres nem sempre foram os perdedores em suas lutas, apesar de que "... a resistência era mais rabugenta do que vibrante", lutavam na defesa de seus direitos costumeiros, embora não constituindo um movimento social de grandes manifestações coletivas[3].

Thompson demonstrou em suas obras a importância da investigação empírica para testar e reconstruir a teoria. Suas discussões sobre os costumes, enquanto elementos que compunham as definições consuetudinárias da plebe inglesa no século XVIII, mostraram a resistência da cultura tradicional deste grupo às inovações e racionalizações por eles vivenciadas a partir de então, como a expropriação de seus direitos tradicionais de aproveitamentos comunais. É nesse aspecto, o de que a relação histórica é construída na experiência, que Thompson contribuiu significativamente para os estudos em torno do campesinato no Brasil quando, inspirados nesse autor, os historiadores passaram analisar da relação entre proprietários e posseiros nas vastas redes de relações pessoais de dominação, exploração e também de resistência. O camponês passou a ser visto sob outro ângulo, para além da submissão à expansão do capitalismo no campo. Da mesma forma, ao analisar o banditismo rural como uma forma de resistência camponesa frente à ocupação das terras comunais, o que levou, em muitos casos, ao retardamento desse processo, Thompson inovou, as pesquisas em torno do universo rural moderno europeu, trabalhando uma série de lutas camponesas que vinham sendo desconsideradas por aquela historiografia, permitindo assim a incorporação desses "bandidos" enquanto objeto de análise histórica.

A tensão no campo no Brasil inicia bem antes das Ligas Camponesas da década de 1950.

2 THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; **Senhores e caçadores***:* a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

3 THOMPSON, E. P. **Senhores...**, *op. cit*.

Márcia Motta analisou a resistência dos pequenos posseiros no Brasil do século XIX, e mostrou outro panorama da luta pela terra ao discutir as estratégias de afirmação de propriedade desse grupo. Motta mostra que o homem livre e pobre não foi passivo ao processo de exclusão da terra, imposto pelos grandes fazendeiros. Os pequenos posseiros também utilizaram o meio jurídico para lutarem por suas ocupações, buscando brechas na Lei de Terras de 1850 para legitimá-las[4]. Este trabalho inaugurou uma nova visão sobre o campesinato no Brasil, mostrando que a resistência deste grupo social é bem anterior às ligas camponesas da década de 1950.

Elione Silva Guimarães analisou o acesso à terra pelos libertos na Zona da Mata Mineira ao longo do Período Imperial e da República Velha[5]. A autora mostrou a resistência desse grupo diante das expropriações de seus quinhões de terras, praticada por pecuaristas e cafeicultores. Os libertos e seus descendentes recorreram à Justiça para fazerem valer os seus direitos e também valeram-se do enfrentamento armado com alguns fazendeiros, seus jagunços ou milícias. Nesse mesmo sentido, Denise Moura, ao analisar o trabalho dos homens livres pobres, em meio ao declínio do trabalho cativo na região de Campinas, mostrou que a resistência às imposições dos fazendeiros não se restringiu ao mundo escravo[6]. No Rio Grande do Sul oitocentista, Graciela Bonassa Garcia vem trabalhando a resistência dos pequenos posseiros ao cercamento dos campos na região da Fronteira[7]. Em nosso mestrado, analisamos a luta desse grupo na preservação de suas posses e áreas de uso comum diante do avanço das colônias de imigração, no vale do Taquari, ao longo do Segundo Reinado[8]. A tensão entre os pequenos posseiros e ervateiros com os colonizadores e os colonos nessa região acentuou-se durante a Revolução Federalista (1893-95), quando ocorreram

4 MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder***:* conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Niterói: 2.ed., EdUFF, 2008.

5 GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928). São Paulo, Juiz de Fora: Annablume, FUNALFA Edições, 2006; GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de Preto**: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EdUFF, 2009.

6 MOURA, Denise Soares de. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: CMU/ UNICAMP, 1998.

7 GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra e trabalho**: tensão e transformação no pampa rio-grandense. In: GUIMARÃES, Elione Silva e MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). **Campos em disputa**: história agrária e companhia. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007, p. 271-294.

8 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro Do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). São Leopoldo: Dissertação de mestrado em História/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

alguns confrontos entre os dois grupos. A resistência dos pequenos posseiros das áreas florestais e dos ervateiros da Província do Rio Grande do Sul, na segunda metade do XIX, não foram fatos isolados, seja no âmbito provincial, seja no do Império. Esse contexto levou os proprietários e grileiros das terras florestais das regiões da Serra e do Planalto a efetuarem os processos de legitimação de terras, com o objetivo de obterem um título de propriedade, para enfrentarem as ameaças sobre as suas áreas apossadas.

Em nossa tese de doutorado, analisamos a resistência dos homens pobres, estabelecidos nas terras florestais sul-rio-grandenses, diante do avanço da colonização imigrante e da exploração da erva-mate pelos fazendeiros. Os pequenos posseiros ameaçaram o avanço do latifúndio sobre as áreas florestais, o que retardou, em muitos casos, esse processo. Houve inclusive encaminhamento de um abaixo-assinado para o Imperador D. Pedro II denunciando as apropriações abusivas de terras pelos fazendeiros no Planalto. A resistência dos homens e mulheres pobres, que sobreviviam de pequenas lavouras e da extração da erva-mate no interior das matas da Serra, Planalto e Missões, levou muitos fazendeiros ao encaminhamento de processos de *legitimações* de terras. Grande parte deles dizia respeito a casos de grilagem[9].

Lutas que se basearam também na aplicação da Lei de Terras de 1850.

A ideia de fracasso da execução da Lei de Terras esteve presente nas documentações do Ministério da Agricultura e também na grande maioria dos relatórios dos presidentes provinciais. José Murilo de Carvalho consolidou essa versão na historiografia, atribuindo tal contexto ao *veto dos barões*[10]. O autor baseou-se nas informações dos relatórios ministeriais das décadas de 1870 e 1880 para afirmar que a Lei expressou "a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários"[11]. A Lei, na visão de Carvalho, não teve interferência direta da Coroa na sua implementação, uma situação diferente do abolicionismo, quando a política de terras da Coroa teria provocado o alinhamento dos proprietários. José Murilo de Carvalho afirma que essa política praticamente

9 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Niterói: Tese de doutorado em História/ Universidade Federal Fluminense, 2010.

10 CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial/ **Teatro das sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: 4.ed., Civilização Brasileira: 2003, p. 329-354.

11 Ibidem, p. 350.

se restringiu ao debate legislativo e aos relatórios dos burocratas dos ministérios do Império e da Agricultura. As nossas pesquisas apontam outro contexto, conforme veremos mais adiante. Houve um bom número de processos de legitimação e revalidação de terras e eles mostram que a Lei "saiu do papel" e contribuiu para o fortalecimento do poder monárquico.

Márcia Motta analisou as disputas de terras em Paraíba do Sul e defende que o impacto da Lei sobre a estrutura fundiária não pode ser reduzido ao *veto dos barões*[12]. Motta defende tratar-se de um processo complexo, e sua aplicação expressa a ambiguidade e a dinâmica da história da ocupação territorial do Brasil. Nesse sentido, Lígia Osório Silva também contribuiu para a renovação do debate em torno da Lei de terras de 1850[13]. A autora mostrou os desajustes entre a obra do economista inglês Edward Wakefield, a quem foi atribuída influência sobre a Lei e a realidade brasileira do período anterior a 1850. Além da Lei não ter expressado o trabalho do autor inglês, Osório Silva mostra que os parlamentares não tiveram acesso à obra, na qual Wakefield tratou da imigração e do regime de terras nas colônias britânicas. Lígia Osório Silva avançou o debate ao relatar que a implementação da Lei apresentou resultados sobre a estrutura fundiária do Império, embora restritos. A autora investigou os relatórios de presidentes de província, mostrando os resultados dos processos de *legitimações e revalidações* do Rio Grande do Sul em relação às demais unidades do Império. Contudo, Osório Silva não aprofundou essa questão, e sua pesquisa não explorou a documentação produzida a partir da aplicação da Lei.

Os processos de revalidação e, especialmente, os de legitimação de terras, referentes a posses, permitem aprofundar essa questão. Lígia Osório Silva investigou os dados apresentados pelos relatórios do Ministério da Agricultura e dos presidentes de província nas décadas de 1870 e 1880. No entanto, essas ações foram produzidas desde o final da década de 1850. No Rio Grande do Sul, os primeiros autos foram iniciados em 1858. A análise desse contexto não pode restringir a aplicação da Lei ao período de 1870-1889. Por outro, os relatórios oficiais apenas informam o número de processos aprovados, não revelam as ações reprovadas e também aquelas em que houve desistência dos autores. No Rio Grande do Sul, embora o número de processos de legitimação na região fronteiriça tenha sido insignificante, Santana do Livramento e Alegrete, por exemplo, não tiveram um único auto, foram produzidos mais de dois mil processos, direcionados principalmente

12 MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras...**, *op. cit.*

13 SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de Terras de 1850. Campinas: 2.ed., Ed. da UNICAMP, 2008.

às regiões da Serra, Planalto e Missões. Esta quantidade revela que uma boa parte dos barões sul-rio-grandenses não vetou a Lei e recorreu a ela nos litígios.

Os processos de legitimação expressam as disputas existentes em torno da apropriação fundiária. As ações eram caras e demoradas, e o seu encaminhamento ocorria, geralmente, diante da ameaça de outros confrontantes que possuíam o mesmo poder econômico ou prestígio social. Esses processos revelam a dinâmica política da afirmação de propriedade e mostram outra face da aplicação da Lei de Terras de 1850, ainda não explorada pela historiografia: a contribuição da sua aplicação no processo de centralização política do Governo Imperial. O Decreto número 1.318 de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a aplicação da Lei, estabeleceu que as ações de legitimação e revalidação de terras, encaminhadas após o período das declarações paroquiais de terras (1854-1857), tramitariam nas repartições especiais de terras públicas. Estes órgãos estavam subordinados às secretarias das presidências provinciais, e o julgamento sobre os processos caberia ao chefe do Executivo provincial e não a um magistrado. A aprovação dos autos dependeria da "avaliação" do presidente provincial sobre os processos. Estes foram encaminhados diante de litígios, e sua aprovação dependeu, em boa parte dos casos analisados, do grau de relações políticas do legitimante com a presidência da província. As ações analisadas, nos municípios de Taquari e de Cruz Alta, revelam a intensidade das disputas em torno da apropriação territorial e os enfrentamentos entre os membros da elite no apossamento das terras devolutas. Um processo de legitimação muitas vezes era fruto do enfrentamento de duas famílias que ocupavam altas patentes na Guarda Nacional. Essas *disputas equilibradas* exigiam uma maior aproximação dos fazendeiros à presidência da província. Além disso, os dispositivos da Lei, ao proibirem a posse após 1850 e exigirem a ocupação efetiva das áreas apropriadas para a sua titulação, ameaçaram o direito de acesso dos mesmos fazendeiros. Esse contexto exigiu dos posseiros uma maior negociação política com a Coroa, quando a implementação da legislação esteve confiada aos presidentes de província e aos seus subordinados. A aplicação da Lei de Terras expressa a arena de disputas existentes entre os fazendeiros e, principalmente, pela pressão que a população de posseiros pobres causava na elite. Os expedientes da Lei mostram a tensão social existentes no campo e, sobretudo, o interesse do governo central em administrar e suprimir estes conflitos[14].

14 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios...**, *op. cit.*

A República e a tensão no campo

O universo rural se complexificou ainda mais no início da República Velha. A descentralização do poder nas mãos das oligarquias estaduais e a própria desarticulação da Guarda Nacional, iniciada em 1873, limitou o poder de coerção do Estado. O controle das milícias da Guarda, antes centralizado nas mãos do ministro da Justiça, permitia ao Governo Central uma maior capilaridade do seu poder de repressão sobre os movimentos e levantes "locais". Por outro lado, o acirramento das disputas estaduais abriu espaço para a ampliação dos atos de resistências dos homens e mulheres livres e pobres no campo. Foram resistências, levantes e ações armadas que muitas vezes ficaram encobertas pelas grandes revoltas da República Velha e pelo messianismo.

No Rio Grande do Sul, o predomínio do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) criou uma conjuntura estadual singular diante das outras unidades políticas brasileiras daquela época, o chamado "positivismo castilhista". O PRR foi marcado pelo autoritarismo previsto na ideologia política de Comte, a *ditadura positivista*, a qual seria o caminho para por em prática os ideais de *ordem e de progresso*. Logo a oposição se levantou em armas na "Revolução" Federalista de 1893-1895, o ponto nevrálgico do PRR, a revolta mais sangrenta do Rio Grande do Sul, que resultou na morte de, pelo menos, 12 mil pessoas. Essa guerra civil se tornou famosa pela prática da degola, atingindo o seu ápice com a execução de mais de 300 homens no Município de Santiago, o que marcou o auge do terror espalhado pelo interior gaúcho. É exatamente neste momento que os lavradores pobres passam a rebelar-se contra a expropriação das terras de matas "devolutas" que ocupavam, especialmente nos vales do Taquari e Rio Pardo. Esses lavradores expulsos de suas posses, cuja situação nós já analisamos em nosso mestrado, chamados de serranos ou de ervateiros (trabalhadores da erva-mate) aderiram às forças federalistas e lutar contra as milícias coloniais que apoiavam Júlio de Castilhos[15]. Este último forneceu armamentos aos "intendentes" das regiões coloniais para que "se defendessem" dos federalistas. Os ervateiros se utilizaram de um contexto de guerra civil para se armarem e usar alguns dos conflitos em torno da Federalista para, em boa parte dos casos, afirmar as lutas de seu grupo. Participaram dos ataques às vilas e cidades para darem uma resposta às extorsões praticadas pelos colonizadores. Da mesma forma, atacavam os colonos que se alojavam sobre

15 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos...**, *op. cit.*

as terras que costumeiramente ocupavam. Várias memórias de época, que descrevem a "odisseia do imigrante", registram que muitos deles se uniram para "expulsarem hordas de bandidos que abundavam pelos matos"[16]. Nesses conflitos sangrentos, a luta do posseiro em função do seu direito à terra foi omitida pelas duas facções políticas em conflito: os federalistas apenas os classificaram como apoiadores das suas causas e os castilhistas (adeptos do Governo do Presidente Júlio de Castilhos do PRR) os taxaram de criminosos, que teriam sido usados como massa de manobra. Os intensos conflitos que estabeleceram esses trabalhadores em função da sua marginalização permaneceram imersos na Revolução Federalista, como parte de uma luta que não lhes pertencia. Há neste caso toda uma esfera de resistência que continuou após o término do conflito sob o rótulo de "banditismo", tema que tem passado despercebido pela historiografia. Ocorreram muitos conflitos nas regiões coloniais envolvendo os imigrantes e os serranos, nos quais houve violência acentuada que não se reduz às causas dos conflitos em torno da Revolução Federalista. A resistência dos trabalhadores, na República Velha, não se restringiu ao operariado, a "vanguarda revolucionária": a tensão no campo, por diferentes caminhos, agitava a jovem República.

Outros integrantes desse grupo marginalizado, no Rio Grande do Sul, aderiram ao messianismo. No Município de Lajeado houve, em maio de 1902, um intenso combate entre a Brigada Militar e os denominados "monges de Pinheirinho", constituídos por lavradores pobres expulsos das terras ocupadas pela colonização italiana e que aderiram ao grupo messiânico do monge João Maria, os quais eram vistos com desconfiança pela população imigrante, resultando no assassinato da maioria daqueles integrantes[17]. Além das revoltas durante a Revolução Federalista, houve uma forte resistência dos posseiros naquela região. É preciso analisar o banditismo rural enquanto uma forma de resistência e de luta destes lavradores às espoliações sofridas naquele período.

O messianismo foi uma importante válvula de escape no Brasil, durante a República Velha, às massas desvalidas do campo. Muitos dos adeptos do messianismo aderiram às armas para defender os seus redutos de fé, refúgio e abrigo frente às imposições do latifúndio. Canudos foi o primeiro grande exemplo deste processo.

16 SCHIEROLT, José Alfredo. Ações militares da Revolução Federalista no Vale do Taquari. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. **A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; São Leopoldo: EdUnisinos, 1995, p. 90.

17 FERRI, Gino. **Os Monges de Pinheirinho**. Encantado: Grafen, 1975.

Desde 1876 Canudos tornara-se um centro de "gente suspeita e ociosa". Em 1893, quando Antonio Conselheiro ali se estabeleceu, a área já era consagrada enquanto local de "refúgio social"[18]. Joana Medrado mostra que, ao contrário do que dizia Euclides da Cunha, ao defender a "servidão inconsciente" dos vaqueiros em relação aos fazendeiros, este grupo lutou pela sua sobrevivência e ascensão social no sertão baiano[19]. O Movimento de Antonio Conselheiro perpassa este universo de lutas e resistências dos sertanejos frente aos fazendeiros. Canudos também representa a fuga ao latifúndio, e a busca por uma terra "sem privações". Em 1897 Canudos abrigava em torno de 20 mil pessoas. Os grandes fazendeiros, juntamente com a Igreja, instigaram a invasão e destruição do povoado pelo Exército, receando perder o seu poderio político e econômico, além da força de trabalho dos sertanejos que migraram para o povoado de Canudos[20].

A Guerra do Contestado (1912-1916) expressou a tensão no campo na República Velha de forma ainda mais intensa. Em torno do monge José Maria se reuniu um grande número de posseiros expulsos da terra pela abertura da Ferrovia São Paulo-Rio Grande pela Brazil Railway Company e pela instalação de grandes serrarias na região, que expulsavam as famílias de posseiros, isto é, aqueles que não possuíam título formal de suas propriedades. Este cenário levou milhares de "sertanejos" a engrossarem os redutos dos seguidores de João Maria, e também à guerra. A luta envolveu mais de 20 mil pessoas, e dois terços do Exército de então. A Guerra do Contestado mostra o clima de tensão no campo, e levou o Governo Hermes da Fonseca a dar "um fim exemplar" nos amotinados em Taquaruçu em 1914, onde nem as mulheres e as crianças foram poupadas, de modo a coibir novos movimentos no campo[21].

Discutir a tensão no campo também exige uma incursão sobre o cangaço. Após uma fase de discussão do cangaço enquanto banditismo social, os estudos no campo das ciências sociais vêm mostrando os cangaceiros enquanto o braço armado dos grandes latifundiários e dos fazendeiros interessados em impor o seu poder político frente a outras famílias rivais, e também para afugentar os herdeiros de terrenos adjacentes às suas fazendas,

18 WANDERLEI, Leandro Aquino. **Religiosidade e Conflito no Sertão Conselheirista**: a Relação do Clero da Arquidiocese da Bahia e Antonio Conselheiro/Canudos (1874-1897). Recife: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

19 MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros**: Relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

20 LEVINE, Roberto. **O sertão prometido**: o massacre de Canudos no nordeste brasileiro. São Paulo: Edusp, 1995.

21 MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. 1912 - 1916. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

como forma de ampliar a posse da terra. Para isto era preciso perseguir e impor o medo aos pequenos proprietários, cujos terrenos foram fracionados pelas múltiplas divisões ao longo de várias gerações, de modo a expulsá-los da terra ou forçá-los a vender por valores irrisórios[22]. Lampião, mais famoso dos cangaceiros, é o exemplo deste acordo com políticos e fazendeiros, inclusive na perseguição à Coluna Prestes[23]. O cangaço se caracterizou pelas suas relações com o latifúndio. No entanto, ele era a evidência clara da fraqueza do Estado frente a grupos armados no interior do Nordeste. Seguindo a definição weberiana do Estado enquanto o "monopólio da coerção física", o cangaço é revelador da falta de controle estatal sobre o campo. A ação do cangaço nas páginas dos jornais era a prova cotidiana da força dos grupos que faziam e aplicavam as suas "próprias leis" à revelia do poder público. A ação do cangaço mostrava aos grupos mais pobres que era possível resistir no campo, e empreender lutas armadas contra os fazendeiros, mesmo que inseridos em redes de relações sociais de outros terratenentes locais, tirando proveito de suas disputas. Suas forças estavam aliadas a determinados grupos políticos, mas ainda assim poderiam se voltar contra os fazendeiros. E certamente preocupava o Governo a possibilidade da disseminação de ideias comunistas entre eles, ou mesmo o anarquismo que ganhava força entre os sindicatos operários.

A Coluna Prestes fez parte do Movimento Tenentista, e iniciou a sua marcha no Rio Grande do Sul em 1925. A Coluna percorreu 25 mil quilômetros entre 1925 e 1927, praticamente sem sofrer derrotas significativas. O maior impacto político da marcha era o "perigo" dela disseminar o comunismo no campo, mesmo que neste momento Prestes ainda não tivesse se filiado ao Partido Comunista do Brasil. O *cavaleiro da esperança* representava o exemplo da falta de meios do Estado em coibir ações de grupos que reivindicavam mudanças políticas, e mostrava aos despossuídos do campo uma alternativa de luta e, principalmente, as limitações de coerção das forças locais.

O peso das relações trabalhistas no campo, e suas tensões, fizeram com que o Governo Federal, na Era Vargas, limitasse as transformações estruturais da economia e a modernização do estado ao mundo urbano, evitando que as mesmas chegassem ao campo. Um fato que não se restringiu ao Brasil. José de Souza Martins defende que foi através da produção de

22 BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão**. Rio de Janeiro: 2.ed., Mauad, 2007.

23 CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

mercadorias que o capitalismo se reproduziu num primeiro momento, adquirindo um caráter mundial, mas ele também incorporou e reproduziu relações não-capitalistas de produção. O sistema de parceria pelo qual os imigrantes italianos trabalharam nas lavouras cafeeiras seria um exemplo dessa contradição[24]: uma grande massa produzindo bens-mercadorias para o mercado internacional, mas através de relações de trabalho não plenamente capitalistas, no sentido de uma mão-de-obra assalariada.

A CLT representou, por um lado, a antecipação do conflito capital/trabalho e, por outro, a pressão dos segmentos operários urbanos, que desde a República Velha estabeleciam as suas estratégias de lutas. No entanto, o grosso da população (quase 70%) ainda morava no campo, sendo que a população urbana somente ultrapassou numericamente a rural em meados da década de 1960[25]. Ainda assim, a CLT não chegou ao campo, num acordo tácito de Vargas com as forças políticas ligadas ao latifúndio e mesmo com grupos mais progressistas, mas que mantinham estreitas ligações com o campo[26]. Além de prejudicar o lucro dos fazendeiros e certamente inviabilizar grande parte das plantações e criações, a CLT viabilizaria a luta de afirmação dos direitos pelos trabalhadores rurais e aumentaria, ainda mais, a tensão no campo. Desta forma, salvo casos isolados, a legislação trabalhista não se estendeu ao mundo rural, ratificando o que Boris Fausto chamou de "intocabilidade sagrada das relações sociais no campo"[27]. Segundo José Murilo de Carvalho, em reflexão sobre o longo caminho da cidadania no Brasil, fala que na Era Vargas o "grande vazio na legislação indica com clareza o peso que ainda possuíam os proprietários rurais. O governo não ousava interferir em seus domínios levando até eles a legislação protetora dos direitos dos trabalhadores"[28].

Desde o Império, o latifúndio e as estruturas agrárias vinham sendo criticadas. Todavia somente na Constituição de 1934 é que foi criada a possibilidade de desapropriação frente à utilidade pública da terra, quando

24 MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

25 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Séries históricas e estatísticas**. Disponível em: http://www.seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122 . Acessado em 23 de Dezembro de 2015.

26 HEINZ, Flávio. **Les fazendeiros à l'heure syndicale**: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1945-1967. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1998.

27 FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: 16.ed., Cia. das Letras, 1997.

28 CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: 15.ed., Civilização Brasileira, 2012, p. 123.

a desapropriação ocorreria por meio da indenização de um valor quarenta vezes maior àquele do último foro pago na propriedade[29]. No entanto, a desapropriação da terra para fins de colonização, praticamente não foi utilizada. Uma das principais medidas utilizadas pelo Governo Vargas para aliviar a tensão no campo foi o lançamento do "Programa Marcha para o Oeste". Vargas tinha o objetivo de levar agricultores pobres, geralmente de áreas muito povoadas ou tensas, do Centro-Sul, e também do Nordeste, para regiões que constituiriam "vazios demográficos", especialmente nos estados de Goiás e do Mato Grosso, que na época ainda englobava o território do atual Mato Grosso do Sul. Além de povoar uma região "desocupada" em termos geopolíticos, também seria a oportunidade de se extrair riquezas que julgava-se existir nestas regiões, especialmente minérios. O Programa fazia parte do *Imperialismo Interno*[30], mas teve poucos resultados iniciais. Ainda assim a Marcha ficou no imaginário dos brasileiros nas décadas seguintes, e alimentou novos projetos de migrações de massas para novas colonizações. Esta política ganhou força no Governo de Juscelino Kubitschek, no seu discurso "Rumo a Oeste", cujo impacto maior foi a construção de Brasília, que mobilizou milhares de pessoas para o Centro-Oeste[31]. Mas estas políticas também influenciaram e fortaleceram as colonizadoras particulares que já atuavam no loteamento de vastos territórios nos estados do Sul, especialmente no Paraná, e ganharam diversos incentivos para a instalação de colônias no Centro-Oeste. No Brasil, a expansão das colônias agrícolas sempre contou com o apoio do Estado, mas foram as colonizadoras particulares que garantiram a sua expansão máxima. Mas ainda assim, a (s) *Marcha(s) para o Oeste* não conseguiram diminuir a tensão no campo. Até mesmo nos destinos da *Marcha*.

A região de Trombas e Formoso, no norte do estado de Goiás, foi povoada por posseiros do Nordeste e de Minas Gerais, nos anos 50. Estas famílias ocuparam terras férteis para a agricultura que sofreram um rápido processo de valorização com a construção da estrada Belém-Brasília. Logo em seguida iniciaram as ameaças de expulsão dos posseiros pelos fazendeiros e/ou grileiros locais. As disputas foram travadas primeiramente no plano jurídico, mas, a partir de 1954, chegaram à região alguns integrantes

29 LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida**: uma história política da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

30 LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

31 RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Marcha para o Oeste. In: MOTTA, Marcia Maria Menendes (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 286-288.

do Partido Comunista com a orientação de organização da luta armada a partir da guerrilha camponesa. Após alguns enfrentamentos com a Polícia, houve um acordo dos dirigentes do PCB com o Governador Pedro Ludovico, no qual o Governo encerraria a repressão aos posseiros organizados de Trombas e Formoso, e estes apoiariam o seu filho Mauro Borges ao Governo Estadual[32]. A força dos posseiros organizados, e sua articulação com o poder político estadual, mostrou o poder de barganha que as associações camponesas alcançam no período. E mostravam as entidades ligadas ao latifúndio o "perigo" das células do PCB no campo e as possibilidades reais de disseminação da luta armada. Mas o foco da resistência no campo que provocou o maior impacto político na época foi as Ligas Camponesas no Nordeste.

As Ligas camponesas iniciaram na década de 1940, organizadas pelo PCB, mas desarticuladas, em sua maioria, em 1947, quando o PCB foi colocado na ilegalidade. As Ligas ganharam força na década de 1950 a partir da atuação da Liga criada no Engenho Galileia em Pernambuco. Estes trabalhadores sofriam com a concentração fundiária e os baixos salários recebidos nas usinas e lavouras canavieiras. A exploração era tal que houve casos em que os trabalhadores não conheciam dinheiro, pois o seu salário ficava retido nos armazéns das usinas. A repressão também era forte nas usinas, e os proprietários usavam a ameaça da expulsão a todo momento, usando o jargão "aqui você não dorme mais", ou seja, no momento que o trabalhador não se submetia mais, ele seria expulso imediatamente da usina, tendo que encontrar um novo teto em menos de 24 horas. A entrada do caminhão levou os fazendeiros a "dispensarem" os seus moradores, que não precisariam mais residir necessariamente nas terras das usinas[33]. A valorização do açúcar levou também à expropriação dos foreiros das propriedades das usinas, que se encontravam em franco processo de concentração[34]. Este era o caso do Engenho Galileia, no Município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, cujas terras estavam alugadas a agricultores. Ainda no ano de 1954, o valor do aluguel daquelas terras era muito superior ao que os arrendatários poderiam

32 ESTEVE, C. L. S.. "Homem certo para o lugar certo": colonização, educação rural e tecnização da agricultura na experiência dos Combinados Agro-urbanos em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.). **História Agrária**: propriedade e conflito. Guarapuava: Editora Unicentro, 2009, p. 41-61.

33 DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

34 ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963, p. 56.

pagar. Os agricultores fundaram então uma sociedade beneficente com o objetivo de criar um auxílio funerário, fundar uma escola e formar uma cooperativa de crédito. Identificada como subversiva, a sociedade passou a ser perseguida. Os agricultores do Engenho Galileia buscaram então ajuda na capital pernambucana, conseguindo o apoio do advogado e deputado Francisco Julião. Em 1959 foi conseguida a desapropriação do Engenho Galileia[35]. O fato encorajou as demais Ligas do Nordeste, especialmente as da Paraíba, e também o movimento em bases nacionais. As Ligas perderam parte do apoio do PCB em 1960, depois do V Congresso do Partido. A partir daí elas passaram a se associar a outras organizações e a atuar na defesa de uma reforma agrária profunda no Brasil[36].

Na Paraíba, as Ligas logo se formaram na década de 1950. Uma das suas principais lideranças, João Pedro Teixeira, atuou em Sapé e também na direção estadual das Ligas. João Pedro teve contato com a experiência do Engenho Galileia. Neste momento a Federação das Ligas Camponesas ganhava cada vez mais espaço. João Pedro Teixeira, além de seu papel junto às Ligas, ainda lutava contra a expulsão do sítio em que morava. A Liga de Sapé era a mais combativa, e João Pedro Teixeira foi assassinado em abril de 1962, a mando de fazendeiros locais[37].

O avanço das Ligas Camponesas tornava-se ainda mais preocupante para os grupos mais conservadores e para as organizações políticas de direita pela sua proximidade com os agentes da Revolução Cubana. Inclusive a inspiração do PCdoB pós-1962 foi a Revolução Cubana, e não a Chinesa. Já em 1961, um grupo organizado pelas Ligas Camponesas foi para Cuba participar de um curso político-militar[38]. Preocupava as lideranças do latifúndio a tática foquista dos cubanos, em sua tentativa de expandirem a revolução socialista para outros países da América. E esta não era uma simples "tática". A Revolução Cubana impactou as elites americanas muito mais pelo seu "exemplo" do que pela sua dimensão geopolítica. Cuba não teria como propagar o socialismo em outro país através da guerra direta. No entanto os revolucionários cubanos deram uma prova do poder de alcance das guerrilhas, quando um grupo de aproximadamente 20 homens se

35 MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 467-469.

36 DABAT, Christine. Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez!? Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. **Clio**, Recife, v.22, p. 149-188, 2006; MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

37 GODOY, Rosa; BANDEIRA, L. e MIELE, N. **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Universitária, 1997.

38 SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

instalou nas Serras Maestras e conseguiu organizar uma ação armada que derrubou o Governo de Fulgêncio Batista. Os revolucionários cubanos eram a mostra viva de que as organizações de esquerda que seguissem a tática de guerrilha teriam condições de desenvolver uma revolução socialista. E as lideranças camponesas no Brasil estavam se organizando em torno das Ligas Camponesas e recebendo treinamento em Cuba. Caio Prado Júnior mostrou que a força de mobilização dos trabalhadores rurais no período pré-Golpe e o medo da "ameaça vermelha" levaram a Igreja Católica a investir na organização de sindicatos rurais. Ameaçada pelo "materialismo dialético", a Igreja se junta às elites fundiárias frente ao avanço das forças socialistas no campo. Enquanto isto, a legislação brasileira avançava contra as arcaicas relações de trabalho no campo.

Nos anos 1960, a grande ameaça ao latifúndio foi o Estatuto do Trabalhador Rural, a Lei 4.214 de 02 de março de 1964. Esta legislação estendia ao trabalhador rural os mesmos direitos trabalhistas do empregado urbano. A "questão rural" não seria enfrentada com a Reforma Agrária pelo Governo de João Goulart, mas com a extensão dos direitos trabalhistas. A Lei, fruto da pressão dos movimentos camponeses, especialmente as Ligas Camponesas, teve um grande impacto político junto aos fazendeiros, que promoveram, em muitos casos, a expulsão violenta dos seus trabalhadores, especialmente aqueles que residiam nas propriedades dos patrões, no sentido de evitarem problemas trabalhistas. O Estatuto ampliaria as possibilidades de afirmação política dos trabalhadores diante deste novo embasamento jurídico[39]. Além da ameaça ao poder dos fazendeiros, o Estatuto do Trabalhador Rural abalava a principal base de reprodução do latifúndio: o baixo custo da mão-de-obra. Já lembrava Peter Eisenberg que o trabalho nas usinas exigia uma mão-de-obra muito grande[40], logo o pagamento de um salário compatível com o que era ganho pelos operários urbanos inviabilizaria qualquer *plantation*. Além do mais, a mecanização propiciada pela Revolução Verde no início dos anos 1960 teve um baixo impacto nas principais culturas agrícolas brasileiras: a cana-de-açúcar, café, mandioca, fumo, algodão e feijão. O mesmo pode ser estendido à pecuária. O Estatuto representava a maior ameaça sofrida pelos grandes latifundiários no período republicano até então.

Neste mesmo contexto de implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, um Anteprojeto de Lei de reforma agrária foi apresentado pelo então presidente João Goulart, visando modificar o artigo 141, parágrafo 16, para que se tornasse possível a indenização em títulos da dívida pública, títulos especialmente emitidos para esse fim, resgatáveis num prazo de 20 anos.

39 LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida...**, *op. cit.*
40 EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 69.

Este Anteprojeto foi enviado à Câmara no dia 22 de março de 1964, dias antes, portanto, do golpe militar que derrubou o governo democraticamente eleito. Na ótica dos latifundiários, ou este processo seria interrompido, ou a grande propriedade entraria em colapso. O latifúndio cambaleava.

Considerações finais

Todo este cenário apontava para transformações significativas no campo. Se, por um lado, os movimentos sociais pressionavam o Estado por reformas e enfrentavam os latifundiários nas diferentes regiões brasileiras em escalas e estratégias diferentes, por outro as mudanças no plano jurídico e político davam prova clara de que o poder do latifúndio e seu espaço político estavam ameaçados e, em médio prazo, estaria fadado ao enfraquecimento. A agonia do latifúndio levou as suas lideranças ao apoio irrestrito ao Golpe de 1964. Ou as mudanças no campo seriam freadas, ou o latifúndio agonizaria. Ou simplesmente sucumbiria diante do "perigo vermelho". A penetração do PCB no campo até o início dos anos 1960 dava mostras da ameaça. Dado o golpe, o Estatuto do Trabalhador Rural caiu por terra, cedendo espaço para o Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra veio como resposta a duas ordens de fatores: "de um lado os movimentos sociais no campo [...] estancados pelo golpe de março de 1964; e, de outro, à pressão norte-americana pela adoção de um programa de reformas para o campo"[41].

41 FERNANDES, Vítor e SIMIQUELI, Roberto Resende. O passado não resolvido: golpe de 1964 e os antecedentes da questão agrária hoje. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v.22, p. 45-63, 2015.

"Absolutização da propriedade fundiária", da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar[1]

Christine Rufino Dabat

Alberto Passos Guimarães cunhou um termo que se aplica perfeitamente à questão do acesso a terra na zona canavieira de Pernambuco: 'terra-privilégio'[2]. Roberto Smith, no seu brilhante ensaio sobre a estrutura fundiária, complementou com uma qualificação – a absolutização[3] –, que indica a modernidade do fenômeno, afastando quaisquer interpretações 'feudais'. Estas duas expressões concisas resumem a temática da agricultura após o golpe militar de 1964. Um melhor entendimento do que aconteceu em termos de organização da produção e relações de trabalho complementa o retrato da ditadura militar, cujas dimensões políticas são habitualmente destacadas. Esta abordagem a partir dos trabalhadores do campo revela um embate de longa duração: o acesso à terra, seus usos e a repartição de seus frutos. Pois, frente aos ditames da modernidade, concebida como urbana e industrial, a questão agrária continua presente.

Na época imediatamente anterior ao golpe militar de 1964, muitos setores da opinião pública, num amplo espectro político, haviam diagnosticado a obsolescência do latifúndio monocultor, inclusive na região canavieira de Pernambuco. Embora o engenho ocupasse o lugar de 'pai fundador' do Brasil na época moderna, graças a uma naturalização proposta

1 O presente texto é fruto de uma comunicação no XVI Encontro da ANPUH-PB em Campina Grande, em agosto de 2014. Agradeço aos colegas, José Luciano de Queiroz Aires, Tiago Bernardon de Oliveira e Vânia Cristina da Silva pelo convite para participar do evento e encorajamentos para publicar os resultados aqui apresentados. Também sou grata a Isabelle Velay Rufino pelo paciente trabalho de revisão.

2 GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 1989.

3 SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 238.

por autores como Gilberto Freyre, tanto a ociosidade de grandes expansões de terras quanto a pressão de movimentos sociais no campo faziam surgir questionamentos e tímidas propostas governamentais.

Com efeito, nos anos cinquenta e início dos sessenta do século passado, tais debates ocupavam, pela primeira vez de maneira tão explícita, os âmbitos políticos e da imprensa. Graças à manutenção de um regime democrático, cada vez mais abrangente, a sociedade civil organizada podia se manifestar livremente em todo o espectro político: dos promotores do Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955, por exemplo, ou a Igreja Católica (pós-Vaticano II), até os partidos políticos e organizações de esquerda e movimentos sociais no campo. Assim alargava-se o elenco das análises propostas.

A zona canavieira de Pernambuco, terra secularmente ocupada pelos europeus na modalidade de *plantation*, definida por Mintz e Wolf[4], foi palco, nestes anos, de uma surpreendente profusão de discussões e experiências a exemplo do Engenho Galileia, assim como da Cooperativa de Tiriri[5] sob a tutela da Sudene, além das ocupações de terra pelas Ligas Camponesas.

O golpe militar aniquilou todas estas tentativas, promovendo uma volta radical aos modelos históricos de latifúndio, monocultura e sujeição da mão de obra na modalidade juridicamente mais radical possível. Ele os absolutizou. Como o evidenciam as pesquisas da Comissão Camponesa da Verdade[6], bem como da Comissão Estadual da Verdade em Pernambuco, este projeto conservador efetuou-se com uso de grande violência, encabeçada e possibilitada pelo Estado de exceção, embora executado, talvez na maioria dos casos, pelas milícias privadas dos grandes proprietários.

O agronegócio latifundiário – produzindo soja, cana para etanol etc. – recuperou, nos decênios mais recentes, ares de modernidade graças à nova conjuntura no mercado mundial. Ao mesmo tempo, a 'flexibilização' das relações de trabalho jogava nas 'pontas de rua' assalariados agrícolas em busca de um emprego, cada vez mais sazonal e precário.

As peculiaridades do modelo de organização da produção, assim confirmado por força brutal, saltam aos olhos em comparação com as

4 MINTZ, Sidney W. e WOLF, Eric. Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar.** Produtores escravizados, consumidores proletarizados. (Org. Christine Rufino Dabat). Recife: 2.ed. rev. e ampl., EDUFPE, 2010, p. 169-223.

5 DABAT, Christine Rufino. Os Primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n.23, p. 129-169, 2005.

6 COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório Final Violações de Direitos no Campo** 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014.

modalidades ameríndias de uso do solo americano. Diversas e sofisticadas, essas últimas apreendiam a natureza no sentido que Philippe Descola explora na sua obra, a respeito da paisagem[7], por exemplo: estas sociedades utilizavam inteligentemente os recursos naturais de forma coletiva, individual em diversas escalas, repartiam o produto dentro da sociedade, desenvolviam práticas de conservação dos solos, das florestas, da fauna, etc. Modelos de organização social fascinantes, inspiradores, como o mostra um outro exemplo latino-americano bem estudado, na Colômbia, os Kogis. Os trabalhos de agroecologia os mais avançados reencontram, às vezes, conhecimentos antigos sobre proteção dos solos, da vegetação e fauna nativa. A velocidade de recuperação de áreas tão degradadas quanto a zona canavieira de Pernambuco, nos interstícios do latifúndio, como o mostrou Marcos Figueiredo[8], testemunha do potencial de reatar com a tradição plurissecular anterior à chegada do modelo *plantation*.

Sem entrar num projeto mesmo parcial de ucronia[9], embora estudos recentes mostrem sua riqueza para o historiador inclinado a sair das obviedades eurocêntricas, poderia ser estimulante pensar no aspecto que esta região apresentaria, caso os bárbaros não tivessem chegado pelo mar, como na China, aliás. Se Steven Runciman, o grande bizantinólogo inglês, chamou as cruzadas ocidentais à Terra Santa de "última invasão bárbara"[10], esta fórmula cabe também para a conquista das Américas, situada pelos próprios atores históricos, precisamente, na linhagem das cruzadas, em dimensões ideológicas, mas também militares e até econômicas. Pois os europeus haviam começado sua carreira no fabrico do açúcar na Palestina, onde se tornaram senhores de engenho em terras ocupadas militarmente. Medievalistas não hesitam em qualificar estas empreitadas de colonização[11].

Assim, a tomada das "terras de açúcar"[12], nas palavras de Gilberto Freyre, foi resultado do aprendizado das potências europeias – ibéricos,

7 Curso no Collège de France: **Les formes du paysage**, 2011-14. Disponível on-line em: http://www.college-de-france.fr/site/philippe-descola/course-2014-02-26-14h00.htm. Ver do mesmo autor: DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

8 FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. **Una estrategia de desarrollo local desde las experiencias agroecológicas de la Región Cañera Pernambucana, Brasil**. Córdoba, Espanha: Tese de doutorado em Agroecologia/ Instituto de Sociología e Estudios Campesinos/ Universidade de Córdoba, 2010.

9 DELUERMOZ, Quentin e SINGARAVÉLOU, Pierre. **Pour une histoire des possibles**: analyses contrefactuelles et futurs non advenus du passé. Paris: Seuil, 2016.

10 RUNCIMAN, Steven. **Histoire des Croisades.** Paris: Editions Agora International, 2000.

11 BALARD, Michel e DUCELLIER, Alain, Dir. **Coloniser au Moyen Age**. Paris: A. Colin, 1995.

12 Título da versão francesa de **Nordeste**, de Gilberto Freyre. Cf. **Terres du sucre**. Paris: Gallimard, 1956.

herdeiros de Al Ándalus, que aclimataram a cana à península[13], mas também italianos, Gênova e Veneza, em particular –, que se iniciaram, por oportunidade das Cruzadas, ao gosto do açúcar e a fabricá-lo nas suas colônias do Próximo Oriente, para transportar e finalizar o modelo *plantation* em São Tomé, antes de passar para o continente sul americano.

Este aspecto é fundador. Ele determinou o modelo de organização da produção, bem como boa parte das atitudes predatórias da classe dominante da região, frente à natureza, ao rural e aos que trabalham a terra[14]. Se o solo, a água, o clima e a lenha eram fatores indispensáveis à produção de açúcar, isto não lhes valeu respeito nem apreço. A capacidade de destruição da atividade sacaricultora foi tão radical que resultou no paradoxo, incompreensível para as pessoas estranhas à região, que ela seja chamada 'Zona da Mata' quando não há (praticamente) mais mata alguma, particularmente a partir do Proálcool.

A absolutização da *plantation* na zona canavieira de Pernambuco durante o regime militar da segunda metade do século XX constitui-se assim na continuação de um legado secular. Ela pode ser apresentada sob três aspectos principais, ápices de tendências anteriores. Em primeiro lugar, a concentração fundiária (segundo dados cadastrais e censitários) limitou ao extremo o acesso a terra para aqueles que a trabalhavam. Por outro lado, a monocultura acentuou-se a partir de políticas governamentais de incentivo ao setor, programas especiais como o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971) e o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973), além do Proálcool (1975), comprometendo algumas sobrevivências de policultura, particularmente alimentar, bem como a saúde das populações na região em virtude do uso extensivo de defensivos agrícolas e adubos químicos. Enfim, estes dois fenômenos somaram-se à crescente precarização das relações de trabalho, com a acentuação da expulsão dos moradores de engenho para a periferia das cidades e o transporte pendular de trabalhadores, muitas vezes, clandestinos[15].

13 O calendário de Córdoba, por exemplo, mostra sua perícia agronômica. Cf. MORAES E SILVA, Lívia. **A produção açucareira no al-Andaluz**. Recife: Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

14 Tentei mostrar a persistência na cultura ocidental deste traço peculiar, oposto a outras tradições culturais em DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARAES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa (orgs.). **História, cultura, trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: EDUFPE, 2011, p. 153-175; **Anais do IV Encontro Cultura e Memória**. Recife, 2010, p. 153-175.

15 ARAÚJO, Espedito Rufino de. **O trator e o burro sem rabo**: consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil. Genève: IUED (mimeo), 1990, p. 118.

O monopólio fundiário, resultado das 'invasões bárbaras' modernas

A configuração do acesso a terra guarda, portanto, na zona canavieira de Pernambuco, um desenho lançado desde os primórdios da colonização. Embora claramente histórico e artificial, este traço notável sofreu uma tendência à naturalização por parte do discurso ruralista, reproduzido em parte da historiografia: a própria natureza da planta – a cana – exigiria, além do clima tropical úmido, o latifúndio, a monocultura e a sujeição da mão-de-obra. A apropriação dos recursos naturais responderia, portanto, a uma exigência intrínseca à atividade, e não de uma opção societal.

Uma possível explicação para a naturalização de um processo tão obviamente artificial na dimensão histórica[16] é a longa duração do domínio sobre o principal meio de produção por poucas famílias[17]. Tamanha continuidade – meio milênio contando a partir dos primeiros registros de açúcar brasileiro no mercado de Antuerpia, segundo Sidney W. Mintz[18] – desafia comparações. Talvez rivalize com o patrimônio fundiário da Igreja na França do Antigo Regime, finalmente abalado pela iniciativa do bispo de Autun, Talleyrand, que fez votar, em 2 de novembro de 1789, a venda dos bens nacionais. Ademais, tímidas operações de parcelamento na zona canavieira de Pernambuco durante o período militar, como a Caxangá[19], não tiveram êxito.

Além de sua ubiquidade, a estrutura fundiária extremamente concentrada da zona canavieira (Pernambuco não é exceção) é muito pouco

16 A planta foi domesticada na Oceania. Seu cultivo usurpou terras e recursos ameríndios, lembra o Professor Mintz. Os europeus apropriaram-se militarmente de mão de obra ameríndia e africana para a produção de cana e sua transformação manufatureira. Nesta dimensão, industrial ou pré-industrial, de acordo com escolas de pensamento distintas, apoiaram-se em know how islâmico, indiano e persa, quiçá egípcio e andaluz, nos primórdios da fabricação do açúcar, ou melhor dizer dos açúcares. O teste da produção em grande escala ocorreu na ilha de São Tomé, como o sublinha Stuart Schwartz. Portanto, não teve nada de espontâneo, inelutável, quase que obrigatório no caminho do progresso.

17 As últimas invasões bárbaras, ou seja, dos europeus nas Américas, foram bem mais radicais do que suas antecessoras em termos fundiários: enquanto os germanos apropriavam-se apenas de um terço, no máximo, das terras do império, em virtude da hospitalitas, os conquistadores ibéricos tomaram toda a terra que suas armas podiam conseguir. E seus descendentes – muitos deles diretos – continuam defendendo-as como patrimônio familiar. Na dimensão cultural também, desprezam a milenar experiência agroflorestal dos ameríndios. Não foram "invasões amorosas", segundo a expressão de Theodor Mommsen, a respeito dos germanos que sonhavam em ser tornarem romanos. Mas tão violentas e destruidoras quanto o foram aquelas dos europeus no Oriente Próximo.

18 MINTZ, Sidney W. **Sweetness and Power**: The place of sugar in Modern History. New York: Viking Penguin, 1985.

19 ANDRADE, Joaquim Correia Xavier. **Usina Caxangá**: uma experiência de Reforma Agrária. Recife: UFPE, Relatório CNPq – mimeo, 1987.

conhecida. Ou seja, o Brasil ainda não dispunha, na época do golpe, de um instrumento cadastral comparável àquele de outros países do mundo ocidental. Um traço tão mais curioso que os ancestrais escolhidos pelas elites brasileiras são, em matéria de Direito, a Roma antiga, cuja prática cadastral foi perpetuada até mesmo pelos bárbaros, pelo menos nas regiões mediterrâneas. O vocabulário não deixa dúvida a este respeito. Entre seus elementos constitutivos, a propriedade privada é dita, em latim, utendi et abutendi (gerúndio dos verbos utor e abutor20), termos que hoje pertencem ao vocabulário jurídico brasileiro.

Desde a extinção das sesmarias em decorrência da Independência, houve um vazio jurídico até 1850 e a chamada Lei de Terras[21]. Sucessivos projetos para criar um cadastro e o aparelho administrativo para geri-lo – função essencial do Estado nos regimes jurídicos oriundos da tradição romana – foram adiados até os anos... 1970. Mesmo assim, até hoje, o cadastro é formado a partir de declarações dos proprietários. Mesmo o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964[22], promulgado pelo vitorioso movimento militar, dispunha apenas sobre um cadastro no Artigo 46. "O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá levantamentos, com utilização, nos casos indicados, dos meios previstos no Capítulo II do Título I, para a elaboração do cadastro dos imóveis rurais em todo o país". Mas seu propósito declarado de fomentar uma reforma agrária e uma política agrícola mais redistributiva permaneceu letra morta.

O órgão designado para organizar o cadastro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária[23], manifestou, por decênios, um zelo eficiente na manutenção do sigilo sobre as informações básicas para uma avaliação científica da concentração fundiária. O primeiro cadastramento, decidido em 1965, foi realizado em 1966, com vários episódios de recadastramento (1972 e 1978), durante o regime militar.

20 Do verbo latim utor, usus sum, ut, cujo sentido é tão amplo quanto em português. Cicero fala de bona utenda ac possidenda alicui tradere (Cic. Verr. 2,46). Segundo o dicionário de latim clássico Gaffiot, isto significa dar a alguém o gozo e a posse de bens (p. 1640 1a coluna). Abutendi vem do verbo abutor, usus sum, uti que o autor considera arcaico. A tradução proposta é: "consumir até o desaparecimento do objeto, esgotar, consumir" (p. 13, 3a coluna). Ademais, os outros exemplos fornecidos pelo autor do dicionário são: usar fazendo desviar o objeto de seu destino primeiro; Cícero utiliza também o termo no sentido de uma liberdade excessiva. Ibidem.

21 ROSAS, Suzana Cavani. **A questão agrária na sociedade escravista**. Recife: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 1987.

22 Regulamentação do Estatuto da Terra - Decreto N. 59.566, de 14 de novembro de 1967.

23 O INCRA, órgão público federal, foi criado pelo regime militar (Decreto-lei n° 1.110, de 9 de julho de 1970) para elaborar e atualizar o cadastro dos imóveis rurais. Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

O primeiro banco de dados público que diz respeito a imóveis rurais24, que deveria permitir medir efetivamente a estrutura fundiária, é lacunar25. A atualização depende da boa vontade dos proprietários e, como o cadastro tem também propósitos fiscais, a fórmula declaratória torna-se ainda mais suscetível a inexatidões e ocultações. Ademais, ele revela inconsistências de ano a ano, identificando-se ausências súbitas de grandes propriedades (por exemplo, no comparativo entre 1986 e 1987). Ele também não reflete a realidade na medida em que parte da concentração é diluída com parcelas mantidas nominalmente como propriedade de parentes (até defuntos) de grandes proprietários. Os resultados de sua análise são, ainda assim, surpreendentes.

A real situação da propriedade fundiária – particularmente das usinas – é tão sigilosa que não foi obedecido o georeferenciamento das terras destas empresas, ordenado pela Justiça, como desfecho da atuação do IBAMA na Operação Engenho Verde, estudado com esmero pela geógrafa e advogada Mariana Momesso[26].

Até o fim do regime militar e a instalação da Nova República, foi simplesmente impossível aos pesquisadores traçar um perfil científico desta estrutura fundiária por falta de dados precisos[27]. A entidade fornecia apenas aqueles já compilados em categorias, sem os detalhes habituais de um cadastro fundiário. Elas incluíam apenas quatro categorias[28] de imóveis, incapazes de refletir corretamente a estrutura fundiária: "minifúndio", dois tipos de "empresas rurais" e "latifúndio". Mesmo assim, Manuel Correia foi um pioneiro em tentar analisá-los sob esta forma[29]. O autor adverte:

> Convém salientar, porém, que os dados estatísticos nem sempre representam bem a realidade, uma vez que as usinas de açúcar possuem numerosas propriedades, e as suas terras, ao serem computadas, não são consideradas como um único imóvel, sendo cada

24 ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980 [1963], p. 242 et ss.

25 Lacunas consideráveis aparecem em certos municípios. ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988, p. 231.

26 MOMESSO, Mariana de Abreu**. Operação Engenho Verde**: usinas sucroalcooleiras de Pernambuco e a questão ambiental. Recife: EDUFPE, 2011.

27 No período da Nova República, em que foi brevemente retomada a ambição de realizar uma Reforma Agrária, o detalhe do cadastro do INCRA foi requerido, em Brasília, pela CONTAG. A FETAPE me permitiu utilizar as listagens referentes à zona canavieira de Pernambuco.

28 INCRA. **Índices Básicos 92**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1993.

29 ANDRADE, Manuel Correia de. A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco. In: ANDRADE, Manuel Correia de; REDWOOD III, John e FIORENTINO, Raul. **A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana**. Recife: MDU/UFPE, 1982.

> uma delas considerada como um imóvel isolado. Daí ocorrer que um latifundiário, possuindo numerosas propriedades, não apareça como tal, porque não agrupa em uma unidade todos os imóveis pertencentes à pessoa física ou à empresa[30].

Por decisão do INCRA em Brasília, a lista completa dos imóveis rurais[31] declarados entregue ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais na época da Nova República permitiu uma abordagem mais precisa da situação. Os dados a seguir são extraídos do cadastro em 31 de dezembro de 1985, ou seja, no fim do período de ditadura militar, compilados para 46 municípios da zona canavieira.

A estrutura fundiária manifestava uma concentração extrema. Mais de 76,95% da área considerada pelo INCRA era ocupada por imóveis de 100 ha e mais, ou seja, 684.216,7 ha do total de 889.216,4 ha. Proporção maior era constatadaem certos municípios, particularmente na Mata Sul: 99,25% em Gameleira; 96,25% em Ipojuca; 95,73% em Palmares; 93,40% em Cortês; 95,86% em Catende; 96,60% em Barreiros; 92,80% em Água Preta. A Mata Norte encontrava-se uma situação similar: Goiana 94,08%; Tracunhaém 93,92%; Aliança 92,80%; Condado 86,22%. Em suma, em mais de 20 municípios da zona canavieira, inclusive os maiores em termos de área total, as grandes propriedades ocupavam mais de 80% da área.

Por sua vez, os pequenos e médios proprietários só detinham em média, respectivamente, 6,52% da terra para as propriedades de menos de 10 ha; e 16,53 % para os imóveis de mais de 10 ha até menos de 100 ha.

Mas estes números ainda mal representavam a realidade fundiária, pois só contemplam os proprietários. Um exercício talvez um pouco herético pode ser tentado para alcançar um retrato mais exato deste cenário em termos sociais. Ainda com os dados do INCRA, somando os trabalhadores assalariados rurais declarados como trabalhando nas propriedades de Água Preta, por exemplo, ao número de proprietários efetivos atinge-se um número que representa os eventuais candidatos à propriedade, além dos proprietários: deste total de pessoas ocupadas na agroindústria canavieira: 96,31% estão sem terra; 0,66% detêm propriedades de até 10 ha; 1,68%, de 10 a 100 ha; 1,36%, de mais de 100 ha.

30 ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988.

31 Imóvel rural: "o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial." **Atlas Fundiário Brasileiro**. Brasília: INCRA/PNUD, 1996 p. 46.; SILVA, José Graziano da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 63.

Este perfil encontrado no município que mais produz cana não é exceção. Situação semelhante se constata nos demais, particularmente em dois grandes bolsões geográficos das Matas Norte e Sul que se delineiam ao cartografar estes dados. Os municípios assim singularizados concentram terra e grande produção de cana.

Contrariando localmente os parâmetros da concentração fundiária concebida de forma clássica com muitas pequenas propriedades e poucas grandes, a situação observada na zona canavieira revela um número considerável de imóveis de grandes extensões. Assim, os imóveis maiores de 100 ha, em Água Preta (para retomar o mesmo exemplo) são 26 e ocupam 57% das terras; em Ipojuca são 21, ocupando 84,02% da área; em Gameleira são 17, ocupando 82,38% da área; em Barreiros, 13 imóveis, em 61,24% da área; em Escada 16, em 56,99% da área.

Da mesma forma, na Mata Norte, onde convive a modalidade clássica acima mencionada (minifúndios em grande número e latifúndio mais escasso), conta-se bom número destas propriedades muito grandes: em Aliança são 14 imóveis de 100 ha e mais, ocupando 97.417 ha, ou seja, 46,85% da área; em São Lourenço (hoje parte da área metropolitana do Recife), contava-se ainda 13 imóveis deste porte, ocupando 13.154 ha, ou seja, 66,01 % da área.

A historiografia considera que, para o século XIX em particular, a falta de terras para os homens livres deteve a instalação de europeus em Pernambuco, desejada em virtude do objetivo de branqueamento da raça. Segundo Roberto Smith, que comenta a grande obra de Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança*[32], o "malogro do estabelecimento de imigrantes europeus no Nordeste açucareiro" era, sobretudo, devido à "percepção da inacessibilidade à propriedade fundiária"[33]. Da mesma forma, a ausência de acesso a terra foi um assunto de conflito com os retirantes da seca estudados por Emília Hounie[34].

O avesso desta extrema concentração fundiária era a privação de acesso aos meios de produção, portanto de sobreviver, para os que trabalhavam a terra, a não ser que se submetessem aos ditames dos donos

32 EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

33 SMITH Roberto. **Propriedade...**, *op. cit.*, p. 309.

34 HOUNIE, Emília Verônica Rosa Gantzer de. **De retirante a trabalhador:** a Grande Seca de 1877-1879 e a organização do mercado de trabalho livre em Pernambuco. Recife: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 1992.

da terra e empregadores. A exiguidade manifesta das terras ocupadas globalmente pelas pequenas propriedades é eloquente: Manuel Correia estima de 7 a 10 ha a quantidade de terra necessária para manter uma família camponesa nuclear.

Ora, as pequenas propriedades eram 68,93% do total de imóveis, mas ocupavam globalmente pouca área. Portanto tinham dimensões individuais, por assim dizer, diminutas. Em Vitória de Santo Antão, município famoso pela produção de hortaliças, elas eram 81,34% das propriedades, mas ocupavam apenas 15,78% da área. Em Timbaúba, 63,21% dos imóveis ocupavam 6,88% da área; em Aliança, o traço era mais marcante ainda: 73,72% das propriedades ocupavam 2,95% da terra. Em Goiana, terra antiga do açúcar, 77,47% das propriedades ocupavam 1,64 % da área. Na Mata Sul, mesmo desenho, em alguns municípios. Em São Bento do Una, 59,71% das propriedades ocupavam 4,64% da área; em Quipapá eram 63,68% dos imóveis com 9,07% da área.

Mas o traço mais marcante da Mata Sul era uma radicalização da concentração da propriedade fundiária a ponto de que em Joaquim Nabuco, por exemplo, o número absoluto de grandes propriedades era maior do que o das pequenas: 11 grandes contra uma única de até menos de 10 ha. Ou seja, neste município, o singular pequeno proprietário detinha 0,07% da área contemplada pelo INCRA, enquanto que onze grandes propriedades (10% dos proprietários) ocupavam 80,98% da área.

Este traço singular de radicalização da concentração fundiária por rarefação das pequenas propriedades – ou seja, o ápice da concentração fundiária – se reproduzia em vários grandes municípios da Mata Sul: em Ribeirão, 3,39 % das propriedades eram de até 10 ha e ocupavam 0,28 % da área: em Gameleira, um dos casos mais agudos, 11,26% dos proprietários das pequenas propriedades em apenas 0,08% da área. Em Água Preta, 16,76% dos proprietários em 0,55% da área. Em Barreiros, 16,28% dos proprietários em 0,24% da área. Em Palmares, enfim, eram 23,85% dos proprietários em 0,30 % da área.

Assim, tanto na Mata Norte quanto na Mata Sul, a superfície de cada pequena propriedade era, em média, extremamente restrita: 2,10 ha em Goiana; 2,67 ha em Aliança; por volta 3 ha na Mata Norte como um todo. Mesmo entrando no Agreste, encontrava-se uma média de área para as pequenas propriedades de 3,80 ha em Glória de Goitá. Na Mata Sul, a

situação era semelhante: 3,07 ha em Ipojuca; 3,66 ha em Serinhaém; 3,36 ha em Catende; 3,38 ha em São Benedito do Sul; 4,15 ha em Canhotinho; 4,59 ha em Quipapá; 4,38 ha em Palmares; 1,5 ha em Gameleira; 4,68 ha em Rio Formoso; 4,07 ha em Barreiros; e 5,64 ha em Água Preta. Mesmo em municípios como Ribeirão, que sofreu intervenção do Estado, como o projeto Caxangá acima mencionado, visando certa redistribuição da terra entre parceleiros, a média atingia apenas 7,35 ha, ou seja, exatamente o limite inferior da área mínima estipulada por Manuel Correia. É a única exceção em toda a região.

Assim, o famoso binômio minifúndio-latifúndio, analisado pelo grande geógrafo, autor de *A Terra e o Homem no Nordeste*[35], funcionava de maneira exemplar para prover os latifúndios com mão de obra sem alternativa local ao assalariamento rural. Portanto, os dados oriundos do fim da ditadura e período de redemocratização confirmam uma Pesquisa do MEB que, no ano de 1960, avaliava que 84% dos proprietários da região canavieira ocupavam 5% da área, sendo que 19 % entre eles "possuem menos de 1 ha de terras e 62,5% entre 1 e 5 ha"[36]. Caio Prado Júnior cunhou um termo expressivo para descrever este dispositivo em que os minifúndios forçavam seus ocupantes ao assalariamento: a "getização" da terra[37].

Em resumo, é óbvia a eficiência secular dos grandes proprietários em exercer um quase monopólio sobre o principal meio de produção, a terra. Algo tão radical quanto as *enclosures*, evocadas por Marx como fenômeno provocando a separação do trabalhador dos meios de produção, necessária à acumulação primitiva do capital. Como o evidenciou Sidney W. Mintz, neste sentido também, a modernidade foi americana antes de ser europeia[38].

Outro resultado desta situação em termos fundiários é a importância mínima das propriedades médias. De 10 a 100 ha, elas representavam apenas

35 ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra** ..., *op. cit.* Obra redigida a pedido de Caio Prado Jr, com vistas a uma reforma agrária que ambos autores estimavam próxima, já que este livro foi publicado em 1963.

36 BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 61.

37 PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil [1960]. In: PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 74.

38 "Mas a modernidade caribenha do século XVI era única. Em primeiro lugar, tentei estabelecer que era industrialmente moderna, antecedendo a Europa a este respeito. Mas a Europa tornou-se rapidamente moderna da mesma forma; seus avanços técnicos rápidos e irrevogáveis tornaram nanico e obscureceram o caso caribenho. Em segundo lugar, no entanto, propus que o Caribe do século XVI tornou-se moderno em razão das experiências dos seus povos. De maneira bastante inesperada, *eles* se tornaram modernos também". MINTZ, Sidney W**.** Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras: a Região do Caribe como *Oikoumenê*. In: **O poder amargo do açúcar**..., *op. cit.*, p. 97-98.

24,59% das unidades e ocupavam apenas 15,62% do total das terras. Disto pode se concluir que elas tinham fraca capacidade de oferecer emprego à massa dos minifundistas ou canavieiros sem terra, a não ser de maneira muito pontual. Portanto, elas não ofereciam alternativa alguma à hegemonia dos latifúndios na disputa potencial pela força de trabalho assalariada. De qualquer modo, dispondo geralmente uma área entre 15 e 34 ha cada, na grande maioria dos municípios, elas seriam bem incapazes de pesar em termos econômicos, a não ser numa escala muito reduzida. Raramente, eram encontradas propriedades médias de mais de 40 ou 50 ha.

Estes resultados denotam o fracasso do Estatuto da Terra e do projeto acalentado pelos setores conservadores de criar ou favorecer uma "classe média no campo", ideal de modernidade calcado no arquétipo camponês da tradição europeia e talvez norte americana, à época. A igreja católica favorecia esta perspectiva e Pe. Crespo, por exemplo, queixava-se da falta de resultado da política agrária do regime militar. O desenho da sociedade, com uma polarização extrema, foi mantido e quiçá agudizado durante a ditadura. Como durante o período secular de escravidão, a repressão militar ou militarizada manteve esta configuração social quase que intocada, e proibiu terminantemente a criação de um campesinato independente. As raras tentativas já mencionadas de Caxangá e Tiriri, por exemplo, fadadas ao fracasso sob o regime ditatorial, fortaleciam a naturalização do latifúndio monocultor, pois "provavam" a vocação 'natural' já evocada.

Ministro da agricultura no governo de Jango, Armando Monteiro Filho defendeu, em entrevista a Eliana Moury Fernandez, da FUNDAJ no período de redemocratição, a possibilidade de

> uma classe média que seria criada com a reforma agrária, é do proprietário de 15, de 20, de 10 hectares de terras. Isto depende da cultura, da área escolhida. Isso ia dar muito mais condição e muito amor à terra. Esse sentimento de posse é um sentimento muito forte, de maneira que a reforma agrária é um passo a frente muito importante no sentido da participação da sociedade, melhoria do seu nível de vida e de consolidação até do regime democrático. Ainda empresto essa importância, para o projeto de reforma agrária e acho que, nessa fase belíssima [a redemocratização] que o povo vai viver, esse problema vai ser discutido desapaixonadamente e vai ter uma solução técnica e política adequada[39].

39 Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto **A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste**. Recife: FUNDAJ-CEHIBRA, 1984, p. 28.

No entanto, a reforma agrária não foi realizada. E o horizonte de seu alcance mudou muito com a modernização do setor a partir do Proálcool. De qualquer modo, as medidas tomadas e, sobretudo, as realizações concretas de redistribuição do principal meio de produção estão muito longe da criação ou o fortalecimento de um campesinato independente, como nos Estados Unidos com o *Homestead Act*, ou na França pós-venda dos Bens Nacionais. Ora, as revoluções democráticas tanto dos Estados Unidos quanto da França reputavam que a propriedade camponesa seria a base do equilíbrio político e social. A sociedade estaria assim protegida dos perigos de uma polarização capaz de suscitar revoltas, o que era chamado de 'inquietações' – um dos termos favorito dos jornalistas durante o primeiro governo Arraes, além de outros mais explícitos, como o mostrou Júlio Barros na sua dissertação[40].

O regime militar preferiu a força para manter o *statu quo ante*. Pois "é através do monopólio da propriedade da terra que os senhores de engenho controlam a força de trabalho da população local não proprietária", escreveu Nazareth Wanderley[41]. Neste sentido,

> A concentração fundiária, que praticamente impede o acesso à propriedade e à posse da terra ao pequeno produtor rural, é consequência ainda desta estrutura colonial, adaptada a cada momento histórico mantendo porém as suas características fundamentais, através da qual a classe dominante manteve o controle da propriedade da terra, tanto nas áreas de povoamento antigo, como até nas áreas em ocupação[42].

Tamanha concentração fundiária constituía, portanto, um fenômeno geral e constante no Brasil. O *Atlas Fundiário Brasileiro* reconhece que o índice de Gini "não apresenta mudanças expressivas desde 1940, mantendo-se a média nacional em torno de 0,80, situando-se entre as mais altas do mundo"[43]. Pernambuco demonstra índice elevado a partir dos dados do Censo Agropecuário. Ele considera estabelecimentos em vez de imóveis: em 1960 havia 0,844; em 1970 havia 0,838; em 1975 havia 0,831[44].

40 BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Recife: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2013.

41 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e Propriedade Fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 38.

42 ANDRADE, Manuel Correia de. A propriedade..., *op. cit.*, p. 4.

43 **Atlas Fundiário Brasileiro**. Brasília, INCRA/PNUD, 1996, p. 49.

44 HOFFMANN, Rodolfo. A concentração da Posse da Terra no Brasil. **Civilização Brasileira**, v.7, 1979, p. 208.

> Uma das principais consequências dessa situação, se não a principal, é a abundante disponibilidade de mão-de-obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população rural que devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover à sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. Circunstância essa aliás que torna possível o grande empreendimento agromercantil[45].

Os efeitos convergentes da concentração fundiária e da monocultura se agudizaram, portanto, no período da ditadura.

Absolutização da monocultura

Nos municípios, onde a estrutura fundiária era mais concentrada, encontravam-se também as maiores quantidades de produção de cana. Esta correlação entre grande propriedade e monocultura é expressão da absolutização de ambas.

Ao longo dos séculos, avançou irregular, mas inexoravelmente, a cana de açúcar sobre as terras que outrora justificavam seu nome de Zona da Mata. Estudos muito bem formulados e embasados, como o livro de Guillermo Palácios[46] ou a dissertação de Mateus Samico Simon[47], mostram que práticas agrícolas e agroflorestais de policultura persistiram, ao lado dos canaviais, pelo menos até o avanço das ferrovias na 2ª metade do século XIX.

Por séculos, à margem dos engenhos, amplos contingentes de camponeses, atraindo pouca atenção cotidiana dos senhores, assim como indígenas, sitiantes etc., ou mesmo agregados, diversificavam a paisagem humana e natural da região. Mas não ameaçavam nem rivalizavam com a dominação do latifúndio monocultor até porque este tinha a seu dispor o Estado a serviço da classe dominante, cuja forma absolutizada encontrou-se precisamente no regime militar. O poder da classe dominante sobre os recursos naturais e humanos, apoiado na força armada, garantiu assim a prioridade dada à sua atividade principal para não dizer exclusiva: o fabrico do açúcar e, em seguida, do etanol. Aliás, esta convergência, também fruto do regime militar, teve efeitos radicais, salvando o latifúndio da obsolescência e condenando os restos de mata e policultura ao extermínio. Se, no final do século XVIII, ainda havia muita mata e atividades agroflorestais diversas,

45 PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição..., *op. cit.*, p. 42.

46 PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil**: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: UNB, 2004.

47 SIMON, Mateus Samico**. As 'Matas Imensas, Glória e Coroa de todos os Bosques do Mundo' e a 'Zona da Mata'**: sociedade, paisagens e recursos florestais na colonização do Nordeste (ca 1780-1808). Recife: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

ao longo dos séculos XIX e XX, o topônimo virou saudade. Quase todas as matas foram derrubadas para dar lugar aos canaviais apesar dos esforços de alguns legisladores para promover a proteção das florestas, no começo do século passado, como o mostrou Raíssa Orestes Carneiro[48].

Durante o regime militar, o Estado federal promoveu a produção de cana como setor estratégico na área da energia e despejou recursos públicos no setor. O ponto auge destes esforços foi o Proálcool. Os proprietários e produtores recebiam financiamentos, às vezes, a fundo perdido (via perdão das dívidas contraídas, como aquelas saldadas de uma canetada pelo então vice-presidente, Marco Maciel, um dos personagens de destaque no momento de golpe, em Pernambuco, apesar da pouca idade).

Comparando os Censos Agropecuários de 1975, 1980 e 1985, o aumento da produção de cana, bem como a ampliação da área plantada, são manifestos. Desta vez, foram contemplados 59 municípios para abranger aqueles agrestinos, ou de transição para o Agreste, onde o cultivo se estendeu precisamente durante o regime militar, como efeito da aplicação de recursos públicos.

Nesta área, a produção total de cana passou de 14.065.343 toneladas em 1975 a 17.858.064 em 1980; e a 20.604.641 em 1985. Ou seja, um aumento de 46,49%. Este dado já é eloquente. Sendo resultado de melhoria nas técnicas de cultivo, poderia ser vislumbrado como um progresso. Entretanto, uma razão deste aumento foi o incremento, às vezes considerável, da área plantada, ela também listada nos dados censitários. Ela contava 329.603 ha em 1975, 375.931 ha em 1980 e 409.404 ha em 1985, ou seja, um crescimento de 24,21%.

Em certas sub-regiões, como nos tabuleiros da Mata Norte, a área ocupada pela cana dobrou, como em Igarassu (aumento de 110%), Goiana (240%), Itaquitinga (200%), Itambé (106%), Timbaúba (80%). É também o caso nas regiões agrestinas onde esta cultura entrou mais recentemente, pelo menos em termos agroindustriais. Assim, em Bonito, a área plantada aumentou por 68% entre 1975 e 1985; mais de 200% em Glória de Goitá. Nas áreas de monocultura canavieira mais antiga, como a Mata Sul, o aumento da área plantada em cana foi um pouco menos acentuado, inclusive no município de Água Preta, maior produtor de cana (crescimento de 44%), talvez pela intensidade da utilização anterior a 1975.

48 CARNEIRO, Raíssa Orestes. **Os "donos das florestas":** Código Florestal, debates políticos e direito de propriedade na discussão sobre a conservação das matas em Pernambuco (1889-1911). Recife: UFPE, Dissertação de mestrado em História, 2015.

- **Uso de produtos químicos**

Por meio de vários planos, as autoridades públicas procuraram incentivar e financiar modernizações do setor, tanto na parte agrícola quanto industrial. Um dos destaques deste movimento foi o incremento em "subsídios modernos (principalmente fertilizantes e defensivos) alocados ao Nordeste [que] foram absorvidos em sua maioria pela agricultura da cana"[49]. Programas como Funfertil (1967-71) e Fundag (1971-78) permitiram, por meio de créditos públicos, ressarcimento de despesas, bem como dedução das despesas em fertilizantes da renda agrícola, para favorecer seu uso em crescimento exponencial: assim, o uso de nitrogênio passou de 5,2 milhares de toneladas em 1964 para 95,6 em 1979; o de fósforo passou, no mesmo período, de 10,9 para 113,0; o de potássio de 6,5 a 114,1[50]. São componentes associados, conhecidos como conjunto NPK, de acordo com os símbolos químicos destes.

- **Retração das culturas alimentícias e nutrição**

A expansão do cultivo da cana para a fabricação de etanol teve por avesso a diminuição das culturas alimentícias. Os efeitos deste processo foram amplamente negativos para as populações, particularmente os moradores de engenho, como estudou Pernette Grandjean na sua tese[51] a respeito da Mata Norte. No ano anterior a seu trabalho de campo, o sociólogo francês Robert Linhart havia percorrido a região. A obra daí decorrente, *O Açúcar e a Fome*[52], tem um título expressivo da realidade que encontrou e constitui de algum modo o paralelo triste dos escritos de Antônio Callado antes do golpe. A diferença marcante é que, enquanto o brasileiro traçava um retrato do atraso com a infinita esperança em um Brasil melhor e socialmente avançado, o francês constatou, mais uma vez, que a modernização havia se efetuado sem mudança positiva para os trabalhadores.

49 BASTOS, Edinaldo Gomes. **Cana de açúcar e política econômica**: o caso do Nordeste. Texto para discussão Nº 86. Recife: UFPE – PIMES, 1980, p. 6.

50 Idem, p. 7.

51 GRANDJEAN BITOUN, Jacqueline Pernette. **Canne-à-sucre et cultures alimentaires dans la Zona da Mata Seca. Pernambuco, Brésil.** Paris: Thèse Université de Paris III Sorbonne, 1980.

52 LINHART, Robert. **Le sucre et la faim**. Paris: Editions de Minuit, 1980; **O açúcar e a fome**: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Em primeiro lugar, segundo os dados do Censo agropecuário de 1975, ou seja, antes mesmo do grande surto do Proálcool, a cana ocupava 76,63% da área plantada (32.8178 ha), contra 3,9% (16.408 ha) para o feijão, 8,6% para a mandioca (36.819 ha), 2,4% para a banana (10.322 ha) e 4,3% para o milho em grão (18.117 ha). As outras culturas não têm valores consistentes, à exceção do coco, menos presente ainda (1,7%, ou seja, 7.016 ha) do que as demais produções mensuráveis, talvez em virtude de sua localização preferencial no litoral.

Com o Proálcool e o incentivo do Estado em aumentar a área plantada em cana, os sítios e roçados cultivados pelos moradores foram condenados. O plantio de cana "até a porta das casas", como costumavam dizer os canavieiros, marca a supressão da pouca diversidade de cultivares ainda sobrevivente neste fim de século XX, bem como o declínio do abastecimento das populações.

A área considerada pelos censos agropecuários como sendo plantada com as principais outras culturas – milho, feijão, banana, mandioca, tomate, coco – parecia estar em via de desaparecimento. Na área total ocupada por estes tipos de culturas junto com aquela plantada em cana, correspondendo a 100%, constata-se que a proporção da área que ainda sobra para as primeiras é menor do que 10%. Mais de 90% da área são, portanto, dedicados à cultura industrial: 99,43% em Água Preta; 99,08% em Palmares; 98,85% em Catende; 98,34% em Gameleira; 96,27% em Itaquitinga, etc. Os municípios da fachada atlântica podem apresentar percentagens inferiores em razão da presença de coqueirais.

Manuel Correia[53] sublinhou a falta de racionalidade deste fenômeno, a cana sendo plantada com dinheiro público, até mesmo em áreas impróprias, com resultados de 35 toneladas por hectares, ou seja, um fracasso em termos de produtividade. Este foi o efeito do sistema de atribuição dos recursos públicos por área plantada. Em certos casos, foi denunciado o fato de que só se plantava cana na beira da pista, em certa profundidade, para "fiscal ver", enquanto áreas internas aos canaviais ficavam em pousio. Ou seja, desperdiçava-se o principal meio de produção além de absolutizar a monocultura.

A queda acentuada da produção de alimentos nos sítios causava, além da desnutrição mais acentuada da população trabalhadora, o

53 ANDRADE, Manuel Correia de. **Área...**, *op. cit.*

desabastecimento das feiras da região[54]. Elas só renascem, atualmente, em virtude da ainda tímida retomada de produções agroecológicas, estudadas por Marcos Figueiredo[55].

Absolutização da exploração dos trabalhadores

As consequências desta monopolização do solo, não apenas pelo latifúndio, mas também pela cana, esta absolutização da monocultura canavieira teve impacto dramático sobre o estado de saúde das populações, tanto mais assim que os salários pagos aos assalariados não eram suficientes para adquirir alimentos nos mercados, como o mostraram levantamentos do DIEESE no início dos anos 1980.

Nelson Chaves, criador de uma escola médica, formando gerações de pediatras e nutricionistas, revelou a gravidade da situação:

> O [nanismo] da Zona da Mata é nutricional por falta de proteínas, de minerais, de vitamina D e de material para a formação de hormônios que participam do desenvolvimento e do crescimento. É a consequência da fome endêmica progressiva, elaborada e mantida pelo homem. É a fome decorrente do desequilíbrio econômico e social do complexo da pobreza[56].

Meraldo Zisman estudou o fenômeno fisiológico do nanismo a partir de dados estatísticos nas maternidades[57]. Constatações preocupantes aparecem nos estudos do Departamento de Nutrição e do Centro Josué de Castro. No fim do período militar, uma pesquisa conduzida pela Dra. Emília Perez em Matriz da Luz, aglomeração próxima a São Lourenço da Mata, recenseava 90% das crianças, filhos e filhas de canavieiros, como sofrendo de poliverminose e 70% de desnutrição aguda. A fome evocada por Linhart se refletia particularmente nas deficiências agudas em proteínas (déficit de um terço do necessário) e vitaminas (a cegueira por avitaminose A é famosa na literatura sobre a região). Em geral, as crianças sofriam da falta importante

54 ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP, 1994.

55 FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. **Una estrategia...**, *op. cit*.

56 CHAVES, Nelson. Alimentação na zona da mata. In: **Antropologia do Açúcar**. Recife: IAA/ Museu do Açúcar, 1972. O grande médico revelou, em obra que foi recentemente reeditada pela EDUFPE, as doenças que eram consequências da fome, particularmente o Kwashiokor, o marasmo e a cegueira por avitaminose. Cf. CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo**: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

57 ZISMAN, Meraldo. **Nordeste Pigmeu**: uma geração ameaçada. Recife: Oedip,1987.

de nutrientes básicos[58]. A mortalidade infantil tornou-se o tópico focal da obra da antropóloga norte-americana Nancy Shepard-Hughes, *Death without weeping*[59], utilizada por um tempo como livro-texto em muitas universidades de seu país.

Estudos diversos atestam, portanto, a gravidade do estado de saúde dos trabalhadores rurais, inclusive os adultos submetidos a exigências de esforços físicos em condições ambientais difíceis. Eloine Nascimento estudou em detalhes o impacto sobre organismos desnutridos do trabalho nos canaviais debaixo de forte sol. Ela enfatiza as consequências da alimentação insuficiente e inadequada – farinha e peixe seco – causando crises de hipoglicemia que levavam os trabalhadores a "agonia, desmaios ou facilitando a ocorrência de acidentes"[60]. Em pesquisa desenvolvida na época da redemocratização, Espedito Rufino de Araújo apurou que 59,04% dos quase 500 entrevistados mencionavam uma ou várias queixas de saúde; apenas 21,28% afirmavam gozar de boa saúde[61].

A dedicação dos sindicatos de trabalhadores rurais da região em providenciar assistência médica e/ou acesso aos serviços públicos era resultante desta situação, embora consumindo muito de suas capacidades logísticas e administrativas. Em estudo sobre o acesso aos serviços de saúde, José Marcelo Marques Ferreira Filho também apurou tanto a frequência das necessidades médicas quanto as dificuldades encontradas pelos trabalhadores para conseguir socorro[62].

Em suma, anemia grave, avitaminoses A e C, particularmente, bem como a redução progressiva da estatura destas populações, ao fio das gerações, acusavam a seriedade do problema numa região oficialmente reconhecida como sendo aquela "onde aparece o maior número de desnutridos em situação moderada e grave"[63].

---

58 Por exemplo, os resultados da pesquisa da Professora Eridan Coutinho, do Departamento de Nutrição da UFPE. **Jornal do Commercio**, 11 set. 1989.

59 SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death without weeping**: The violence of everyday life in Brazil. Berkley: Univ. of California Press, 1992.

60 ALENCAR, Eloine Nascimento de. **Trabalho e saúde do canavieiro**. João Pessoa: Dissertação de mestrado em enfermagem em Saúde Pública/Universidade Federal da Paraíba, 1993, p. 135.

61 ARAÚJO, Espedito Rufino de. **O trator...**, *op. cit*.

62 FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco 1963-73). Recife: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

63 Edgar Alves Gutierrez do Instituto Nacional de Nutrição. **Jornal do Commercio**, Recife, 5 out. 1988.

Em vários momentos, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais manifestou sua angústia frente à gravidade da situação. Assim, em janeiro de 1967, Euclides do Nascimento, Presidente da FETAPE, entregava um relatório destinado a "expor às altas autoridades federais a situação de dificuldades que atravessa a maioria dos trabalhadores rurais deste Estado"[64].

Uma pesquisa realizada em 1985 constatava as más condições de vida, falta de saneamento básico, carências graves de um sistema de saúde precário ou inexistente[65]. A resultante era a vulnerabilidade extrema destas populações, em particular as crianças. "O sarampo, doença benigna nos bem-nutridos, assumia proporções graves entre os malnutridos, sendo responsável por uma elevada incidência de morte"[66]. Não é surpreendente que a esperança de vida fosse apenas de 46 anos e a mortalidade infantil fosse estimada a 102 por mil na região[67].

O IPEA realizou um levantamento sobre as condições de vida das populações na região. Em 40 municípios da Zona da Mata, seca e úmida, foram colhidos dados a respeito de 126.000 famílias indigentes[68], sendo o total de famílias na região de 255.000. Ou seja, constatou-se que a indigência tocava quase a metade destas. 49% em vez de 45% para todo o estado e 29% para o país.

Desemprego e precarização do emprego

O aumento do desemprego entre trabalhadores rurais foi um dos traços mais marcantes do período. Segundo uma pesquisa abrangente, em 1980, havia 347.800 mil desempregados, enquanto que dez anos antes, o mesmo censo demográfico revelava que o seu número era de 281.900 pessoas. Neste período, registrou-se, portanto, uma diminuição do emprego rural que passou de 178.100 vagas para 176.900. Ademais, a percentagem de ocupação rural diminuiu de 63% em 1970 para 51% em 1980, ou seja, a atividade, embora com produção e área ocupada em cana em níveis recordes em

64 Líder rural foi ao Rio denunciar situação no campo. **Diario de Pernambuco**, Recife, 7 jan. 1967.

65 Socorros médicos eram geralmente disponíveis apenas nas cidades de maior porte ou até mesmo em Recife. A cobertura vacinal era muito deficiente. Municípios do tamanho de Cortês, com mais de 12.000 habitantes, não tinham sequer um médico residente.

66 Nelson Chaves cita, por exemplo, a diarreia infeciosa e parasitária, as infecções do aparelho respiratório. Cf. CHAVES, Nelson. Alimentação..., op. cit., p. 107.

67 Outras estimativas vão de 138 o/oo até a proporção dramática de um terço das crianças nascidas vivas que não atingem a idade de cinco anos (Veja, São Paulo, 18 dez. 1991).

68 PELIANO, Ana Maria T. M. (coord.). **O mapa da fome**: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília: IPEA, 1993.

termos históricos, não mantinha os níveis de ocupação. Com a mecanização providenciada pela carregadeira, que joga nos caminhões a cana doravante cortada queimada e solta (em vez de crua e amarrada como outrora), e o uso de defensivos agrícolas que diminuíram as limpas, a tendência continuou na mesma direção[69].

Os canavieiros puderam aproveitar por pouco tempo a legalização de sua condição enquanto trabalhadores assalariados, obtida pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963, pois a modernização da cultura da cana e o regime militar contribuíram para a constituição de uma massa de "clandestinos" enquanto distintos dos "fichados" devidamente munidos de carteira de trabalho. Lygia Sigaud estudou esta transformação em obra famosa[70]. A tendência à manutenção de uma grande parte dos trabalhadores nesta condição de "clandestino", mesmo trabalhando no mesmo engenho de onde havia saído[71], tinha desdobramentos múltiplos. Neste sentido, Nazareth Baudel Wanderley conclui:

> A mão-de-obra será constituída progressivamente por trabalhadores 'volantes' residentes nas cidades próximas, onde empreiteiros os recrutam cada dia para as atividades da plantação. A ausência de um vínculo contratual com os proprietários evita, para estes, todo contato direto com os trabalhadores e anula as possibilidades de reivindicações trabalhistas da sua mão-de-obra72.

Embora o trabalhador não regularizado possa recorrer teoricamente à Justiça do Trabalho para obter o reconhecimento de seus direitos trabalhistas, sua situação era de maior vulnerabilidade. A necessidade de comprovar, com testemunhas ou documentos, a realidade da relação de trabalho, por falta de carteira assinada, explica a insistência do Movimento Sindical para a "educação e mobilização permanentes" dos trabalhadores no sentido de exigir e guardar recibos, na hora do pagamento por seus serviços[73]. Numa população adulta contando em média 80% de analfabetos[74], a dificuldade deste tipo de recomendação é óbvia.

69 ARAÚJO, Espedito Rufino de. **O trator...**, *op. cit.*

70 SIGAUD, Lygia, **Os clandestinos e os direitos**: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

71 DABAT, Christine Rufino. **A situação dos Trabalhadores de "Ponta-de-rua" na Zona Canavieira de Pernambuco.** Relatório CNPq. Recife: UFPE, Mestrado em Geografia, (mimeo), 1991.

72 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital...**, *op. cit.*, p. 96.

73 Resoluções do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1991 (mimeo). Capítulo: A Luta dos Assalariados Rurais, Título C, Negociações Coletivas, art. 19 e 20, p. 5.

74 Dados calculados a partir do Censo Demográfico de 1980. Este trabalho foi realizado com a Professora Pernette Grandjean.

Ademais, a ampliação do trabalho temporário, com uma estação de safra encurtando, tornava a situação dos trabalhadores rurais mais precária. Os sindicatos de trabalhadores nas unidades industriais denunciaram fenômeno parecido: 28.000 empregos na moagem e apenas 8.000 na entressafra.

Os efeitos perversos da modernização afetaram também as condições de trabalho. Além das dimensões clássicas da falta de higiene, má alimentação no local de trabalho, até falta de água para beber, constatou-se a ausência de medidas de proteção indispensáveis em virtude do uso crescente de defensivos agrícolas: equipamentos como botas, luvas, máscaras, etc. Igualmente, o deslocamento feito com caminhões, na medida em que parte da mão-de-obra consistia doravante de trabalhadores submetidos a trajetos pendulares[75], constituía uma fonte de perigos frente aos quais as autoridades do Ministério do Trabalho ou a Polícia Rodoviária se demonstravam omissas.

Com a adoção da carregadeira, adaptada às condições de declívio da região, a divisão do trabalho sofreu modificações, desaparecendo o cambiteiro que levava com seu burro os feixes de cana para os carregadores que os colocavam no veículo de transporte até a usina. Os generosos subsídios do Estado, prodigados por área plantada, conduziram à plantação de cana em lugares impróprios, onde a carregadeira não poderia atuar. Os cortadores de cana foram então obrigados a ocupar o lugar do "burro-sem-rabo", ou seja, um trabalhador sendo obrigado a embolar as canas ladeira abaixo e/ou levando feixes de cana nas costas, como o fazia antigamente o burro do cambiteiro[76].

A onipresença dos agrotóxicos, em si, é um assunto ainda pouco estudado. Joaquim Correia de Andrade levantou para o IICA os perigos que estas substâncias comportavam para os trabalhadores e também para as populações ribeirinhas dos canaviais. Estes produtos químicos tendem, até hoje, a envenenar os assalariados que os aplicam[77], as moradias dos habitantes das cidades vizinhas, bem como as lavouras e criações circundantes. Herbicidas, por exemplo, são aplicados por aviões na alvorada, deixando a paisagem embranquecida[78].

75 ARAÚJO, Espedito Rufino de. **O trator...**, *op. cit.*, p. 172-76.

76 Ibidem, p. 262.

77 A fotógrafa Paula Simas captou com grande perícia este momento. SIMAS, Paula. **Açúcar Bruto**: Fotografias. Textos de Gerson Camarotti, Letícia Lins, Raymundo Costa e Ricardo Amaral. Poemas de João Cabral de Melo Neto. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1997, p. 46-47.

78 ANDRADE NETO, Joaquim Correia de. **Relatório para o IICA**. Recife: IICA (mimeo), 1993.

Em época mais recente, a pesquisa de Maiara Melo revelou explicitamente um fenômeno já antigo: a poluição dos rios pelo despejo de vinhoto, exterminando a fauna e parte da flora dos cursos d'água e comprometendo assim o abastecimento de cidades inteiras. Novamente, a omissão das autoridades competentes, no caso, a CPRH, é flagrante. Na época da ditadura, mais ainda[79].

Além dos problemas causados pela desnutrição e pelos novos insumos, os trabalhadores, às vezes, podiam sofrer novos tipos de acidentes de transporte e de trabalho. No período militar, passou-se a exigir o uso do facão em vez da foice, para cortar a cana mais perto do chão, o teor de sacarose sendo mais elevado nesta parte do caule da planta. Ademais, o corte da cana solta e queimada aumentou consideravelmente a poluição ambiental antes restrita aos pelos da cana e eventual poeira. Afeções respiratórias se tornaram mais corriqueiras. Ora, como foi visto acima, os socorros médicos eram de difícil acesso.

Salário comprimido

Em uma situação de crescente subconcorrência operária e ausência de possibilidade de luta por meio de negociação de convenção coletiva de trabalho até 1979, a questão salarial era chave também na absolutização da exploração da força de trabalho.

Os efeitos foram imediatos após o golpe militar. A título de exemplo apenas, a Convenção Coletiva de Trabalho de 1965, comparada àquela de 1964, revelava uma acentuação da exploração[80]. Assim, no item "ROÇAGEM", as tarefas de "roçagem de Mato fino" e "Mato de espano em aleluia e mentrasto" sofreram aumentos da quantidade de trabalho. No item, "ENCOIVARAÇÃO", mesma coisa para as tarefas de "Mato fino" e "Mato de espano, com aleluia e mentrasto". O "Plantio de estouro com arado de boi" também sofreu aumento da tarefa de um quarto. Quanto à "sulcagem com arado de boi", ela perdeu a especificação do tipo de terreno, o que significava um acréscimo no esforço do trabalhador, sem compensação salarial, para as situações topográficas mais penosas. "A COBERTA DE SULCO" também perdeu uma das especificações ("areia"), enquanto mantinha as demais

79 MELO, Maiara Gabrielle de Souza. **Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco**: entre a inesgotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação. Recife: EDUFPE, 2011.

80 Em vigor Tabela de Tarefas do Campo: DRT fiscaliza. **Diario de Pernambuco**, Recife, 3 dez. 1965, p. 9.

("terreno mole" e "terreno ressequido"). O item "LIMPA EM CANA DE SOCA" conheceu um aumento na exigência nos tópicos "Limpa cobrindo os tocos estrovengados" e "Limpa chegando a terra ao toco". Mesma mudança para o item "DESPALHAÇÃO (não limpando) Simples, afogando o mato".

No começo do mesmo ano, longa sequência de artigos no *Diario de Pernambuco*, notadamente de Gileno de Carli, mostrava que Pernambuco estava em desfavor em relação aos estados vizinhos, em particular Alagoas, por pagar demais os trabalhadores. Evocava também a questão do tamanho das tarefas, sendo 10 por 10 braças em Pernambuco desde o Acordo do Campo, quando a tradição estipulava 12 por 12 braças! Assim, a soma da volta aos procedimentos anteriores às regulamentações de 1963 com as novas modalidades de trabalho e a "modernização" agrícola tornou o trabalho dos canavieiros mais penoso, sem compensação financeira.

Além de todos os aspectos já citados, o "pulo da vara" e o "roubo na balança", meios de afetar negativamente o salário do trabalhador pago por tarefa, tornavam o sistema de medição sistematicamente favorável ao empregador. Outros subterfúgios envolviam a atribuição de tarefas grandes demais que não poderiam ser completadas num dia só, levando à supressão do repouso remunerado que só era pago a quem tivesse trabalhado "todos os dias" da semana; o pagamento do salário no barracão do engenho ou da usina, com cálculos e deduções sem controle dos trabalhadores. A lista é muito longa. Muitos indícios destas práticas podem ser encontrados nos processos frente à Justiça do Trabalho. O estudioso Anthony Pereira considerou estes dispositivos fraudulentos como um fator econômico, dado seu vulto[81].

Os membros do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, mesmo aqueles que haviam sido favoráveis ao movimento militar, renderam-se à constatação que suas expectativas haviam sido vãs. Assim, em 1965, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e vinte sindicatos rurais, sendo a sua maioria da zona canavieira[82], queixaram-se da situação, publicamente e sem ambiguidade, às autoridades:

> A omissão do Governo Federal em adotar procedimento que torne efetivo o cumprimento das Leis do trabalho e a falta de regulamentação do decreto 57.020 reduziu o trabalhador rural à situação de extrema

81 PEREIRA, Anthony Wynne. **Regime change without Democratization**: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil, 1961-89. Cambridge Mass.: Harvard University, (Tese de doutorado), mimeo, 1991.

82 Ipojuca, Ribeirão, Condado, Vicência, Paulista, Barreiros, Limoeiro, Carpina, Nazaré da Mata, Rio Formoso, Amaraji, Gameleira, Timbaúba.

> miséria, deixando-o sem condições de reagir por qualquer meio, a não ser invadindo as cidades para saqueá-las em busca de alimentos. Ao que estamos informados, isso não demorará a acontecer nas sedes de vários municípios, como Palmares, Ribeirão, São Lourenço e Escada, pois o rurícola, com a Revolução, perdeu de fato o salário e a terra[83].

Um modelo antigo levado ao absoluto

Em conclusão, o modelo *plantation* é secular na região. Durante o período democrático, várias vozes pediram que ele fosse reformado, perdesse sua hegemonia em favor de opções camponesas hoje denominadas de produção em regime de economia familiar, ou mesmo redistribuição dos meios de produção por meio de uma reforma agrária. Algumas experiências, como a Cooperativa Agrícola de Tiriri, acima mencionada, provaram, no período democrático, a eficiência da gestão dos trabalhadores rurais no comando de grandes unidades de produção de cana.

A elaboração de instrumentos legais e convencionais de regulação das relações de trabalho e medição do esforço do trabalhador, e subsequente aplicação da lei por meio do Acordo do Campo (novembro de 1963), significaram uma verdadeira transformação das condições de vida e de trabalho na região. Diversos atores e testemunhos são eloquentes[84]. Os "Tempos de Arraes" deixaram muita saudade.

Mas este momento dinâmico, que poderia ter constituído um início de desdobramentos ricos na sua diversidade e em benefício dos trabalhadores e de suas famílias, foi apenas um parêntese, rapidamente fechado por força bruta. A fase subsequente, sob ditadura militar, foi de absolutização dos parâmetros clássicos do modelo *plantation*: monopólio fundiário, monocultura e mão-de-obra sujeita.

83 Memorial camponês a Costa. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 jun. 1967, p. 1; Rurícolas fazem queixa da Revolução ao presidente. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 jun. 1967, p. 10**.**

84 Cf. O Longo Ano de 1963. **Cadernos de História**, Recife, ano X, n.10, 2015. Acessível em http://www.revista.ufpe.br/cadernosdehistoriaufpe/index.php/cadernosdehistoriaufpe/issue/archive .

Parte II

Ensino de História e práticas docentes

Resposta ao repto do Patriota

Joana Neves

Considerando o objetivo de colocar em foco, entre outros aspectos, memórias de quem ensina história e, levando em conta, o percurso proposto: da "trama aos registros", este texto consiste, sobretudo, no resgate de um diálogo entre a autora e um dos seus saudosos colegas de Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, o professor Fernando Patriota. A temática desse diálogo, recorrente entre nós, era o ensino de história e seu foco principal a própria experiência de trabalho dos professores. Em um momento fundamental desse diálogo, Fernando Patriota, por meio de um repto, desafiou a colega mais velha a produzir um texto/um livro sobre o ensino de história, a partir da sua própria experiência que, então, somava quase 30 anos, como professora, e mais 15 anos como estudante. O trabalho aqui apresentado é resultado de uma primeira tentativa de organizar, de forma sistemática, os aportes da memória acionada pelo questionamento feito. Não é um texto novo, mas é completamente inédito e sua apresentação nesse XVI EE tem a intenção de reabrir, agora com novos interlocutores, o diálogo passado, impossível de ser retomado com o autor do desafio, que, infelizmente, nos deixou cedo demais, mas cuja lembrança é ainda capaz de fomentar instigantes reflexões sobre o que é ser professor de história.

PARTE I – Eu e o ensino de história

1.Formação inicial

A coisa que eu mais quis na vida foi aprender a ler; a segunda foi entrar na escola. Não foi bem nessa ordem: primeiro eu quis ir para a escola e depois eu quis aprender a ler, mas essa segunda vontade (na ordem cronológica) foi muito mais forte do que a primeira.

Vou contar. Quando criança, um pouco antes de fazer 7 anos, eu costumava brincar de "escolinha" com duas amigas, a Marlene e a Neuza (duas irmãs). A Marlene era mais velha do que eu e a Neuza um pouco mais nova; por ser mais velha, a Marlene era a única que frequentava a escola e, por isso, na nossa brincadeira ela era sempre a professora. E ela era muito autoritária; a Neuza e eu não podíamos nem piscar e, pronto, castigo!

Nenhuma das duas sabia escrever, por isso o castigo não podia ser o célebre "copiar 100 vezes" este ou aquele texto, vai daí sempre sobrava algum desconforto físico: ficar de costas, de joelho, em silêncio (o que era mais penoso); bater ela não se atrevia, mas avisava que se fosse na escola de verdade nós levaríamos umas reguadas da professora ou de uma colega mais bem comportada que, como prêmio, recebia a "grata" tarefa de ajudar na "disciplina" da classe.

Apesar de um certo receio por causa dessa ameaça, eu morria de vontade de estar, também, na escola e, assim, na brincadeira, poder ocupar o lugar da professora e ser eu a castigar as duas indisciplinadas alunas.

Começou o ano de 1950; eu tinha feito 7 anos em outubro do ano anterior. Ah! eu podia ir para a escola. E lá se foi minha mãe (mais ansiosa do que eu e isso será matéria de um outro texto) atrás da minha matrícula no Grupo Escolar "Humberto Primo". Mas... tragédia! Não tinha vaga. Apesar da lei estabelecer 7 anos como a idade mínima para entrar na primeira série, a oferta de escolas não suportava a demanda e, segundo a diretora do grupo, eu só teria alguma chance quando estivesse lá pelos 10 anos.

Fiquei muito decepcionada. E, ainda por cima, mudamos de bairro e eu tive que desistir da ideia de, um dia, botar a Marlene de castigo, olhando para a parede.

Aí, dei sorte. No novo bairro – Vila Bela – havia uma escola particular, da colônia lituana (havia um grande número de famílias eslavas no bairro), cuja mensalidade era até acessível para uma família de operários como a minha. Lá se foi, às pressas, minha mãe e, por atacado, matriculou a mim, meu irmão mais novo e, um pouco mais tarde, meu sobrinho e duas outras irmãs mais novas, obtendo por isso um bom desconto no pagamento. Já era o meio do ano; a ideia era que nós nos acostumássemos com a escola para iniciar o aprendizado no ano seguinte.

Mas, a essas alturas, minha vontade de aprender a ler era absolutamente imperativa; eu não pensava em outra coisa. Tudo por causa dos gibis do Max. Esse meu irmão era um voraz leitor de gibis (hoje ele é um voraz leitor de livros – e dos bons!) e como já trabalhava, podia comprá-los em grande quantidade e lia-os, aos sábados, completamente absorvido, como se nada no mundo pudesse alcançá-lo, lá naquele encantado mundo de letras e de figuras, a não ser as próprias letras e figuras.

E eu ficava encantada com o encanto dele, morrendo de curiosidade e

de vontade de participar também daquelas aventuras. Era isso que ler parecia ser, para mim, naquele momento: a possibilidade de uma pessoa aventurar-se por mundos diferentes e deslumbrantes. E lá ia eu para a Cartilha, ver se conseguia ler mais uma lição, além da que a professora havia marcado.

Eu ia rápido. Cada dia nós devíamos ler, para a professora (Dona Diva), uma lição; eu sempre sabia, pelo menos, mais quatro. Mas a professora me tolhia um pouco por causa do combinado com a minha mãe. Afinal, nós só íamos começar a aprender, mesmo, no ano seguinte.

Mas, dei sorte de novo. Trocamos de turno e de professora. A nova professora (Dona Rute) não sabia do acordo e exigia, de cada aluno, o máximo que podia dar. Resultado: acabei a cartilha e entrei no Primeiro Livro de Leitura junto com os alunos que tinham entrado no começo do ano. Passei de ano e aprendi a ler. Que MARAVILHA!!

O Max, com seus gibis, além de ser o inspirador da minha vontade de aprender ler o mais rápido possível, teve muito a ver com o fato de eu o ter conseguido. Cada nova palavra que aprendia, eu pegava jornal, revista ou qualquer texto e procurava por ela; à noite eu mostrava para o Max para ver se estava certo. Então ele me ensinou que, com as sílabas que eu conhecia, eu podia escrever outras palavras. Aí eu passava o dia inteiro montando palavras para conferir com ele à noite. Foi fácil!

Isso sem falar na Ana Lúcia. Ela era minha colega de carteira; era muito católica e estava no catecismo; adorava santinhos; eu tinha dois: uma Santa Lúcia (mas que sorte!) e outro nem me lembro mais qual era (acho que era um São Benedito). Troquei os dois pela explicação de como funcionavam os grupos q-u-e, q-u-i, q-u-o, g-u-e e g-u-i. Até hoje acho que foi o melhor negócio que fiz na vida, pois foi graças a essa explicação que eu pude alcançar a turma e entrar no livro junto com os mais adiantados.

Vale lembrar que eu já tinha feito 9 anos e era, portanto, bem mais amadurecida do que as crianças que fazem a primeira séria hoje. Pensando bem, acho que eu gostava da escola tradicional.

Do aprender a ler para a conclusão do Científico foi um pulinho.

Uns esclarecimentos.

Eu frequentei a escola, antes da primeira LDB (a de 1961). Estudei, portanto, ainda sob a organização da chamada Reforma Capanema (de 1943) que estruturou, no Brasil, o que nós hoje chamamos de ESCOLA TRADICIONAL – cheia de "defeitos". Havia um sistema comum de educação,

público, gratuito, realizado basicamente pelo Estado. A educação era dividida em duas etapas: a Primária, com quatro anos, fornecida pelos Grupos Escolares, para crianças a partir dos 7 anos; e a Secundária, constituída por dois "ciclos": o ciclo ginasial, com quatro anos e o ciclo colegial, com três anos, com os cursos Científico e Clássico.

As escolas que forneciam esses níveis de ensino eram os Ginásios e os Colégios; sendo que os Colégios, em geral, tinham também o curso ginasial. Para se ter acesso ao ginásio havia uma seleção – o exame de Admissão – feito após a conclusão do primário. Era muito comum as crianças frequentarem, geralmente, em cursinhos particulares, um quinto ano preparatório para esse exame; alguns grupos estaduais também forneciam esse quinto ano. As crianças diziam então: "estou no Admissão". Coitadas. De todo modo teriam que passar pelo gargalo do exame que costumava excluir a grande maioria, transformando o ginásio já num curso de elite.

Do ginasial para o colegial não havia exame de seleção, mas havia uma classificação dos ingressantes por notas e muita gente ficava excluída.

Esse sistema era todo propedêutico: cada nível preparava para o outro. O Curso Primário, porém, tinha um certo sentido de terminalidade, sobretudo para os pobres, uma vez que, dadas as condições sociais e econômicas da sociedade brasileira, no início da segunda metade do século XX, desde que soubessem "ler, escrever e contar" (a finalidade do curso primário), estariam já, suficientemente, preparados para o trabalho; vale dizer: para o trabalho manual – o destino inescapável da grande maioria.

Os outros dois níveis se destinavam apenas a preparar aqueles que "tinham boa cabeça para a escola", isto é: aos inteligentes – ricos ou pobres, não importa, desde que dessem conta das exigências curriculares e que, assim, se qualificavam para, passando pelo Vestibular, frequentar um Curso Superior e se tornar DOUTOR.

Além desse sistema havia as diferentes formas de formação profissional. Os sistemas SENAI/SENAC que preparavam mão-de-obra para a indústria e para o comércio e os ginásios e colégios comerciais, particulares, que formavam profissionais para os setores de comércio e serviços, principalmente, Secretárias e Contadores.

O sistema público só possibilitava profissionalização no Curso Normal, que formava a Professora Primária e, em nível bem elementar, aos trabalhadores do campo, nos ginásios rurais. Os Institutos de Educação –

dos quais as cidades do interior de São Paulo e os bairros da Capital que os possuíam se orgulhavam – forneciam todos os ciclos das chamadas educação primária e secundária; as classes do curso primário serviam de campos de estágios para as Normalistas que, por sua vez, namoravam os rapazes do Científico, para grande despeito das moças do Clássico e, principalmente, das poucas gatas pingadas do próprio Científico.

Quando disse que da conclusão do Primário (quando a gente recebia um diploma) para o Científico foi um "pulinho", deixei de esclarecer que, na verdade tive mesmo que saltar quatro obstáculos: uma segunda época em Latim, na terceira série do Ginásio, segunda época em Física e Química no segundo Colegial e segunda época em Matemática, no terceiro Colegial. Em compensação, nas duas pontas: o exame de Admissão e o Vestibular foram "sopa". Fiz cursinho concentrado – de um ou dois meses – para o exame de admissão e nenhum para o vestibular; entrei direto, como se dizia. No admissão fui a primeira da turma (média 8,6 – um décimo a mais do que o Zé, meu irmão mais novo). No Vestibular não fui a primeira da nossa pequena turma de privilegiados (parece que foi a Dorothéa Viviam da Glória Beisigel, uma grande e querida amiga, de cuja amizade desfruto até hoje), mas foi a seleção mais tranquila que fiz na vida. Só o que me atrapalhou um pouco foi o fato de ter que, na mesma época, estudar para a segunda época de Matemática, que, aliás, me preocupava mais do que o Vestibular.

É bom explicar essa tranquilidade. Nesse sistema tradicional de ensino, praticamente, não havia diferença entre as formas de avaliação pelas quais a gente passava no secundário e o exame para a entrada na Universidade. Nós tínhamos, desde o primário, mensalmente, em cada matéria, uma sabatina, isto é: uma prova escrita, que, a critério do professor, tinha um ponto sorteado ou incidia sobre toda a matéria dada no mês; quando havia ponto sorteado era, em geral, sinal de que a prova incluía toda a matéria estudada até aquele momento. Havia ainda três exames nos quais entravam sempre toda a matéria estudada: o parcial do meio do ano, o escrito final e o oral, no fim do ano. Para ser aprovado, o aluno tinha que ter média 5 em cada matéria; a segunda época era um exame que se fazia depois das férias – em fevereiro – nas matérias em que não se tinha alcançado essa média (vale dizer que não havia aulas ou cursinhos para esse exame; os alunos deviam estudar por conta própria ou, os que podiam pagar, arrumar professor particular); ela só podia ser feita no máximo em duas matérias e se a média geral fosse 5. Menos de 5 em três matérias ou menos de 5 no conjunto: reprovação direta.

Dois anos de reprovação na mesma série, na escola pública, jubilamento! É bom lembrar que o currículo do Colegial era composto por 13 – TREZE – matérias!

Para quem tinha passado por esse processo o vestibular era muito fácil. Era específico por Curso, com provas em um pequeno número de disciplinas, diretamente ligadas a esse Curso. E as provas eram exatamente iguais às que a gente estava habituado a fazer, desde o primário: uma prova escrita e uma oral, por disciplina. Todas as disciplinas eram eliminatórias. Para ser aprovado era preciso ter, no mínimo, nota 4 em cada disciplina, mas com média 5 no conjunto.

Minha preparação para o Vestibular passou, apenas, pelos exames orais de História Geral e História do Brasil, no terceiro ano do Colegial, e por um dia de leitura na Biblioteca "Mário de Andrade".

Em tempo: eu havia me preparado para estudar. Um colega, Nelson Nieto, que também ia fazer o vestibular de História (aliás, fez e foi aprovado) me emprestou os livros do Malet Isaac, em espanhol (nós tínhamos aulas de Espanhol no segundo ano do Científico) e eu guardara, com todo cuidado, meu caderno do Ginásio, onde boa parte do programa do vestibular estava muito bem tratada. Mas fiquei para segunda época em Matemática e tive que me dedicar àquelas malditas fórmulas da geometria analítica que não haviam me entrado na cabeça durante o ano todo.

A sorte me rondava nessa época da vida, pois, no exame oral, meu professor de História (um lindo homem, pelo qual as alunas suspiravam), sabendo que eu ia fazer o vestibular para o Curso de História (ah! já ia me esquecendo de dizer: na USP) se propôs a "tomar o meu pulso". Seria assim: ele não sortearia um ponto, mas faria um exame geral dos meus conhecimentos. Isso significava que eu, provavelmente, abriria mão do meu costumeiro 10, baixando minha sempre elevada média final. Concordei e lá fiquei eu, uma meia hora (para espanto dos colegas que não imaginavam o que podia estar acontecendo – normalmente, meu exame oral não passava de uns três minutos) respondendo a tudo quanto é tipo de perguntas. Valeu a pena: tirei 7 em História Geral e 6 em História do Brasil e a conclusão autorizada do meu competente professor foi que eu não teria problemas no vestibular.

Resolvido o problema das Histórias Geral e do Brasil, apostando na facilidade do exame de Geografia (o que de fato ocorreu) e torcendo para

que caísse um texto simples no exame de Inglês (a língua estrangeira que eu, equivocadamente, escolhi em vez do Francês), só faltava lidar com o Português – essas eram as matérias do Vestibular de História. O programa de Português era constituído por uma lista de 20 autores portugueses e brasileiros – os bem clássicos – (a prova escrita seria uma redação cujo tema era dado na hora). Os autores e suas obras eram a matéria para o oral. Sabia-se que o que importava mesmo era que a gente tivesse lido pelo menos uma obra de cada autor e tivesse algumas informações sobre as outras obras. De toda a lista eu só não tinha lido nada do último autor: Graça Aranha. E foi lendo obras do Graça Aranha que eu passei um dia todo na "Mário de Andrade".

Deu tudo certo. Passei no Vestibular. Achei fácil, apesar de, em Inglês, ter tirado o mínimo exigido: 4. De todo modo, foi mais fácil do que a segunda época em Matemática que me consumiu, em estudo, todo o período de férias.

Pronto! Em março de 1962 comecei, na FFCL, depois FFLCH, da USP, o Curso que estabeleceu o curso da minha vida, e não apenas da profissional.

2. O Curso de História

Por que decidi fazer o Curso de História?

Por pura e simples curiosidade. Mas uma enooooooorme CURIOSIDADE!!

Na escola, eu só me lembro de ter estudado história a partir da quarta série primária (ah! se eu tivesse guardado os cadernos ou os livros didáticos...). E era só história do Brasil – até onde me lembro, do descobrimento à proclamação da independência. Mas era estudo regular, sistemático; também até onde me lembro, não havia as célebres comemorações de datas cívicas, talvez, porque a escola era lituana. O estudo era ABSOLUTAMENTE tradicional: nome, fato, data, os quais os "inteligentes" aprendiam e os "burros" decoravam.

Segundo os professores de antigamente – os meus professores –, só os pouco dotados de raciocínio é que precisavam decorar, os que tinham "boa cabeça" aprendiam; as diferenças consistiam na retenção da informação: os que apenas decoravam esqueceriam, no máximo, depois que passassem de ano; os que aprendiam o faziam "pro resto da vida"; e também no fato de que os primeiros só sabiam repetir a informação tal qual decoravam e

os segundos sabiam transmiti-la com as "próprias palavras". Essa segunda diferença era muito controvertida: para alguns professores, independente de ser decorada ou aprendida a resposta tinha que ser exatamente igual ao texto dado. Embora eu fosse dos que aprendiam, nunca pude fazer o teste da retenção porque, na verdade, eu nunca mais parei de estudar história; quanto a dizer com as minhas próprias palavras – houvesse ouvidos –, alguns colegas bem que gostariam de ter às mãos uma mordaça e, dependendo da tendência do professor, eu podia tirar 10 ou zero.

No primário, apesar do caráter tradicional tanto dos conteúdos como da metodologia de ensino, a professora da terceira e quarta séries (Dona Jênia) pode ser considerada uma renovadora de mão cheia: não é que ela adotava, como forma de nos fazer fixar a matéria aprendida, a, atualmente, muito inovadora DRAMATIZAÇÃO?! Pois é. Me lembro muito bem de uma encenação sobre a Inconfidência Mineira. Eu representei a Dona Maria I, e confesso que, muito fiel ao meu personagem, tive muito gosto em mandar enforcar o Tiradentes. Tanto que minha condenação se antecipou ao processo. Logo que, depois de muita paciência, ouvi a notícia do mensageiro, que era gago (sim, a Dona Jênia já praticava a inclusão), ordenei: "enforquem o traidor"! Fui contida pelos protestos do Marquês de Barbacena e de D. Luiz de Vasconcelos que, desse modo, não teriam mais o que fazer na peça.

Mas nessa ocasião, meu grande contato com a narrativa histórica era doméstico. Meu pai e minha mãe eram grandes narradores e boa parte do nosso tempo era passado ouvindo um e outra contando "causos". Minha mãe era especialista em "fatos reais". Em geral seus casos eram as histórias da família; um dos mais recorrentes era a do seu casamento com meu pai, que ela só fez por obediência à mãe dela e por descaramento de um padre que concordou em casá-la antes dos dezesseis anos, contrariando o que havia sido tinha determinado por um Juiz. O meu pai também jurava que os casos contados por ele eram reais, só que, em geral, eram histórias de assombrações, mais especificamente, histórias de "almas penadas", habitantes do purgatório, que voltavam, não exatamente para assombrar os vivos, mas, para pedir-lhes perdão por algum mal cometido ou solicitar que os vivos, amigos ou parentes, rezassem por ela ou pagassem alguma dívida ou reparassem algum erro dessa alma arrependida que, só assim, poderia ser salva do purgatório e ganhar o céu. O que eu achava mais interessante, na história dessas almas eram as dívidas. Não era metáfora, eram dívidas mesmo, materiais ou espirituais. A razão do meu interesse é que eram

dívidas irrisórias: uma galinha, meia dúzia de ovos, uns tantos quantos "pai nosso e ave maria" devidos a algum santo; tudo coisinha pouca, coerente com a pobreza das comunidades do interior da Bahia, de onde meu pai tinha vindo à procura de trabalho nos ricos cafezais paulistas. Meu encantamento com as histórias era tal que eu as transformei em uma das atividades das "brincadeiras" do grupo de crianças do qual eu fazia parte. "Hoje, ou agora, vamos brincar de contar histórias", decretava eu com a autoridade de 'mais velha' do grupo. Obviamente eu era a que sabia mais e mais longas histórias – lidas em um livro do Monteiro Lobato que, por sorte, havia aparecido em casa –, para desespero dos ouvintes. Em todo caso, era tudo muito democrático: "acabou-se a história morreu a vitória, entrou por uma porta saiu pela outra, quem quiser que conte outra". Todo mundo podia ser ator.

Algum tempo depois, já na minha adolescência o encantamento pelas histórias domésticas aumentou consideravelmente... O tio Domingos – irmão da minha mãe – veio morar conosco. Ele era um legítimo contador de histórias e sabia histórias... sem fim! Com ele, os "causos" ganharam status habelaisiano. Um dia escreverei sobre isso.

Para completar, o Nico e o Tião, meus irmãos mais velhos, gostavam de recitar, de cor (os dois se gabavam da extraordinária memória): o primeiro as poesias da literatura de cordel e o segundo os "pontos" da história do Brasil, aprendidos no pouquíssimo tempo que frequentara a escola primária.

Nunca me perguntei como o Nico obtinha aqueles livrinhos de onde ele tirava aquelas incríveis histórias, principalmente, as sobre o cangaço e os cangaceiros. Aliás, esse foi o meu primeiro contato com o bairrismo, que, de resto nunca aprovei. Pois, para meu irmão, nunca que o pernambucano Lampião podia ser considerado o "rei" do cangaço; só pensava isso quem não conhecesse o paulista Dioguinho, muito mais bravo e que, ainda por cima, tinha, uma certa vez, se acoitado no sítio da nossa avó materna, em Ribeirão Preto. Este sim, o maior cangaceiro que o país conheceu. Se o Dioguinho fosse pouco para fazer São Paulo ultrapassar o Nordeste em valentia, ele acrescentava, com muito gosto e bravata, o Antônio Silvino.

O Tião era considerado, desde que eu me entendi por gente, a pessoa mais inteligente da família; ele sabia de cor, e vivia "recitando", com todos os detalhes, os principais "pontos" em que se organizava a história do Brasil, de acordo com os velhos programas tradicionais. Até onde me lembro, a preferência dele era pelo descobrimento do Brasil e pela história do Tiradentes. Contudo, apesar do texto sabido de cor (nunca salteado),

ele não apreciava muito os personagens, sobretudo, o Tiradentes: um cara que não sabia escolher amigos e que achava que podia lutar só de boca, sem armas. Mereceu morrer.

A essas alturas eu já estava no curso ginasial. Nesses velhos bons tempos, a carga horária de história era a seguinte: duas aulas de história do Brasil, na primeira série; três aulas de história da América, na segunda; três aulas de história Geral: Antiga e Medieval, na terceira e quatro aulas na quarta série, sendo duas de história do Brasil e duas de história Geral: Moderna e Contemporânea.

Nunca tive problema com o aprendizado de história. Na primeira série, a grande dificuldade era que o professor era daqueles que queria, nas provas e nas chamadas orais, que as respostas às "perguntas" e os textos da "redação" (as duas partes da prova) fossem exatamente iguais ao que estava no livro. O principal crítico desse sistema era o meu pai. Ele mal sabia assinar o próprio nome, como se dizia, e sua crítica não provinha de nenhuma concepção pedagógica; sua restrição era de ordem econômica: porque gastar dinheiro comprando caderno para copiar o que já estava escrito no livro? Na época eu achava que isso era implicância de um pai um tanto quanto pão-duro que achava um desperdício uma menina-mulher, que já tinha tirado o diploma do grupo e já ia fazer treze anos, gastar tempo e dinheiro fazendo o curso ginasial – coisa boa, quando muito, para os meninos-homens – em vez de, obtendo uma carta do Juiz de menor, procurar um emprego em uma das fábricas que recrutavam mão de obra feminina e que se multiplicavam na capital paulista, nessa época, "a cidade que mais cresce na América Latina". Quando me tornei professora, tive que reconhecer que ele estava coberto de razão e, agora, por motivos pedagógicos.

Felizmente, na segunda série, mais uma vez por um golpe de sorte, mudei de escola. A professora de história da América era bem "fraquinha"; ela dava aula consultando fichas, o que era considerado, pelos alunos, sinal de incompetência. Houve até uma tentativa de complô para esconder o fichário dela, só para ver se ela conseguiria dar aulas sem consulta. Alguns mais inconformados achavam que, já que a professora consultava fichas para dar aula, os alunos deveriam ter o direito de consultar o caderno ou o livro para fazer a prova. Uma vez professora, descobri que tanto a professora como os alunos estavam certos: a consulta a fichas e a textos/anotações, para dar aula e/ou para fazer prova, é um procedimento, perfeita e pedagogicamente, válido e correto.

Mas foi na terceira série que o ensino de história traçou e se tornou o meu destino. Mudou a professora e a nova – Dona Maria Aparecida de Castro – também consultava anotações, só que discretamente, mas, em contrapartida, ela era melhor narradora do que meu pai, minha mãe, meu tio e meus irmãos juntos. Eu, simplesmente, A-DO-RA-VA as aulas de história.

Nessas aulas, ouvindo a professora – a única prática didática era a, hoje em dia tão vilipendiada, aula expositiva – e anotando o esquema que ela escrevia na lousa e as informações mais importantes fornecidas ao longo do rico e detalhado relato, eu me dei conta de o quanto a humanidade era muito maior do que eu supunha. A cada aula, me sentia mais e mais fascinada por descobrir que eu podia conhecer a vida de tantas e tantas pessoas, que tinham vivido a milhares de anos, em muitos lugares do mundo. Achava incrível saber nomes e ações praticadas por seres humanos, tão reais quanto as pessoas com as quais eu convivia, que tinham vivido muito, muito antes de eu própria existir, em lugares que eu só conhecia pelo mapa e que, de repente, se tornavam tão familiares quanto as ruas e praças que eu percorria.

Além do fascínio, acho que sentia até uma espécie de gratidão, dirigida nem sei direito a quem ou ao que tornava possível existir um passado imenso, povoado por um grande número de povos e, ainda por luxo, existir um meio de ter acesso a todos os acontecimentos vivenciados por eles. Em tempo, eu não realizava, ainda, os conceitos de historiador e de historiografia, mas também não cogitava de uma providência divina, autora dos destinos humanos. Logo que comecei o Curso de História, reinterpretando minha curiosidade ginasiana, cheguei à conclusão que ela se relacionava, ao mesmo tempo, a dois dos sentidos básicos da palavra história: o processo histórico e a ciência da história. Para coroar tudo isso, a história aprendida na escola era comprovadamente verdadeira, o que, se não chegava a desqualificar os relatos domésticos, rebaixava-os ao plano secundário do "mero" passa tempo.

Uma coisa me intrigava e instigava minha curiosidade em relação ao passado: o que tinha acontecido com os povos estudados, depois do fim do "ponto". Isto é, por exemplo, o que havia se tornado a vida de egípcios, persas e gregos depois dos respectivos esplendor e decadência de suas portentosas civilizações? Vivia perguntado essas coisas para a professora; inicialmente, ela foi me indicando leituras. Passei a "demorar" os livros de Will Durand. Um dia, insistindo em uma dessas questões, ouvi da professora o seguinte: "para saber isso você terá que fazer o Curso de História".

Então, pronto, está resolvido: vou estudar história!

Em nenhum momento pensei no meu futuro profissional. Eu tinha decidido estudar história; isso não significava que eu tivesse intenções de vir a ser professora de história. Esse desligamento entre a opção de estudo e uma possível atuação profissional foi uma grande irresponsabilidade da minha parte. Eu pertencia a uma família de operários que, devido a circunstâncias sócio-econômicas muito favoráveis, podia se dar ao privilégio de manter os membros mais jovens da família na escola, no meu caso, sem trabalhar. Mas, para que isso valesse a pena, seria justo esperar que houvesse um retorno, também de natureza sócio-econômica. Ou seja, o estudo deveria resultar em um trabalho mais qualificado e mais bem remunerado que promovesse a ascensão social do grupo. Eu sabia disso, até por que essa expectativa era formulada, explicitamente, por minha mãe. Mas, quando me bateu a tal curiosidade pela vida pregressa da humanidade – quase uma xeretice –, eu me fiz de desentendida e deixei para resolver o problema da opção profissional no seu devido tempo, vale dizer, depois de ter concluído o curso superior. O doutorado que estava fazendo, no momento em que produzi esta narrativa, tem a ver com a incomensurável sorte que tive para encontrar a solução para este caso.

Minha média final de história, na terceira série ginasial, foi a segunda mais alta de todo meu histórico escolar secundário. A maior foi a de História Natural, no terceiro colegial, que quase me desviou da rota intelectual traçada pela absorvente narrativa da professora do ginásio. Mas, o que teria sido se não tivesse sido o que foi não pertence ao campo da história (viva a res gestae!); desse modo, consolidou-se a decisão tomada no ímpeto da espécie de repto proposto pela professora.

Conclusão

Afinal, acabei mesmo fazendo o vestibular para o Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na USP, em 1962 e fui aprovada.

Logo no primeiro ano, aprendi com a professora Emília Viotti da Costa que, ao me interessar por história, no curso ginasial, eu me deparara com os três sentidos da palavra: o processo histórico (a história vivida), a ciência histórica (o estudo capaz de produzir o conhecimento sobre a história vivida) e a obra histórica (o relato dos conhecimentos produzidos).

No terceiro ano, nas incríveis aulas do Dr. Sérgio – o professor Sérgio

Buarque de Holanda –, descobri que a história do Brasil é a parte da história que, para nós, os brasileiros, é a que mais interessa conhecer. E o mais importante: aprendi a GOSTAR da história do Brasil.

No quarto ano, nas aulas de Prática de Ensino e, principalmente, no estágio supervisionado realizado no Colégio de Aplicação da USP, descobri que ensinar história seria a feliz consequência lógica do entusiasmo e da imensa curiosidade despertados na terceira série do Ginásio. Isso porque, é bom que se esclareça, esse estágio me botou em contato com o trabalho experimental de renovação que vinha sendo realizado no Colégio de Aplicação, nas classes do curso ginasial, nas quais História e Geografia, cada uma com um professor específico, compunham a Área de Estudos Sociais. No Curso Colegial mantinha-se, ainda, o ensino "tradicional", mas a professora com a qual estagiei era Maria de Lourdes Mônaco Janott – Dilu –, que demonstrava, concretamente, o quanto esse ensino podia ser dotado de qualidade. Foi assim, aliás, que me dei conta de quanto a educação podia ser um campo riquíssimo para a atuação profissional.

Em 1966, recém-formada, me tornei professora de história, na Área de Estudos Sociais, no Sistema Público de Ensino Vocacional de São Paulo.

Em 1971, devido à ditadura, fui "expulsa" para o ensino superior. Inicialmente em Aquidauana, Mato Grosso, hoje, do Sul, e, a partir de 1978, na UFPB, em João Pessoa/Paraíba.

Graças a essas experiências, me tornei quem sou.

Nunca imaginei que uma escolha decorrente de um arrebatamento juvenil pudesse dar tão certo.

Última observação: estes são os itens por meio dos quais pretendo completar a resposta ao repto do Patriota.

Vivenciando e lecionando história: experiências de uma professora da educação básica sobre a ditadura militar[1]

Maria da Penha da Silva Araújo

Primeiro de abril de 1980, cidade de João Pessoa-PB. Minha carteira de trabalho e previdência social era assinada pela primeira vez dentro da área acadêmica que estudava: professora de História do Instituto Sagrado Coração de Jesus. Em apenas um ano de curso de Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba, pude pôr em prática, pela primeira vez, o que mais à frente vou identificar como a carreira desejada para minha vida profissional, mais do que um acaso ou coincidência. A escola de nível fundamental, que à época se chamava ginásio, ganha destaque nesse desejo por entender que é um período no qual a contribuição na formação cidadã é muito mais viável. Assim o ensino de História torna-se mais do que uma profissão, começa a agregar valor à minha identidade.

Sou Maria da Penha da Silva Araújo, tenho 56 anos[2] e sou professora de História no Estado da Paraíba desde setembro de 1980. Segunda filha – e a primeira a vingar – do casal Helena Pedro de Araújo e Moisés Antonio de Araújo, tenho apenas um irmão chamado Valdecir, cinco anos mais novo que eu. Nascida e residente até os 24 anos na cidade de Bayeux-PB, município integrante da região metropolitana de João Pessoa, o meu bairro pode ser caracterizado como um local de pessoas simples, de pouco poder aquisitivo, mas trabalhadoras.

Meus pais não são letrados, mas formados na escola da vida, e me ensinaram as primeiras noções de honra e respeito. Ela, dona de casa, e ele, trabalhador nas fábricas de processamento de agave. Como sofria de

1 Artigo resultante de participação na mesa-redonda *A ditadura militar e o ensino de História no Brasil e na Paraíba*, realizada em 28 ago. 2014, com a participação das Professoras Joana Neves e Maria Auxiliadora Schmidt, durante o XVI Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, realizado na UEPB-Campina Grande. A autora agradece ao Professor Ângelo Pessoa, à Professora Joana Neves e à Professora Rosa Godoy pela leitura e sugestões ao texto.

2 No ano de 2016.

alcoolismo, cabia à minha mãe a maior parcela na nossa educação doméstica. Era ela quem determinava o que podia e o que não podia. Lembro que uma vez levei umas palmadas e só depois fiquei sabendo que fora pelo fato de ter arremedado o vendedor de cocada quando ele passava pela rua.

Estudei dos cinco aos dez anos no grupo Escolar Municipal Flávio Ribeiro Coutinho (bairro Brasília, Bayeux-PB), e só mais tarde associei o nome da minha primeira escola a uma das famílias poderosas daquele período em nosso estado. Pouco me recordo dessa minha fase, apenas das brincadeiras e da rígida professora que, num desses anos, colocava os alunos desobedientes de castigo em cima de caroços de milho, ou usava a palmatória como punição para os que não conseguissem ler corretamente no livro didático chamado *O Nordeste*, cujo autor não me recordo.

Para iniciar o curso ginasial, atual fundamental II, era necessário submeter-se a um teste chamado exame de admissão que analisava nosso aprendizado nas disciplinas de português, matemática e estudos sociais. De cara não passei, e foi quando pela primeira vez minha mãe me matriculou numa escola particular. Foi no educandário Carmelita Lima, que ficava nos fundos de uma igreja evangélica. Passei o ano de 1971 mastigando um livro que continha todas as disciplinas, intitulado *Admissão ao Ginásio*. No final do ano passei para estudar na única escola estadual da cidade de Bayeux, o CEB (Colégio Estadual de Bayeux). Coincidência ou não, minha maior nota foi em Estudos Sociais. Desse período são muitas as recordações, tanto no âmbito da escola como na vida pessoal. Primeiro o orgulho dos meus pais por ter uma filha estudando em uma escola pública. É que na época, escola particular era para alunos que não tinham a capacidade de ser aprovados nos testes seletivos e, segundo um ditado então corrente, esta era uma instituição do tipo "P.P." (pagou, passou).

Da quinta à sexta série, estudei História do Brasil e na sétima e oitava séries História Geral. De forma geral, apenas se repetia o que estava escrito no livro didático. Não havia a interpretação do que estava escrito e bastava decorar as datas e os nomes de personagens "importantes".

Paralelo às experiências da escola comecei a participar de atividades na Igreja católica, único lugar que minha mãe permitia que eu fosse sozinha. Isto porque acabara de chegar à comunidade um velhinho francês simpático e muito revolucionário à época, chamado Maurício. Com ele, entre tantas coisas, aprendi a desconstruir preconceitos e a ver o mundo com um olhar irreverente. Além de participar do coral, fui levada por ele, juntamente com

outras jovens, até o convento da cidade no qual residiam freiras franciscanas e, entre elas, uma em especial, a irmã Blandine. De nacionalidade holandesa, era simpática e também muito avançada para sua época, pois fazia uso de calças compridas, vestuário que eu pensava ser proibido às freiras, assim como também batom. Muito tempo depois fiquei sabendo que se tratava de banha de cacau, que a protegia do sol. Logo fomos convidadas a participar de um movimento coordenado por ela na cidade chamado M.A.C. (Movimento Amigo das Crianças), que funcionava da seguinte forma: éramos apresentadas a uma comunidade carente e juntamente com ela formávamos grupos de pais e crianças. Nesses encontros semanais, além do Evangelho, discutia-se desde a saúde das crianças, seus hábitos e carências, até as necessidades básicas de toda a comunidade. Vez por outra se marcava a visita a alguma autoridade visando minimizar tais situações. O melhor dessa atividade é que algumas vezes participava de encontros estaduais – e foi num deles que tive a felicidade de conhecer – Dom Helder Câmara. Só hoje tenho a noção que estava participando de um movimento Internacional de apostolado das crianças que existe até hoje com o nome de Movimento de Adolescente e Crianças, e que tem como sede a cidade de Paris, fundado, em 1962, pelo padre belga José Cardjin.

De volta à minha vida escolar, após concluir o ginásio, em 1975, uma nova prova de seleção me levou a estudar em João Pessoa, na antiga Escola Estadual de Tambiá, hoje Escola Estadual Professora Úrsula Lianza – EEPUL. Lá aprendi na pele a driblar ao que hoje denominamos bullying. A cidade em que morava, por ser predominantemente de trabalhadores, muitos dos quais empregados na capital, era comumente discriminada, mas dei um jeito de conquistar meu espaço. Menina pobre, mulher, negra nascida em Bayeux, tinha que contar com algo a meu favor e esse algo era a vontade de crescer, de cursar uma faculdade e ser uma esperança de melhoria de vida para meus pais.

No segundo grau, para minimizar as dificuldades nas disciplinas exatas e da natureza, precisei formar grupos de estudo com os colegas que tinham mais facilidade. Quanto a mim, continuava tendo mais facilidade com as humanas e, especificamente, com História. Mas o ensino continuava no mesmo estilo: sem reflexão e sem questionamentos à realidade vigente. Essa afinidade teve seu auge em 1978, quando a professora do terceiro ano, cujo nome não recordo, me fez viajar ao contar a história dos povos e a maneira como eles viviam. No final de 1978, a maioria da turma sabia para qual curso prestaria exame de vestibular, menos eu. A decisão em fazer o

curso de História foi tomada só depois de analisar o manual do candidato e verificar que no curso não era exigido nenhuma disciplina indesejada.

A experiência acadêmica

Fui aprovada para fazer o curso de História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no ano de 1979. Logo no primeiro semestre, cursei uma disciplina intitulada Introdução aos Estudos Históricos, com a Professora Joana Neves, que me ofereceu uma bolsa de trabalho no NIDHR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional). Foi nesse espaço que conheci outros profissionais que mais tarde também teriam grande importância na minha vida pessoal e profissional, tais como a professora Rosa Godoy e Sílvio Frank Allen. Foi o professor Sílvio que mais tarde influenciaria na minha decisão de fazer carreira na educação básica, levando em conta uma de suas frases: "É preciso criar nesse país um exército de pessoas pensantes para promover as mudanças necessárias à construção de um novo país".

Fazer parte desse novo universo foi algo emocionante. Da recepção feita pelos veteranos aos calouros, lembro de "pagar o mico" de assistir uma aula inteira com um aluno se fingindo de professor. Talvez nesse dia, minha colega de turma, Regina Célia Gonçalves, estivesse presente. Entre esses veteranos, lembro-me do nome de Carlos Alberto, líder estudantil da época, que falava em UNE, em Revolução, em greve de Estudante, e pensei: "o que significa tudo isso?". Procurei saber sobre esses assuntos com os mais informados, mas não dava pra acompanhar a galera onde eles iam fazer os ensaios da revolução: barzinhos, casa da pólvora, motéis, etc. Se chegasse após as dezenove horas em casa, minha mãe me escalpelava. Fiquei no acompanhamento dos discursos relâmpagos, feitos na famosa "Praça da Alegria do CCHLA", ansiosa por um dia poder gozar de tal "liberdade".

Nas indicações de leitura da professora Joana, descobri que o fato de ter saído do ensino médio sem o domínio de uma língua estrangeira me traria muitas dificuldades. Felizmente, minha recente colega e amiga, Regina Célia, nos levava (a mim, Maria, Darlene, entre outros e outras que não recordo o nome) para sua casa no bairro de João Agripino, em João Pessoa, e lá partilhava conosco humildemente seus conhecimentos. Ela não era boa só em Inglês, tinha um maior domínio de vários conteúdos e nunca se negou a partilhá-los conosco. Minha gratidão, amiga, por sua generosidade.

Na sala de aula logo comecei a perceber dois discursos e práticas entre os professores. Um grupo falava em mudanças, na construção de uma nova sociedade, na importância da ação humana, principalmente dos mais oprimidos, na construção dessa nova realidade. Outro grupo valorizava a manutenção da ordem vigente para a obtenção do progresso, condenava as ações dos denominados baderneiros e defendiam um olhar apenas contemplativo dos fatos históricos. Mais tarde fiquei sabendo pelos meus colegas que o primeiro grupo era o denominado marxista, adeptos do materialismo histórico, e o segundo os adeptos da ideologia positivista. Mesmo antes de saber o que significava tais ideologias me senti chamada a participar do primeiro grupo. Eles eram diferentes e isso era o bastante para eu sentir-me atraída. Acertei na escolha.

Além de Joana, Rosa e Silvio, outros professores como Antonia, Laura Helena, Inês Caminha e Maria do Céu, fizeram parte dessa ala que tanto contribuíram na minha construção profissional. Pela primeira vez começava a tomar consciência do quanto a ação humana coletiva era capaz de transformar e que eu podia estar no bojo dessas transformações. Participei do movimento que fez cair o preço do RU (Restaurante Universitário) para a gratuidade, desde que comprovada a carência do estudante. Participei também de um sistema de empréstimo de apostilas no curso de história para a maioria dos alunos que não podiam comprar os livros solicitados e só não participei mais ativamente em outros movimentos pelo limite que minha mãe me impunha de chegar tarde em casa ou de não ter condições financeiras para bancar viagens para congressos, etc.

Das leituras que fizeram a minha cabeça na época que estava na universidade posso citar A Ilha, do autor Fernando Morais (1976), entre os que mais me marcaram. Esse livro foi um ícone da esquerda naquele momento. Todo estudante de história que se identificasse com a ideologia da esquerda, necessariamente teria que ler esse livro para defender suas ideias. *O Capital*, de Karl Marx (1867), outro ícone que explica o modelo de produção capitalista e suas mazelas (só consegui ler o primeiro volume); *História da Riqueza do Homem*, de Leo Huberman (1976); *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*, de Júlio Chiavenatto (1979) e *Uma Escola para o Povo*, de Maria Tereza Nidelcoff, também estão nessa lista.

No cotidiano, os embates ideológicos se davam nos corredores ou em salas de aula quando um grupo de alunos da esquerda assistia às aulas enfadonhas e de pouca criatividade do grupo da direita. Vez por outra, o seus

mais exacerbados representantes – o professor José Otávio e a Professora Ivanice Frazão – chegavam a chamar os alunos e os demais professores que os inspiravam de baderneiros. Era claro o sentimento de xenofobia pelos professores que estavam chegando do eixo Sul/Sudeste para ministrarem aulas na UFPB. Pessoalmente cheguei a ter alguns confrontos com a professora Ivanice, quando ela, ao ministrar um curso de férias de História da América, passava o tempo desfilando seus títulos e viagens feitas pela Europa. Ressaltei que sua vida particular não me acrescentava em nada, que estava ali para aprender sobre o continente americano e não vê-la enrolar nas aulas. O mesmo aconteceu com o supracitado professor. Fui também perseguida pela professora quando, numa apresentação de seminário, ela me disse que ia julgar a minha postura e não a qualidade do meu trabalho. Ridicularizou minha entonação de voz e quando retruquei o fato dela ter me chamado de "minha filha", olhou para a própria pele e disse que eu não poderia ser sua filha, no que confirmei apontando para minha própria silhueta.

Hoje analiso a influência que recebi do grupo liderado pela Profa. Joana, Profa. Rosa e Prof. Sílvio, com um olhar de gratidão, pois eles influenciaram toda uma geração de alunos do curso de História, principalmente os pouco abastados como eu, que vislumbraram, a partir de então, a possibilidade de construírem através da ação, uma vida mais digna para todos. Isto, para todos, porque eles também me ensinaram que na história não há lugar para fracos, egoístas, que só pensam no seu próprio "umbigo". Que a humildade deve ser a nossa tônica maior e que a verdadeira sabedoria reside na simplicidade dos que a possuem.

Numa outra análise, observo que outros fatores pessoais me impediram de ter uma vida acadêmica mais plena, como o fato de, logo no mês de abril de 1980, começar a lecionar no Instituto Educacional Sagrado Coração de Jesus e, em junho de 1981, casar-me. Não consegui acompanhar minha turma da blocagem e, aos poucos, fui me isolando daqueles que tanto me acrescentavam (amigos e professores supracitados). Conheci outros – como Regina Behar, Lúcio Flávio, Ariane, entre outros – mas, agora grávida, a sobrevivência da minha família e meu trabalho estavam em primeiro lugar.

Observando meu Histórico Escolar, vejo que tranquei todo o primeiro semestre de 1981 e só voltei a atuar realmente como aluna do curso no segundo semestre de 1985. Lembro que já estava morando na cidade de Itabaiana desde o segundo semestre de 1984 e minha segunda filha acabara

de nascer no mês de fevereiro de 1985, quando recebi uma comunicação da Universidade dizendo que ou voltava para terminar o curso ou era jubilada. Voltei e, sem mais paradas, concluí o curso no segundo semestre de 1986, já grávida do meu terceiro filho, que nasceu no mês de maio. Faltei à minha própria colação de grau e, sozinha numa sala com professor Neroaldo Pontes (Diretor do CCHLA de então), no dia seguinte, li uma folha entregue por ele em voz alta, em cujo cabeçalho estava a palavra juramento. E com um sorriso ele apertou minha mão e me dando parabéns disse que eu estava formada. Agradeci e fui embora. Demorei muito tempo para retornar à UFPB, como a imensa maioria dos meus antigos colegas, que, ao se formarem, poucas vezes retornam ao mundo acadêmico. Em primeiro lugar, estava muito envolvida na criação dos meus filhos, ainda pequenos. Em segundo lugar, já seguia a carreira de professora.

Apenas em 2011 voltei ao universo acadêmico, estimulada pela participação como Supervisora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-História) da UFPB, que atua desde então na Escola Estadual "João Roberto Borges de Souza", onde atualmente leciono. Essa nova interação com a Universidade despertou em mim a necessidade de retornar a esse universo. Após isso, fiz uma pós-graduação em "Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares", ofertada pelo governo do estado da Paraíba, em 2013.

A experiência na escola particular

A minha vida profissional começou de fato em abril de 1980 em uma escola particular de ensino fundamental de renome.

O Instituto Educacional Sagrado Coração de Jesus, em pleno centro da cidade de João Pessoa, apesar de ser uma escola de porte médio, acompanhava a mesma linha didática conservadora dos grandes colégios como as Lourdinas, João XXIII e Pio X. Sua proprietária e diretora, a Sra. Zilda Cabral, me surpreendeu ao contratar-me como professora de História, perguntando apenas se eu tinha domínio de turma, no que respondi afirmadamente.

Como fui contratada no mês de abril, já recebi pronto o plano anual de curso com o conteúdo curricular estabelecido para cada uma das turmas do ginásio. Bastava segui-lo para fazer a felicidade de todos, mas então começaram a entrar em cena as minhas inquietudes que aprendera

a vivenciar no mundo universitário. Não tenho bem certeza, mas acredito que o livro didático era de autoria de Elian Alabi Lucci, de caráter bastante conservador. Em uma das aulas em que se abordavam as riquezas do país, aproveitei para explicar como a riqueza era gerada no nosso, definindo bem detalhadamente os papéis dos patrões e dos empregados. Não satisfeita, falei que essa forma de produzir os bens se chamava capitalismo e que era em cima da exploração dos trabalhadores que os patrões enriqueciam, pois não pagavam as horas excedentes de produção. Foi o suficiente. No final da sala um aluno levantou indignado exclamando que seu pai era um ladrão. Fiquei sem palavras, principalmente quando descobri que se tratava do filho de um industrial bem sucedido à época.

É certo que tais comentários, bem como a atitude de emprestar o livro Uma escola para o povo – da autora Maria Tereza Nidelcoff – para um aluno da oitava série, contribuíram para minha demissão em dezembro do ano seguinte, mas me fez ter certeza de três coisas. A primeira é que estava certa de que era nos anos mais tenros que poderia contribuir na formação crítica do meu aluno. A segunda é que aquele meu discurso faria muito mais efeito numa sala de aula com os filhos de trabalhadores, e não de burgueses. A terceira é que, onde quer que eu fosse, eu estaria pronta para responder com altivez quando outra discriminação de cor fosse contra mim proferida3.

A experiência na escola pública

Desde setembro de 1980 eu já havia aceitado a proposta de lecionar paralelemente na rede pública de ensino, na qual estou até hoje. O convite partiu da Professora Elba, minha antiga professora de Geografia do ensino fundamental e que também lecionava no Instituto Sagrado Coração de Jesus. A primeira experiência foi na Escola Estadual D'Ávila Lins. Fiquei apreensiva, pois fazia apenas um ano que havia saído do ensino médio e estava voltando para dar aulas com meus antigos professores do ensino fundamental.

Nessa época não havia concurso público e meu contrato inicial pelo Estado foi como Regente de Ensino (RE) por um período de dois anos. Quando falei da minha insegurança, lembro que a professora Elba disse o quanto acreditava na minha capacidade. Sei que ela não está mais aqui,

3 A discriminação a que me refiro ocorreu quando solicitei a um aluno que sentasse adequadamente à carteira para assistir aula. O mesmo retrucou dizendo que em sua casa "negro não passava da porta da cozinha". Respondi dizendo: "na sua casa pode até acontecer, mas aqui nesta escola você vai ter que obedecer a esta negra aqui, e não estou lecionando aqui apadrinhada por sua família", salientando que era uma família de políticos do estado da Paraíba.

mas agradeço pela oportunidade que me deu. Fui substituir um professor que estava se aposentando e, no mês de outubro do mesmo ano, o então governador Tarcísio de Miranda Burity presenteou, no dia quinze de outubro, todos os regentes de ensino com a efetivação dos seus contratos no quadro de estatutário do estado da Paraíba. No mês seguinte, para espanto da minha diretora e ex-professora Socorro D'Alia, eu estava assinando uma lista enviada pelo sindicato, de professores dispostos a não dar aulas a partir daquela data. Começavam aí minhas primeiras lutas por melhores condições de trabalho em uma greve.

Dar aulas na escola pública a alunos do ensino médio no turno da noite, sem o apoio de nenhuma equipe pedagógica, com apenas um ano de vida acadêmica, não foi nada fácil. Lembro de ter sido criticada por alguns colegas e pela direção por usar roupas curtas e por dar "confiança demais aos alunos". As críticas me abalaram, mas nunca me fizeram desistir de ser o que sou: proativa, perseverante e entusiasta. Por ter sido influenciada de forma tão positiva por meus professores, sempre tentei imitá-los naquilo que de melhor eles me transmitiram. Tanto acredito na relação professor-aluno que, no ano de 2014, o título da minha monografia de especialização na UEPB foi *O papel do professor na construção do respeito à diversidade de gênero no ambiente escolar*, na convicção plena de que somos capazes, sim, de criar opiniões e desconstruir preconceitos.

Para ministrar os assuntos tinha que resumir e copiá-los no quadro e, para tornar a aula mais dinâmica, o jeito era tentar fazer uma ponte entre o assunto e a vida cotidiana dos alunos, suas realidades e experiências. A Escola Estadual D'Ávila Lins situava-se na minha cidade natal, Bayeux, e funcionava no prédio do SESI (Serviço Social da Indústria). Apenas em 1981 foi inaugurado o prédio da escola com o novo nome, Escola Estadual Irineu Pinto, no bairro do SESI. Meus alunos, em sua maioria, eram mais velhos que eu, trabalhadores do comércio ou das fábricas e, em sua maioria, mulheres negras. A faixa etária ficava entre vinte e trinta anos. Hoje analiso que a própria dinâmica burocrática da escola, que pouco oferecia de inovador, era desestimulante. Contudo reconheço que, com todas as limitações, terminávamos o ano letivo com mais da metade da turma. Parece que havia uma vontade interior maior das pessoas para superar as diversidades. É verdade que a maioria não tinha a perspectiva de fazer um curso superior, pois na época se valorizava mais o ensino técnico, mas eles diziam que queriam terminar o segundo grau pra ver se conseguiam um

emprego melhor. Essa vontade em superar os obstáculos estava presente nos alunos de todas as escolas públicas que lecionei: D'Ávila Lins e Irineu Pinto, em Bayeux (1980-1984), Antônio Santiago em Itabaiana (1984-1987), CPDAC (1988-1999), e atualmente na João Roberto Borges de Sousa[4].

A experiência do ensino de História durante a ditadura militar

Minhas aulas de história ministradas no início da minha carreira não eram muito inovadoras. Copiava o tempo inteiro, até porque os alunos não tinham distribuição gratuita de livros e a maioria ainda tinha a visão que a disciplina era decorativa. Ainda hoje persisto na implantação da ideia de que é uma ciência interpretativa e construtora de novas realidades.

Influenciada pelas leituras acadêmicas e aproveitando as parcas condições da clientela, eu aproveitava para criticar o capitalismo e suas mazelas, já que não podia criticar abertamente o regime político. Até porque a terminologia "Ditadura" ou "Golpe militar" não figurava nos livros didáticos. O que se estudava era a "Revolução" de 1964 e as informações contidas ali falavam nas benesses dos governos em prol do crescimento do país e de como eles haviam livrado a nação da praga comunista. Não se falava em mortes, nem rebeliões, e exaltava-se o amor à ordem e à pátria.

Os livros didáticos mais utilizados na década de noventa foram os de Jobson de Arruda, Claudio Piletti entre outros. Infelizmente, à época não fiquei ciente que minha ex-professora Joana Neves e sua colega Elza Nadai haviam lançado seus livros de História Geral e do Brasil no nível de segundo grau. Delas eu usava *História da América* e *História do Brasil: da Colônia à República*, de nível Fundamental, que me ajudava a sair dos livros impostos. Ainda tinha minhas antigas apostilas e muitas vezes as consultava. Quando algum aluno reclamava que eu estava falando de assuntos que eles não encontravam nos livros didáticos que consultavam, falava que tinha obtidos as informações de textos acadêmicos e outros autores, aí ouvia a reclamação de que eles não estavam na universidade para dominarem tais assuntos. Essa era a oportunidade que eu tinha para contradizer o que o livro didático afirmava e contribuir com uma nova visão sobre o regime, destacando, por exemplo, que se as reformas de base do governo João Goulart tivessem dado certo, o país poderia ser outro.

4 Vale ressaltar que, no período de 2012-2013, lecionei, concomitantemente à Escola Estadual João Roberto Borges de Sousa, História no ensino fundamental na Rede Municipal de João Pessoa, através de um contrato de trabalho. A escola se chamava Professora Antônia do Socorro, bairro Paratibe, reconhecida dentro de uma área quilombola.

A abertura política, no final do governo Figueiredo, não provocou mudanças efetivas no ensino de história, mas deu um certo alívio à prática pedagógica, que podia agora transcorrer de forma mais tranquila na sala de aula, sem o medo de denúncias. Eu estava retornando para concluir meu curso em 1985 e qual foi a minha tristeza ao perceber que aqueles antigos colegas já estavam vivendo novas realidades e eu não os encontrava mais.

Morando na cidade de Itabaiana e com dois filhos, eu precisava terminar o curso e praticamente abandonei a sala de aula. A perpetuação dos apoiadores do golpe no governo Sarney e seu malabarismo para driblar a inflação era assunto constante nas poucas aulas que conseguia ministrar no curso da tarde. À noite viajava na Kombi de Zé de Ziza com até dezessete pessoas para assistir aula noturna e voltava pela madrugada com as duas crianças que havia deixado na casa de minha mãe. Durante todo o ano de 1986 afastei-me completamente da escola para concluir as disciplinas do curso que faltavam no horário da tarde. Foram sete disciplinas no primeiro semestre de 1986 e seis no segundo semestre. Terminado o curso, voltei com toda família para morar em Bayeux em 1987, mas voltei para sala de aula no mesmo colégio em Itabaiana grávida do meu terceiro filho, que nasceu em maio do mesmo ano. Consegui transferência em 1988 para João Pessoa quando adquiri residência no conjunto Valentina Figueiredo e fui uma das fundadoras do CPDAC.

Vivia-se um período de grandes esperanças através da promulgação da primeira Constituição democrática (1988), após o longo período de vinte e um anos de ditadura e a possibilidade de se eleger um trabalhador para comandar os destinos do país era uma realidade. Isto sem falar do fato de que ele era do partido que eu era filiada desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores (PT), e por isso participei ativamente da campanha de Lula em 1989, reforçando meu discurso de que a nossa hora havia chegado.

Após toda falcatrua orquestrada pela Rede Globo e a consequente vitória de Fernando Collor de Mello, apareci de olhos inchados na sala de aula de tanto chorar no dia seguinte aos resultados das eleições. Os desmandos do seu governo não acabaram com seu processo de impeachment e amargamos uma segunda e terceira derrotas para o governo de Fernando Henrique Cardoso. Com a aplicação do projeto neoliberal em todos os setores da sociedade brasileira, discutíamos em sala de aula, e entre os colegas professores, como iríamos fazer as transformações necessárias à implantação do modelo socialista no país, se todas as empresas estatais

nos níveis federal e estadual estavam sendo privatizadas em tempo recorde. Aqui na Paraíba, o governo estadual vendeu a Saelpa (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba) e acabou com o Paraiban (nosso banco do estado paraibano). Até na representatividade do nosso sindicato sentimos o peso da maldita ideologia que favorece os mais abastados e perdemos as eleições para um comando pelego.

Enfim, durante a ditadura militar, atuei contestando as recomendações curriculares que apenas enalteciam o referido movimento. De certo, não tinha muita noção, à época, do quão ameaçador à minha integridade física podia ser tal postura, mas não posso negar que era de fundamental importância poder contribuir com a reflexão mais crítica dos estudantes em meio às suas vivências cotidianas, nas quais os embates políticos podiam estar despercebidos, mesmo com seu destino sendo por eles definido.

A experiência do ensino de História hoje: um olhar mais apurado sobre a ditadura militar

O ensino de história hoje é um entrelaçamento de conteúdos históricos, mas com outras abordagens que visam à construção do indivíduo como um todo. Isto fica claro através da aplicabilidade dos parâmetros curriculares Nacionais (PCN's). Acredito que dessa forma o aluno se sente mais valorizado, podendo, assim, contribuir de forma mais efetiva com a dinâmica da aula. Tenho a impressão que de alguma forma eu já fazia esse trabalho, de forma menos elaborada, é claro, quando estimulava respeito, solidariedade e a luta por direitos entre meus alunos das décadas de oitenta e noventa. As mudanças são bem vindas se respaldadas em condições de execução, mas o ensino de história não pode perder um dos seus principais focos que é analisar o passado para compreender e mudar o presente. Manter viva a memória histórica é reconhecer a contribuição de cada povo para a construção das sociedades em que viveram e fazer a ponte de que, se estamos hoje nesse patamar é porque essas contribuições dos mais variados seguimentos foram válidas.

O já mencionado PIBID chegou à minha vida em 2011 no melhor momento. A Secretaria de Educação iniciou o ensino médio em nossa escola em 2009 sem enviar nenhum Inspetor de Educação para nos orientar sobre as novas diretrizes do ensino médio. Fiquei desesperada e falei para o diretor que estava me sentindo despreparada para voltar a lidar com o segundo grau (assim era chamado antigamente o atual ensino médio). Quando

estávamos concluindo a nossa primeira turma, que tinha apenas quatorze alunos, fui surpreendida com a notícia que nossa escola seria contemplada com tal projeto. E aqueles primeiros "pibidianos" intercambiaram minha experiência de docente, possibilitando o contato com novas metodologias desenvolvidas na Universidade e me fizeram sentir com novo ânimo. A princípio eram Eliakin, Márcio, Gerson, depois Patrícia, Anicleide entre outros. Na retomada do contato com a universidade percebi que a história era outra. Também, pudera, muitos anos se passaram. Algo, porém, me deixou pensativa. De alguma maneira a memória histórica da importância do curso no período da ditadura foi deixada para trás. O esforço daqueles que contribuíram com efetivas mudanças não é mais reconhecido pela nova geração de historiadores que está se constituindo. Segue, então, uma pergunta para os senhores: onde vocês estariam se professores e alunos atuantes daquela geração tivessem cruzados os braços e deixado de lutar por seus direitos?

Foi então com surpresa e emoção que recebi um telefonema da professora Joana Neves para participar de um GT de história que se apresentaria no XVI Encontro Estadual de História (ANPUH-PB) a realizar-se no mês de agosto de 2014, na cidade de Campina Grande. A primeira coisa que perguntei a ela foi se acreditava na minha capacidade para assumir tal responsabilidade, afinal no que interessaria as palavras de uma professora do ensino básico em meio a tantos doutores. Sua resposta foi que eu não me preocupasse, que bastava falar do meu trabalho e que o meu nome surgiu de uma indicação do Professor Ângelo Pessoa, meu coordenador do subprojeto de História. Nunca pensei que, a essa altura da minha vida, a minha história de vida e de profissão interessasse a alguém.

A abordagem didática sobre a ditadura militar hoje é intermediada com outros conceitos como o de cidadania, ética, política e poder. Não basta relatar os fatos e atrocidades ocorridas nesse período. É preciso que os alunos compreendam que muitos dos direitos exercidos hoje – algumas vezes irresponsavelmente por alguns – são frutos de uma luta ferrenha travada por toda uma geração que nunca se curvou às arbitrariedades de um governo ditatorial. Que aprendamos a valorizar a democracia sem confundi-la com demagogia, nem com o fascismo que assola a mídia nos dias atuais. Que a liberdade de crítica não se transforme em desrespeito à pessoa humana. Se o atual governo não está conseguindo realizar por completo o sonho de vivenciarmos uma sociedade mais igualitária, não podemos desconhecer os

avanços já conquistados. O que não se pode é compactuar com essa avalanche de contrainformações que a todo o momento chega aos nossos jovens, que, ou por falta de informação ou por inexperiência de vida, se deixam levar por esses falsos discursos da direita, inconformada com os direitos conquistados pelos menos favorecidos.

Para tornar a aula de história mais atraente e também pelo incentivo na remuneração, há três anos escolhi, além do trabalho regular com os conteúdos exigidos pelo plano de curso, a metodologia de projeto para trabalhar a ditadura militar com meus alunos. O que havia aprendido até então sobre pedagogia de projeto fora através de leituras superficiais, mas me agradou muito saber que essa metodologia facilita o aprendizado do aluno ao possibilitar aulas mais dinâmicas, fora do espaço da escola e com o intercambio de disciplinas afins. É verdade que eu já trabalhava contextualizando o aprendizado, mas sem a organicidade e o dinamismo que um projeto mais integrado exige. Estou longe de desenvolver essa prática com a desenvoltura que os pedagogos exigem, mas já reconheço que, apesar das dificuldades, os alunos tem se envolvido mais nas atividades e respondido melhor ao processo ensino aprendizagem.

Na sala de aula faço o entrelaçamento dos conteúdos do livro didático com as sugestões dos Parâmetros Curriculares de História e seus eixos temáticos. Também considero as experiências vivenciadas pelos alunos e, em algumas vezes, a aula programada cede lugar ao compartilhamento, por compreender que elas também têm o seu valor histórico.

Os benefícios do PIBID dão-se exatamente no momento em que os bolsistas se dispõem a aprofundar alguma temática através de documentários, filmes, e quando se dispõem a ajudar os alunos retirando dúvidas, auxiliando-os nas tarefas solicitadas, ou contribuindo com a execução do cursinho ou simulado, que, em muito, tem feito eles se sentirem confiantes para a prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Voltando a falar mais amiúde sobre o Projeto *O papel do jovem na construção da cidadania: uma homenagem a JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUSA nos 50 anos da Ditadura Militar no Brasil*, seguem algumas considerações sobre o mesmo e o cronograma de atividades e registros fotográficos realizados durante o ano de 2014.

Objetivando fomentar entre os alunos e alunas desta unidade de ensino o interesse e comprometimento com a então conjuntura do nosso país pela formação de uma consciência de classe e tendo como base o conhecimento prévio de um determinado período histórico – bem como a conceituação de termos como "política", "democracia" e "cidadania" –,

desenvolvi esse projeto demonstrando para os segmentos nele envolvidos que as efetivas mudanças ocorridas, não só na nossa, mas em qualquer sociedade, só são possíveis com a atuação dos indivíduos nelas inseridos. Foi possível perceber que muitos(as) alunos(as) e professores(as) tinham uma concepção da História como ciência que estudava apenas o passado e que, portanto, não tinha articulação com a realidade presente. O conceito de "política" era comumente confundido com "política partidária" e a falta de ética de alguns levaram à decepção de muitos. Dessa forma, era comum ouvirmos nos corredores da escola que participar através do voto dos pleitos eleitorais em nosso país era perda de tempo. Entendi que esse era o momento propício para desenvolver práticas pedagógicas que buscassem reverter tais concepções, afinal era um ano eleitoral e que também se rememoravam os 50 anos de instalação da ditadura militar em nosso país. Através do estudo desse período histórico, foi possível transmitir para educandos e educandas, professores e professoras, a importância das práticas democráticas e que o exercício da cidadania é indispensável à construção da mesma; que em qualquer sociedade os cidadãos devem fazer valer suas aspirações e que, quando esses mesmos se abstêm de exercer seus direitos e deveres, abrem-se brechas para a instalação de governos arbitrários e antidemocráticos.

A seguir, vejamos a descrição do cronograma do projeto e algumas fotografias das atividades desenvolvidas.

CRONOGRAMA DO PROJETO

MÊS	ATIVIDADES QUE FORAM DESENVOLVIDAS
Março	Planejamento Apresentação do projeto Participação dos alunos na manifestação de repúdio a instalação da ditadura militar no nosso país há 50 anos, realizada em 31 de março de 2014 e promovida pela Comissão da Verdade PB e a APES (Associação Paraibana dos Estudantes secundaristas). Debate em sala sobre o conceito de Política segundo Aristóteles
Abril	Formação de grupos de pesquisa sobre os principais fatos que marcaram a ditadura militar no nosso país, além do levantamento bibliográfico da vida de João Roberto Borges de Sousa, homenageado que deu nome à nossa escola e um questionador e vítima fatal da ditadura militar.
Maio	Participação de Alunos no movimento pela reivindicação pelo Passe Livre, apresentação de relatórios e registros fotográficos.
Junho	Ensaios de peças teatrais e construção de paródia
Julho	Construção de painéis, cartazes, slogans.
Agosto	Início da "Campanha pela conscientização do voto consciente" entre o alunado. Distribuição de panfletos. Realização de oficinas de música.
setembro	Debate em sala de aula sobre os principais fatos que marcaram o período de repressão em nosso país e sobre os movimentos reivindicatórios que marcaram a história do nosso país durante este ano, analisando a atuação da juventude.
Outubro	Culminância do projeto, com mostra de painéis cartazes, vídeos, música, paródia, peça teatral, vídeos e palestra sobre o tema.

Atividade desenvolvida sobre a importância do voto consciente na Escola Estadual João Roberto Borges de Sousa, no mês de Agosto de 2014.

Atividade de campo, promovida, no dia 31 de Março de 2014, pela 'Comissão Memória, Verdade e Justiça' e APES (Associação Paraibana de Estudantes Secundaristas), com o propósito de repudiar homenagens feitas a ditadores em prédios e órgãos públicos, como na Escola Estadual Presidente Médici, que passou a se chamar Escola Estadual João Goulart.

Professora Maria da Penha e estudantes da Escola João Roberto Borges de Sousa, homenageando este líder estudantil que dá nome à escola, dentre outros, e gritando palavras de ordem "Abaixo à ditadura", no mesmo evento supracitado. (31 de março de 2014).

Caminhada pelas ruas do bairro do Castelo Branco, passando em frente à Universidade Federal da Paraíba, no mesmo evento supracitado. (31 de março de 2014).

Palestra com a Professora Joana Neves na Escola João Roberto Borges de Sousa, no mês de Outubro de 2014.

Considerações finais: ponderações sobre a educação pública estadual

Foram dezenove anos de carreira trabalhando com alunos do curso regular noturno e promovendo a sociabilidade entre eles. Os mais compromissados ajudavam com rodas de estudo os com maior dificuldade de aprendizagem. Também intervinha quando algum aluno, por demonstrar uma orientação sexual diferenciada do restante da turma sofresse algum tipo de discriminação. Tenho para relatar o caso de uma travesti chamada Ioió, que, corajosamente, chegou a vestir saia para vir à escola. A "zoeira" foi grande. Precisei chamar a turma ao respeito para com a colega, mas não obtive muito sucesso. Poucos dias depois ela foi encontrada ferida por espancamento, mas felizmente se recuperou.

Esse episódio ocorreu no CPDAC na década de 1990, local em que vivenciei minha experiência profissional de 1988 a 1999 e que estive ocupando o cargo de vice-direção de 1990 a 1992 e de 1995 a 1997. Essa foi uma experiência que não tive o desejo de repeti-la mais uma vez, por se tratar de algo desgastante e pouco atrativa. Alguns dos colegas que tinham apoiado a campanha da minha chapa ficavam irritados quando eu precisava chamá-los à responsabilidade quando faltavam excessivamente as aulas. Por morar perto da escola, a todo o momento, quando o diretor não se encontrava, era chamada para receber alguma autoridade ou resolver qualquer problema.

As discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ficavam

em nível de sindicato ou informalmente na sala dos professores. É evidente que a própria Secretaria de Educação não tinha o menor interesse de discutir as novas leis com os profissionais da educação e os problemas da escola, em sua maioria, eram resolvidos por nós mesmos. Lembro que na década de 1990 eram comuns as rivalidades entre grupos de bairros diferentes, mas procurava contornar a situação mediando acordos de respeito ao ambiente escolar entre as lideranças dos grupos e solicitando que esses respeitassem o ambiente escolar. Sempre me atenderam. Outro caso que tive de intervir foi com a agressão proferida pelo esposo à sua mulher quando esta assistia às aulas no turno da noite. Por ciúmes, ele não permitia que ela estudasse, e como trabalhava à noite, ela vinha pra o colégio às escondidas. Chamei o mesmo à direção e educadamente falei dos direitos da esposa em querer estudar e solicitei sua compreensão acrescentando que, caso o fato se repetisse, seria obrigada a denunciá-lo as autoridades competentes.

No ano 2000 voltei a experimentar o gosto de lecionar para o ensino fundamental, na escola que estou nesses últimos dezesseis anos, a João Roberto Borges de Sousa – que nesse ano de 2016, passa a ser apenas de ensino médio – e senti o mesmo prazer de estar com pré adolescentes, participando mais ativamente das suas construções identitárias. Foi algo indescritível. Mesmo antes de qualquer lei lançada pelo governo de Lula, sempre fui da prática da desconstrução de preconceitos e de respeito à figura humana, tanto pela minha condição de mulher negra, pobre de esquerda, como também pelo fato de hoje viver um relacionamento homoafetivo.

No quadro político, a mudança maior e finalmente comemorada com choro e pulos de alegria em 2002 foi a ascensão de um grupo de esquerda para dirigir pela primeira vez nosso país. Sei que o sonho socialista ficou para trás em termos gerais, mas insisto ainda hoje com meus alunos a citação de uma frase de Guevara em que ele dizia que o socialismo é, antes de tudo, uma moral revolucionária. E quando cada um de nós rema na contramão e somos honestos quando tantos roubam, ou respeitamos a fila mesmo com um colega estando na boca do caixa, ou arregaçamos as mangas e agimos quando tantos preferem criticar sem se comprometer, estamos sendo socialistas.

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, sancionada em 20 de dezembro de 1996 sob o número 9.394 trouxe vários pontos positivos. Entre eles destaco a valorização das experiências extraescolares dos alunos e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Em relação à disciplina História, a valorização das diferentes culturas e etnias,

bem como a obrigatoriedade do estudo da cultura afrobrasileira e indígena.

Por outro lado, pouco se avançou no sentido de se garantir a autonomia das escolas. Não são oferecidos os recursos necessários para que façamos um trabalho efetivo de qualidade. Faltam papel, tinta para as máquinas de cópia, recursos audiovisuais para a utilização de aulas mais dinâmicas para todos os professores, faltam ainda segurança, remuneração adequada e formação continuada.

Ainda é grande a defasagem entre a demanda e as efetivas realizações das políticas públicas estaduais e federais. As escolas públicas, principalmente do estado da Paraíba, estão entregues ao descaso. As cobranças feitas pela Secretaria da Educação à categoria dos profissionais da educação básica vão desde a obtenção de bons índices no quadro de rendimento escolar do aluno até à preservação e manutenção do patrimônio público. É certo que eduquemos com base na qualidade do meio ambiente, mas é preciso que esse mesmo governo assuma suas responsabilidades. Para tanto que exigem, poucas condições nos são oferecidas.

Só para exemplificar o que estou falando, para quem assiste um dos planejamentos, especificamente o do ano letivo de 2016, observa que a pauta enviada pela Secretaria solicita que a comunidade escolar, em seu segundo dia de trabalho, construa um Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), um plano de ação que norteará todas as atividades docentes durante todo o ano letivo. Isto sem que tenhamos nenhum acompanhamento de um corpo técnico que nos auxilie. Em outras palavras, ao professor não basta responsabilizar-se com o bom aprendizado de sua disciplina, mas ele também tem que ter domínio de técnicas para combater a evasão escolar, senão a escola perde ponto na avaliação estadual; encontrar meios viáveis para que seu colega faltoso aprenda a assumir compromissos, senão a escola perde pontos. Enfim, qual a sua relação com essa perda de pontos? Você deixa de ser premiado com um décimo quarto ou décimo quinto salário. Essa foi a maneira grotesca encontrada pelo governo para manter seus professores no cabresto. Você pode dar a melhor aula e na sua disciplina, o aluno ter bom êxito, mas se isto não ocorrer nas demais disciplinas, sua chance de melhoria salarial naquele ano estará perdida. Com tantas preocupações e metas a serem atingidas, admito que algumas vezes o conteúdo da minha disciplina fica prejudicado.

Mesmo assim, a cada ano que se inicia, deposito minhas esperanças em cada aluno e aluna que vai estar comigo nos quase duzentos dias letivos. Eles são a única razão que me faz permanecer nessa caminhada. As vitórias

vêm quando não mais os reconheço e eles chegam dizendo, estudei com a senhora tal assunto e nunca esqueci. Ou ainda, estudei com a senhora em tal ano e a escolha profissional que fiz foi por sua causa. Isto realmente não tem preço.

Por outro lado, poder de forma oficial, discutir em sala de aula assuntos como cidadania, ética, desconstrução de paradigmas e aceitação das diferenças é algo grandioso. É estar em sintonia com a realidade, com o dia a dia do aluno e fazê-lo perceber uma educação voltada para suas experiências de vida e valorização do seu "eu" como um todo. Hoje posso afirmar que o projeto que tem dado sentido nesses últimos anos tem sido o de trabalhar com eles o "respeito às diferenças".

Quero finalizar meu texto dirigindo uma fala aos futuros professores de História, que, ou já estão atuando, ou em breve começarão suas atividades docentes, principalmente nas escolas públicas. Não se assustem com a nossa clientela. Temos problemas, sim, mas vamos trabalhar conjuntamente para resolvê-los. Vocês estão tendo a oportunidade única de, como historiadores, contribuir para a construção de uma nova sociedade, menos desigual, menos racista, menos homofóbica, mais solidária e mais humana. Não percam essa oportunidade com seus temores. O medo faz parte da caminhada, mas não devemos ficar travados em cima da ponte. Boa sorte a todos! O tempo reconhecerá seus esforços, afinal ele é dono da razão.

Linguagens historiográficas e ensino de história: uma experiência na graduação

Regina Behar

A presente Mesa Redonda, *Para além da escrita: arte como documento histórico (percursos metodológicos)*[1], nos instiga a refletir sobre as relações da arte com a produção do conhecimento, a partir das possibilidades de explorar as dimensões históricas dos textos artísticos. Em nosso campo, obras de historiadores renomados como Peter Burke, autor de *A fabricação da imagem pública de Luis XIV* e *Testemunha ocular: história e imagem*, exploram as fontes artísticas, nesse caso, as visuais, na pesquisa e produção do conhecimento histórico[2]. A cinematografia, legitimada teoricamente desde os anos 1970 por Marc Ferro, também tem servido a muitas reflexões em nosso campo, ensejando teses polêmicas como a de Robert Rosenstone, *A história nos filmes, os filmes na história* (2010)[3]. Em obra publicada na década de 1980, Antonio Costa já propunha essa perspectiva ao indicar três possibilidades na relação cinema/história: "a história do cinema", "a história no cinema" e "cinema na história"[4]. Nesta oportunidade, no entanto, venho falar do desafio que nos colocam os materiais artísticos na sala de aula e discutir um pouco de suas potencialidades a partir de uma experiência docente.

No exercício da profissão como professora de história, em alguns momentos pude explorar formas de incorporação das artes nas estratégias de ensino e tive, em algumas delas, a parceria de colegas do Departamento de História da UFPB, como Élio Flores[5] e Joana Neves[6], em experiências com

1 Mesa Redonda formada pelas professoras Rosilene Melo (UFCG), Milena Azevedo (UFRN) e Regina Behar (UFPB), durante o XVI Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, evento que dá origem a este livro.

2 BURKE, Peter. **A Fabricação do rei.** A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 1994; BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

3 ROSENSTONE, Robert. **A História nos filmes, os filmes na história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

4 COSTA, Antonio. **Compreender o cinema**. São Paulo, Globo, 2003, p. 29-30.

5 Joana Neves é professora aposentada do Departamento de História da UFPB, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, autora de diversos livros didáticos de História em parceria com Elza Nadai e de artigos acadêmicos sobre ensino de História.

6 Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFPB,

o teatro e o documentário. No período de minha atuação no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, ministrei, em parceria com Élio Flores, uma disciplina intitulada *Linguagens Historiográficas*, cujo conteúdo variava, semestre a semestre, a partir das demandas dos mestrandos em relação aos tipos de fontes básicas de suas pesquisas, e assim acabamos por discutir, fotografia, música, cinema, literatura entre outras. A disciplina, de caráter metodológico tinha como objetivo refletir sobre as especificidades dessas fontes e a forma de abordá-las e analisá-las como documentos na pesquisa histórica.

No segundo semestre de 2013 decidi ofertar uma adaptação dessa disciplina de pós-graduação para o ensino de graduação, pensando na relação ensino-pesquisa e na possiblidade de introduzir os estudantes de graduação na experiência com linguagens visuais. A princípio esperava que esse curso optativo atraísse alunos concluintes que poderiam aproveitar-se dele com objetivos didáticos em seu futuro profissional.

O programa do curso previa um terço de teoria, um terço de metodologia e um terço de experiência prática com fotografia, quadrinhos e cinema; e tais experiências se dariam a partir de oficinas realizadas em parceria com colegas que atuavam nessas linguagens, como pesquisadores, professores e/ou artistas. As linhas gerais são as que reproduzo:

> LINGUAGENS HISTORIOGRÁFICAS:
>
> I – EMENTA:
>
> A revolução teórico-metodológica e a ampliação das fontes históricas. Fontes históricas e linguagens historiográficas. A reflexão sobre a utilização das linguagens culturais e artísticas na formação do profissional de História. Os documentos visuais, sua categorização e suas potencialidades no ensino de História.
>
> II-OBJETIVOS:
>
> 1-Refletir sobre as linguagens culturais, suas especificidades e seu diálogo com a História;
>
> 2-Discutir a relação entre as linguagens, seus artefatos culturais e os saberes históricos;
>
> 3-Refletir sobre o uso das linguagens visuais no ensino de História.

doutor em História pela Universidade Federal Fluminense autor de livros e artigos acadêmicos sobre caudilhismo no Brasil, Humor e História política na República brasileira, etnicidade e ensino de História, e diversos temas envolvendo a matriz cultural africana no Brasil.

III – PROCEDIMENTOS DE ENSINO:

Abordagem teórica sobre as linguagens

Discussão das linguagens narrativas específicas com o uso das fontes.

Oficinas de uso das linguagens voltadas para o ensino de história.

IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O curso será desenvolvido em três unidades, sendo a primeira teórica, a segunda metodológica e a terceira prática.

Unidade I: linguagens culturais s e suportes teóricos: o que é uma linguagem? Como se estabelecem os códigos? Que teorias habilitam a leitura de códigos das diversas linguagens? Como os artefatos culturais dialogam com a história dos historiadores? As linguagens visuais. Imagem e testemunho histórico. 4 aulas

Unidade II: Linguagens visuais e História: diálogos metodológicos: Abordagens iconográfica/iconológica; abordagem semiótica; dinâmica das narrativas visuais contemporâneas: a fotografia, os quadrinhos e o cinema; 4 aulas

Unidade III: linguagens visuais no ensino de história: Oficinas de prática. 7 aulas.

A surpresa ocorreu no primeiro dia de aula, pois, em lugar dos esperados concluintes, matricularam-se estudantes do segundo e terceiro semestres, com uma ou duas exceções. Naquele momento não tinha certeza se seria possível o desenvolvimento do trabalho imaginando que os mesmos talvez não tivesse maturidade ou disponibilidade para a proposta, o que, felizmente, se mostrou um grande equívoco. Eu não poderia ter tido maior sorte, pois, o fato de serem praticamente recém-ingressos no curso de História se mostrou como uma vantagem relativa que os tornava abertos a novas experiências, curiosos, disponíveis e muito menos limitados pela pressão dos prazos de trabalhos de fim de curso e estágios docentes a que estão submetidos os concluintes.

Na primeira aula discutimos a proposta, a sistemática de trabalho e o processo de avaliação. Estabelecemos uma dinâmica como prática cotidiana de reflexão: ao final de cada encontro, seriam levantados pontos fundamentais do texto, filme, documento, ou outro material trabalhado e formularíamos questões de interesse para um historiador e tais indagações, produzidas a partir da compreensão dos materiais, nos permitiria, ao final da etapa teórico-metodológica, escolher um tema, em meio a esse rol de

possibilidades, que pudesse ser desenvolvido em forma de documentário, história em quadrinhos e ensaio fotográfico.

Em relação ao processo de avaliação minha proposta era de eliminação de provas formais. Teríamos uma avaliação contínua, pela qual a presença e a participação em sala de aula proporcionariam uma nota, a princípio já atribuída: todos iniciavam o curso com nota máxima. A partir de então a nota teriam que mantê-la pela presença e pela participação nas discussões. O processo de construção do trabalho final indicaria a segunda nota e, finalmente, os produtos finais, a terceira. Mesmo sem eliminar a lógica das avaliações, apenas uma inversão de perspectiva (iniciar com nota máxima) fez diferença.

O tempo para discutir essa experiência numa mesa-redonda certamente tem limites, e escolhi registrar alguns dos momentos que considerei mais ricos no processo de desenvolvimento desse curso. Um deles ocorreu após a leitura e discussão de um capítulo do livro de Jacques Raincière, intitulado *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Lemos a primeira lição, a lição de Joseph Jacotot, um pedagogo francês que em 1818 vivera uma "aventura intelectual"[7].

Após a Revolução Francesa, Jacotot "havia ensinado Análise, Ideologia e Línguas Antigas, Matemáticas Puras e Transcendentes e Direito. Em março de 1815, a estima de seus compatriotas o havia tornado, à sua revelia, deputado[8]". Com o retorno dos Bourbons ao trono francês, foi obrigado a exilar-se nos Países Baixos e ensinar literatura em Louvain, onde teve que enfrentar um pequeno problema: Jacotot não se comunicava em holandês e seus alunos não conheciam o francês. Como um professor ignorante do holandês poderia ensinar literatura francesa a holandeses que não compreendiam o francês? Jacotot recorreu a uma tradução bilíngue do livro Telêmaco e acabou por constatar que seus estudantes, ao cabo de algum tempo, podiam responder em francês, às perguntas formuladas após a leitura cruzada, provando ter compreendido numa língua nova, sem as intervenções explicativas do "mestre", os sentidos do texto e aprendido francês. Isso mudou completamente a visão pedagógica de Jacotot em relação às possibilidades de autonomia intelectual, questionando a necessidade da explicação. Seu raciocínio passava pela observação do aprendizado da linguagem materna pela criança:

7 RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco Lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

8 Ibidem, p. 17.

> Fala-se a eles, e fala-se em torno deles. Eles escutam e retêm, imitam e repetem, erram e corrigem, acertam por acaso e recomeçam por método, e, em idade muito tenra para que os explicadores possam realizar sua instrução, são capazes, quase todos – qualquer que seja seu sexo, condição social e cor da pele – de compreender e falar a língua de seus pais[9].

Posteriormente, este ser humano perde a capacidade de aprender com a inteligência que lhe é própria e que lhe permitiu falar na língua materna? Dessa questão nasce a crítica de Jacotot aos esquemas pedagógicos que, para ele, tornam a explicação um mito: " Antes de ser o ato do pedagogo, a explicação é o mito da pedagogia, a parábola de um mundo dividido em espíritos sábios e espíritos ignorantes, espíritos maduros e imaturos, capazes e incapazes, inteligentes e bobos[10]".

Na verdade, o que Jacotot indica e que Rancière, em sua introdução, reitera, é o pressuposto de desigualdade que integra os sistemas educacionais, quando pela lógica do pedagogo francês Jacotot era preciso partir do pressuposto da igualdade:

> Não se trata de uma questão de método, no sentido de formas particulares de aprendizagem, trata-se de uma questão propriamente filosófica: saber se o ato mesmo de receber a palavra do mestre – a palavra do outro – é um testemunho de igualdade ou de desigualdade. É uma questão política: saber se o sistema de ensino tem por pressuposto uma desigualdade a ser 'reduzida' ou uma igualdade a ser verificada[11].

A leitura desse texto foi impactante para o grupo, pois defende uma posição de autonomia radical a partir do reconhecimento de todas as inteligências, partindo da igualdade entre o que sabe e o que ignora, o mestre e o discípulo. Obviamente uma pedagogia marcada pela noção de igualdade jamais teria lugar numa sociedade capitalista. A premissa oposta é garantia do sistema de dominação. A lição de Jacotot era essencialmente incompatível com a sociedade burguesa. Assim, suas ideias foram devidamente rechaçadas. A leitura e discussão desse texto tinham o propósito de instigar essa autonomia, dizer um pouco de suas possibilidades num mundo em que é impossível.

Resolvemos fazer alguma coisa inspirada nessas ideias do pedagogo francês com base numa outra experiência que eu tivera, à época, ministrando

9 Ibidem, p. 22.
10 Ibidem, p. 24.
11 Ibidem, p. 12.

uma oficina de Haikai para professores e estudantes do ensino fundamental num evento de literatura em Nova Palmeira-PB, juntamente com outros amigos[1]. Para mim, a tese de Jacotot já tinha sido testada e aprovada, uma vez que a oficina, ministrada naquela ocasião, resultou do teste com um método que tornava possível que alguém que não sabia fazer Haikai (como eu) levasse pessoas à escrita dessa poesia. O ponto de partida era uma breve exposição sobre a cultura e a filosofia japonesa contida na poesia minimalista e, depois, a leitura sistemática de muitos e muitos haikai's. E, a partir do contato e da repetição, as pessoas testavam a elaboração de sua própria palavra poética. Esse método foi criado, aplicado e disponibilizado, na ocasião, pela educadora popular, socióloga e escritora Valéria Rezende, que mistura um tanto de Jacotot com um bocado de Paulo Freire:

> Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito[2].

A experiência deveria acontecer em uma única oficina de haikai e acabou resultando na formatação de um "livro" artesanal. O que História tem a ver com poesia? Nada. Quase nada. Apenas um pretexto para provocar a possibilidade criativa que, em geral, o processo escolar mata. Nossa profissão, nossas pesquisas e sua escrita dependem dessa palavra criativa para que não passemos a vida repetindo, de acordo com Fulano, a partir de Beltrano, corroborando a tese de Sicrano. Se precisamos de referências, também precisamos de nossa própria palavra. Se somos capazes de criar poesia, somos capazes de escrever qualquer coisa que seja nova e historicamente relevante. Era apenas um exercício literário, como uma brincadeira; uma pausa lúdica com o propósito de despertar as crianças criativas que um dia foram soterradas em seus uniformes e enquadradas por um livro didático. Se dera certo lá, daria certo aqui. Os estudantes de História testariam o mesmo método.

O haikai acontece para os orientais como uma meditação. As pessoas não os fazem, elas os encontram, essa é a concepção; é uma poesia da natureza, portanto, é preciso esvaziar a mente e receber; vem daí o seu

1 André Ricardo Aguiar, poeta e contista; Carlos Cartaxo, teatrólogo e professor de teatro da UFPB; Norma Alves, psicóloga e escritora de literatura infantil.

2 FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 41.

caráter meditativo, em harmonia com o silêncio e a paciência do tempo lento (o nosso, infelizmente era meio acelerado, mas foi suficientemente dilatado para permitir a experiência). Depois dessa discussão filosófica sobre o sentido e o significado do haikai, procuramos fixar sua estrutura métrica: dezessete sílabas distribuídas em três versos sem rima, compostas de cinco/ sete/cinco sílabas poéticas. Isso foi feito a partir da leitura de dezenas e dezenas de poesias nesse estilo. Na sequência, a prática se deu fora da sala de aula, por onde era possível encontrar a natureza no espaço em torno e eles encontraram seus haikai's.

Além dessa experiência criativa, descobri que alguém havia produzido uma canção inspirada no referido capítulo do livro de Rancière. A canção se chama *Paradigma morto* e, infelizmente, não há como reproduzir o som, mas segue a letra:

> Esvaziei minha conduta sistematizada/Cuja [conduta] eu aprendi inconscientemente/Por um motivo pretensioso/Que faz jus a sua injustiça. /Outrora passei debaixo daquela ponte/A ponte do conhecer/ Em tempo de esvanecer /Imposto pelo paradigma/Daqueles que estão lá em cima. / Me emancipei/ Fugi de mim/Daquilo que não era eu/ Parei o ser moldado /Sem pensamento próprio/De si mesmo/Imposto pelo paradigma...[3]

O autor transformou a tese do texto em poesia e música (com a liberdade poética da arte) e, corroborando os argumentos de Jacotot, produziu sua própria palavra interpretativa/criativa e descortinou aspectos de sua própria condição no sistema de ensino (quem sabe construindo um novo olhar como futuro professor). Como a tese de Jacotot, lida por Raincière, instiga a crítica e estimula a autoconstrução intelectual, me parece que ele fez uma excelente prova nota dez.

Numa outra aula discutimos o texto de Circe Bitencourt sobre a questão do uso de documentos não escritos na sala de aula, um capítulo no livro *Ensino de História: fundamentos e métodos*[4]. O texto levantou diversas possibilidades de trabalho com documentos não escritos e mais uma vez resolvemos testar a proposta com um exercício prático.

O grupo foi desafiado a trazer na aula seguinte um objeto significativo para si, ou para sua família, e narrar a história dele. O que seria o exercício para uma aula, transformou-se em três semanas de narrativas individuais.

3 Letra e música compostas por Damião Oliveira Neto.

4 BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009, p. 253-296.

O exercício que nos remetia do objeto à história, vinculava-se logicamente à escala micro, individual. Os materiais eram os mais diversos, fotografias, câmera, caneca, livros, moedas, um marcador de texto, entre outros.

O desafio era cruzar as escalas micro e macro para que cada um de nós se percebesse, a partir de uma narrativa provocada por um objeto pessoal, dentro da história do mundo. Como não temos a percepção disso no cotidiano, parece que estamos fora da História do mundo, fora da História dos livros de História. Realizamos então uma leitura de escala histórica[5].

A disciplina foi interrompida por problemas de ajuste no calendário (decorrente de greves anteriores) para o período natalino e de férias e, quando voltamos, teríamos o tempo das últimas aulas da unidade II e o desenvolvimento das oficinas. As questões acumuladas da leitura de textos teóricos sobre ensino de história e metodológicos, sobre as linguagens, seriam utilizados como embasamento para as oficinas de fotografia, cinema e quadrinhos. Os trabalhos finais do curso sairiam dessas oficinas.

O tempo era limitado e como já havíamos produzido uma grande reflexão sobre nossos próprios objetos, minha proposta foi de centrarmos os trabalhos naquilo que já havia sido feito com as narrativas dos objetos: um filme documentário, histórias em quadrinhos e um registro fotográfico do processo de elaboração do filme e da HQ.

A proposta foi aceita e a turma se dividiu em três grupos de interesse, embora as oficinas tenham sido ministradas para toda a classe. Apenas para o desenvolvimento dos trabalhos finais, cada grupo desenvolveria a especificidade escolhida previamente. Realizamos as oficinas com a ajuda de profissionais que se dispuseram a participar sem custos: Milena Azevedo, Mestre em História e roteirista de quadrinhos do Rio Grande do Norte, ministrou uma oficina de roteiro de quadrinhos e Keicy Helen V. da Cunha Rego, fotógrafa, nos ministrou uma oficina de fotografia digital. Quanto ao cinema, tivemos a parceira do professor Matheus Andrade, do Departamento de Cinema do CCTA, na edição do material de filmagem. O trabalho final da disciplina intitulou-se: *Sujeitos e objetos: histórias lá de casa e do mundo.*

Em maio de 2014 realizamos uma exposição na Praça da Alegria do CCHLA-UFPB com todo o material produzido pelos estudantes: 1- vinte e um painéis com fotografias escolhidas para cada uma das 21 histórias dos

5 O exemplo clássico da abordagem micro histórica recomendado à turma foi livro de Carlo Ginzburg que discute a história do medievo ocidental a partir do caso Menocchio. GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

objetos[6], nos quais inserimos a narrativa escrita e as vinculações de escala histórica; 2- Projeção do documentário *Histórias lá de casa e do mundo*, 55 minutos, colorido, filmagem digital feita pelos estudantes e edição com participação do documentarista e professor Matheus Andrade. A canção *Paradigma Morto* integrou a trilha sonora do filme; 3- Exposição de duas histórias em quadrinhos desenvolvidas a partir da escolha das narrativas consideradas pela turma como as mais quadrinizáveis. Uma delas, a história de um dicionário e sua importância na vida de um personagem, enquanto a outra se referia a uma caneca transformada em objeto simbólico para uma família. 4- O grupo distribuiu exemplares do material intitulado *Colheita de Haikai,* editorado e reproduzido por um dos integrantes do grupo, Nino Simas.

A disciplina, que se iniciou com a pretensão de instrumentalizar os estudantes no uso de materiais não escritos em suas futuras salas de aula, incorporou a perspectiva de despertar nesses futuros profissionais a percepção de que estamos imersos na história do mundo com nossas histórias individuais. Isso foi meio por acaso, mas não tanto. A experiência com os objetos individuais tinha o objetivo de discutir escalas históricas e percebemos como não ficava claro os entrelaçamentos do micro com o macro, o que deu o mote para uma reflexão teórica que se transformou no tema a ser desenvolvido nas três linguagens: a fotografia, o filme e os quadrinhos como trabalhos finais. Destaco a importância da discussão de um documentário de Marcelo Masagão *Nós que aqui estamos por vós esperamos*[7]. No filme, o documentarista realiza um grande inventário do século XX, o século da velocidade, seguindo uma estratégia narrativa extremamente original: trabalhando apenas com imagens de arquivo, legendas, trilha sonora e recursos da edição de imagens, ele articula personagens referenciais das grandes transformações no campo da ciência, da política e das artes, como Lenin, Freud, Picasso e Einstein, com os personagens anônimos que vivem e reagem aos impactos dessas transformações e que, na realidade, as colocam em movimento, operando as novas máquinas, lutando nas guerras e sendo incorporados aos novos cotidianos, às transformações do mundo veloz dos trens, participando coletivamente na constituição de lutas coletivas de recorte feminista, entre outras questões. Nesse sentido, Marzagão, inspirado

6 Foram 21 histórias porque fiz os mesmos exercícios junto com o grupo: haikai, história de objeto e demais experiências.

7 MASAGÃO, Marcelo. Nós que aqui estamos, por vós esperamos. Brasil, P&B, 55 minutos, 1999. O filme foi inspirado na obra de HOBSBAWM, Eric. **A era dos estremos**: o breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

no Hobsbawm de *A Era dos Extremos*, consegue articular o microcosmo do "homem comum", seu cotidiano, suas alegrias e misérias, ao grande movimento das transformações econômicas, políticas sociais e culturais numa dimensão macroestrutural. O diretor e roteirista, em certo momento do filme, lança, em legenda, um trocadilho revelador do fio condutor de sua narrativa: "Grandes personagens, pequenas histórias". Pequenas porque passam rápido na dinâmica do filme, aparecem para pontuar as novas ideias que fazem girar o mundo. Depois a legenda muda: "Pequenos personagens, grandes histórias". Grandes porque é sobre elas que se volta o documentarista na busca de revelar o cotidiano e a trajetória de vida daqueles que por serem personagens anônimos não têm seus nomes inscritos na "Grande História", demonstrando que são eles que movem o mundo, são eles que fazem girar a roda da fortuna e que põem em movimento, efetivamente, a metralhadora e o canhão nas sucessivas guerras que os dizimaram ao longo do breve século XX.

Apropriando-nos dessa lógica, buscamos, nessa disciplina, uma reflexão sobre a História e seu ensino, sobre as artes visuais e métodos de leitura e sua importância no ensino de História e uma experiência na elaboração de materiais visuais que, no lugar da escrita, mas também com ela, integraram uma discussão sobre a variação de escala histórica. Servimo-nos da arte e da reflexão histórica simultaneamente e acredito que isso se constituiu numa abertura às possibilidades de futuros pesquisadores e professores em sua forma de lidar com coisas que estão fora dos livros de História, mas estão na vida como parte do universo cultural e cotidiano. Porque trabalhamos nossas histórias pessoais como pequenos personagens com seus objetos referenciais que traduziram trajetórias inseridas na totalidade do mundo e no movimento dos tempos.

Como amostra mínima dessa construção, incorporo a leitura que foi feita de três dos objetos pessoais trazidos para a sala de aula; dois deles foram citados, acima, por terem sido quadrinizados.

HISTÓRIA DO OBJETO 1

FOTO DA AVÓ

"O objeto de Thais Martins Viana é a foto de quinze anos de sua avó Geraci Tavares Viana, nascida em 16 de junho de 1955. Thais relata que sua avó era filha de camponeses, e também trabalhava, ainda adolescente, nas colheitas de algodão para ajudar na renda familiar.

Esta foto foi feita numa ocasião em que foi visitar sua madrinha na cidade. Nesse momento, um fotógrafo itinerante passava pelo centro urbano e fez do Cartório uma espécie de estúdio, onde tirava as fotos e as vendia aos clientes. Conta Thais que a madrinha decidiu dar uma foto de presente a Geraci e a avó vestiu sua melhor roupa para a ocasião, uma vez que a fotografia era uma raridade em sua classe social e no interior da Paraíba. Era um vestido amarelo e florido que certamente não se revela em cores na imagem fotográfica, uma vez que ainda eram feitas em preto e branco. Essa é a primeira foto da Avó de Thais." [8]

A foto de Geraci como artefato moderno e suas relações com a História

-História da fotografia e das técnicas fotográficas

-História dos artefatos modernos como signos de distinção de classe

-História social do campo e dos trabalhadores do campo

-História dos fotógrafos itinerantes (Século XIX/XX)[9]

HISTÓRIA DO OBJETO 2

A CANECA

"Esta caneca pertence a Yanderson Manoel Barreto Vasquez, nascido no Chile, em 1993, mas registrado brasileiro. Originalmente ela pertenceu ao seu bisavô, Augusto Escobar Vasquez, chileno, morador da região metropolitana de Santiago, operário fabril numa indústria de calçados. Ele sobreviveu a um terremoto que destruiu a casa onde morava com a esposa. Augusto recolheu a caneca e a considerou um símbolo de sobrevivência e reconstrução e passou a mesma para o seu filho, avô de Yanderson, Antonio Escobar, que conservou a caneca e sua simbologia. Vinte e cinco anos depois, Antonio, que era dono de uma pequena mercearia nos arredores de Santiago passou pela mesma catástrofe. Um terremoto destruiu a casa de Antonio e ele e sua mulher se salvaram por estarem em outra parte da cidade, na mercearia. Da casa, completamente destruída, novamente salvara-se a caneca, intacta! Ela foi passada de Antonio para o filho, Francisco Antonio Vasquez Vidal, pai de Yanderson, um imigrante que veio do Chile para o Brasil em 1987, e este, num ritual familiar privado onde a história é relembrada a entregou ao filho, que pretende manter a tradição: repassar a caneca um descendente, mantendo-a na família como símbolo dessa saga de sobrevivência e renovação."[10]

Como a história desse objeto dialoga com a história do mundo?

8 Thais Martins Viana. Narrativa com correções minhas.

9 Vinculações discutidas em sala de aula. Contribuições coletivas sistematizadas por mim.

10 Narrativa de Yanderson Vasquez, com ajustes na redação feitos por mim.

-História ambiental e climática;

-História das migrações na América Latina;

-História dos símbolos e da construção de suas significações;

-História da invenção das tradições (assim como essa é pessoal e familiar, constituem-se, ao longo da História, tradições gregárias de identidades locais, comunitárias, de classe, profissionais, nacionais, entre outras).[11]

HISTÓRIA DO OBJETO 3

O DICIONÁRIO

"Esse dicionário francês-português pertenceu a Ruy José de Oliveira (1923-1985), avô de Norma Oliveira. Ele foi o filho mais velho de uma família humilde sul-matogrossense e trabalhou, desde menino, para ajudar na manutenção da família após a morte precoce do pai. Por tornar-se cedo arrimo de família, cursou apenas até a 4ª série primária (antiga denominação da primeira fase do ensino fundamental). Jovem, ingressou na Marinha Brasileira e aprendeu técnicas de radiotelegrafia. Em seguida, estabeleceu como meta pessoal conseguir um emprego na PANAIR do Brasil, que tinha como requisito ao cargo o domínio de três línguas estrangeiras: Inglês, espanhol e francês. Ruy, apesar do pouco estudo formal, era um autodidata estudioso e um grande leitor. Conseguiu aprender as três línguas exigidas e tornou-se Radiotelegrafista da PANAIR, onde trabalhou até o fechamento da empresa em 1965. Depois trabalhou nos Correios e Telégrafos e na UFPB. Este foi um dos dicionários com os quais estudou francês para submeter-se à seleção da PANAIR."[12]

A história pessoal de Ruy José de Oliveira (narrada a partir do dicionário) e os links que estabelece na escala histórica:

- A história de Ruy se vincula à "História vista de baixo" (História Social)

- Dialoga com a História da Educação no Brasil.

- Atravessa a História da PANAIR do Brasil.

- OBS: Narra uma história de exceção no campo da mobilidade social que confirma a regra: a ascensão social dos "de baixo", sob o capitalismo depende, na maioria das vezes, de um grande esforço pessoal, somado a um talento excepcional e forte persistência. Ela promete que "qualquer um pode, mas não todos" (paradigma da desigualdade). O que torna Ruy um personagem extraordinário[13].

11 Vinculações discutidas em sala de aula. Contribuições coletivas sistematizadas por mim.

12 Narrativa de Norma Oliveira, com ajustes na redação feitos por mim.

13 Vinculações discutidas em sala de aula. Contribuições coletivas sistematizadas por mim.

Como professora de História que gosta de experimentar coisas novas que às vezes podem ser surpreendentes, eu fiquei feliz com aquilo que esta turma fez; e foi muito bom trabalhar com um grupo que se desafiou num processo de criação e que apostou em suas qualidades, trabalhou superando limitações técnicas (a gente improvisou muito) e de tempo (trabalhamos sábados e depois da disciplina encerrada) alcançando um resultado tão bom. Mas mesmo se o resultado não fosse tão bom quanto foi, o processo de construção da disciplina foi um aprendizado e demonstrou que acaba sendo melhor quando a gente parte do paradigma da igualdade.

Na avaliação, ao fim da disciplina, percebemos como nos falta ainda espaços de ousadia, e como eles são fundamentais para que a universidade forme professores que produzam mais que reproduzam e que experimentem sair da zona de conforto do livro didático. Finalizando esta exposição, elenco os seguintes aspectos positivos para os que participaram dessa "aventura"[14]:

1. Uma experiência didática que demonstrou na prática que para além do recorte da história da arte, a arte pode veicular História: as fotografias, os filmes, os quadrinhos;
2. Uma experiência com o processo de criação: haikai, música, quadrinhos, filme, fotografia como parte da própria capacidade de criar. Penso que indicou possibilidades de abertura à experimentação como pesquisadores e criadores no campo do fazer historiográfico;
3. Uma experiência com as memórias individuais e familiares, com sujeitos na história como protagonistas; a observação e articulação de suas vidas pessoais e familiares à História do mundo a partir do olhar sobre as escalas históricas, talvez contribuindo para que, como educadores, possam ajudar a reflexão dos que se indagam em sala de aula: O que eu tenho a ver com essa História?

14 Turma de Linguagens Historiográficas, período 2013.2: Giuseppe Emmanuel Lyra Filho, Yanderson Manuel Barreto Vasquez, Victor Braga Gurgel, Felipe Cunha Soares, Paulino Pinto, Carolina Rocha, Damião Oliveira Neto, Helena Henriques, Arlan Beserra Frutuoso Neto, Thais Martins Viana, Lucas Gomes Nóbrega, Janaína Soares da Silva, Marília Cavalcante, Maria Tereza Dantas, Norma Oliveira, Duílio Paes Braga, Raniery Frazão da Silva, Janaína Silva de Oliveira, Felipe Medeiros, Nino Simas.

Aprendizagem e educação histórica: histórico, temas, desafios[1]

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt

1. Introdução

Estudos sobre o tema específico da aprendizagem histórica no Brasil, até o século XXI, estavam restritos às análises do desenvolvimento psicológico das crianças e adolescentes e sua relação com a aprendizagem do conhecimento histórico. Apesar do expressivo desenvolvimento de investigações sobre ensino de história[2], particularmente a partir da década de 1990, o foco em temas históricos tem sido em outras temáticas, principalmente a história do ensino de história, manuais didáticos e currículo.

Em 2008[3], a partir de investigações realizadas em 14 manuais de didática da história destinados a professores, produzidos no Brasil no período de 1917 a 2004, sistematizei diferentes maneiras pelas quais os autores destes manuais sugeriam aos professores como deveriam compreender o processo de aprendizagem da história pelas crianças e jovens. Em todos os manuais, inclusive o publicado em 2004, os fundamentos da aprendizagem estão referenciados na psicologia, como a psicologia genética (Jean Piaget) e o construtivismo (Vigotsky). A relação com a ciência da História varia desde uma superposição conteúdos/formas de aprender/métodos e técnicas

1 Texto produzido no âmbito do Projeto O conceito de aprendizagem histórica e sua relação com a constituição da Didática da História no Brasil e em países ibero-americanos: trajetórias, diagnóstico e perspectivas, aprovado como PDS/Pós-doutorado Senior, sob a supervisão do Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins da Universidade de Brasília (2016), e Bolsa Produtividade 1B-Cnpq (2015-2020).

2 Entre outros estudos, cabe ressaltar os trabalhos clássicos de NADAI, Elza. O ensino de História e a "Pedagogia do Cidadão". In: PINSKY, Jaime. **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988, p.23-29; NADAI, Elza. O ensino de história: trajetórias e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p. 143-162, set. 1992-ago. 1993.

3 Ver SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O aprender da história no Brasil: trajetórias e perspectivas. In: OLIVEIRA, M. M. D.; CAINELLI, M.; OLIVEIRA, A.F.B**. Ensino de História: múltiplos ensinos em múltiplos espaços.** Natal: Editora da UFRN, 2008, p. 9-20.

de ensino, até a ideia de transposição didática (Yves Chevallard[4]) e sua adaptação à natureza axiológica da história. De origem francesa, a proposta da transposição didática é hoje objeto de controvérsias, particularmente em sua aplicação ao campo das ciências humanas, como mostram os trabalhos de Alain Legardez[5]. Ressalte-se que, em 1997/1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) adotaram esta perspectiva, propondo um diálogo entre o saber sábio, como era denominado o conhecimento científico da história, o método da história, principalmente questões relacionadas ao uso das fontes na sala de aula, e a aprendizagem na perspectiva do construtivismo.

Neste momento, 2008, os debates sobre a mudança de paradigma acerca do conceito de aprendizagem histórica já estavam em curso e divulgados em vários países do mundo, inclusive no Brasil. Estes debates constituem o chamado campo da Educação Histórica, cujos pressupostos estão também sendo adotados pelo Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, desde a sua fundação em 2003.

O campo da Educação Histórica se constituiu na Inglaterra, a partir da década de 1960, no bojo dos debates que se travavam entre o que foi chamado o ensino de História Tradicional, baseado na transmissão e/ou transposição dos conteúdos e o ensino chamado, no Reino Unido, de História Nova, fundamentado na distinção entre o ensino do conhecimento substantivo do passado, ou conteúdos e o trabalho com os conceitos metahistóricos que estruturam o discurso dos historiadores (explicação histórica, empatia, narrativa, evidências).

Neste debate, segundo Peter Lee, é importante e necessário superar antigos slogans, como ensino tradicional *versus* ensino progressista, centrada no aluno *versus* centrado no conteúdo, habilidades *versus* conteúdo. Este autor entende a aprendizagem histórica como uma forma de reorientação cognitiva, "em que as crianças aprendem a ver o mundo de maneiras novas e mais complexas, a realização da aprendizagem histórica torna-se algo que transforma a sua visão e permite possibilidades de ação que tinham sido até então – literalmente – inconcebíveis para eles"[6].

4 CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica:** Del saber sábio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique, 2000, p.6.

5 LEGARDEZ, Alain. Transposicion Didaticque et rapports aux savoir: l´exemple des enseignements des questions économiques et sociales, socialement vives. **Revue Française de pedagogie**, v.149, n.1, p. 19-27, 2004.

6 LEE, Peter. **Literacia histórica e história transformativa**. Texto ainda não publicado e cedido

Pode-se afirmar que o campo de investigação em Educação Histórica vem se definindo com suas especificidades próprias, em diferentes países e também no Brasil. Em artigo denominado *Educação Histórica: a constituição de um campo de pesquisa*, de 2011, Geyso Germinari[7] faz uma síntese analítica desse campo de pesquisa, enfatizando a sua importância para o conhecimento das ideias históricas de jovens e crianças e definindo a sua especificidade em relação a outras pesquisas que tomam como objeto o ensino e aprendizagem da História. Essa especificidade vem sendo apontada também por autores como Rüsen[8], Barca[9] e Schmidt[10] e tem como substrato, principalmente, os seus fundamentos baseados na epistemologia da História, especialmente na teoria da consciência histórica, bem como nas pesquisas já realizadas sobre essa temática.

De modo geral, tais pesquisas têm sido motivadas pela necessidade da melhoria da qualidade da aprendizagem histórica e, portanto, do ensino de História, dando origem a várias temáticas como possibilidades de investigação. Atualmente, essas investigações podem ser agrupadas em várias tendências, como aponta análise elaborada por Fuentes[11] sobre estudos realizados em diferentes países. Na mesma direção, a análise de Caimi[12] indica duas tendências predominantes nas investigações sobre a aprendizagem histórica realizadas no Brasil: a primeira reporta-se aos estudos que essa autora denominou de "estudos de cognição", "que tendem mais para a psicologia cognitiva" e o outro, "denominado educação histórica, dialoga mais estreitamente com os referenciais da epistemologia da história"[13]. É justamente nas pesquisas referenciadas na epistemologia

pelo autor em 2016, p. 6. Traduzido por Lucas Pydd Nechi e Marcelo Fronza.

7 GERMINARI, Geyso D. Educação Histórica: a constituição de um campo de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.11, n.42, p. 54-70, jun. 2011.

8 RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, M.A.; BARCA, I. e MARTINS, E.R. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p. 23-40.

9 BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação? In: ARIAS NETO, J. M. (org.). **Dez anos de pesquisas em ensino de História** – VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História. Londrina: ATritoArt, 2005, p. 15-25.

10 SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é essa? In: SCHMIDT, M.A. e BARCA, I. **Aprender História**: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Unijuí, 2009, p. 21-52.

11 FUENTES, Concha. La visión de la historia por los adolescentes: revisión del estado de la cuestión en Estados Unidos y el Reino Unido. **Enseñanza de las ciências sociales – Revista de Investigación**, Barcelona, n.1, p. 55-68, mar. 2002.

12 CAIMI, Flavia Eloisa. Historia escolar e memoria coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: ROCHA, H.; MAGALHÃES, M. e GONTIJO, R. **A escrita da historia escolar:** Memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 65-80.

13 Ibidem, p. 70.

da história e na perspectiva rüseniana, que toma a consciência histórica como um lugar de aprendizagem histórica[14], que se localiza a produção do Grupo de Educação Histórica da Universidade Federal do Paraná, conforme apontam sistematizações feitas por Germinari[15] e Fronza[16].

2. Em direção a mudanças de paradigmas sobre aprendizagem histórica.

A preocupação com o significado da aprendizagem histórica na sociedade contemporânea pode ser exemplificado pela relevância que esta questão tomou no contexto da constituição da União Europeia. Em 1994, o tema foi objeto de discussão em um colóquio promovido pela Comissão de Cultura e de Educação do Conselho da Europa e, neste momento, defendia-se que os estudantes europeus deveriam aprender, por meio dos conteúdos de história, a valorizar a compreensão, a tolerância e a confiança entre os indivíduos e os povos. Isto porque, sem o conhecimento histórico, os indivíduos tornam-se mais vulneráveis à manipulação política ou outra. Assim, segundo as determinações do documento do Conselho de Desenvolvimento e Cooperação Cultural (CDCC), os jovens deveriam adquirir a capacidade intelectual de analisar e interpretar as informações de uma maneira crítica e responsável, de apreender a complexidade dos sujeitos e de apreciar a diversidade cultural[17]. O historiador e pesquisador do ensino de história, o francês Marc Ferro, presente neste evento, afirmava que é preciso "pensar a construção de uma história da Europa que, de um modo ou de outro, leve em conta as diferentes memórias das sociedades (as minorias, os excluídos, etc.) e não omita os conteúdos tabus (os fornos crematórios, os massacres dos Armênios, os dramas da África, etc...)"[18].

Observa-se que, a partir das determinações da conjuntura europeia, a relevância da aprendizagem histórica passa a ser objeto de discussões em eventos e, simultaneamente, torna-se foco importante das investigações que são realizadas na década de 1990, sob a coordenação e/ou supervisão de historiadores. Vale lembrar que pesquisas sobre aprendizagem histórica já

14 RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica**: fundamentos e paradigmas. (Com a contribuição de Ingetraud Rüsen). Curitiba: W. A. Editores, 2012.

15 GERMINARI, Geyso. Educação..., op. cit.

16 FRONZA, Marcelo. **A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos.** Curitiba: Tese de doutorado em Educação/ Universidade Federal do Paraná, 2012.

17 CONSELHO DA EUROPA. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO CULTURAL (CDCC). **L'Histoire et l'apprentissage de l'Histoire en Europe.** Strasbourg (FR), 1996.

18 FERRO, Marc. Conclusions. In**: L'Histoire et l'apprentissage de l'Histoire en Europe**. Conselho da Europa. Comissão de cultura e de educação. Strasbourg (FR), 1996, p. 98.

vinham sendo desenvolvidas, principalmente com foco no desenvolvimento psicológico dos educandos.

2.1 – Aprendizagem histórica como campo da psicologia educacional

Para Fuentes[19], as conclusões dos primeiros estudos sobre a compreensão histórica de crianças, realizados a partir dos preceitos da teoria piagetiana, dentro da psicologia evolutiva, não apontaram muitas saídas para o ensino de História. Como exemplo dessa produção, ela cita os trabalhos de Hallan, na década de setenta, acerca dos processos cognitivos de adolescentes. A partir de respostas recolhidas entre 100 adolescentes de 11 a 16 anos, o autor estabelece determinados estágios de conhecimento e confirma que o pensamento abstrato formal, em História, é mais tardio do que em matemática e ciências naturais, o que apresenta a História como uma matéria difícil de ser entendida, pois é fora da realidade e da temporalidade do aluno[20]. Pesquisas como estas contribuíram para o adiamento do ensino de História em muitos países.

Outros estudos, diz a autora, asseguraram que era possível ensinar História desde o inicio da escolarização, desde que fossem utilizadas técnicas adequadas que propiciassem a compreensão pelos alunos. Essas técnicas seriam fundamentadas em metodologias ativas e que incitassem a utilização do pensamento dedutivo pelos alunos, despertando o interesse pelo passado, indicando que a relação deles com o conhecimento histórico era menos uma questão de maturidade do que da adequação do ensino.

Segundo Peter Lee21, a influência de Piaget nas pesquisas realizadas no Reino Unido, nas décadas de 1960 e 1970, é inegável, mas, algumas pesquisas, deram um passo a mais. De um lado, os trabalhos de Peter Rogers, Edwin Peel e Donald Thompson, da Universidade de Birmingham, que se aproximaram da história como uma forma distinta de conhecimento e procuraram basear-se teoricamente na psicologia de Bruner e Hirst. Um dos debates encetados por este grupo, a partir de suas pesquisas, era que as teorias de Piaget deveriam ser modificadas, se quisessem que elas fossem úteis na compreensão do pensamento histórico das crianças. De outro, o

19 FUENTES, Concha. La visión..., *op. cit*.

20 HALLAN, R. H. Piaget and thinking in History. In: BALLARD, M. **New Moviment in the study and teaching history**. London: Temple Smith, 1971, p. 162-177.

21 LEE, Peter. Horizontes Fundidos? Investigação britânica sobre ideias históricas de segunda ordem em estudantes: uma perspectiva a partir de Londres. **Conferência apresentada no XV Congresso Internacional Jornadas da Educação Histórica**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

grupo liderado por W.H.Burston, do qual passou a fazer parte investigadores como Peter Lee e Denis Shemilt, da Universidade de Londres. Desde o início da década de 1970, desenvolviam estudos sobre a possibilidade da existência de uma estrutura conceitual do pensamento histórico, que serviria como base para a aprendizagem, produzida, principalmente, a partir da filosofia da história, particularmente autores como W.Walsh, Oakeshott, Collingwood, W.Dray e von Wright. Eles procuravam dar continuidade aos estudos centrados em Piaget e Bruner, mas tratando a história como um conhecimento sui generis. Um dos focos enfatizados nestas investigações era como os alunos explicavam as ações históricas. Para Lee, a característica mais importante desta investigação era verificar como se dava

> a mudança lógica do pensamento, para entender a base conceitual da compreensão histórica. Quais foram as ideias de segunda ordem utilizadas pelos alunos? Por exemplo, como constroem o conhecimento histórico: eles têm algo como um conceito histórico de evidência, ou eles tratavam a história simplesmente como uma dada informação?[22]

2.2 – Aprendizagem histórica como desenvolvimento do pensamento histórico de crianças e jovens

A década de oitenta foi o momento em que se destacou, na Inglaterra, a figura de Denis Shemilt[23], um dos mentores do Projeto 13-16, também chamado de Projeto de História Escolar (PHE). Como fundamentação desse Projeto, foram geradas uma série de investigações cujo objetivo era conhecer a trama conceitual que os alunos usam para entender a história, baseando-se na análise de suas reflexões sobre as fontes históricas e a tarefa do historiador, bem como a capacidade que eles têm de transferir o que aprenderam para outros contextos. O instrumento metodológico empregado nesse projeto foram entrevistas individuais e questionários, numa amostra inicial de 500 estudantes de 24 escolas diferentes. Foram consideradas variáveis de seleção referentes a sexo, capacidade intelectual e status social. O objetivo era verificar se havia a influência de métodos de ensino como determinante para a percepção e compreensão do passado. Por isso foi feito um trabalho de campo, em que se compararam as respostas dos alunos que participavam do Projeto com as de alunos que não participavam, chamado grupo de controle.

22 Ibidem, p. 6.

23 SHEMILT, Denis. The Caliph´s Coin: The Currency of narrative Framewords in History Teaching. In: STEARNS, P.; SEIXAS, P.; WINEBURG, S. **Knowing Teaching & Learning History** – National and International Perspectives. London: New York University Press, 2000, p. 83-101.

Partindo também de uma análise comparativa, Shemilt[24] produziu um estudo evolutivo das percepções que os alunos apresentavam sobre os eixos que sustentam o estudo do passado, as fontes históricas e a tarefa do historiador. Esse trabalho de Shemilt comprova a estreita relação que existe entre a visão de história apresentada pelos alunos e a metodologia utilizada pelos professores.

Essas investigações apresentam duas características que merecem destaque. Uma delas é que as categorias norteadoras para a construção dos instrumentos de pesquisa ancoram-se na própria ciência da História. Trata-se, por exemplo, da análise do pensamento histórico dos alunos a partir do contato com as fontes históricas. A outra característica refere-se ao tipo de pesquisa realizada, predominantemente de cunho quantitativo, utilizando estratégias como questionários e entrevistas.

Seguindo a linha de Shemilt, mas na perspectiva da pesquisa qualitativa, estão os trabalhos realizados no final da década de 1980, por Peter Lee[25], no Instituto de Educação da Universidade de Londres no âmbito do Projeto CHATA – Concepções de História e Abordagens de Ensino, também conhecido como projeto 7-14. A partir de suas investigações, esse autor elaborou uma síntese de uma série de estudos que estavam realizando sobre concepções de alunos, como: percepção do passado, evidências históricas e compreensão empática. Seu instrumento metodológico é considerado inovador, pois estimulava os alunos a analisarem uma série de textos, em pequenos grupos, enquanto eram filmados com uma câmara de vídeo. Partindo da análise minuciosa desse trabalho de campo realizado entre 1982 e 1985, Lee estabeleceu níveis de apropriação e compreensão do passado, a partir da interpretação de evidências históricas, encontrando seis níveis diferentes: Nível 1 – Imagens do passado: O aluno se aproxima do passado como se fosse do presente. As evidências são do passado; Nível 2 – Informação: O passado é algo que somente é conhecido pelos especialistas e livros. A evidência é uma informação; Nível 3 – Testemunho: quando há várias fontes e se escolhe o testemunho mais direto; Nível 4 – Cortar e pegar: O aluno pode reconstruir o passado partindo de evidências indiretas; Nível 5 – Evidência em um contexto menor: O passado se deduz a partir das evidências. O historiador deverá interpretar as evidências; Nível 6 –

24 Ibidem.

25 LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. In: BARCA, Isabel. **Perspectivas em Educação Histórica.** Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2001, p. 13-27.

Evidência em um contexto geral: O aluno é capaz de deduzir o passado e demarcá-lo dentro de um contexto histórico.

Outro eixo de investigação também realizada por Lee[26] é a análise que as crianças fazem sobre o comportamento, os sentimentos e os pontos de vista das pessoas de outras épocas, isto é, sobre empatia. Também realizou uma categorização em 4 níveis, seguindo uma hierarquia lógica que leva em consideração a capacidade de entender outras realidades afastadas no tempo: Nível 1 – O passado é presente: o aluno julga o passado a partir de sua perspectiva do presente; Nível 2 – Estereótipo: os alunos tendem a compreender as ações e instituições do passado segundo estereótipos convencionais da atualidade; Nível 3 – Empatia diária: os alunos buscam as explicações das atuações em suas próprias experiências, sem apreciar as diferenças entre as suas próprias crenças e as do passado; Nível 4 – Empatia Restritiva: Os alunos entendem as ações do passado com relação às situações específicas em que elas se encontravam.

Segundo o próprio Peter Lee[27], a partir de 2000, a sua abordagem foi influenciada pelos trabalhos dos historiadores alemães Bodo von Borries e e Jörn Rüsen sobre consciência histórica e resultou na ampliação das análises realizadas em torno do resultado das investigações já feitas, constituindo uma das bases para a construção do seu conceito de literacia histórica.

A partir do diálogo com as investigações realizadas pelo grupo do Reino Unido, um dos trabalhos pioneiros publicado em língua portuguesa é a pesquisa de Isabel Barca[28] sobre os significados que os jovens portugueses dão à "explicação provisória em história". Tendo como referência a filosofia da história, a autora teorizou sobre os critérios de avaliação explicativa, como a consistência explicativa baseada nas ideias de evidência e plausibilidade, além do conceito de objetividade histórica.

Esta historiadora partiu de uma hipótese *a priori* pensada em termos de "um modelo de categorização de ideias", o qual defende, por meio de três níveis principais, vindo "desde um enfoque na verdade da explicação até ao reconhecimento de uma explicação equilibrada e perspectivada". Constatou que a análise de dados revelou uma variedade muito mais complexa e diferente de pensamentos e construtos históricos do que o modelo proposto inicialmente.

Entre os resultados do diálogo entre esta investigadora e o grupo de

26 Ibidem.

27 LEE, Peter. Horizontes..., *op. cit*.

28 BARCA, Isabel. **O pensamento histórico dos jovens**. Braga (PT): Universidade do Minho, 2000.

Peter Lee, está a proposição da metodologia da Aula Oficina[29], fundamentada na proposta da mudança conceitual e na progressão de ideias históricas pelos alunos. Ademais, na Universidade do Minho, Braga (Portugal), o grupo liderado por Isabel Barca tem desenvolvido pesquisas sobre categorias do pensamento histórico, como narrativa[30], interculturalidade[31], evidência[32]. Este grupo tem sido um dos interlocutores do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – LAPEDUH, da UFPR.

Finalmente, cabe ressaltar os trabalhos desenvolvidos pelo grupo canadense, liderados pelo historiador Peter Seixas, que influenciou pesquisas realizadas também nos Estados Unidos. Durante a década de oitenta, nos Estados Unidos, o número de investigações aumentou significativamente, principalmente relacionadas à percepção que os alunos têm do conhecimento histórico, explorando, por exemplo, aspectos ligados às ideias prévias e à dificuldade de compreensão dos conceitos chaves da historia, como mudança, continuidade, causalidade e tempo, bem como a introdução de metodologias alternativas. Um dos trabalhos mais interessantes nesse sentido é o de Levstik[33] que buscou introduzir alternativas didáticas pelo uso da literatura. Tomou como amostra um grupo do 6º ano, com o emprego de literatura histórica, realizando um estudo baseado na observação participante. Os alunos liam os livros e depois eram feitas entrevistas sobre os marcos históricos em que se situavam os textos, bem como era registrada a opinião dos alunos. As conclusões foram otimistas e indicaram que os alunos melhoraram o conhecimento sobre os temas propostos, mostrando maior interesse pelo passado e pela matéria historia. Em sua pesquisa, Levstik concluiu que isso tem a ver com o impacto emocional que os textos proporcionam e com a atuação da professora em sala de aula.

Um dos trabalhos também inovadores dessa época é o de McKeown

29 BARCA, Isabel. Aula oficina: do projecto à avaliação. In: BARCA, Isabel (org.) **Para uma educação histórica de qualidade.** Braga: Universidade de Braga, Instituto de Educação e Psicologia, 2004, p. 131-144.

30 GAGO, Marilia. Um olhar acerca da multiperspectividade em História: ideias de alunos entre os 10 e os 14 anos. In: SCHMIDT, M.A. e BRAGA, Tânia Garcia(orgs.). **Perspectivas de Investigação em Educação Histórica.** Curitiba: UTFPR, 2007, p. 68-88.

31 CASTRO, Julia. Consciência histórica e interculturalidade: dos pressupostos teóricos à investigação sobre as ideias de jovens portugueses. In: BARCA, Isabel (org.), **Estudos de consciência histórica na Europa, América, Ásia e África. Braga**: Universidade de Braga, Instituto de Educação e Psicologia, 2008, p. 65-73.

32 SIMÃO, Ana Catarina. A construção de evidência histórica: concepções de alunos do 3º. Ciclo de ensino básico e secundário. In: BARCA, Isabel (org.). **Estudos...**, *op. cit.*, p. 75-92.

33 LEVSTIK, Linda S. Articulating the Silences: Teachers´and Adolescents´Conceptions of Historical Significance. In: STEARNS, P.; SEIXAS, P.; WINEBURG, S. **Knowing...**, *op. cit.*, p. 284-305.

e Beck[34]. Eles investigaram o conhecimento que um grupo de alunos do 5º ano, que ainda não havia tido o conteúdo Revolução Americana, tinha sobre esse tema, e um outro grupo do 6º ano que já havia estudo esse conteúdo. O objetivo era duplo. De um lado, pretendiam conhecer a percepção que alunos do 5º ano tinham, procurando verificar o peso da informação recebida dos meios de comunicação e da família. De outro lado, o interesse era verificar o que os alunos do 6º ano haviam retido do conhecimento aprendido, como haviam adaptado o novo conhecimento ao conhecimento que já possuíam e se haviam corrigido conhecimentos errôneos que possuíam. Para isso realizaram entrevistas semiestruturadas e construíram mapas conceituais. Como conclusão, afirmaram que os conhecimentos de ambos os grupos está caracterizado por associações simples e pela fata de estruturas conectadas entre si, produzindo muitos erros e confusões. Essas pesquisadoras concluíram que, apesar de receberam instruções e mais informações, os alunos ainda apresentaram um conhecimento fragmentado e isso requer que o professor interfira radicalmente no ensino, para que os alunos aprendam a conectar conhecimentos.

Em 1998 foi realizada uma conferência, na Universidade de Carnegie Mellon, a chamada Conferência de Pittsburg, que passou a ser referência para as discussões relacionadas à aprendizagem histórica. O título do encontro era *Ensinar, conhecer e aprender História* e contou com a participação, entre outros, de Peter Seixas e Sam Wineburg[35]. Entre os objetivos estavam: promover análise e reflexão sobre as atividades de ensino e aprendizagem que se realizavam na aula e também sobre as bases teóricas da prática docente. Também havia a preocupação em sintetizar propostas para futuras investigações sobre a temática, tais como: revisão do currículo de historia universal e sobre as formas de relacioná-lo à história nacional e local; investigações sobre a influência da história escolarizada, dos meios de comunicação e da família nas visões do passado apresentadas pelos alunos; pesquisas sobre a história ensinada na sala de aula; sobre as ideias históricas e das práticas dos professores e a relação com a sua formação[36].

Um dos pesquisadores mais importantes desse grupo é Peter Seixas, que tem trazido contribuições sobre estudos relacionados ao conceito

34 *Apud* FUENTES, Concha. La visión..., *op. cit*.

35 SEIXAS, P.; WINEBURG, S.; STEARNS, P. **History, Memory, Research and the Schools: the Pittsburg Conference. March, 1999**. Disponível em: www.theaha.org/Perspectives/issues/1999. Acesso em janeiro 2012.

36 Ibidem.

de significância histórica[37], e sobre consciência histórica[38]. Na esteira dos seus trabalhos, pesquisas têm sido realizados, particularmente sobre o significado que os jovem têm atribuído a determinados acontecimentos do passado e como isso poderá ajudar o professor a compreender as formas de aprendizagem histórica dos adolescentes. Entre outras contribuições de Seixas[39], estão também os estudos sobre metacognição, ou seja, a importância de se conhecer a maneira pela qual os alunos relacionam novos conhecimentos com os conhecimentos que já possuem e os estudos sobre as relações que se estabelecem no pensamento dos alunos e que dizem respeito aos sujeitos históricos, a empatia, os juízos morais e os sentidos que eles conferem às ações de sua vida prática, a partir do conhecimento histórico adquirido.

Entre os objetivos de Seixas não estava estabelecer níveis de significância ou de empatia, mas usar esses elementos para explorar a interação da família e da escola como fontes de conhecimento histórico. Para isso, ele realizou um trabalho de campo, em 1991, baseado na observação participante e em entrevistas semiestruturadas, com um grupo de alunos que participavam de uma sala de história oral dedicada a indagar o passado a partir de perguntas a seus familiares. Eram alunos de uma escola secundária de baixo e médio nível sócio-econômico e que 75% deles tinham o inglês como uma segunda língua e, portanto, a multiculturalidade era uma realidade.

Partindo da análise das reflexões sobre significância, empatia e dos conhecimentos históricos gerais, ele adverte que é muito relevante o impacto das experiências familiares para percebermos como os alunos entendem a história. Isso se torna um problema quando não se integra ao conhecimento ensinado o conhecimento proveniente do mundo social dos alunos. Por isso ele defende que a escola deve partir do estudo das ideias prévias dos alunos.

Seguindo a mesma linha de Seixas sobre multiculturalidade, Epstein[40] realizou uma pesquisa sobre a construção de diferentes explicações históricas por parte de alunos com influências sociofamiliares diversas. O objetivo era verificar se, recebendo a mesma formação escolar, alunos de procedências diferentes (afroamericanos ou não) explicavam o passado, considerando

37 SEIXAS, Peter. Mapping the terrain of Historical significance. In: **Theory and Research in Social Education.** Columbia: National Council for the Social Studies, v.61, n.1, p.22-27, 1997.

38 SEIXAS, Peter. Students Teachers thinking historically. In: **Theory and Research in Social Education.** Columbia: National Council for the Social Studies, v.26, n.3, p. 310-341, Summer 1994.

39 SEIXAS, Peter. Mapping..., *op. cit*.

40 EPSTEIN, Terrie. **Interpretating National History**: Race, Identity and Pedagogy in Classrooms and Communities. New York: Routledge, 2009.

acontecimentos e personagens históricos diferentes, e também analisar seus pontos de vista sobre a veracidade e credibilidade das fontes secundárias. Ela constatou algumas diferenças significativas, principalmente no que diz respeito a fontes. Os alunos afroamericanos confiam mais na família para conhecer o passado, apontando razões como – porque eles viveram isso. Ela observou que eles não indicavam nenhuma relação com a história que aprendiam no colégio. Ao contrário, os alunos anglo-americanos consideravam o manual didático como a melhor maneira de saber sobre o passado, porque neles está sempre a verdade e não consideram a família como fonte para o conhecimento do passado.

Ainda na esteira dos estudos de Seixas, Barton e Levstik[41] fizeram análise da significância da história dos EUA baseando-se no estudo das percepções de um grupo de alunos de 11 e 17 anos (6º.e 9º anos). O objetivo era verificar como os alunos avaliavam o significado da história do seu país e como usam esse conhecimento do passado para criar uma identidade coletiva. Fizeram uma série de entrevistas em pequenos grupos do mesmo sexo, nos quais apresentaram uma série de 20 fotografias sobre acontecimentos históricos diversos. Depois de um tempo para reflexão, incitaram os alunos a analisar as oito imagens que consideravam mais representativas e as que definiam melhor sua visão do passado, para depois colocá-las numa linha de tempo cronológica. Depois da transcrição e catalogação das respostas por temas, os pesquisadores advertiram que as fotografias mais representativas para os alunos eram aquelas ligadas à origem e desenvolvimento dos EUA como entidade politica e social. Eles concluíram que há grande influência do meio sociofamiliar e cultural, o que pode entrar em contradição com a história escolarizada, provocando uma falta de compreensão e uma aprendizagem parcial e pouco significativa.

2.3 – Aprendizagem histórica como formação da consciência histórica de jovens e crianças

No final da década de oitenta, ao fazer um balanço sobre a relação entre a história e a didática da história na Alemanha, Rüsen[42] indicou quatro questões que, à época, se colocavam como temáticas importantes para a investigação na área do ensino de história e, especificamente, para as relações com a aprendizagem histórica: a metodologia do ensino, as

41 BARTON, K.; LEVSTIK, L. S. **Teaching History for the Common Good**. New York: Routledge, 2004.

42 RÜSEN, Jörn. Didática..., *op. cit.*

funções e usos da história na vida pública, o estabelecimento de metas para a educação histórica nas escolas e a verificação se estas têm sido atingidas, e a análise geral da natureza, função e importância da consciência histórica. Atualmente, discussões sobre essas temáticas têm norteado o desenvolvimento de pesquisas no campo da Educação Histórica em vários países. Cabe destacar aqui, como exemplo, as investigações de Barca (2011)[43] sobre a avaliação da aprendizagem em história.

No processo de unificação da Alemanha, nos anos 1980, houve uma aproximação entre diferentes especialistas em ensino de história, de tendências mais progressistas e mais conservadoras e, "esta aproximación cristalizó en la acaptación generalizada de la categoria de 'consciencia histórica' como categoria central de la didáctica de la historia"[44]. A partir desse momento, a categoria "consciência histórica" passou a ser entendida como competência subjetiva do pensamento histórico e também como objeto de conhecimento. Ademais, tendo como referência os trabalhos de Jörn Rüsen, a categoria "cultura histórica" foi introduzida nos debates sobre a didática da história.

Uma das principais investigações realizadas no mundo europeu, tendo como referência a categoria da consciência histórica, foi a pesquisa *Youth and History – A comparative European Survey on Historical Consciousness and Political Attitudes Among Adolescents*[45]. Cabe observar que o projeto *Jovens e a História* foi uma pesquisa de natureza quantitativa, realizada em 27 países da Europa, incluindo também Israel e Palestina, em cerca de 32.000 jovens, com idade entre 14 e 15 anos, entre os anos de 1994 e 1995. Trata-se de pesquisa com objetivos e questões definidas e acordadas com e entre pesquisadores dos diferentes países, predominantemente relacionada ao contexto da constituição da União Europeia. Foram selecionados 27 países: Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlância, Estônia, Lituânia, Rússia, Ucrânia, Polônia, Hungria, República Checa, Eslovênia, Croácia, Bulgária, Grécia, Turquia, Israel, Comunidade Palestina, Portugal, Espanha, Itália, Tirol (Sul-

43 BARCA, Isabel. La evaluación de los aprendizajes en historia. In: MIRALLES, Pedro; MOLINA PUCHE, Sebastián; FERNANDEZ, Antoni Santisteban. **La evaluación en el proceso de enseñaza y aprendizaje de las ciencias sociales - Vol. 1**. Murcia-ESP: Associación de Profesores Universitarios de Didáctica de las Ciencias Sociales, 2011, p. 107-123..

44 JUNG, H.; STAEHR, G. Didáctica de la Historia y enseñanza de la Historia en la Alemanha unificada. **Revista Conciencia Social.** Anuário de Didáctica de la Geografia, la Historia y otras Ciencias Sociales. Fedicaria. Madrid: Akal, n.2, 1998, p. 138.

45 ANGHIVIK, Magne; von BORRIES, Bodo. **Youth and History** – A comparative European Survey on Historical Consciousness and Political Attitudes Among Adolescents. Hamburg: Edition Körbe-Stiftung, 1997.

Italiano), Alemanha, Grã-Bretanha-Escócia, França, Holanda, cada um com um coordenador responsável. A realização e análise dos dados ficou a cargo dos representantes de cada país e a sistematização em publicação ficou sob a responsabilidade dos principais coordenadores da pesquisa, o norueguês Magne Angvik e o alemão Bodo von Borries.

A presença de diferentes países da Europa e do Oriente Médio encontrava justificativa na necessidade de se aferir, a partir da teoria da consciência histórica, questões relacionadas à orientação no tempo e aceitação de diferenças culturais, tolerância, em contextos de países influenciados por conflitos de todos os tipos. Ademais, face aos interesses e demandas da constituição da União Europeia, era fundamental verificar se e como a categoria supranacional de Europa está presente e/ou como estava presente na consciência histórica destes jovens. A inclusão de países europeus orientais pós-socialistas (Bulgária, Lituânia, Estônia, Ucrânia, Rússia), bem como de países da Europa central pós-socialista (Hungria, Eslovênia, Croácia, Polônia e República Checa) teve intrínseca relação com a finalidade de se investigar as diferenças que estes jovens tinham (ou não) em relação ao passado socialista, bem como entre eles e os outros jovens investigados.

Entre as conclusões aferidas após análise comparativa dos dados obtidos pela investigação realizada em jovens de 28 países europeus, algumas proposições para futuras pesquisas merecem destaque:

Quadro 1 –

Proposições para futuras pesquisas sobre aprendizagem e formação da consciência histórica.

TEMAS	SUBTEMAS
Relações entre a história científica e a história pública:	Demandas de novas investigações: verificar contraposição entre as categorias presentes na investigação e os dados empíricos; analisar a mediação da ciência na vida prática dos jovens; novas demandas, como a presença da relação entre consciência e emoção e do subconsciente; relações com a aprendizagem em museus.

Comparação entre diferentes propostas curriculares nacionais.	Investigações a partir de elementos combinatórios dos conteúdos curriculares; de elementos comuns e de elementos em conflito; da relação entre os conteúdos factuais presentes e as tradições historiográficas; estudos temáticos de questões relevantes.
Estruturas lógicas das operações históricas de produção de sentidos:	1. Investigações acerca das mudanças presentes como motores de revisão do passado; perspectivas de oposições ou complementações necessárias; fatos básicos, grandes narrativas ou habilidades fundamentais; reconhecimentos mútuos. 2. Pesquisas sobre a História como ciência e com um significado de orientação. 3. Investigações sobre: finalidades do ensino de história; história como lealdade ou equilíbrio; especificidades dos conceitos e dos preconceitos; aprendizagens dos adultos e dos adolescentes.

Fonte: Adaptado pela autora de : ANGVIK / von BORRIES, 1997/ A, p.19-601

A partir desta pesquisa de natureza quantitativa, outras investigações, de natureza qualitativa, passaram a ser realizadas, em diferentes países, como as pesquisas que procuravam investigar as ideias de jovens e crianças com relação à história.

Em consonância com as investigações realizadas em diferentes países, a partir de 2000, o grupo de Educação Histórica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná passou a desenvolver pesquisas que deram origem a dissertações e teses, as quais serão tomadas como fontes, no período entre 2002 e 2014. É importante destacar que a apreensão, por parte do grupo do LAPEDUH, das investigações realizadas pelo grupo inglês e pelo grupo português, tem sido matizada pela interlocução com a obra de Jörn Rüsen, mediada, principalmente pela influência de Estevão Martins (UnB), e pelo diálogo com o próprio Rüsen, particularmente a partir de 2010. Cabe destacar que há outros grupos no Brasil que têm desenvolvido trabalhos e pesquisas sobre estas temáticas em outros programas de pós-graduação, seja em diálogo com o LAPEDUH e o

1 Ibidem.

grupo português, como o grupo da UEL, sob a liderança da investigadora Marlene Cainelli, ou pela relação com a Didática da História, como os trabalhos de Luis Fernando Cerri (UEPG) e Kátia Abud (USP).

3. Temáticas, questões e possibilidades da aprendizagem histórica: a experiência do LAPEDUH/PPGE/UFPR

Como plano de trabalho de suas investigações de pós-doutorado, realizado na Universidade Nova de Lisboa, Schmidt [2] fez uso do conceito histórico sociológico de juventude e articulou essa ideia com investigações do cotidiano escolar e a consciência histórica de jovens alunos portugueses e brasileiros, utilizando observações de aulas e questionário, tendo como orientação o projeto *Youth and History*[3]. Foram analisadas as respostas de cento e setenta e nove estudantes brasileiros e portugueses com 15 a 17 anos de idade. Como resultado desta investigação, foi detectado que os jovens brasileiros, assim como os europeus entendem que o conhecimento histórico diz respeito à compreensão de sua realidade. Ademais, para esses sujeitos, ela é "fonte de emoções e aventuras que fascina e estimula a imaginação"[4]. A perspectiva historicista, baseada na identidade nacional, também está muito presente na consciência histórica desses jovens, pois também é a visão presente na cultura escolar seja na forma de currículos e livros didáticos, seja nas aulas dos professores.

Partindo do pressuposto básico de que a consciência histórica é o lugar da aprendizagem, as investigações têm tido a preocupação com questões que envolvem a definição, a conceituação, a elaboração, investigar as funções, abordar as condições, forças motrizes e consequências das ideias históricas presentes na cultura escolar, seja nas ideias de professores e alunos, seja em outros lugares da cultura escolar, como os manuais didáticos.

Desde então, os trabalhos que vêm sendo realizados pelos investigadores ligados ao LAPEDUH constituem um conjunto diversificado de produtos, os quais podem ser incluídos em diferentes situações de investigação. Um conjunto de produtos deriva de situações particulares de investigações que envolvem, principalmente, séries sistematizadas de reflexões e especulações acerca de determinados objetos relacionados ao ensino de História, como a análise das ideias históricas de alunos

2 SCHMIDT, M. A. Jovens brasileiros e europeus: identidade, cultura e ensino de historia (1998-2000). **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n.especial, p. 163-182, jul.-dez. 2002.

3 ANGHIVIK, Magne; von BORRIES, Bodo. **Youth...**, *op. cit.*

4 SCHMIDT, M. A. Jovens..., *op. cit.*, p. 199-200.

e professores, bem como de suas relações com as ideias históricas em currículos e manuais didáticos. Desse conjunto fazem parte vários trabalhos realizados, alguns publicados e outros em fase de publicação, produzidos por professores de História do ensino fundamental e médio do Paraná, que constituem o Grupo de Educação Histórica do LAPEDUH. Estes trabalhos foram publicados em Anais de Simpósios Nacionais da ANPUH (Associação Nacional de História), no Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, no ENPEH (Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História), nos Seminários Brasileiros de Educação Histórica e no Congresso Internacional Jornadas de Educação Histórica.

Nesta mesma direção, emerge uma outra situação na qual podem ser contextualizados os trabalhos produzidos a partir de esforços intencionais de investigação, que supõem uma adequação teórica e metodológica, uma delimitação de campos e objetos de pesquisa, bem como uma finalidade em termos de sua significância social na área educacional. Exemplos dessa produção podem ser encontrados nas dissertações e teses produzidas no âmbito da Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

Indica-se, aqui, a pertinência de investigações "em escolas", as quais têm como objeto o "ensino de" e, portanto, pautam-se no repertório da ciência de referência e seu ensino específico, mas também encetam um diálogo mais próximo com perspectivas teórico-metodológicas empíricas da pesquisa educacional, como aquelas de cunho antropológico e sociológico. Tais investigações podem contribuir, na opinião de Cuesta Fernández[5], para ajudar a compreender a construção do "código disciplinar" da História, apreendido a partir de pesquisas e reflexões acerca de como os "textos visíveis", currículos e manuais, por exemplo, e "textos invisíveis", as ideias e as práticas culturais de jovens e crianças, se concretizam em experiências escolares, tendo como referência o estado atual da ciência e sua relação com os modos de educar de cada sociedade e suas múltiplas determinações.

Os resultados dessas investigações indicam a opção pelo campo da Educação Histórica, mas com o foco preciso nas situações de escolarização, por exemplo, em estudos na sala de aula, tornando-a o centro de referência para estudos como os de currículo e eficiência do ensino e da aprendizagem e também procurando os processos que têm lugar na sala de aula. Algumas

5 CUESTA FERNÁNDEZ, Raimundo. **Sociogênesis de una disciplina escolar**: la História. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997; CUESTA FERNÁNDEZ, Raimundo. **Clio en las aulas**. Madrid: Akal, 1998.

referências para o estudo dos processos de escolarização e das relações dos sujeitos com o conhecimento em situações de escolarização estão pautadas nas propostas da pedagogia de Freire[6] e no campo da sociologia da experiência, particularmente os trabalhos de Dubet e Martuccelli[7] e Charlot[8]. Esses trabalhos tratam de investigações que englobam temáticas como relações de gênero e ensino, questões de identidades e ensino, exclusão/inclusão e ensino, bem como a especificidade das relações dos sujeitos com o conhecimento escolar, na dimensão da cultura e da sua relação com os processos de escolarização.

Os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos propõem um diálogo com as metodologias de investigação qualitativa, na área educacional. Nessa direção, orientam-se, principalmente, em dois pressupostos. O primeiro deles parte da referência à investigação de natureza qualitativa, enquadrando-se na perspectiva de Eisner[9], da "indagação qualitativa". Para esse autor, a "indagação qualitativa" procura entender o que os professores e os alunos fazem e os grupos em que trabalham, bem como trabalham. Assim, segundo Eisner, para se alcançar esses objetivos, "é necessário prestar atenção às escolas e às aulas, observa-las e utilizar o que vemos como fonte de interpretação e valoração"[10]. O segundo pressuposto baseia-se na perspectiva da "construção social da escola"[11] e, por isto, a escola passa a ser considerada o lugar de onde partem as perguntas iniciais das atividades e investigações, como: o que acontece em aulas de História? Como ocorrem as mudanças? Como se processa ali o ensino? Que tipos de relações os sujeitos estabelecem com o conhecimento histórico? Quais são ou como professores e alunos elaboram a sua compreensão sobre as ideias históricas? Que significados o conhecimento histórico tem para os sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem? Como jovens e crianças reagem aos processos de produção do conhecimento histórico ? Qual o resultado do conhecimento histórico na formação da consciência histórica de jovens e crianças?

6 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

7 DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. **En la escuela**: Sociologia de la experiência escolar. Buenos Aires: Losada, 1998.

8 CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

9 EISNER, E. W. **El ojo ilustrado**: Indagación cualitativa y mejora de la práctica educativa. Barcelona: Paidós, 1998.

10 Ibidem, p. 28.

11 ROCKWELL, Elsie. **La experiência etnográfica:** Historia y cultura en los processos educativos. Buenos Aires: Paidós, 2011.

4. A educação histórica por ela mesma

4.1 – O que dizem as pesquisas

Resultados das pesquisas já realizadas no campo da educação histórica indicam várias questões a serem levadas em consideração no que se refere à aprendizagem das crianças e jovens, seja em ambiente escolar ou outros ambientes de aprendizagem, como museus e arquivos.

1. Mudanças na relação entre aprendizagem e ensino de história.

Definitivamente, os professores de história sabem que devem abandonar o pressuposto de que aprender história significa acumular conhecimentos, mesmo que adotando metodologias ativas e lúdicas. Ademais, também sabem que aprender história não é manter-se no nível do senso comum ou adquirir bom senso a respeito das questões do passado. As investigações acerca da aprendizagem de conceitos substantivos e conceitos metahistóricos sugerem que, subjacente ao conteúdo da história, estão ideias sobre como podemos conhecer o passado, dar conta dele e explicar o que se passou nele. Segundo Peter Lee, um aviso dado pelo Projeto *How Students Learn*[12], realizado pelo Conselho Nacional de Pesquisas/Divisão de Ciências Sociais e Educação da Academia Nacional dos Estados Unidos, em 2005, que foi coordenado por Susanne Donovan e John Bransford, do qual ele participou no tema "History in the Classroom"[13], é que as ideias históricas que os alunos trazem para a sala de aula precisam ser identificadas e trabalhadas, sob pena de que a aprendizagem histórica não se concretize de maneira eficiente.

2. As ideias históricas de crianças e jovens podem ser tornadas cada vez mais complexas.

Especialmente os estudos sobre progressão de ideias em alunos, indicam que alunos de 7 anos podem desenvolver ideias poderosas ou complexas sobre evidências. Da mesma forma, alunos de 14 anos podem ter dificuldades em relação a isto. Assim, também modelos de progressão

12 Uma síntese dos resultados deste projeto foi publicado no Brasil. Ver: **Como as pessoas aprendem**: cérebro, mente, experiência e escola. Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora Senac, 2007.

13 LEE, Peter. Putting principles into practice: Understanding History. In: DONOVAN, Suzanne; BRANSFORD, John D. (eds). **How Students Learn**: History in the classroom. Washington, DC: The National Academies Press, 2005.

podem ser construídos para alguns conceitos de segunda ordem, como explicação histórica, evidência e significância histórica. Eles mostram ideias que podem ser encontradas entre os alunos e de que forma elas podem ser modificadas. No entanto, como afirma Lee[14], não podem ser considerados como "escada", mediante a qual os alunos se deslocam de um degrau para o próximo; eles podem pular degraus. Resultados destas pesquisas podem permitir aos professores se perguntarem que desafios serão apropriados para os seus alunos.

1. Em direção a um conceito de literacia histórica ou como ensinar a pensar historicamente.

A partir das investigações já realizadas pelos diferentes grupos e, fundamentado em pressupostos da filosofia da história e, principalmente no fato de que a consciência histórica é ponto de partida e de chegada da aprendizagem histórica, Peter Lee propõe o conceito de Literacia Histórica[15]. Tendo como referência a ideia de literacia histórica, aprender história significa transformar informações em conhecimentos, apropriando-se das ideias históricas de forma cada vez mais complexa, no sentido da construção de uma literacia histórica, ou seja, do próprio processo de alfabetização histórica significativa. O conceito de literacia histórica entende que a finalidade do ensino de História é levar à população os conteúdos, temas, métodos, procedimentos e técnicas que o historiador utiliza para produzir o conhecimento histórico, ressalvando que não se trata de transformar todas as pessoas em historiadores, mas de ensinar a pensar historicamente. Isto implica em aprender a saber como dialogar com outras pessoas que viveram em outras épocas e lugares, procurando conhecer como elas viveram, o que fizeram, por que fizeram, quais eram suas lutas e seus problemas.

4. Aprendizagem histórica como formação da consciência histórica.

Por outro lado, resultados de pesquisas cujo foco é principalmente o estudo da consciência histórica de crianças e jovens, referenciadas em Jörn Rüsen (como Alves[16] e Fronza[17]), indicam que a literacia histórica tem como

14 LEE, Peter. Horizonte..., *op. cit*.

15 LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, Número especial, p. 131-150, 2006. Ver também: BARCA, Isabel. Literacia..., *op. cit*.

16 ALVES, Ronaldo Cardoso. **Aprender história com sentido para a vida**: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses. São Paulo: Tese de doutorado em Educação/Universidade de São Paulo, 2011.

17 FRONZA, Marcelo. **A intersubjetividade...**, *op. cit*.

finalidade a aprendizagem para a formação da consciência histórica mais complexa. Isto significa que a consciência histórica é o ponto de partida e de chegada para o ensino de história, que deve ter por objetivo a formação de uma consciência histórica que supere formas tradicionais e exemplares da consciência histórica, responsáveis pela consolidação de narrativas baseadas em organizações lineares do tempo, bem como as visões de que a história é a mestra da vida. Ao mesmo tempo, busca-se também evitar a formação de consciências críticas pautadas em narrativas que rompem com qualquer possibilidade de rever o passado. O objetivo é uma consciência crítico-genética, onde a relação presente e passado seja fundamentada em narrativas mais complexas, que se prestem a uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios como a liberdade, democracia e direitos humanos. A formação da consciência histórica, finalidade principal do ensino de história, leva em consideração que tanto os professores, como os alunos, fazem parte de um coletivo e de um tempo social. Tanto as investigações de Alves[18], como as de Fronza[19], são indiciárias de que as três dimensões da aprendizagem histórica sugeridas por Rüsen[20]: Experiência, Interpretação e Orientação estão sempre intimamente relacionadas, pois não existe experiência histórica sem significado ou orientação histórica sem experiência, o que implica em algumas consequências**.** Uma delas é o fato de que nunca se pode dissociar a aprendizagem histórica do sujeito que aprende, por exemplo o jovem e a cultura jovem e, portanto, a dinâmica da aprendizagem não se realiza quando a história é ensinada como algo dado. Assim, saber história não é a mesma coisa que pensar historicamente correto, pois o conhecimento histórico que é apenas apreendido como algo dado, não desenvolve a capacidade de dar significados para a história e orientar aquele que aprende de acordo com a própria experiência histórica.

4.2 - Novas questões de investigação

A agenda temática de investigações, sugeridas após a análise dos resultados da pesquisa Os Jovens e a Consciência Histórica, ainda não foi cumprida de forma satisfatória, seja sob a égide da pesquisa quantitativa, ou da pesquisa qualitativa. Ademais, as investigações de cunho qualitativo, realizadas no Reino Unido, Estados Unidos, Portugal e Brasil, sugerem algumas questões a serem aprofundadas, tais como: explorar como os

18 ALVES, Ronaldo Cardoso. **Aprender...**, *op. cit.*
19 FRONZA, Marcelo. **A intersubjetividade...**, *op. cit.*
20 RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem...**, *op. cit.*

alunos constroem narrativas significativas sobre longos períodos da história, relacionando passado, presente e futuro, investigando os pressupostos que os levam a construir suas narrativas de determinadas formas e não de outras. Outra temática instigante refere-se à importância de se investigar diferentes influências, como as da mídia, da família, da internet na maneira pela qual as crianças e jovens se relacionam com a História.

Uma área que, segundo Lee[21], tem sido negligenciada nas investigações, refere-se à exploração das disposições que sustentam a História, por exemplo, o respeito pelas pessoas do passado, a preocupação com a validade do argumento com base em evidências, "nós sabemos pouco ou nada sobre quão longe, em sua totalidade, os alunos adquirem estas disposições especificamente históricas em seu estudo de História. Este tipo de agenda pode ligar utilmente com aspectos da abordagem de Rüsen, a História e o raciocínio moral"[22].

Questões como estas remetem a duas tendências presentes, atualmente, nos debates sobre a Educação Histórica. O primeiro, na esteira dos trabalhos de Peter Lee, aponta a necessidade de se qualificar a aprendizagem histórica a partir do conceito de História Transformativa, isto é, levar em consideração o conjunto de questões que dizem respeito à preocupação de que, em que medida e em que aspectos a aprendizagem histórica e, portanto, o ensino de história, transforma a maneira com que os alunos são capazes de ver o mundo em que vivem. Neste sentido, para Lee, seria importante manter perguntas como: até que ponto o conhecimento histórico muda as ideias dos estudantes sobre as respostas adequadas para os problemas diplomáticos, políticos, econômicos, ambientais e culturais atuais? E quanto tempo estas mudanças podem durar?

O segundo, nas trilhas do pensamento rüseniano, aponta para a importância de se pensar a formação da consciência histórica na perspectiva de uma didática humanista da história, pois

> o trabalho da didática da história não pode ser entendido ou desenvolvido sem uma consciência de seu papel na cultura histórica de seu tempo. Ele tem de perceber e de responder aos desafios da orientação histórica, especialmente no que diz respeito ao aprendizado histórico e sua realização em diferentes instituições, principalmente na escola[23].

21 LEE, Peter. Horizontes..., *op. cit.*

22 Ibidem, p. 25.

23 RÜSEN, Jörn. **Humanismo e didática da história**. Curitiba: W.A Editores, 2015, p. 19.

Tais pressupostos instigam novas temáticas a serem debatidas, como o próprio significado da Didática da História, seu escopo teórico, natureza e dimensões. Tais estudos demandam, por exemplo, análises comparativas acerca da construção do código disciplinar[24] da história em diferentes países e momentos históricos, bem como suas interfaces com questões contemporâneas, por exemplo, na perspectiva do "Novo Humanismo" de Jörn Rüsen.

4.3 - Problemas a serem enfrentados

Finalmente, aponta-se algumas questões a partir da análise de como o campo da Educação Histórica pode, no momento atual de sua trajetória, pensar a si mesmo a partir de problemáticas que surgiram de sua própria trajetória.

4.3.1 – Subordinação da aprendizagem histórica à formação para a cidadania: Em alguns países em que teorias ou pressupostos da Educação Histórica foram divulgados, há uma tendência em construir processos de fusão entre o ensino de história e a educação para a cidadania ou educação cívica. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento histórico pode ser um suporte para a coesão social e/ou para ressurgimentos nacionais, seja em nome da diversidade ou da pressão da imigração, levando à busca da constituição de uma gama de valores comuns da história nacional. A aprendizagem da história, subordinada ao ensino para a cidadania, é importante e fundamental para se atingir as metas da cidadania.

4.3.2 – Transformação do desenvolvimento do pensamento histórico e da formação da consciência histórica em desenvolvimento de competências - Por outro lado, o contexto da globalização, da emergência competitiva de alguns países, da expansão dos mercados, desenvolveu-se a tendência de simplificação das propostas curriculares "em um esforço para assegurar que as competências exigidas pelas empresas podem encontrar espaço na escola. Apesar de falar de uma economia do conhecimento, a pressão sobre o currículo parece ser para as escolas treinarem mão de obra eficaz"[25]. Neste sentido, abre-se espaço nos currículos para integração da história em humanidades e a justificativa para isto, geralmente, é feita pelo apelo à "eficiência" em um mundo competitivo, mas também pode evocar condescendência sobre o que os alunos se interessam, podem lidar ou

24 CUESTA FERNÁNDEZ, Raimundo. **Clio...**, *op. cit.*
25 LEE, Peter. **Literacia...**, *op. cit.*, p. 2.

podem necessitar de autonomia e desenvolvimento pessoal – "os últimos argumentos por vezes evidenciam hostilidade às 'disciplinas escolares'"[26].

4.3.3 – Literacia histórica e/ou formação da consciência histórica – Há uma década, o conceito de literacia histórica, ainda que provisoriamente, ganhou visibilidade no Brasil, com a tradução e publicação de dois artigos clássicos: *Em direção a um conceito de literacia histórica*[27] e *Literacia e consciência histórica*[28]. A partir da filosofia da história, particularmente da matriz do pensamento de Jörn Rüsen, o historiador e filósofo inglês Peter Lee sinalizou com a ideia de que a história é contra-intuitiva e sintetizou os pressupostos da literacia histórica em três componentes principais que todos os alunos deveriam aprender: que o conhecimento histórico somente é possível por meio do conceito de evidência; que as explicações históricas podem ser contingentes ou condicionais e que a explicação de ações requer a reconstrução das crenças do agente sobre a situação, valores e intenções relevantes; que as considerações históricas não são cópias do passado, mas que podem ser avaliadas como respostas para questões em termos (ao menos) do documento que elas explicam, seus poderes explicativos e sua congruência com outros conhecimentos[29]. Na mesma direção, a historiadora portuguesa Isabel Barca considerava a literacia histórica como um conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado, associado ao desenvolvimento da consciência histórica, afirmando que

> esta necessidade de orientação temporal exige identificações múltiplas, a várias escalas (do local ao global), e a consideração de pontos de vista diversificados, apresentados quer por historiadores, quer por outras fontes para a História[30].

As perspectivas destes autores sugerem importantes inovações para o campo do ensino de História e necessitam ser incorporadas como indicativos para mudanças na prática de ensino. No entanto, a categoria da interculturalidade trouxe novos e complexos desafios para a Educação Histórica na sociedade brasileira. Nas contribuições de Paulo Freire para uma concepção de educação e de Jörn Rüsen para a didática da história, podemos encontrar a possibilidade de superação de uma interculturalidade

26 Ibidem, p. 3.

27 LEE, Peter. Em direção..., *op. cit.*

28 BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, n.especial, p. 93-112, 2006.

29 LEE, Peter. Em direção..., *op. cit.*, p. 136.

30 BARCA, Isabel. Literacia..., *op. cit.*, p. 93.

funcional, fundamentada no conceito tradicional de cultura e construir uma interculturalidade *crítica*. Assim, encontramos elementos que permitem questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da História entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, entre outros. Ademais, possibilitam fundamentar uma interculturalidade que encaminhe para a construção de uma sociedade que assuma as diferenças como constitutivas da democracia e seja capaz de construir relações novas e verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, como uma utopia que signifique o real emponderamento de todos e todas que foram historicamente explorados.

PARTE III

30 anos de *O Regionalismo Nordestino*, de Rosa Godoy

O Regionalismo Nordestino: acontecimento e dívida

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Acontecimento

Quando um historiador é chamado a falar sobre um livro, sobre um texto, sobre um discurso, deve tratá-los como aquilo que são: deve tomá-los como um acontecimento. Entendendo por acontecimento qualquer evento que ocorre em um dado e preciso tempo, que significa, de algum modo, uma ruptura, uma cesura, um abalo, uma descontinuidade, um deslocamento, uma divergência no tecido social, na ordem social, nas formas de pensar, de entender, de simbolizar ou imaginar o mundo, de dizê-lo e explicá-lo, no regime de práticas, nos hábitos, nos costumes, nos valores, nos códigos e regras que definem uma dada estrutura social. O acontecimento é como uma pedra atirada ao lago, para além de seu estrépito inaugural e passageiro, ele continua atuando através das ondulações, dos círculos cada vez mais alijados de si mesmo que faz emergir na superfície do social. Para além da temporalidade imediata de sua irrupção, o acontecimento implica o acúmulo de condições de possibilidade que o vem tornar efetivo e os desdobramentos futuros onde sua energia se dispersa. Embora venha aparecer em um dado presente, um acontecimento implica um dado passado e se projeta sobre um dado futuro, o acontecimento implica o encontro dos tempos, de múltiplas temporalidades que se articulam e, ao mesmo tempo, divergem, se implicam e se complicam.

Em 1984, há trinta anos atrás, portanto, num momento preciso, veio a público, pela editora Moderna, o livro escrito pela historiadora Rosa Maria Godoy Silveira, *O Regionalismo Nordestino*, tornando-se de imediato um acontecimento no campo da historiografia sobre o Nordeste[1]. O texto, na verdade, fora gestado entre o final da década de setenta e o início da década de oitenta do século passado, sendo originalmente uma tese de doutorado em História apresentada na Universidade de São Paulo, no ano de 1981, sob a orientação da professora Suely Robles Reis de Queiróz, para uma banca

1 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino.** São Paulo: Moderna, 1984.

composta pelos professores Carlos Guilherme Mota, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Pasquale Petrone e José Ribeiro Júnior. A tese, assim como o livro, se propunha a, segundo o prefácio escrito por sua orientadora, "rastrear as elaborações ideológicas regionalistas a partir da segunda metade do século XIX, através da área açucareira representada pelas províncias de Pernambuco e da Paraíba"[2]. O tema central do trabalho seria, nas palavras da própria autora, "a percepção da classe dominante das províncias de Pernambuco e Paraíba sobre o seu lugar no espaço, na segunda metade do século XIX, diante do impacto do processo modernizador". Tratava-se, pois, ainda segundo a autora, "em sentido mais amplo, de apreender a 'ideologia do espaço' referente a uma parte da hoje denominada região Nordeste e caracterizar o processo de articulação entre os vários espaços (as chamadas 'regiões') da formação social brasileira"[3].

Se a vinda a público da obra *O Regionalismo Nordestino* é um acontecimento daquele ano de 1984 e se, como vimos, a produção do texto se estendeu por um período imediatamente anterior a esta data, como historiador devemos nos perguntar quais as condições históricas de possibilidade da emergência deste texto no cenário intelectual brasileiro, para avaliar posteriormente as repercussões que ele veio a ter, as consequentes ondas de expansão que a energia gerada por sua irrupção veio a provocar tanto na historiografia paraibana, como na historiografia sobre o Nordeste. Já na introdução da obra, de uma forma muito original em relação aos modelos de escrita historiográfica prevalecentes no período, Rosa Godoy nos oferece uma pista preciosa para entendermos as motivações de ordem subjetiva, mas também de ordem política – já que essas duas dimensões nunca se separaram na vida da autora, ela, creio, tem no ser político uma de suas imagens de si mais importantes –, que levaram à escolha do tema e do problema que veio a se colocar. Falando ainda na primeira pessoa do plural, exigência dos textos acadêmicos do período, onde era proibido se dizer eu, Rosa Godoy, no entanto, articula como motivação de seu texto a experiência pessoal, o impacto causado pelo seu deslocamento para a Paraíba, no mês de janeiro de 1976, onde deve ter, entre outras coisas, sido recepcionada pelo agradável calor da cidade de Cajazeiras, onde foi ministrar disciplina em um curso de Especialização, ficando no sertão por todo mês de fevereiro, conhecendo terras sertanejas. Convidada em seguida pelo reitor Lynaldo Cavalcanti

2 QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Prefácio. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo...**, *op. cit.*, p. 9.

3 Ibidem, p. 15.

de Albuquerque, da Universidade Federal da Paraíba para participar da implantação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR). Paulista, nascida na cidade de Jundiaí, Rosa Godoy vivencia na pele as consequências do regionalismo nordestino. Migrante às avessas do que era comum até então, Rosa sofre as mesmas agruras que os nordestinos costumavam e costumam sofrer quando se deslocam para São Paulo[4] (motivo, por exemplo, de minha própria obra)[5]. Os grupos locais que dominavam a Universidade, que ocupavam os principais postos de direção da instituição, veem com maus olhos a chegada maciça de professores "estrangeiros", de professores vindos de outros estados brasileiros e até de outros países, ameaçando seus locais de poder e, em muitos casos, deixando claro, pelo contraste, a incompetência acadêmica e teórica e o conservadorismo político de muitos deles, resultando no que a autora nomeou nesse momento do livro de "querela xenófoba da UFPB"[6]. Não podemos, portanto, separar este texto de um de seus lugares de produção institucional: a Universidade Federal da Paraíba e, mais particularmente, do seu Departamento de História, nessa segunda metade da década de setenta, exatamente o momento de redação do texto.

O fato de ter sido contratada para organizar um Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional colocava a reflexão em torno do conceito de região e, mais amplamente, da categoria espaço no cerne de suas preocupações. Embora possamos pensar que sua dissertação de Mestrado intitulada *Republicanismo e Federalismo (1889-1902)*[7] já trazia a preocupação com a organização territorial da nação e sua relação com o Estado, nesse momento crítico de mudança que é a passagem do Estado imperial para o Estado republicano, a questão da região e do regionalismo em sua relação com o nacional e a reorganização territorial promovida pela mudança de regime e mais amplamente com o processo de modernização que as estruturas econômicas e sociais vão sofrer com o fim do trabalho escravo e a implantação progressiva de relações tipicamente capitalistas

4 Ver PESSOA, Ângelo Emílio da Silva e GONÇALVES, Regina Célia. História, ciência e participação social – uma entrevista com Rosa Maria Godoy Silveira. **Sæculum – Revista de História**, João Pessoa, n.26, jan.-jun. 2012, p. 351 e 355.

5 Sempre que nesse texto eu me referir à minha obra ou à obra que surgiu, em grande medida, inspirada pelo trabalho pioneiro e inovador de Rosa Maria Godoy Silveira, eu estou me referindo à minha tese de Doutorado, posteriormente transformada em livro: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: 5.ed., Cortez, 2011.

6 Ver SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo...**, *op. cit.*, p. 19.

7 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanismo e federalismo (1889-1902).** João Pessoa: Editora da UFPB, 1978.

na economia e sociedade brasileiras, nasceu de sua militância no NDHIR e das discussões que aí se travavam com outros pesquisadores, muitos deles "estrangeiros" e vítimas da mesma xenofobia. O NDHIR é também um dos lugares a partir do qual esse texto se tornou possível e a partir do qual fala.

Ainda no plano institucional, esse texto é inseparável de toda a trajetória de formação que a autora vivenciou na Universidade de São Paulo. O aparato teórico e metodológico que mobiliza, também bastante expressivo do momento em que o texto foi produzido, foi aprendido não em sala de aula, pois Rosa Godoy fez a sua graduação no momento mais agudo da repressão, da censura e da tortura por parte do regime militar implantado em 1964, pois torna-se aluna da USP no ano de 1968, restando no Departamento de História poucas pessoas a falarem ou ensinarem o materialismo histórico, desde a aposentadoria compulsória da professora Emília Viotti da Costa, o que levou, num gesto de solidariedade, à aposentadoria do professor Sérgio Buarque de Holanda. No entanto, é na USP, participando do movimento estudantil, morando na residência universitária, no bloco G, o único bloco misto, frequentando os cursos paralelos ministrados sob o patrocínio do DCE, que fez suas primeiras leituras no campo do marxismo. Tem a oportunidade de frequentar cursos e palestras de professores importantes da Universidade, professores em cujas aulas ou falas apareciam as categorias marxistas, como: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, Juarez Brandão Lopes, Antônio Cândido, Alfredo Bosi, Azis Ab'Saber. Essa presença em sua formação de uma gama de cientistas sociais, que irá se somar às leituras posteriores que fará de economistas, como Celso Furtado e Francisco de Oliveira talvez nos ajude a compreender o próprio estilo da autora, como o seu texto é vazado, um texto bastante abstrato e conceitual, em que as categorias assumem, em grande medida, o lugar dos agentes e dos sujeitos do processo histórico (esses autores também foram decisivos na minha formação na graduação). Na Universidade de São Paulo também cursa seu Mestrado e seu Doutorado, este último numa conjuntura de distensão política, em pleno processo de luta pela redemocratização, pela anistia ampla, geral e irrestrita, de emergência dos chamados novos movimentos sociais, da retomada do movimento operário, camponês, estudantil e dos professores, favorecendo a contratação de novos quadros para a Universidade e o retorno de alguns dos antigos professores exilados ou aposentados aos quadros da instituição. Muitos destes professores, coerentes com o período em que vivíamos no país, traziam as reflexões marxistas novamente à baila, embora

num registro menos ortodoxo[8]. Acontece, nesse momento, a redescoberta de alguns autores marxistas que haviam sido descobertos no decorrer dos anos sessenta, mas que por causa da repressão política que se abateu sobre a Universidade e a sociedade brasileiras, haviam desaparecido do cotidiano da academia: Antônio Gramsci, Rosa Luxemburgo, Walter Benjamin, Louis Althusser. As obras de Lenin, de Engels e do próprio Karl Marx voltam a ser editadas e a circular no país. Vivia-se neste final de anos setenta (período em que ingressei para cursar a minha graduação) uma espécie de revisitação e ressurreição dos anos sessenta. (É como se o país tivesse ficado paralisado no tempo, congelado por um certo período e tentasse retomar sua trajetória onde ela havia se estancado). Esses autores que serão importantes para entendermos a construção conceitual e teórica da obra *O Regionalismo Nordestino* eram lidos por todos e nos chegavam através de revistas como a *Encontros com a Civilização Brasileira,* editada por Ênio Silveira, que reedita os números que circularam nos anos sessenta e que foram formadores do modo de pensar, entender o mundo e a história, de escrever a história da autora Rosa Maria Godoy Silveira.

Portanto, o livro *O Regionalismo Nordestino* é inseparável desse contexto intelectual e histórico, de retomada e revalorização do materialismo histórico no interior da Universidade, com a crítica do marxismo mais ortodoxo e economicista, acompanhada da crítica ao stalinismo e da revisão em relação ao que fora a experiência da derrota das esquerdas em 1964, de sua fragmentação e de sua radicalização militar, o que levou à luta armada e ao mergulho do país na ditadura mais desabrida. O final dos anos setenta, o chamado processo de abertura, lenta e gradual, foi o contexto que propiciou o crescimento das organizações articuladas pelo trabalho dos membros da Igreja Católica ligados à chamada Teologia da Libertação, notadamente os leigos, a emergência de um novo movimento operário no ABC paulista, o ressurgimento dos conflitos agrários e com eles a retomada do movimento camponês (os casos de Alagamar e Piacas na Paraíba, foram emblemáticos desse processo) e a consequente criação do Partido dos Trabalhadores, ocorrida apenas um ano antes da defesa da Tese por Rosa Godoy. Com a abertura política, as insatisfações regionais também vêm à tona, motivadas pelas profundas mudanças estruturais, pelo processo acelerado de modernização que o país foi submetido no período do chamado milagre brasileiro e que dava, desde o início dos anos setenta,

8 PESSOA, Ângelo Emílio da Silva e GONÇALVES, Regina Célia. História..., op. cit., p. 352-354.

claros sinais de esgotamento, notadamente a partir da chamada crise do petróleo. Esse processo caracterizado pela brutal concentração do capital, da terra, da renda, paralelo à concentração das decisões políticas, também representou uma aprofundamento das chamadas desigualdades regionais, o que é diagnosticado, nesse final da década de setenta, mais precisamente no ano de 1977, por um economista que fizera parte da implantação do projeto da SUDENE e que agora diagnosticava, em livro que foi fundamental tanto para o trabalho de Rosa Godoy, como para o meu próprio, *Elegia para uma Re(li)gião*[9], o fracasso dessa instituição em reduzir o fosso que separava, em termos de desenvolvimento, (entre vírgulas) o Nordeste e o agora chamado Sudeste – desde que o IBGE estabelecera uma nova divisão regional para o país, em 1971 –, portanto o fracasso da própria política de planejamento em reduzir as desigualdades entre as regiões do país. Esse livro de Francisco de Oliveira e a concepção de região que elabora nessa obra são fundamentais para o entendimento das teses centrais do livro *O Regionalismo Nordestino* e também são responsáveis por algumas das contradições que emergem do texto de Rosa Godoy.

Deixando, assim, sumariado de forma muito rápida o que seria o lugar de produção desse texto, seu tempo (final dos anos setenta início dos oitenta do século XX), seu espaço (os encontros e desencontros entre São Paulo, Nordeste e Paraíba), seu lugar institucional (NDHIR, Departamento de História da UFPB e da USP) e seu lugar histórico (a reemergência da chamada questão regional, que merece enorme atenção da academia na região, dando origem a vários textos e livros que trazem no título esta expressão, além da criação de instituições como o NDHIR)[10], podemos agora tratar da arquitetura mesma do livro, daquilo que dá sustentação a sua análise, daquilo que Michel de Certeau[11] chama de disciplina, que seria seu arcabouço teórico e metodológico, a partir do qual um texto também deve ser situado e compreendido. Não se pode comparar obras que foram escritas em tempos distintos sem levar em conta a sua especificidade e historicidade, inclusive em termos conceituais. Por isso não faz nenhum sentido estabelecer hierarquias e valorizações de qualquer tipo entre as obras sem levar em conta que cada texto é fruto de seu tempo e deve ser lido a partir dele. Como disse acima, o trabalho de Rosa Godoy é inseparável da noção de região desenvolvida pelo economista Francisco de Oliveira.

9 Ver OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião.** São Paulo: Paz e Terra, 1977.

10 Ver, por exemplo, MARANHÃO, Silvio. **A questão Nordeste.** São Paulo: Paz e Terra, 1984; ANDRADE, Manoel Correia de. **O Nordeste e a questão regional.** São Paulo: Ática, 1988.

11 Ver CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: 2.ed., Forense Universitária, 2002, p. 79-92.

O conceito de região esposado por Francisco de Oliveira, claramente apoiado nas reflexões do marxismo e na chamada geografia crítica, da qual David Harvey e o brasileiro Milton Santos eram grandes expoentes, ambos presentes também na bibliografia do livro de Rosa[12], aparece em dois momentos iniciais do livro, na parte em que ela apresenta o que seria o marco teórico de sua Tese, também algo indispensável para o gênero, no período: na página 51, ela cita literalmente a obra de Francisco de Oliveira. Para ele, uma região:

> Seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição[13].

Como se vê, uma definição marcada por uma leitura estruturalista do marxismo e da realidade social, bastante em voga na época, tendo em Louis Althusser um de seus maiores expoentes. O social é segmentado em estruturas, em verdadeiras camadas estanques, que parecem poder ser tratadas separadamente. O econômico e o político são claramente distintos no plano da análise, embora no real se fusionem e se imbriquem dialeticamente. Ora, mas Rosa Godoy pretendia tratar de um termo ausente nesta definição de região, ela não dá conta daquele aspecto que ela percebe, de modo inovador, ser onde efetivamente a região se tece e se constitui, o que ela nomeia, coerente com o aparato teórico que escolheu, de ideologia. Apoiando-se nas formulações gramscianas acerca do papel da cultura na reprodução econômica e na construção da hegemonia de classe, ela formula, na página 43, o que seria a articulação do nível ou da estrutura ideológica com o nível (a metáfora do nível é muito importante, voltarei a ela) econômico, o modo de produção, e o nível político, o momento da luta de classe, a construção da hegemonia e a prevalência de um dado bloco histórico no interior do Estado. Diz ela:

> Se, em ambas as operações – de explicitação e de ocultamento da realidade no discurso –, o emprego da categoria "região" permite

12 Na bibliografia encontramos citações às seguintes obras desses dois autores: SANTOS, Milton. **Espaço e dominação.** São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, jun. 1978 (Seleção de textos, 4) e **Relações espaço-temporais no mundo subdesenvolvido.** São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, dez. 1976 (Seleção de textos, 1); HARVEY, David. The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of the marxian theory. In: PEET, Richard (org.). **Radical Geography:** alternative viewpoints on contemporary social issues. Chicago: Maaroufa Press, 1977.

13 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo...**, *op. cit.*, p. 51.

> os resultados já referidos, esta eficácia ideológica é atingida pelo deslocamento do nível em que a fração subordinada concretiza a sua dominação (econômico) e do nível em que se concretiza a sua subordinação a outra fração (político). Aos níveis do real se substitui pelo nível do simbólico, isto é, o que chamamos de geográfico-territorial[14].

Novidades luminosas aparecem neste passo de sua argumentação, por exemplo, o que chamamos de geográfico-territorial é inseparável de uma elaboração simbólica, é inseparável de uma elaboração discursiva. É no que chama de nível da ideologia onde se realiza a ambiguidade simbólica do geográfico-territorial, onde se cria uma coesão entre os dominantes e os dominados na explicitação da divisão inter-regional. O regionalismo encobriria as diferenças de classe; estabeleceria também uma coesão entre as demais parcelas da classe dominante justamente por mascarar a dominação sobre a classe dominada e, mais, criaria uma oposição na coesão, ou seja, uma espécie de desarticulação entre a fração regional da classe dominante e as demais frações dessa mesma classe. Ou seja, a região não pode ser pensada, dita, vivida e praticada senão no plano discursivo. Se levasse ao pé da letra a definição de região dada por Oliveira, Rosa Godoy não poderia ter pensado a construção do Nordeste como fruto destas operações de homogeneização no plano simbólico, pois no espaço que veio a ser recortado como Nordeste distintas formas de reprodução do capital e da luta de classes conviviam, só podendo aparecer a homogeneidade no plano do discurso (o próprio Oliveira opera em seu livro com a existência de um Nordeste açucareiro e um Nordeste algodoeiro-pecuário, em que a razão dualista espalhafatosamente chutada pela porta retorna pela janela)[15]. Neste passo seu argumento não só vai além daquele expresso por Francisco de Oliveira, como é aparentemente contraditório. Sua noção de região iria além e contradiria a definição do economista. Isso não se dá porque Rosa Godoy trabalha com a concepção clássica marxista da ideologia como mascaramento do real. A metáfora da máscara aparece claramente no texto citado, além de outras que se espalham pelo texto, como desvendar, desvelar, que explicitam uma concepção do discurso científico como contraposto ao discurso ideológico, como capaz de acessar um real não ideológico, embora afirme o contrário na p. 39, ao incorporar uma citação do texto de Carlos Henrique Escobar, *Ciência da história e ideologia*:

14 Ibidem, p. 43.

15 Referência a uma outra obra do autor: OLIVEIRA, Francisco. **Economia brasileira:** crítica da razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1981.

> Nada separa o real e o ideológico, pois todo real é, no nível de práticas, representação ideológica concernente aos papéis e às classes numa sociedade. A ideologia não é um absurdo ou uma contingência. Ela é uma manifestação essencial às práticas sociais. Não existe uma "verdade" através da ideologia, pois ela é, tal como as ciências – mas de uma forma radicalmente oposta –, uma espécie de apropriação do real. Apropriação ideológica do real[16].

Em seu texto a realidade também é pensada como sendo constituída por distintos níveis, como se fossem camadas, sendo que alguns correspondem ao real (o econômico e o político), enquanto a dimensão discursiva da realidade, a dimensão simbólica da realidade humana, de qualquer realidade humana, o que chama de nível ideológico, não constituiria o real, seria a sua falsificação, seu ocultamento, embora também possa participar de sua explicitação. Embora afirme, ao assumir essa citação de Carlos Henrique Escobar, que nada separa o real e o ideológico, em vários momentos do texto, a tese que percorre o livro ainda se assenta nesta separação. O discurso regionalista não faria parte, não construiria a região (ponto de partida de meu trabalho, que, como deixarei claro mais adiante, seria impossível sem o dela), mas a encobre, pois a verdadeira região seria constituída por uma dada forma especial de reprodução do capital (portanto, pelo que chama de nível econômico) e por uma forma especial de luta de classes (portanto, pelo que chama de nível político, embora aqui vá tratar, na verdade, muito mais de tensões no interior da própria classe dominante, advindas das mudanças estruturais da economia e da política brasileiras, que marginalizaram e subordinaram certas frações dessa classe, reflexão também bastante instigante).

Dívidas

Mas não é meu interesse neste texto apontar as diferenças de ordem teórica e metodológica, assim como na forma mesma de entender a história, que separam meu trabalho do que foi escrito uma década antes por Rosa Godoy. Interessa neste momento de justa comemoração dos trinta anos de aparecimento de O Regionalismo Nordestino ressaltar a sua importância e as dívidas que carrego não só em relação à leitura de uma obra seminal, sem a qual seria impossível pensar o que pensei e escrever o que escrevi, mas tratar das reverberações, das ondas que esse livro-acontecimento fez

16 ESCOBAR, Carlos Henrique. **Ciência da história e ideologia**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 68 *apud* SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo...**, *op. cit.*, p. 39.

chegar até mim e, acima de tudo, tratar das dívidas pessoais que tenho para com a amiga e ser humano generoso que é a professora Rosa Maria Godoy Silveira, a quem quero, nesta oportunidade, fazer justiça, já que foi suficientemente injustiçada nesse estado e na academia, após dedicar trinta e seis anos de trabalho ininterruptos e empenhados às instituições e empreendimentos nos quais tomou e ainda toma parte, sendo, sem dúvida, uma das responsáveis pela mudança de padrão da produção historiográfica paraibana e nordestina e pela realização de inúmeras pesquisas, redação de teses e dissertações – algumas delas premiadas –, publicação de livros e artigos versando sobre a chamada questão regional. Nunca confundi diferenças de ordem acadêmica com diferenças pessoais, jamais usei o pretexto do saber acadêmico para hostilizar quem quer que seja. Nunca respondo sequer às criticas justas ou injustas que se façam aos meus textos, porque sempre parti do pressuposto de que não sou dono da verdade, e essa, se existe, é parcial, situada historicamente e relativa às suas condições de produção, como tentei demonstrar aqui a pretexto da obra homenageada. Os textos permitem diferentes leituras, bem ou mal intencionadas. Neles cada um lê o que quer e/ou o que é capaz de ler.

Mas vamos às dívidas. Devo à professora Rosa Maria Godoy Silveira, junto com outros colegas, a organização do núcleo paraibano da Associação Nacional de História - ANPUH, e a realização do primeiro Simpósio Nacional de História que assisti, ainda na condição de aluno de graduação, no ano de 1981, que afirmou minha decisão de seguir a profissão e me fez entrar em contato de forma pioneira com grandes nomes do ofício no país. Desde então tenho sido um militante acadêmico dessa instituição[17].

Devo ao livro *O Regionalismo Nordestino*, de sua lavra, intuições, suspeitas e aprendizados que vieram se materializar em *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Foi nessa obra de Rosa Godoy em que vi expressa, por primeira vez, a possível historicidade não apenas do conceito de espaço e região (o que já conhecera lendo Oliveira e outros autores da geografia marxista), mas a própria historicidade do conceito de Nordeste. Embora em outros momentos o livro fale de Nordeste até no período colonial[18] e termine por tratar do regionalismo nordestino estudando a produção discursiva dos representantes das províncias de Pernambuco e Paraíba no Parlamento

17 PESSOA, Ângelo Emílio da Silva e GONÇALVES, Regina Célia. História..., *op. cit.*, p. 362-363.

18 Ver, por exemplo, SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo...**, *op. cit.*, p. 36.

do Império, no Congresso Agrícola de Recife de 1878 e nos Relatórios de Presidente de Província do final do século XIX, quando a ideia de Nordeste ainda não havia emergido e, portanto, o regionalismo nordestino não podia existir, mas sim o regionalismo nortista, que será o responsável por gestar a própria ideia de Nordeste, há algumas passagens onde não só o caráter de construto discursivo do Nordeste se insinua, como a própria substituição do recorte regional Norte pelo recorte regional Nordeste, nesta primeira metade do século XX, é referida. Logo na página 15, ao apresentar o tema do livro diz que irá trabalhar com uma parte da região hoje denominada de região Nordeste, ou seja, de saída desnaturaliza e historiciza a noção mesmo de Nordeste[19]. Na passagem da página 25 para a página 26 podemos ler o trecho de seu livro que foi para mim decisivo, mas que fica na obra de Rosa Godoy meio escondido e lateral. Ao analisar a obra *O Outro Nordeste* de Djacir Menezes, ela afirma:

> Exatamente onde se percebe a coerência do autor, no transcurso de seu trabalho, com a sua concepção teórica de espaço como produção histórica: a sua análise capta a transformação operada na região, do Norte do século XIX, para o Nordeste do século XX[20].

Embora, se levasse às ultimas consequências o conceito de região de que parte, não pudesse sequer operar com recortes espaciais que são da ordem do político-administrativo, como províncias de Pernambuco e Paraíba para definir uma região, pois os critérios para isso são distintos, segundo o conceito de região de Francisco de Oliveira, sem o seu livro o meu não teria sido possível. Com ele aprendi que o processo modernizador instaurado pelas mudanças nas relações capitalistas no país, com a construção de um mercado nacional, aliado ao papel do Estado Nacional na constituição do território e na mediação das relações entre as diferentes classes e frações de classe, bem como seu papel no processo de subordinação de dadas elites tanto no plano político, como econômico, e ao mesmo tempo, na manutenção de um domínio econômico sobre uma dada parcela do território nacional aliada à subordinação política no plano federal, foram fatores importantes para entendermos a construção da ideia de Nordeste, aliados a outros processos tão importantes quanto esses, como a própria mudança nas formas de relação e conceituação dos espaços pelos homens trazida pela modernidade. Há uma passagem em que, embora usando outro

19 Ibidem, p. 15.
20 Ibidem, p. 25-26.

aparato conceitual, sugere muito do que irei trabalhar com outras fontes e outro instrumental teórico e metodológico em meus textos: a ideia de Nordeste como trincheira a partir da qual dados interesses ameaçados são defendidos pelos representantes políticos e intelectuais das elites agrárias em processo de declínio econômico e político, tanto em termos nacionais, como no interior do próprio espaço regional que delimitam, tese central de meu texto que aparece aí já sugerida:

> A consciência das forças envolvidas, a respeito de seu *lócus* em tal processo, conduz às formulações ideológicas e arma o jogo político: frações de classe que até então participavam da estruturação do espaço, ameaçadas de não mais lhe darem o sentido de sua organização e, portanto, ameaçadas de "perder o espaço", elaboram uma defesa do mesmo contra facções em vias de aprofundarem o controle da organização daquele espaço. No primeiro "front ideológico" entrincheiram-se os "regionalistas", no outro front, os "regionalizadores"[21].

Devo a Rosa Godoy, acima de tudo, gestos de grande carinho e respeito, alguns para mim inesquecíveis, que mostram a grandeza pessoal de sua figura: quando lancei a primeira edição de *A Invenção do Nordeste e outras artes* em João Pessoa, no hall do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Rosa abandonou os seus afazeres de Pró-Reitora de Pós-Graduação para se fazer presente e dizer algumas palavras. Aliás, na qualidade de Pró-Reitora pude contar em inúmeros momentos com a atenção e o empenho de Rosa ao me ajudar a solucionar problemas que lhe traziam na condição de Vice-Diretor do Centro de Humanidades, localizado em Campina Grande, onde era responsável pelos assuntos relacionados à pesquisa e à pós-graduação daquela instituição. Nestas ocasiões, pude partilhar com ela alguns inesquecíveis almoços e bate-papos. Quando a minha tese foi escolhida como a melhor do Norte e Nordeste, no concurso Nelson Chaves promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, juntamente com a tese de outra professora da UFPB na área de Ciência Política, o que não mereceu uma carta sequer de felicitações por parte da reitoria, Rosa Godoy se deslocou até Recife para, em seu nome e não da instituição, como fez questão de dizer, prestigiar a entrega do prêmio a seus dois colegas. Nunca residiu em Rosa Godoy nenhuma postura menor de disputa ou rivalidade em relação a mim e ao meu trabalho. Ao fazer o lançamento de *O Regionalismo Nordestino* em Campina Grande, compareci e adquiri o livro que seria fundamental em

21 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo...**, *op. cit.*, p. 18.

minha trajetória. No dia 5 de outubro de 1984, Rosa Maria Godoy Silveira assinava para mim a seguinte dedicatória: "Ao Durval, com admiração, esperando que continue brilhando sempre". Ela nunca teve medo ou inveja do brilho de ninguém porque sempre teve brilho próprio e estou aqui e estamos todos aqui, hoje, para reconhecer que ela, sua vida, seu trabalho, seus escritos, suas ações iluminaram em muito as nossas vidas. Obrigado Rosa por tudo que escreveu, por tudo o que fez e faz, mas acima de tudo por ser você, em toda a sua generosidade e abertura para o outro, para a diversidade, para o diferente, para o menor, para o despossuído e o desempoderado, para aqueles que sofrem a exploração e a miséria, a injustiça e o desprezo, por ser esse ser político no que escreve e no que faz.

O Regionalismo Nordestino: breves considerações sobre os seus 30/33 anos

Rosa Maria Godoy Silveira

Durante todo o 2º semestre de 1999, no Auditório da UFPB, em João Pessoa, ocorreu um seminário sobre historiografia, alusivo aos 500 anos da conquista portuguesa do Brasil. Naquele evento, houve um debate sobre a questão regional nordestina, cujos expositores foram o Prof. Durval Muniz de Albuquerque e eu. Plateia lotada e a expectativa de "cena de sangue num bar da Avenida São João"[1]. Não só a cena de sangue não aconteceu como, se bem me lembro, tivemos, nós dois, muitos pontos de aproximação em nossas falas, e de divergências, é claro. Não sei da parte de Durval o pós-debate, mas sei de minha parte: pessoas houve (evidentemente sei quem são) que me cobraram porque eu não "bati" nele. Voltarei ao bar ao final deste texto.

Então, primeiramente, agradeço a ANPUH-PB por essa atividade. Menos pelo foco em meu livro, mais pela possibilidade de debater a questão regional nordestina, 30/33 anos depois[2]. Os debates historiográficos constituem o cerne de nossa profissão e, assim, sugiro desde já à ANPUH-PB a manutenção desta sessão nos próximos Encontros e a promoção de outros eventos desse teor.

Iniciando propriamente o tema desta Mesa, entendo que o primeiro requisito de uma análise historiográfica é compreender o contexto de produção de uma obra.

Nesse sentido, há elementos contextuais em meu livro que, nem todos, nele estão explícitos. O livro é datado de 1984, mas a Tese de Doutorado que lhe deu origem foi realizada entre setembro de 1978,

1 VANZOLINI, Paulo. **Ronda**, composta em 1951, gravada em 1953 por Inezita Barroso. RCA Victor, 78 rpm.

2 O debate sobre meu livro, no XVI Encontro Estadual da ANPUH-PB, realizado em Campina Grande, em 2014, teve por foco os 30 anos da publicação do meu livro, em 1984. A minha referência a 33 anos é o ano de 1981, em que o texto do livro foi defendido como Tese de Doutorado na Universidade de São Paulo. Como não houve grandes mudanças no texto para a sua publicação, considero relevante assinalar o momento da sua produção.

quando mudei de tema de tese, e fevereiro de 1981, quando a tese foi depositada na USP, aguardando, assim como outras teses e dissertações, a Congregação da USP ratificar as bancas, o que levou seis meses. Defendi, portanto, meu doutorado em agosto de 1981 e o livro dele decorrente sofreu pouquíssimas modificações de texto. Com isso, quero dizer que o texto é elaboração do final dos anos 70.

Um segundo elemento contextual que considero influente na minha elaboração, foi ela ter sido feita totalmente em João Pessoa, em meio à minha docência e atividades de pesquisa no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFPB (NDIHR/UFPB), o que me possibilitou a convivência em um agitadamente salutar ambiente de diálogos interdisciplinares, especialmente com a Geografia e a Ciência Política.

Também faz parte da análise historiográfica configurar os propósitos do/a autor/a ao realizar seu trabalho. Digo isto porque não foram poucas as vezes em que, participando de bancas examinadoras, assisti a arguições em que o/a arguidor/a cobrava do padecente mestrando/a ou doutorando/a um objeto de estudo a que este/a não se propusera em seu trabalho. O assunto era X e lá vinha a pergunta: "Mas por que você não tratou do assunto Y?" Por tais razões, reavivo literalmente – para quem leu o livro, provavelmente há muito tempo, ou para quem não o leu – o que me propunha a estudar naquele trabalho de 1981/1984:

> O tema central deste trabalho é a percepção da classe dominante das províncias de Pernambuco e Paraíba sobre o seu lugar no espaço, na segunda metade do século XIX, diante do impacto do processo modernizador. Trata-se, pois, em sentido mais amplo, de apreender a "ideologia do espaço" referente a uma parte da hoje denominada *região Nordeste* e caracteriza o processo de articulação entre os vários espaços (as chamadas "regiões" da formação social brasileira[3].

E sumario, para evitar uma longa citação, as razões de minha escolha: a relação entre o tema da Tese e a minha prática profissional naquela ocasião, vinda do Sudeste para morar no Nordeste, trabalhar na Universidade Federal da Paraíba, mais especificamente, na implantação do NDIHR. Esta justifica articulava, pois, o ser social e o ser individual da autora. Um segundo motivo foi a atualidade de que se revestia a "questão regional nordestina" naquela conjuntura, em decorrência de outro projeto modernizador em

3 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984, p. 15. (2ª edição fac-similar: 2009).

curso, direcionado pelo Estado Nacional brasileiro e intensificado com a ditadura militar, no âmbito do capitalismo monopolista. Não apenas observávamos o processo, mas o estudávamos nas pesquisas do NDIHR, em seus rebatimentos no Nordeste. Um terceiro motivo foi a chamada "querela xenófoba da UFPB", por volta de 1977-78, quando emergiu na mídia local um discurso regionalista de hostilidade à presença de profissionais "de fora" na UFPB, presença essa resultante da expansão, diríamos "modernizadora", da Instituição. Alguns dos argumentos desse discurso provocaram na autora a memória de outros momentos da História do Brasil em que discursos regionalistas semelhantes – mas não iguais, nem poderiam sê-lo – afloraram, e, então, decidiu-se ela por estudar como esse discurso foi elaborado em outro processo modernizador, na segunda metade do século XIX. Razão pela qual mudou o tema de seu doutorado. Outro motivo, imbricado aos anteriores, foi de natureza historiográfica: a lacuna na produção de estudos sobre esta temática. E, finalmente, mais uma justificativa suscitada pelo cotidiano da pesquisa na Universidade, em que as demandas do NDIHR colocavam sistematicamente questões de ordem teórico-metodológica: que concepção e configuração de região Nordeste seria adotada nos objetos de estudo daquele Núcleo[4].

Além do contexto de produção de uma obra e as intenções e motivações de seu/sua autor/a, uma análise historiográfica requer o exame crítico dos referenciais teórico-metodológicos escolhidos para a compreensão do objeto de estudo proposto, verificando a sua pertinência. Nestes termos, optei por contribuições da Economia Política, da Geografia Crítica e da Teoria das Ideologias, procurando repensá-las para o processo histórico em estudo. Assim, da Economia Política me abeberei em sua versão heterodoxa gramsciana, para compreender as especificidades de grupos agrários de Pernambuco e Paraíba na 2ª metade do século XIX: integrantes das classes dominantes do país, mas em situação de não hegemonia em âmbito nacional, embora em situação hegemônica em âmbito regional. Da Geografia Crítica, foram essenciais as concepções de espaço, território e região. Das Teorias das Ideologias, recolhi elementos para a análise dos discursos dos representantes dos grupos agrários regionais.

Em 2009, o livro foi reeditado. Sempre fui contra a reedição porque considero que esta, sobretudo após um decurso de tempo razoável do texto original, implicaria em uma revisão absolutamente necessária tendo em vista

4 Ibidem, p. 17-20.

novos conhecimentos sobre o objeto, novas teorias e novas metodologias. Minha avaliação era de que seria um outro livro. Por isso, essa reedição foi revel, ou seja, à minha revelia, por iniciativa de um grupo de amigos da minha esfera de convívio – o G9+ – como presente de aniversário dos meus 60 anos, aos quais agradeço pelo afeto. Mas tanto é revel que, para resolver a falta da minha concordância, o grupo realizou uma reedição fac-similar do texto de 1984, apenas acrescido de uma nota explicativa das circunstâncias editoriais, de autoria de Alexandre Nader, e de um segundo, humorístico e futebolístico prefácio, de autoria de Elio Chaves Flores. Na ocasião do lançamento da 2ª edição, fiz um balanço crítico do livro e disse, inclusive, de público, as minhas razões contrárias à reedição.

Repercussões positivas do livro? Houve. Especialmente no âmbito da Geografia [cito a Universidade Federal do Ceará], da Literatura [cito o mestrado de Moema Selma D'Andrea[5] (1987) e do doutorado de Sonia Ramalho[6] (1988)], de estudos de territorialidades e territorializações históricas [como na UFMG]. Mas não tenho a mínima ideia de dimensão e alcance porque sou do tempo em que não havia essa fobia capesiana-cnepequiana quantitativista de ficar contando quantas vezes meus trabalhos são citados, para colocar no currículo Lattes; e, mesmo depois da instauração dessa fobia, nunca entrei nesse jogo por por duas razões: primeiramente porque, não raramente, isso gerou um seríssimo desvio ético na academia, de "ação entre amigos"; e, principalmente, porque o meu tempo é insuficiente até para atividades que considero e elegi como mais importantes em minha vida.

Críticas ao livro? Houve. E de vários tipos:

1. as que considero anacrônicas, cobrando de mim referenciais teórico-metodológicos que não estavam em circulação no país no final dos anos 70, ou que estavam acabando de chegar ao pensamento social brasileiro, especialmente a história cultural;
2. as que cobraram de mim uma tese que não me propus a fazer;
3. as que observaram possíveis refinamentos dos referenciais

5 D'ANDREA, Moema Selma. **A tradição re(des)coberta:** O pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e literárias nordestina. Campinas: Dissertação de mestrado em Teoria e História Literária/ Universidade Estadual de Campinas, 1987.

6 FARIAS, Sonia Lúcia Ramalho de. **Pedra Bonita e Cangaceiros, de José Lins do Rego, e a Pedra do Reino, de Ariano Suassuna**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em Letras/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1988.

teórico-metodológico por mim utilizados, críticas essas as que eu respeito, na medida em que estava ciente da incompletude do conhecimento e externei isso no trabalho (em suas Conclusões e In-conclusões);

4. e a pior crítica de todas: a de quem não leu e não gostou, que tem grassado na academia não raramente e tem substituído o debate historiográfico por mera *doxa* sem criticidade.

Se respondi às críticas? Respondi ali onde considero o terreno mais pertinente de resposta: mais do que palavras ditas e esvaecentes, através de vários textos posteriores ao livro, em que, sobretudo, continuei refletindo sobre a questão regional com novos aportes, mas qualifico esta produção de forma diferenciada: até 1990, era decorrente da Tese de Doutorado; nos anos de 1990, a produção foi pequena, mais em eventos e não em forma impressa, razão pela qual não referencio nenhuma. Neste período, a minha querela, como diria André Malraux, começou a se deslocar para o Ensino de História e a Educação em Direitos Humanos, campo de estudo e ação no qual me encontro até hoje. Entre 2000 e 2010, produzi vários textos sobre a questão regional, mas quase todos indiretamente relacionados àquela primeira fase, com outros ângulos de abordagem[7].

7 Referencio aqui vários desses textos para possibilitar o acesso a interessados e para fazer um breve comparativo global dessa produção ao longo do tempo. Do mesmo modo, incluí muitas referências de obras posteriores à data de elaboração de minha Tese, que têm possibilitado novos horizontes analíticos. Várias delas incorporei em textos posteriores, sobretudo do período 2000-2010. Ainda assim, pelas dimensões deste texto, o conjunto de referenciais é restrito, é apenas uma amostra. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo...**, *op. cit.*; Regionalismo: a formação do conceito de Nordeste. **Cadernos do Mestrado de Ciências Sociais.** João Pessoa /PB, v.I, n.2, p. 01-12, 1984; Cultura, Sociedade e Região. **Cadernos do Mestrado em Ciências Sociais**, João Pessoa/PB, n.16, p. 30-37, 1990; Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da (org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1990, p. 17-42; As Concepções de Pátria no Brasil Império. In: **Anais do IX Encontro Estadual de Professores de História**. João Pessoa- PB: ANPUH; Sal da Terra, 2000, p. 41-47; Poder Local e Poder Central. **Anais do IX Encontro Estadual de Professores de História.** João Pessoa- PB: ANPUH; Sal da Terra, 2000, p. 162-172; Nordeste e contradições. In: DANTAS, Elisalva Madruga; BRITTO, Jomard Muniz de (orgs.). **Interpenetrações do Brasil**: encontros e desencontros. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2002, p. 93-101; Repensar o espaço local e sua governança. In: ARRUDA, Avenzoar. (Org.). **Uma nova visão da cidade**. João Pessoa: Edições CAAP - Centro de Apoio a Atividades Populares, 2004, p. 9-20; A cultura histórica em representações sobre territorialidades. **Sæculum**, v.16, p. 33-46, 2007; História Local, mudanças contemporâneas e representações. In: **Anais do VI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História,** 2007; História e historiografia: entre o nacional e o regional. In: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANTOS NETO, Martinho Guedes; BARBOSA, Vilma de Lourdes (orgs.). **Historiografia e(m) diversidade**: artes e artimanhas do fazer histórico. João Pessoa: Universidade Federal de Campina Grande; ANPUH/PB, 2010, p. 9-28.

Como analiso minha tese/livro 33/30 anos depois?

O que eu não mudaria?

Em primeiro lugar, manteria a relação espaço-tempo e a interdisciplinaridade com a Geografia e a Política, região, portanto, como um conceito ou representação carregado fortemente de dimensão política e geográfica, embora podendo adicionar outras dimensões.

Manteria o dorso da interpretação: o regionalismo nordestino formulado em minha análise como um discurso de uma fração *nortista* da classe dominante brasileira, como a ideologia do seu território, título, aliás, constante da tese originária da Tese e mais apropriado do que o genérico título dado ao livro por razões mercadológicas; e o uso deste discurso na barganha de interesses de seus portadores, conforme desdobramentos posteriores realizados brilhantemente por outros trabalhos, como os de Carvalho[8], Castro[9] e Neves[10].

O que eu mudaria no trabalho se eu o refizesse?

Ampliaria a consulta a outras fontes documentais, que as circunstâncias de elaboração, conforme já explicado, me impediram de fazê-lo, mas necessidade que assinalei nas próprias In-Conclusões da Tese. Como a historiografia do período estudado, ampliando-a, as obras literárias, a literatura de cordel, "fonte indiscutível para registrar a percepção "popular" do espaço regional"[11]. Vertentes que Albuquerque Jr.[12] explorou e alargou, com a inclusão da música e do cinema, em uma bela tessitura historiográfica.

Incorporaria outros referenciais teórico-metodológicos mais disponíveis a partir dos anos de 1980 e 1990: a história cultural, em várias abordagens, como as das obras de Thompson[13] e Chartier[14]; uma história

8 CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

9 CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

10 NEVES, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste**: A construção da memória regional. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

11 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo...**, *op. cit.*, p. 236.

12 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 1999.

13 THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** – 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998; THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses** e outros estudos. Campinas: Edunicamp, 2001.

14 CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

social revisitada inclusive pela microhistória italiana[15]; a análise de discurso, com as ricas contribuições da Linguística Social Inglesa[16] em forte diálogo com a História Social Inglesa; a Geografia das Percepções[17]. E, sem medo de ser considerada historiograficamente "démodé" por referir-me à História Econômica, as revisões sobre a História Econômica do Nordeste, a exemplo de trabalhos de Bacelar et alii[18], Fleury et alii[19], Guimarães Neto[20]. Mais do que nunca, depois das crises capitalistas de 2008 e 2010, os nossos tempos estão evidenciando a imprescindibilidade da História Econômica e a importância de referenciais marxistas. Em suma, problematizaria o objeto à luz de uma querela atualizada sobre a questão regional, que, depois, de 33/30 anos, foi adquirindo novas configurações, sobretudo com os impactos do processo de globalização, já objeto de inúmeros e constantes novos trabalhos, sobre meio-ambiente, a neo-modernização globalizada da região, as mudanças culturais na percepção do território regional, entre outras perspectivas.

Seria uma outra tese, com a carga histórica de 33/30 anos posteriores. Mas continuarei insistindo que nosso diálogo com os geógrafos continua insuficiente em torno dessa problemática. E insistindo, ainda, que a questão regional nordestina continua com uma séria lacuna de investigação histórica: o trânsito do *Norte* para o *Nordeste*, *grosso modo*, entre os anos de 1880 e 1920, um espaço intercalar entre o meu trabalho e o de Durval Muniz.

---

15 LIMA FILHO, Henrique ***Espada*** R. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

16 *FAIRCLOUGH, Norman.* ***Discurso e mudança social.*** *Brasília: Univer**sidade de Brasília, 2001.***

17 CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: 3.ed., Bertrand Brasil, 2001.

18 ARAÚJO, Tania Bacelar; MONTEIRO NETO, A.; AMARAL FILHO, Jair; MIGUEZ, Paulo; GUIMARAES NETO, Leonardo; LACERDA DE MELO, Ricardo O.; CASTRO, Sergio. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz Guimarães, LASTRES, Helena, AGUIAR, Rodrigo e SILVA, Marcelo Machado da (orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento - NORDESTE.** Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 540-562; ARAÚJO, Tania Bacelar; Affonso, Rui B.; Barros Silva, Pedro Luiz; Guimaraes Neto, Leonardo; Santos, Valdeci Monteiro; DINIZ, Clelio C.; Bandeira, Pedro S.; Buarque, Sergio C. Nordeste, Nordestes, que Nordeste. In: AFFONSO, Rui e BARROS, Pedro Luiz (orgs.). **Federalismo no Brasil**: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 125-156.

19 FLEURY, Sonia; ABRUCIO, Fernando Luiz; FONSECA, Ana; ARAUJO, T. B. e CASTANHAR, Jose Cesar. **Desenvolvimento Regional***:* a descentralização valorizaria a diversidade. In: FLEURY, Sonia (org.). **Democracia, Descentralização e Desenvolvimento - Brasil & Espanha.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 373-396.

20 GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, Rui B. A. e SILVA, Pedro Luiz B. (orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap. 1995.

Finalmente, para encerrar, duas obviedades que, por sê-las, as pessoas costumam não enxergar: 1º) toda obra é datada, portanto, suscetível de ser ultrapassada pelo *novo*, pela irrupção da própria história do presente, que abre olhares inéditos sobre o passado. A não ser as obras dos grandes gênios pensantes da Humanidade, que guardam uma longa duração por abordarem a condição humana de forma ampla e não apenas pequenos trechos de sua trajetória; e mesmo assim, tais obra são passíveis de releituras dadas pela perspectiva do tempo; 2º) por ilação, todo conhecimento é incompleto. Não dá conta da História da Humanidade e são os pequenos "tijolos historiográficos" de milhares de narradores, não apenas historiadores, que vão compondo, ao longo de séculos e milênios, o nosso percurso histórico.

Encerrando este texto, lembro-me do filósofo inglês Francis Bacon em sua crítica aos "ídolos"[21] presentes no conhecimento: da tribo, da caverna, do foro, do teatro. Ídolos da tribo: os derivados dos preconceitos, das limitações humanas, dos sentimentos, produzindo superstições. Ídolos da caverna: a própria caverna de cada um de nós, os nossos preconceitos pessoais na interpretação do mundo. Ídolos do foro ou mercado: "as palavras cometem uma grande violência ao intelecto e perturbam os raciocínios, arrastando os homens a inumeráveis controvérsias e vãs considerações". Aqui Bacon critica a tirania das palavras o mau uso da linguagem, sobre a liberdade do espírito. Ídolos do teatro: aquelas teorias que não têm harmonia com a natureza humana ou obras filosóficas que se consagraram figurando mundos fictícios. Segundo Bacon, os "ídolos" bloqueiam a mente. É isto que devemos evitar e somente o pensamento crítico pode derrubar esses "ídolos", ainda mais em uma época como a que estamos vivendo, do mais rasteiro e entorpecente senso comum midiático.

Por isso, volto ao bar da Av. São João, que existe em São Paulo – o bar Brahma, aliás, frequentado por Vanzolini. Nele não há mais cena de sangue, como o compositor-cientista expressou na letra da música e reiterou em entrevista. Hoje, há muito chope, música para todos os gostos, gente de todo tipo, evocando o seu vai e vem, como na música cantada por Maria Rita[22], em alusão à transitoriedade da vida. Nós historiadores temos essa percepção por dever de ofício. E, por esta razão, devemos também tê-la em mente no debate acadêmico-historiográfico.

21 BACON, Francis. **Novum Organum**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

22 NASCIMENTO, MILTON; BRANT, Fernando. Encontros e Despedidas, 1985. Gravada por Maria Rita em **Perfil,** Som Livre, 2009. Faixa 5.

Região, regionalismo e caridade: a pretexto de *O Regionalismo Nordestino*, de Rosa Godoy

Frederico de Castro Neves

I

É um prazer e uma grande responsabilidade estar aqui para homenagear os 30 anos de lançamento do livro da Profa. Rosa Godoy. Agradeço muito por esse convite para estar aqui, em Campina Grande, com Rosa e Durval.

Posso seguramente dizer que esse é um dos livros cuja leitura mais impactaram a minha formação de historiador, por me trazer soluções em momento de impasse na pesquisa que originou minha dissertação de mestrado[23]. Naquele longínquo instante, ainda no século passado, encontrava-me em dificuldades para resolver um problema que me havia surgido: como compreender a formação de uma "memória regional" – que, ao meu ver, constituía as referências para as políticas públicas com relação à seca no Nordeste – sem cair nas fórmulas simplificadoras da "teoria do reflexo" ou da "relação base X superestrutura", com as quais a historiografia de matriz marxista procurava resolver questões semelhantes. A leitura desse livro abriu-me os olhos e apontou um caminho que, se não foi o mais eficaz, tornou possível a conclusão de minha pesquisa sobre os significados conferidos à seca de 1978-1982. Percebi ainda que, para alcançá-los mais profundamente, seria preciso retornar ao final do século XIX, tarefa o que só fui me dedicar na década seguinte[24].

É um livro "formador", para utilizar uma expressão de Raymond Williams. Uma referência. E, nesse sentido, preferi trazer alguma coisa, nesta mesa e neste livro, "a pretexto de" – um resultado ou uma possibilidade de desdobramentos de pesquisa histórica originados de uma leitura do livro (a

23 NEVES, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste**: a construção da memória regional. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

24 NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

minha leitura do livro), ou dos temas que afloram do livro de Rosa[25].

Para isso, vou falar da seca, da caridade e de conflitos simbólicos – lutas entre concepções divergentes sobre a pobreza e sua espacialização. Vou falar de coisas que aprendi com Rosa, com Durval e com todas as pessoas – historiadores ou não – que foram importantes na minha formação e que estão presentes nas pesquisas que hoje realizo sobre as ações coletivas e diretas de camponeses pobres, durante as secas, entre 1877 e 1915.

II

Em 1915, diversos "bandos precatórios", formados por estudantes, cidadãos e religiosos, percorreram as ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo, recolhendo, com a bandeira nacional estendida, víveres e dinheiro para os "irmãos flagelados do norte". Como em anos anteriores, a seca mobilizava a caridade pública em face da exposição da miséria e da fome dos retirantes que deixam suas terras em função da falta de chuvas[26].

Diversas atividades são realizadas, por diferentes grupos sociais, em variados momentos, durante o tempo que a seca permanece "abastecendo" as cidades com uma quantidade de pobres imensamente superior à capacidade de assistência social do Estado e das inúmeras entidades particulares.

O *Jornal do Brasil* (RJ) noticiou um "Directorio Pro-Flagellados" que realizava na capital da República uma série de atividades culturais em apoio às populações do Ceará, combinando aspectos festivos e reflexivos.

Em 25 de julho de 1915, uma grande festa foi realizada "pelas victimas da secca e da guerra" na Quinta da Boa Vista. Artistas apresentaram "monólogos e cançonetas" e uma comissão de senhoras "inglesas, americanas e brasileiras" serviu chá aos presentes com grande gala e glamour. Outra festa estava sendo preparada para o dia 5 de setembro, por iniciativa da Sra. Wenceslau Braz. No programa, apresentações artísticas, parque infantil, esportes (equitação) e exposições, com fogos de artifício no encerramento[27].

25 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

26 Davis fala de três ondas de seca no final do século XIX que atingiram uma ampla área do planeta (por muitos anos denominada de "Terceiro Mundo", com efeitos mais dramáticos na Índia, na China e no Brasil), com características semelhantes que associam desequilíbrios climáticos (o fenômeno hoje chamado de El Niño) com transformações econômicas (a expansão do imperialismo britânico). Para ele, o fosso que se abriu entre países ricos do norte e países pobres do sul foi significativamente ampliado nestes momentos. Cf. DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002. No Brasil, esses períodos são: 1877-80, 1888-9 e 1899-1900.

27 **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 e 26 jul. 1915.

Em 19 de setembro, um "programa monumental" estava planejado para acontecer no mesmo local, "si o tempo permitir", em favor dos "flagelados do norte e da Casa dos Artistas". Uma "parte artística" e outra "esportiva" seriam complementadas com uma "parte elegante" – um grande baile a se realizar no salão da escola da Quinta. O "bando precatório" do "Club dos Fenianos deu entrada na Quinta da Boa Vista às 15 horas, percorrendo todas as aléas a colher donativos"[28].

No dia 17 de outubro deste mesmo ano, outro "grande festival" é organizado na mesma Quinta da Boa Vista, "em auxílio dos flagellados do norte", contando com um "programma dos mais variados a que o povo tem assistido". Esperava-se que o festival fosse "o maior de quantos se vêm realizando nesta capital" e, de fato, com a presença do Presidente Wenceslau Braz e do Prefeito Rivadávia Correia, além de representantes de "todas as classes sociaes" e o que "há de mais elevado pela distincção, pela elegância, intelligencia e fortuna", veio a ser "uma festa verdadeiramente imponente"[29].

Em São Paulo, um "generoso movimento que se opéra em benefício de nossos patrícios do norte" angaria donativos e também organiza festivais. No Royal Theatro, em 21 de junho, um programa variado incluiria "uma breve palestra sobre a secca e sobre o norte do Brasil pelo Sr. dr. Armando Prado". No Theatro da Luz, em 25 de junho, "uma grande festa em benefício das víctimas da secca do norte" é organizada por uma "comissão composta das senhoritas Maria Rosa Vieira, Ida Buono e Elvira Buono, que se estão esforçando bastante para dar ao festival o máximo brilho". No Theatro Brasil, em 30 de junho, realizou-se, "com grande concorrência", uma "soirée em benefício das victimas do Norte, promovida pelo Eclectico Club"[30].

O empenho das elites cariocas e paulistas somava-se ao esforço dos cearenses abastados em assistir, por meio de ações caridosas, os "irmãos" acossados pela seca. Em Fortaleza, o "Circo Flôr da Praça" apresenta vários espetáculos "gymnasticos e acrobáticos" em favor dos flagelados, com a presença de "grandes multidões". O "Comitê Central Pro-Flagellados" reunia-se regularmente na sede da Associação Commercial, sob a presidência do desembargador Luiz Cabral. No natal, cerca de 500 crianças pobres receberam presentes e regalaram-se com as "sorprezas de papae Noel" em festa organizada pela "Sociedade das Damas Protectoras da

28 **A Noite**, Rio de Janeiro, 18 e 19 set. 1915.

29 **O Paiz**, Rio de Janeiro, 17 e 18 out. 1915.

30 **Correio Paulistano**, São Paulo, 19 jun. 1915, 25 jun. 1915 e 01 jul. 1915. O mesmo jornal noticiou inúmeros festivais que ocorreram em diversas localidades do interior do estado.

Infancia", no Passeio Público. Em 19 de janeiro de 1916, o "Tiro Brazileiro do Ceará" promoveu uma festa no Passeio Público, "em favor de nossos irmãos famintos", quando arrecadou uma quantia em dinheiro, que foi entregue diretamente ao Arcebispo de Fortaleza, D. Manoel. Em 5 de março de 1916, o "Hesperia Sporting Club" organizaria um "match" de "football" entre duas de suas equipes de sócios, "cujo produto reverterá em beneficio dos flagellados cearenses". O "Círculo Catholico de Trabalhadores e Operários S. José" dirigiu um festival destinado aos flagelados cearenses, composto de filmes, peças teatrais e outras atividades, contando com a presença do Presidente do Estado, do sua esposa e do Arcebispo D. Manuel[31].

Inúmeras atividades, portanto, reforçavam a corrente de caridade em torno dos retirantes e suas mazelas, reativando assim os mecanismos de proteção aos pobres baseados na reciprocidade desigual[32]. A caridade reafirmava igualmente princípios de manutenção da ordem política tradicional e, ao mesmo tempo, a despolitização do empobrecimento por meio da privatização da assistência social e/ou sua vinculação aos valores cristãos defendidos pela Igreja Católica.

Os festivais traziam para o espaço público as demandas dos pobres – os "retirantes" – e as características dos diversos espaços regionais – o "norte" – em um momento de afirmação de valores republicanos, civilizados e urbanos, conectados ao movimento de instituição do capitalismo como sistema econômico dominante e do mercado como valor estruturante central das relações sociais. Com isso, demarcavam-se os espaços sociais e geográficos, estabelecendo limites entre uns e outros, definindo diferenças raciais, políticas e econômicas. Ocupando o principal parque da capital da República, as elites brasileiras tomavam para si a tarefa filantrópica de assistir os necessitados em momento de uma calamidade natural – e a calamidade haveria de ser "natural", conforme havia sido objeto de intensos debates no

31 **Correio do Ceará**, Fortaleza, 10 dez. 1915, 28 dez. 1915, 22 dez. 1915 e 04 mar. 1916. O mesmo Passeio Público havia sido local de acampamento dos retirantes recém-chegados à Fortaleza, nos meses iniciais de 1915. O Presidente do Estado estima em 3 mil os que inicialmente foram transferidos para o Campo de Concentração do Alagadiço. A Revista Fon-Fon publica impressionantes fotografias "dos retirantes logo que começaram a ser alojados no Passeio Público de Fortaleza". **Revista Fon-Fon**, Rio de Janeiro, 25 set. 1915, p. 42. Devo algumas destas indicações de fontes ao trabalho de FERREIRA NETO, Cicinato. **1915**: a história dos sertanejos cearenses no ano da seca. Fortaleza: Premius, 2015, Anexos.

32 Cf. MOORE JR, Barrington. **Injustiça**: As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Instituto Politécnico durante os anos finais do Império[33].

Os bandos precatórios, por outro lado, permitiam a presença de grupos sociais ou categorias de trabalhadores, ou sociedades de caridade, ocupando os espaços das ruas e praças, conferindo um significado de solidariedade pública, mais do que caridade individual, ao auxílio material a ser enviado aos retirantes. Uma manifestação de republicanismo. As ruas tornavam-se espaços do chamamento para uma massiva participação nas atividades de assistência às vítimas de uma calamidade imprevisível e imponderável, que afetava os "irmãos do norte". Os "chauffeurs", em particular, e não por coincidência, empenharam-se decisivamente nesta empreitada, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, em ações aparentemente coordenadas, no início de agosto de 1915. A Praza Onze de Junho, no Rio de Janeiro, e a Avenida Paulista, em São Paulo, tornaram-se palco de intensas manifestações da vontade pública de solidariedade com os pobres, alterando e invertendo os significados de transporte de mercadorias e pessoas que se conferia aos espaços públicos da cidade e seus agentes privilegiados[34].

III

As imagens impressas reforçavam os argumentos em prol da caridade. Com as novas tecnologias do clichê e da litografia, os jornais forneciam uma ampla visibilidade ao tema e possibilitavam, através de charges, desenhos e fotografias, a formação de uma nova sensibilidade sobre a pobreza regional.

No *Jornal do Brasil*, uma série de imagens reafirmava e reforçava a corrente da caridade.

33 Os debates entre os "pluvíferos" e os "aquíferos" agitou as sessões muitas vezes presididas pelo próprio Imperador D. Pedro II ou pelo Conde D'Eu e que contou com a presença de ilustres engenheiros e intelectuais. Cf. as **Revistas do Instituto Polithecnico**, entre 1877 e 1879. Para uma reflexão bastante instrutiva sobre as "calamidades naturais", cf. STEINBERG, Ted. **Acts of God**: The Unnatural History of Natural Disaster in America. New York: Oxford University Press, 2000.

34 **Correio Paulistano**, São Paulo, 01 ago. 1915; **Revista Fon-Fon**, Rio de Janeiro, 07 ago. 1915.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 jul. 1915.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 jul. 1915.

A primeira ilustração apresenta uma mulher (com asas, como os anjos) segurando um coração dilacerado, com uma das mãos, e um saco aberto, com a outra, sugerindo a urgência da arrecadação de esmolas em campanha "pelos flagellados". O Sol inclemente domina a paisagem e um mapa do Ceará compõe o quadro em que o lema da campanha se combina com o saco de esmolas a serem arrecadadas.

A segunda, por sua vez, apresenta os versos de Guerra Junqueiro reafirmando a sombra da morte que ronda sobre aqueles que "nem tem terra para dormir". Um indefinido esqueleto e o aspecto de sofrimento da mulher indicam a urgência das ações para com os pobres, cuja fragilidade estrutural não permite a reação ante as forças da natureza e sua imprevisibilidade.

Somente a caridade, no limite, poderia refazer o tecido social esgarçado pela seca (como o vestido da mulher que aponta para os ossos no terreno sem vida, com os urubus procurando os últimos restos de material orgânico).

Cumpre assinalar que as expressões "pelos flagellados" e "em prol do Norte" possuem chamamentos diferentes: enquanto a primeira imagem assinala os destinatários da caridade, sociologicamente identificados, a segunda refere-se a um espaço a ser atendido pela ajuda – como se todos, no "Norte", sofressem as consequências da seca da mesma maneira ou como se todo o "Norte" possuísse a mesma configuração sócio-espacial, constituindo um eficaz processo simbólico de homogeneização do espaço, para o qual Rosa Godoy já ofereceu as necessárias ferramentas de crítica.

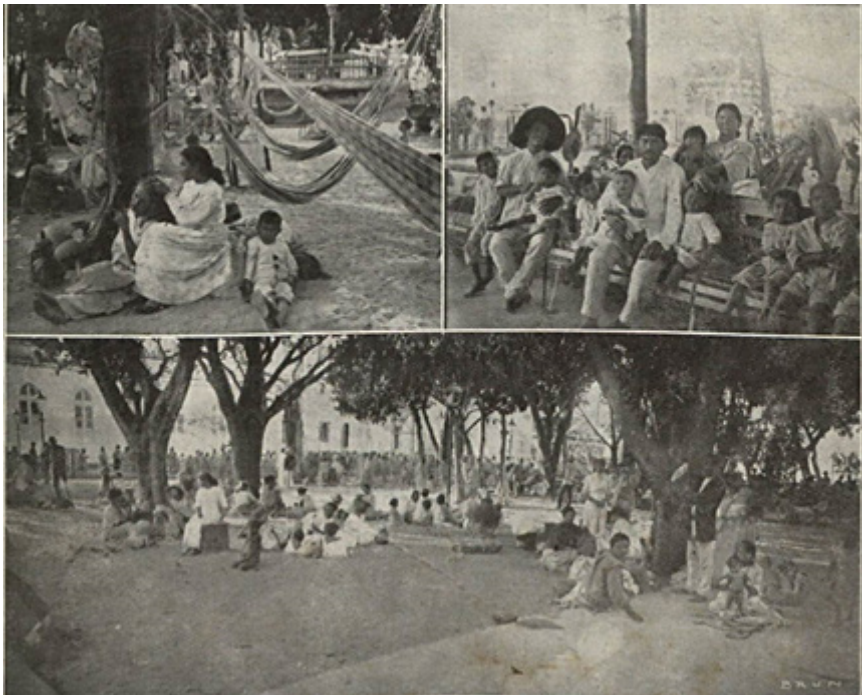
As fotografias, neste momento, se somam aos desenhos e textos na construção dessa rede de solidariedade baseada na caridade, formando um novo campo de visibilidade sobre a questão da seca e da pobreza[35].

35 A primeira experiência de fotojornalismo no Brasil é atribuída a José do Patrocínio, enviando, de Fortaleza, textos e fotografias (litografadas por Bordalo Pinheiro) para o semanário **O Besouro**, durante a seca de 1878. ANDRADE, Joaquim M. F. e LOGATTO, Rosângela, Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 114, p. 71-83, 1994. Os originais encontram-se no acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 jul.1915; **A Rua**, Rio de Janeiro, 20 jul. 1915.

As carcaças do gado morto (supostamente pela fome), em Uruburetama, se sobrepõem às imagens impactantes de crianças raquíticas esmolando nas ruas da capital do Ceará; ao mesmo tempo, são imagens que se somam ao desenho publicado 15 dias antes, conferindo ares de realidade à imaginação do artista/jornalista. A "vasta zona flagellada" se combina com o "Norte", compondo uma nova área de identificação espacial baseada na fome generalizada e na pobreza endêmica.

Fotografias publicadas na primeira página de um jornal diário – "instantâneos tirados nas praças e jardins de Fortaleza repletos de retirantes do interior" – são apresentadas como um "Quadro de Horror!" a merecer o assombro da população da capital da República.



A Noite, Rio de Janeiro, 18 set. 1915; **Revista Fon-Fon**, Rio de Janeiro, 25 set. 1915.

Podem ser vistos, na fotografia, os bancos e as alamedas, além de algumas estátuas e o coreto, ocupados por retirantes e suas famílias, com suas redes de dormir profanando o espaço de sociabilidade aburguesada com que as elites locais procuravam darem-se ares de civilidade europeia. Ao fundo, é possível identificar alguns edifícios recentemente construídos no processo de remodelação urbana que se havia iniciado ainda no século anterior[36].

IV

Todas essas atividades e representações, entre muitas outras, apresentam-se como parte das ações de caridade, que é seu elemento motivador e legitimador[37]. Os diretórios, comitês e bandos precatórios,

36 Cf. PONTE, Sebastião R. B. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860-1930). Fortaleza: 5.ed., Edições Demócrito Rocha, 2014.

37 Comitês ou campanhas de arrecadação de benefícios foram organizados em inúmeras cidades, como São Paulo, Montevidéu e Xapury (Acre), conforme informações no Correio do Ceará. O relatório do Presidente do estado inclui contribuições tão díspares como a de 150$000 "angariado por

contudo, diferem das "comissões de socorros" organizadas no tempo do Império. Para estas, cujas atividades assemelham-se formalmente às festas republicanas – embora a ênfase seja na arrecadação de gêneros e dinheiro (esmolas) –, a caridade "particular" assume uma função complementar à "caridade oficial" exercida pelo Estado, através da figura do Imperador. Ao que parece, D. Pedro II encontrava-se no ápice de uma imensa rede imaginária de assistência aos pobres, configurando um amplo arco de pertencimento que a política imperial pretendia abarcar[38]. Sob sua imperial proteção, os pobres sentiam-se amparados e seguros de que nada de muito grave poderia lhes acontecer se o Rei estivesse atento às desgraças do povo. Essa posição parecia legitimada pelas ações das multidões de retirantes e pelas suas justificativas, pois estes, no relato de Theophilo, quando subtraíam gêneros às carroças de transporte, "muito convencidos estavam de que tudo era do Rei e por consequência lhes pertencia"[39]. Em 1877-80 e em 1889, as verbas arrecadadas eram diretamente enviadas ao governo das Províncias afetadas pela seca (principalmente Ceará, como permanece em 1915), que as destinavam a suas políticas locais de assistência. O elemento central dessa política imperial era a esmola, como criticavam veementemente os liberais (José do Patrocínio, André Rebouças e muitos outros, inclusive o coronel Benjamin Barroso, presidente do Ceará em 1915)[40].

José do Patrocínio, em 1878, no curso de sua crítica à política imperial de assistência, defendia que "o socorro em tempo de calamidade é lei, logo o Estado ao dal-o cumpre apenas com um dever"; para ele, em lugar da esmola – que designa "a caridade do Estado" – deveria ser generalizado o socorro, que se constitui em um direito[41].

André Rebouças reforça esta ideia, ao afirmar que "poderia parecer que pedimos esmola, quando estamos exigindo o cumprimento de um dever constitucional, acima do qual não conhecemos nenhum". Para ele, "o

senhoritas de Taquari, Rio Grande do Sul" e de 1.206$000 da "Colônia Siria neste Estado".

38 Cf. PEREIRA, Ronaldo. O povo e o Imperador: classes populares e imagem da Monarquia na corte e na capital da República. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v.4, n.2, p.95-108, 1998.

39 THEOPHILO, Rodolpho. **História da Secca do Ceará (1877-1880)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p.194. Esta questão pode ser ainda compreendida em termos do "monarquismo ingênuo", tal como foi indicado por James Scott. Cf. SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013; NEVES, Frederico de Castro. O discurso oculto dos retirantes das secas. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v.33, n.2, p. 67-81, jul.-dez. 2013.

40 No entanto, o Decreto nº 2.884, de 1º de fevereiro de 1862, já preconizava que os socorros deveriam ser prestados em auxílios diretos (medicamentos, roupas, gêneros alimentícios) e nunca em dinheiro.

41 **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 set. 1878.

governo imperial não pode deixar morrer uma só pessoa de fome sem faltar ao primeiro de seus deveres"[42].

Uma mudança na estrutura de sentimentos que regulava a relação entre a sociedade brasileira e os pobres estava em movimento durante esses anos, na qual o "favor" (elemento pertencente à esfera privada, associado à esmola) deveria ser substituído pelo "direito" (elemento da esfera pública, garantido por leis universais). O Estado não deveria, segundo esses pensadores liberais, regular suas ações segundo padrões e critérios da vida familiar e privada, rompendo assim com os parâmetros monárquicos de caridade institucionalizada.

Em 1915, portanto, a caridade privatizava-se cada vez mais, e as iniciativas caridosas estavam nas mãos de cidadãos respeitáveis e suas senhoras, consolidando o processo de estabelecimento da República.

A Igreja, por seu turno, reposicionava-se socialmente depois das crises decorrentes da Questão Religiosa (década de 1870) e da Proclamação da República (1889), reassumindo lugares de proteção aos pobres e de educação dos órfãos. D. Manoel, recém-nomeado Arcebispo de Fortaleza, procurou tomar a iniciativa nas ações de assistência aos pobres, encontrando-se diretamente com o Presidente da República no sentido de solucionar entraves burocráticos para a liberação de verbas para as obras de assistência aos flagelados do Norte. O "prelado cearense foi, em nome das populações flageladas, solicitar do chefe da nação os seus bons officios no sentido de serem enviados promptos socorros áquella gente"[43]. No retorno à Fortaleza, uma grande cerimônia de recepção reuniu milhares de pessoas junto ao Palácio Episcopal[44]. As campanhas de arrecadação de donativos e dinheiro eram divulgadas pelo jornal *Correio do Ceará*, que também publicava a destinação das verbas e as prestações de contas.

O Estado, ao mesmo tempo, desvencilhava-se de muitas de suas obrigações constitucionais de assistência à população atingida por calamidades, reafirmadas pela Constituição de 1891. Mesmo assim, continuava sujeito às mesmas críticas que o federalismo aristocrático desferia contra o centralismo republicano. Essa nova configuração de poder não era pacífica nem sujeita a conflitos ou dissensos. Esperava-se, em 1915, uma ação mais contundente do governo federal em apoio aos estados acometidos pela seca.

42 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 14 out. 1877; REBOUÇAS, André. **A Sêcca nas Províncias do Norte**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877, p. 39.

43 **Correio Paulistano**, São Paulo, 25 jun. 1915.

44 **Revista Fon-Fon**, Rio de Janeiro, 24 out. 1915.

De um lado, as ações deveriam, segundo algumas autoridades, ser centralizadas no governo federal e caracterizadas como "um serviço systematizado de obras de defesa contra as seccas"[45]. Desta forma, a assistência aos pobres ficaria definitivamente vinculada ao trabalho em obras públicas, definidas segundo critérios racionais e científicos de utilidade e eficiência, processo que se iniciou em 1877. Caberia ao Estado resolver o "problema das seccas" por meio da construção de uma infraestrutura básica de acumulação de água capaz de resistir aos anos de estiagem.

De outro lado, por meio de críticas ao lento processo de aprovação de novas verbas para os socorros públicos ou sarcásticas charges que representavam a corrupção governamental que corroía a República, os jornalistas cariocas interferiam, assim, na formação de uma nova sensibilidade – liberal e republicana – que pudesse substituir a caridade institucionalizada do governo imperial. O Estado, porém, mostrava-se fraco, incapaz e corrupto, cedendo aos desejos privatistas dos políticos e aos interesses econômicos dos empresários[46].

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 ago. 1915.

45 **Relatório do Presidente do Estado do Ceará**, 1915, p. 5.

46 Cf. os inúmeros editoriais assinados por Gil Vidal no **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1915 a 19 jun. 1915.

Com essa charge, o jornal tocava em um ponto sensível nas relações federativas da República: as relações entre os estados pobres e São Paulo. Enquanto a morte aparece rondando o "Norte", as esmolas seriam desviadas para a valorização do café! As fronteiras internas do Estado brasileiro estariam, nesse momento, sendo redefinidas em função das novas percepções da pobreza e da riqueza, ou seja, dos níveis de produtividade industrial e capitalista que estabelecem padrões de desenvolvimento e relação com o Estado. O "Norte", antes identificado genericamente com as "Províncias do Norte" (o que significava tão-somente "ao norte da Corte"), passa, nesses anos, por um deslocamento simbólico que define um conteúdo relacionado ao empobrecimento e à decadência. A divisão da riqueza nacional passa a ser percebida, pelos "nortistas", pela sua desigualdade e injustiça. A concentração da riqueza em São Paulo aparecia como injusta e imoral.

O folclorista Leonardo Mota reforça as críticas dos jornais cariocas e responsabiliza os "nababos de S. Paulo" pela lentidão no processo de aprovação de verbas para "auxílio dos flagelados do nordeste", em discussão no parlamento; no final, segundo ele, prevaleceu o "egoísmo descommunal" dos paulistas, que conseguiram a aprovação de uma verba para fazer subir o preço do café que seria "trinta vezes superior" aos irrisórios "cinco mil contos" concedidos para as obras de assistência aos retirantes[47]. Para ele, praticava-se, no Rio de Janeiro, uma "caridade nobilitante" baseada no "snobismo", que se mobiliza muito mais por "infortúnios alheios" – "sempre que um terremoto infelicita qualquer região do planeta, logo no Brasil, philanthropos accodem com gordos obulos ás victimas desconhecidas". Conclui que, ao contrário, "só pelos desamparados do nordeste jamais efferveceu o dos sulistas prurido de amor ao próximo"[48].

Ao mesmo tempo, a crítica ao desperdício e à ineficácia das obras empreendidas pelo governo não é exclusividade dos intelectuais do "Norte". A criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, gerou uma enorme expectativa com relação à construção de uma infraestrutura resistente às estiagens, composta de açudes, estradas e outras obras hidráulicas. Em 1915, contudo, o próprio governo cria uma Comissão de Obras Novas, chefiada pelo experiente e conceituado engenheiro Aarão Reis, para, de forma complementar aos trabalhos da IOCS, acelerar e fiscalizar as obras de construção de açudes considerados prioritários para "combater

47 **A Lucta**, Sobral-CE, 18 ago. 1915.
48 **A Lucta**, Sobral-CE, 09 jun. 1915.

a seca" e absorver a mão-de-obra deslocada das propriedades rurais[49]. A própria IOCS vira IFOCS, uma inspetoria federal cujos limites de atuação terminam por serem definidos apenas em 1919.

O *Correio do Ceará* ironiza o "luxo burocrático" da Inspetoria, instalada "no Rio de Janeiro, em plena Avenida Rio Branco, no segundo andar de um prédio caríssimo e luxuoso, com engraxate á porta e elevador a subir e descer". Critica também a nomeação de um novo "Inspector especialmente para as obras de socorro", que igualmente "mantém-se lá mesmo", no Rio de Janeiro, sem conhecer a realidade da seca no Ceará. Destaca que as obras dirigidas pela IOCS ("8 ou 10 açudes") de nada têm servido para melhorar a situação da região. Além disso, aponta que "os jornaes acusam irregularidades" e que "um inquérito oficial" certamente iria revelar fatos desabonadores da conduta dos dirigentes responsáveis[50].

A incúria e a incompetência aparecem também em charges e reportagens de outros jornais da capital da República, apontando para a ideia de que o Estado seria incapaz de realizar o projeto liberal de progresso, eficácia e racionalidade. A caridade particular afirma-se mais uma vez, nas denúncias de corrupção e desvio de verbas, como o mecanismo mais eficiente para distribuir socorros e lidar com o sofrimento da população pobre.

49 A escolha dos locais de construção dos açudes, o alistamento dos trabalhadores e a contratação de fornecedores de gêneros alimentícios não estavam livres da influência dos potentados locais e dos interesses das empresas de construção civil, assim como não passavam impunes diante dos conflitos com os retirantes e suas demandas. O aprendizado dos engenheiros responsáveis pelas obras passava pela experiência de negociar essas várias frentes de conflitos. Cf. LIMA, Aline Silva. **Um projeto de combate às secas**: os engenheiros civis e a IOCS na construção do Açude Tucunduba (1909-1919). Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal do Ceará, 2010; MONTEIRO, Renata Felipe. **Um monumento ao Sertão**: trabalho e política na construção do Açude Cedro (1896-1906). Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal do Ceará, 2012. De qualquer maneira, as obras transitavam contraditoriamente entre os significados conferidos a uma construção de infraestrutura, um ato racional da engenharia, e a uma atividade assistencial, um ato solidário de socorro aos retirantes famintos.

50 **Correio do Ceará**, Fortaleza, 07 mar. 1916. A crítica não é neutra. O jornal acusa o engenheiro Aarão Reis, responsável pelas "Obras Novas", de nomear o filho e de receber salários indevidos. Ao contrário, o Superintendente da IOCS, o "digno chefe" Thomaz Pompeu Sobrinho, de tradicional família cearense, é "solícito sempre em servir ao público". **Correio do Ceará**, Fortaleza, 21 dez. 1915.

O Malho, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 665, 1915.

A "engenharia sugadora" mostra-se generosa com os intermediários (empreiteiras, comerciantes, cartórios, órgãos do governo encarregados de expedir autorizações e alvarás, etc.) e com a própria IOCS, mas os estados afetados pela seca permanecem à míngua, implorando por migalhas e sobras das verbas públicas destinadas a minorar o sofrimento da população. Supõe-se que as verbas foram de fato destinadas, mas desviadas pela corrupção governamental[51].

As ações desenvolvidas pelo governo e pela caridade particular, assim, nesse novo contexto, estão separadas socialmente e respondem a pressões diferenciadas por parte dos jornais. Enquanto as festas e outras atividades organizadas pela iniciativa de particulares, em especial pelas mulheres das famílias ricas, são apresentadas como dignas de elogios, pela caridade desinteressada e solidariedade com os pobres que manifestam, o governo e os órgãos estatais destinados aos socorros públicos são diariamente criticados

51 No "balancete da receita da despesa feita com os flagellados da secca de 1916", o presidente Benjamin Barroso informa que recebeu a quantia de 580:000$000 diretamente do "exmo. senhor Presidente da República em diversas parcellas", de um total de 765:313$350 arrecadados entre governos estaduais e municipais, colônias de estrangeiros e particulares.

pela incompetência, pelo desvio de verbas, pela indiferença e pela incúria. As prestações de contas apresentadas nas páginas dos jornais (*Correio do Ceará*, em Fortaleza, e *Jornal do Brasil* e *O Paiz*, no Rio de Janeiro), por órgãos ligados à Igreja ou à sociedades caritativas, não são questionadas; pelo contrário, aparecem como sinal da honestidade e respeito ao dinheiro arrecadado em campanhas públicas. Por outro lado, as contas da IOCS e do governo, assim como as decisões do Parlamento sobre a destinação de verbas, são permanentemente colocadas em dúvida, pairando sobre elas suspeitas de corrupção, nepotismo e desvio.

A figura do Presidente Wenceslau Braz é, nesse sentido, emblemática. A sua presença nos festivais realizados na Quinta da Boa Vista é sempre destacada. Aqui, aparece em público o cidadão caridoso e cristão, que apoia as iniciativas de sua esposa, que é quem, de fato, organiza e dirige alguns desses festivais, arrecada verbas e as distribui entre entidades ligadas à Igreja Católica para serem destinadas a mitigar o sofrimento dos pobres, especialmente os retirantes das secas. Como governante, contudo, é visto como descuidado e indiferente, que, em conluio com "os nababos de S. Paulo", impede a aprovação de verbas suficientes para diminuir os efeitos das secas e não valoriza os órgãos criados pelos seus antecessores para realizar obras de proteção contra as estiagens. Seu nome, segundo Leonardo Mota, "passará á História anathematizado pelos nortistas" e os cearenses do futuro "quando se referirem a 1915 será amaldiçoando a Wenceslau Braz Pereira Gomes"[52].

V

Leornardo Mota utiliza as expressões "norte" e "nordeste" de uma maneira que pode ser identificada com uma nova regionalização em curso, baseada na seca e suas consequências, cujas origens estão certamente na seca de 1877. Não é uma designação inocente. Os efeitos regionalizadores da seca já foram assinalados por Rosa e por Durval[53]. No entanto, a ideia de Nordeste como região instituída aparece, tanto na historiografia como no senso comum, vinculada muito mais aos escritos de Gilberto Freyre, cuja regionalização elege Pernambuco como o centro que secreta um processo de divisão regional do Brasil.

52 **A Lucta**, Sobral-CE, 18 ago. 1915. Por outro lado, segundo ele, "quando os cearenses do futuro fallarem de 1877, será lançando bênçãos sobre a memória santa de Pedro II".

53 ALBUQUERQUE JR., Durval M. **A invenção do Nordeste**: o engenho anti-moderno e outras artes. São Paulo: Cortez, 1999.

O próprio Gilberto Freyre lamenta-se dessa identidade regional nordestina vinculada às secas. Para ele, em 1937, a ideia de Nordeste já está "desfigurada pela expressão 'obras do Nordeste' que quer dizer: 'obras contra as secas'"[54]. Lamenta-se de que um significado periférico, segundo ele, tenha se tornado a referência simbólica central para a região em sua totalidade. O Nordeste, que agora "quase não sugere senão as secas", e principalmente após o governo de Epitácio Pessoa (em uma nova seca – 1919) definir mais claramente o perímetro da atuação da IFOCS, aparece, já naquele momento, no conjunto das identidades formadoras da nacionalidade brasileira, com um forte acento na pobreza, no atraso econômico e tecnológico, na superioridade da natureza sobre a sociedade, na violência dos cangaceiros e coronéis, no fanatismo dos beatos e seus seguidores. As representações em jornais, literatura e história, quando se referem aos antigos "nortistas", apesar dos reclamos de Gilberto Freyre, destacam reiteradamente os aspectos relativos ao coronelismo, ao clientelismo, à corrupção, à excessiva miséria dos pobres e à ostensiva opulência dos ricos.

A ele, somente interessa o Nordeste agrário-açucareiro. Contudo, sua intenção é nordestinizar um conjunto muito mais amplo. Não tão amplo quanto o antigo "Norte", que se estendia até as fronteiras amazônicas, mas uma demarcação que ultrapassa a "civilização do açúcar".

Freyre percebe e define a existência concreta de, "pelo menos", dois nordestes. Um, "mais velho", é o nordeste agrário, "de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel do engenho", "onde nunca deixa de haver uma mancha de água", "onde noite de lua parece escorrer um óleo gordo das coisas e das pessoas", um "Nordeste da terra gorda e de ar oleoso" que é o "Nordeste da cana-de-açúcar". O outro é o nordeste "pastoril", da "areia seca rangendo debaixo dos pés", "das paisagens duras doendo nos olhos", dos mandacarus, dos "bois e cavalos angulosos", das "sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol", "de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco"[55].

Deste "outro Nordeste", Freyre quase nada tem a dizer. Deixa a tarefa de estudá-lo para "um dos conhecedores mais profundos de sua formação social – Djacir Menezes"[56]. Este autor cearense, por sua vez, reafirma a distinção entre o Nordeste "que se embebeu do sangue negro, com sua aristocracia

54 FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: José Olympio, 1937, p. 41.
55 Ibidem, p. 41.
56 Ibidem, p. 17.

feudalóide", e o Nordeste "que se desenvolveu no trabalho livre das caatingas e de alguns vales úmidos" – um Nordeste duplo, em que se contrapunham "latifúndio patriarcalista e escravidão" e "exploração pastoril e liberdade". No entanto, ao analisar as condições de formação da sociedade no semi-árido – a caatinga – a partir da crítica a um certo determinismo geográfico, aproxima-se contraditoriamente das análises contidas na imprensa paulista, estudadas (e criticadas) por Durval. Ao examinar "o ecúmeno do pastoreio nordestino", elemento que permitiu o assentamento da população em meio ambiente tão "hostil", ele conclui que "é o meio social incapaz de preparar o contingente humano às condições de trabalho, que, em cumplicidade com os fatores étnicos e, em geral, biológicos (miscigenação, legado cultural aborígene remanescente nos campos, etc.), converte essas populações no rebanho propício a ideologias dos misticismos doentios". Assim, a tendência de comportamento dessas populações é oscilar entre os pólos do misticismo – o fanatismo dos beatos e seus seguidores, "a reação doente" – e da violência – o cangaceirismo, "a reação do forte". Parece uma versão científica dos "fanáticos boçais" e dos "bandidos facinorosos", do paulista Paulo Barros em seus artigos no jornal *Estado de São Paulo*[57].

Contudo, essa distinção, que reconhece a heterogeneidade da formação regional brasileira (e, portanto, a complexidade da própria definição do "regional"), não aparece no *Manifesto Regionalista*, supostamente de 1926. Mas aparece no livro de Rosa Godoy, que esperava que a pesquisa histórica não fosse mais a "História do Nordeste homogeneizado, em que se faz tábula rasa da diferenciação social e espacial interna".

Por outro lado, ela também chama a nossa atenção para os aspectos de dominação política, econômica e social – ela pretendia que seu trabalho pudesse contribuir para "desvendar a dominação que tem historicamente marcado a região 'Nordeste'" (e o nordeste, aqui, entre aspas!)[58].

Assim, nessa chave de compreensão, podemos distinguir, pelo menos, duas linhas gerais de percepção sobre o Nordeste, originadas tanto

57 MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da "civilização do couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais. Fortaleza: 3.ed., Ed. UFC – Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1995 (1ª ed. 1937), p. 13-24. A ênfase na "liberdade" em contraposição à "escravidão" é característica de certas correntes historiográficas cearenses, que ressaltam "a pequena influência das etnias africanas no Nordeste pastoril, principalmente no Ceará" (p. 10), tese hoje contestada por muitos historiadores. Cf. FUNES, Eurípedes A. Negros no Ceará. In: SOUZA, S. (org.) **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 103-132. A expressão "civilização do couro" é atribuída a Capistrano de Abreu.

58 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**, *op. cit.*, p. 237.

da historiografia profissional quanto da consciência histórica expressa pela mídia – de certa forma, os "dois nordestes" de Gilberto Freyre, vistos a partir de outro ângulo.

O Nordeste do açúcar corresponde à visão do sofisticado senhor de engenho, que, da varanda de sua casa-grande, contempla a extensão de seus domínios (em canaviais, em trabalhadores, em agregados, em estradas e maquinário).

O Nordeste das secas corresponde à visão do rude fazendeiro do gado, que, do baixo alpendre de sua casa-sede, avalia os destinos de seus animais e de seus moradores.

As identidades nordestinas assim construídas não escondem, portanto, suas origens de classe nem sua posição conservadora diante do mundo e se combinam para estabelecer uma configuração regional para o estabelecimento do estado nacional brasileiro.

Isso também aprendemos com o livro de Rosa Godoy.

PARTE IV

História e fotografia

O historiador e a fotografia: a imagem da infância na revista *Era Nova*

Maria do Socorro Cipriano

Marca emblemática de um tempo fluido, as *selfies* viraram uma febre na vida das pessoas comuns a partir dos últimos três anos. Minutos de fama através de um clique. Essa magia possibilitada pelas imagens fotográficas, hoje repaginadas pelo avanço da tecnologia na era digital, guarda uma nostalgia dos anúncios das primeiras máquinas Kodak, quando esta anunciava aquilo que parecia ser a chave para um mundo cheio de novidades e de fantasias: "você aperta o botão, nós fazemos o resto". O *slogan* que às vezes era impresso ao lado de uma figura feminina, ajudava a vender a ideia de que o produto era tão moderno, prático e leve que até uma mulher conseguiria manuseá-lo. Assim, desde o século XIX, homens, mulheres e crianças de diferentes etnias e níveis sociais; paisagens belas e as mais catastróficas cenas de guerras saíram daquela caixinha misteriosa, passando a circular nos jornais e nas revistas.

Essa profusão de imagens fotográficas produzidas ao longo do último século não passou ao largo do ofício do historiador, que percebendo na iconografia uma forma de narrativa fértil para o campo de conhecimento da história, tem investido, nas últimas décadas, no mapeamento dos acervos e no aprofundamento teórico-metodológico quanto ao seu uso. Apesar da crescente produção historiográfica sobre o tema, lidar com a fotografia tem sido um desafio ainda em nossa contemporaneidade, pois quando nos deparamos com um retrato em preto e branco de alguém que nunca conhecemos, mas que de algum modo fitamos o seu olhar, ainda nos desconcertamos perante a complexidade desse encontro. Se a fotografia já não pode ser tomada como prova do real, como entender sua historicidade? Como analisar o seu lugar de produção cultural?

Em consonância com tais inquietações, este artigo apresenta uma reflexão bastante despretensiosa quanto ao *uso* da fonte fotográfica no

campo da história, considerando como ponto de intercessão a imagem produzida sobre a infância na Paraíba no começo do século XX e os retratos das crianças, que eram divulgados na revista *Era Nova*. Para tanto, faz-se necessário articular o tema ao contexto de mudanças socioculturais do estado no período da década de 1920, quando da edição da referida revista, para entender como esta ajudou na construção do modelo ideal de infância vigente.

Sobre os *usos* da fotografia

Desde a ampliação da noção de documento, operada pela Escola dos Annales nas primeiras décadas do século XX, a história passou a incluir como fonte histórica todo e qualquer rastro que ligasse o homem ao passado. Estas e outras questões incidiram sobre o próprio ofício do historiador, no sentido da criação de outros critérios de validação teórica, de novos temas e da própria formulação do problema histórico no seu campo pertinente do saber. Com o redimensionamento da noção de documento, a pintura, a fotografia, o cinema e demais iconografias tornaram-se fontes potencialmente aptas para o *uso* do historiador.

A emergência dessa nova perspectiva histórica, desse redimensionamento da concepção de fonte, aparece num contexto cultural perscrutado pelo desejo de novidade, pelo apreço ao moderno. Período este, em que a fotografia estava se massificando e capturando, sob suas lentes curiosas, os eventos mais banais do cotidiano aos mais marcantes para a sociedade. No entanto, apesar da quantidade de iconografias produzidas, os historiadores se moveram lentamente em sua direção.

Impressas nos cartões postais, nos jornais, nos porta-retratos, nos álbuns de família, as fotografias inquietam o historiador. Afinal, como deve ele se portar diante da de cenários de violências e guerras reais ou forjadas nesses registros iconográficos?[1] Como analisar os retratos dos vivos que pousavam com seus melhores trajes, e até dos muitos defuntos, tendo em vista que a fotografia operava o milagre de reatualizá-los no cotidiano dos vivos através da memória de seus retratos, fazendo cristalizar sua imagem para a posteridade? Por quais caminhos deve trilhar o historiador para lidar com tantas diferentes imagens?

1 Sontag mostra como desde o final do século XIX, o fotojornalismo potencializa o espetáculo da dor ao divulgar as imagens das guerras. Ela reflete como somos afetados pelas fotografias de sofrimento. SONTAG, Susan. **Diante dor dos outro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Apesar da aparente transparência e objetividade implícitas no processo mecânico de captura da imagem, a complexidade que representa essa fonte para o campo da história implica, justamente, em saber lidar com esse jogo que borra a fronteira entre o visível e o invisível. Como afirma Natalia Brizuela, em diálogo com Barthes, a fotografia torna-se ambígua por apresentar-se como um anúncio implícito de morte, por ser a presença de algo que já aconteceu. É nesse sentido, que essa dimensão da imagem pode ser interpretada como fantasma, "não só daquilo que já não está diante de nós, mas também daquilo que já não estará, em algum momento, anunciado pela fotografia, entre nós"[2].

Pensar esse lugar privilegiado que a fotografia tem ocupado na sociedade ocidental, desde sua invenção e divulgação, requer do pesquisador um olhar diferenciado sobre a fonte. Especialmente quando se trata de uma época que parece querer mostrar tudo, esse "olhar" não deve ser o da busca pela verdade na imagem.

Com a democratização do retrato fotográfico, possibilitada pelo desenvolvimento da indústria europeia e americana, ainda em meados do século XIX, um dos objetivos das pessoas buscarem a fotografia é o desejo de deixarem suas imagens para a posteridade, imortalizando, todavia, uma imagem desejada. Um artifício tentador, como explicita Boris Kossoy: "Por que não representar através da aparência exterior – que é, na realidade, a matéria-prima para o registro fotográfico – o personagem que ele nunca havia sido e que jamais seria?"[3].

A partir de 1860, com uma disseminação do retrato em papel e com o avanço das técnicas e processos na sua produção, surgiram padrões estéticos fotográficos, que logo foram absorvidos pelos profissionais de outros países, convergindo para a homogeneização própria de cada período[4]. Inclusive, graças a essa prática de apropriação pelos seus produtores é que, muitas vezes, o pesquisador consegue demarcar cronologicamente a produção da fonte, como ressalta Kossoy[5].

No Brasil, a fotografia logo se torna alvo de interesse de vários grupos sociais, revelando quão importantes foram essas imagens para a sociedade, desde sua chegada ao país. E, à medida que as pessoas conferiam

2 BRIZUELA, Natalia. **Depois da fotografa:** uma literatura fora de si. Rio de Janeiro: 1ª ed., Rocco, 2014, p. 129.
3 KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 115.
4 Ibidem, p. 82.
5 Ibidem, p. 82

à fotografia um lugar de guardião da memória e também de promoção social, especialmente nos estúdios, os fotógrafos se encarregavam de oferecer aos seus clientes as imagens adequadas: retratando-os ao custo de um delicado trabalho e disfarce.

As indumentárias oferecidas pelo profissional poderiam fazer o fotografado figurar em um nível sociocultural mais elevado. Afinal, o retrato tinha como um dos principais objetivos preservar uma memória pessoal e, nem sempre, a pessoa estava conformada com o seu presente. Por isso, dentre os acessórios usados no período, a bengala, o leque, casacos, sapatos e outros enfeites pessoais, inclusive, até peças de mobiliários ajudavam a compor o figurino adequado para o fotografado. As alterações não se restringiam apenas aos acessórios empregados à cena, mas poderiam interferir no corpo, no sentido de suavizar as feições e deixá-las mais harmoniosas.

É necessário lembrar que os retratos também eram usados para diversos fins, dentre eles, como lembrancinhas destinadas aos familiares, amigos, professores. Atento às especificidades das fontes, pesquisadores se ocupam, não somente das imagens, mas as próprias escritas impressas em forma de dedicatória aos destinatários, também podem fornecer pistas, que especificam fragmentos das sociabilidades cotidianas e detalhes acerca das próprias produções fotográfica6.

Estudando os retratos dos escravos no Brasil, Sandra Koutsoukos aponta outras funções desse artefato. Ao perguntar "Qual o motivo para uma pessoa (negra) da segunda metade do século XIX se fazer retratar?"[7], a autora percebe como a fotografia representava um *status* social importante para os ex-escravos, em meados desse século, passando a servir como um "passaporte" para ingressar na sociedade. Ir ao estúdio e tirar uma fotografia, ao exemplo do *carte-de-visite*, tornara-se uma estratégia usada pelo liberto que almejava reafirmar sua nova imagem. Atitude que se constituía, portanto, numa maneira não somente de registrar esse marco em sua vida, mas de publicizar sua nova condição social.

Essa dimensão inventiva da fotografia enquanto suporte para a promoção sociocultural também pode ser percebida no decorrer do século XX. Ana Maria Mauad, ao pesquisar a trajetória social de um grupo de famílias de imigrantes libaneses no Rio de Janeiro, na primeira metade do

6 Ibidem, p. 82

7 KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo:** Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 89.

século XX, analisa sua integração à classe "social dominante", percebendo como a fotografia foi usada para uma nova construção identitária. A partir dos retratos de família, a autora mostra como os imigrantes configuraram uma nova subjetividade moderna, não mais através da "linhagem de sangue, mas pela sua trajetória social e pelas suas formas de narrá-las – biografias, diários, cartas, álbuns de fotografias e outras formas de escritas"[8].

Essas abordagens são reveladoras do fértil campo de pesquisa que se coloca perante o historiador. Na área de estudos da história visual, Ulpiano Menezes reconheceu os avanços das análises que envolvem a fotografia, afirmando que foi justamente "o campo de pesquisa dessa fonte que melhor absorveu a problemática teórico-conceitual da imagem e a desenvolveu intensamente, por conta própria", multiplicando-se os enfoques e intensificando-se a organização de banco de dados[9].

Todavia, os pesquisadores são unânimes em afirmar que a pesquisa sobre fotografia no Brasil é muito recente e que ainda existe um vasto campo temático e metodológico a ser explorado[10]. Boris Kossoy afirma que ainda na década de 1970, quando iniciara suas pesquisas sobre o tema, havia uma grande ausência de trabalhos sobre fotografia no país e também sobre "aspectos de ordem teórica acerca da natureza da fotografia, de seu papel enquanto documento histórico e, também, como forma de expressão artística"[11].

Ao acompanharmos os diferentes usos possibilitados para a fotografia, em períodos tão distintos, compreende-se aqui que a imagem, longe de traduzir a realidade, ela é passível de interpretações múltiplas enquanto artefato cultural. Sua análise requer, a partir da problemática à

8 Para essa discussão, ver: MAUAD, Ana Maria. Cartografia da imagem Fotografia e imigração libanesa no Rio de Janeiro (1900-1950). In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria e IOKOI, Zilda M. Gricoli (orgs.). **Anais do XX Simpósio Nacional de História – ANPUH – História: fronteiras – v.2**. São Paulo: ANPUH, 1999, p. 1109-1125. (Disponível em: http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S20.85.pdf; Consultado em: 15/02/1916); **Palestra da Profa. Dra. Ana Maria Mauad no III ENEIMAGEM - Parte 2 de 3**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q04SPm_V6hY&ebc=ANyPxKogkB7mbHqCZ71mrKIMZcwtbEvY2yq0jiZFBPfe6gZ909Ac6exgZ05YQL5tWDsAWrrBXAHuZ5iCwzyqJaxuM2d6e9e8Wg. (Consultado em: 15/02/1916).

9 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.45, v.23, jan.–jul. 2003, p. 21.

10 Um dos primeiros trabalhos que conta da história da fotografia na Paraíba, na primeira metade do século. LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba**: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1858-1950). João Pessoa: editora universitária, 1997.

11 KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia:** o efêmero e o perpétuo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007, p. 26.

qual ela está articulada, atenção aos elementos icônicos que a constituem e aos suportes aos quais ela se encontra vinculada. Sempre alentando para o caráter histórico e, portanto, mutável que decorre desse também olhar que tenta capturar a imagem.

Infância na revista *Era Nova*

A partir da primeira década do século XX, o trem, o cinema, a maior circulação de jornais e revistas que adentram as principais cidades do estado da Paraíba oferecem possibilidades para a reelaboração das imagens que a elite agora, sob esse prisma, desenha os modos de viver. A revista *Era Nova,* que circulou na Parahyba do Norte entre 1921 e 1926, já trazia sob o seu título o signo dos tempos modernos e, através de suas fotografias, apresentava ao seu público uma capital em movimento: suas ruas, seus passantes, suas festas, seus trabalhos de pavimentação.

A revista tinha como um dos seus principais atrativos aos olhos dos seus leitores, exibição das fotografias de homens, mulheres e crianças da elite regional, que se orgulhavam de ver suas imagens publicizadas nas capas das revistas e por entre suas páginas bem caprichadas. Propagadora e, portanto, também criadora das ideias de "progresso" e "modernidade", a Era Nova era de consumo da elite social, como afirma Bertrand Lira[12]. Portanto, ter sua fotografia impressa nessa revista – cujo editor, Severino Lucena, filho do então presidente do estado, Solon de Lucena – era uma questão de status para as pessoas e criava a ilusão de pertencimento aos grupos dominantes.

Em sua investigação sobre a história cultural da imprensa na Paraíba, no começo do século XX, Alômia Abrantes da Silva aprofunda essa problematização sobre a revista e os usos fotográficos, buscando entender os processos constitutivos das imagens em suas relações com o corpo enquanto definição de gênero[13]. A autora mostra como os rostos e corpos ali impressos deixam entrever detalhes sutis de modos de ser que, capturados pelo olhar atento do historiador, nos ajudam a compreender as práticas culturais daquela sociedade[14].

Quase sempre as fotografias impressas na revista não tinham

12 LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia...**, *op. cit.*, 1997, 145.

13 SILVA, Alômia Abrantes da. Imagens de si: inscrições de corpo e gênero nos retratos da "era nova" (1920). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História– ANPUH**. São Paulo, n.1, 2011.

14 Problematizando esse contexto de modernização na capital e as imagens femininas aí suscitadas, ver o trabalho de SILVA, Alômia Abrantes da. **As escritas femininas e os femininos inscritos:** imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 20. Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

conexão com os textos aos quais estavam coladas, e eram, na maioria, tiradas dos álbuns de família, o que denota um movimento do corpo que saía da intimidade familiar – de um círculo fechado – para se expor nos espaços abertos do público: "não bastava mais ser apenas fotografado, se essas imagens não saíssem do círculo familiar para o espaço público"[15].

É nesse contexto de promoção do status social através da divulgação dos retratos na imprensa, que os leitores também podem admirar seus pupilos nas páginas da revista *Era Nova*. Mas quais crianças apareciam aí? Como a revista operava como um difusor da modernização do estado, preocupando-se em mostrar apenas as transformações decorridas dos investimentos de seus governantes e dos promissores homens de negócio. Tudo aquilo que atrapalhasse os esforços para o embelezamento das urbes passava ao largo dessa imprensa.

Segundo a afirmação de Bertrand Lira, até a década de 40, os fotógrafos não intencionavam registrar temas que explicitassem problemáticas de cunho social. Quando o pobre aparecia na revista era representado sob o signo do folclórico, do pitoresco. Ainda, segundo o autor, as poucas fotografias de pessoas desfavorecidas deixadas por Walfredo Rodriguez, deveram-se ao cumprimento de seu trabalho, como fotógrafo oficial do Estado entre as décadas de 20 e 30, tendo como objetivo "documentar a assistência aos flagelados da seca"[16].

Essa formulação acerca da imagem do pobre, como sendo algo natural e não um resultado das diferenças sociais, também foi observado por Mauad, em sua pesquisa sobre a partir da revista *Cruzeiro*:

> O pobre é retratado como naturalmente pobre, e o rico como naturalmente rico, posto que em nenhum momento são representados fora do código dominante que associa um determinado espaço geográfico acertos objetos e pessoas, orientando com isso a própria representação dos eventos/vivência dos grupos sociais. Assim, a naturalização do processo histórico, por meio da hegemonia da imagem fotográfica dominante, atuou como elemento estruturante das representações sociais de comportamento que se instituíram ao longo da primeira metade do século XX, moldando os gostos e escolhas dos cidadãos que se tornavam consumidores[17].

15 LIRA, Bertrand de Souza, op. cit. 123.

16 Ibidem, p. 148.

17 MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.13., n.1., jan.- jun. 2005, p. 40.

Voltando à revista *Era Nova*, essa postura editorial também pode ser percebida quando tematiza a infância. A seleção de retratos dos meninos e meninas impressos na revista é compatível com a representação da imagem ideal de infância construída por uma classe social abastada e orgulhosa face à iminência do progresso do Estado. Desse modo, se a revista usava tais recursos com o objetivo de atrair e divertir seus leitores e, ainda que, em dado momento, apontasse para os problemas sociais relativos à infância, esta abordagem visava a um objetivo mais amplo: solucionar problemas sociais para que estes não maculassem as feições de uma cidade que se via e se constituía como moderna.

Em conformidade com o que estavam sendo discutidos pelas autoridades médicas-higienistas e politicas, no âmbito nacional[18], sobre a saúde pública e os cuidados com a Infância, as autoridades paraibanas também passaram a manifestar suas ideias acerca do tema, a exemplo de alguns artigos publicados pela revista *Era Nova*. Dentre outras questões, seus discursos se direcionavam para a saúde e a formação das crianças, uma vez que, naquele momento, estas passavam a ser vistas como os futuros cidadãos, destinados ao compromisso com o progresso da Pátria.

Dentro dessa política de moralização social, a criança passa a ter então um lugar especial perante o Estado[19]. Portanto, na década de 1920, através da imprensa local, os temas da maternidade e da infância tornam-se questões básicas para a moralização social. O Instituto de Proteção à Infância, na capital do estado, segundo as palavras do autor S. Victor, ao proteger a "criança desamparada", representaria nesse contexto, "o mais belo padrão de glória que a alma cristã da Parahyba moderna erigiu à causa da civilização"[20].

18 No início da década de 1920, várias mudanças, na área da saúde pública, foram realizadas durante o governo de Epitácio Pessoa, então presidente da República. Sobre esse tema: OLIVEIRA, Iranilson Buriti de et alii. A ordem antes do progresso: o discurso médico-higienista e a educação dos corpos no Brasil no início do século XX. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v.9, ano IX, n.1, jan.-abr. 2012.

19 Certos desse papel de feminilidade, os médicos Elpídio de Almeida e João Dantas, que eram considerados avançados naquela época, escreviam aos jornais artigos que reforçavam a "sagrada" função educativa das mulheres; uma educação, é claro, limitada às utilidades do lar, possibilitando assim, uma redefinição das relações entre marido e mulher, mas também, entre mães e filhos. Essa postura médica deixa claro uma outra aliança efetivada entre a medicina e a política do Estado. O próprio Elpídio de Almeida, mesmo não tendo conseguido manter o mandato (1929-1932), foi designado para compor o Conselho dos Municípios no Governo de João Pessoa.

20 VICTOR, S. Instituto de Proteção a Infância. **Era Nova**, Parahyba do Norte, ano 1, n.13, 1º out. 1921.

Inscrito sob o mesmo título do nome da instituição, o artigo do referido autor não poupava elogios, podendo o leitor até averiguar, através das fotografias anexas ao texto, sobre suas "modernas e higiênicas instalações". Numa delas, lá está uma mulher sentada no leito com o filho no colo, dedicando-se àquela que seria sua função mais importante, a amamentação. No alto da parede do "dormitório", em letras grandes, inscrevia-se: "A mãe que não amamenta o seu filho não é mãe, é meio mãe"[21]. No entender do autor, a importância do órgão dava-se pelo investimento na formação infância, reabilitando-a e integrando-a à sociedade, voltando-se para a "prevenção" e para o "cuidado à infância". A instituição contribuía para evitar "o esphacelo moral da Pátria, a desgraça e a barbárie"[22].

O Instituto fundado, em 1912, pelo médico Walfredo Guedes Pereira, formado no Rio de Janeiro[23], havia passado por uma ampliação na década de 1920. Tal investimento é emblemático da recorrente preocupação com a infância naquele período, ao exemplo do que já existia em alguns estados da federação[24]. A Instituição era dividida em três compartimentos: a politécnica, a escola dos menores abandonados e a maternidade.

A relação entre maternidade e infância implicaria numa nova postura a ser assumida pala mãe[25], pois, a partir dos dispositivos disciplinadores, era exigido que ela estivesse preparada para desempenhar seu papel dentro da organização familiar, proposta pelo Estado, como mostra ainda o artigo de S. Victor: "os incontáveis serviços da obstetrícia, os preciosos ensynamenos da hygiene, o aleitamento, vestes, etc., e terse-á uma idéa do alto e sublime papel da maternidade"[26].

21 Ibidem.

22 Ibidem.

23 AGUIAR, Wellington e OCTÁVIO, José. **Uma cidade de Quatro Séculos**. João Pessoa: Governo da Paraíba, 1985, p. 141.

24 Iranilson Buriti Oliveira, em nota de rodapé, ao tratar do tema da higienização médica no Brasil, refere-se à formação de "uma rede de proteção à infância" que começa a se formar na década de 1920, afirmando como exemplo como o *Diário de Pernambuco* que passa a conferir visibilidade ao tema da infância. Refere-se ainda sobre I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que teria ocorrido realizado em 1921. Cf. OLIVEIRA, Iranilson Buriti. "Fora da higiene não há salvação": a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. **Mneme – Revista de Humanidades**, Caicó, v.4, n.7, p. 14-29, fev.-mar. 2003.

25 Os trabalhos de Ariès e de Bandinter problematizam as construções históricas dos sentimentos de "infância" e de "maternidade", consecutivamente. Sobre a maternidade aproximam-se, no sentido de mostrar como ambos os temas consistem numa criação histórica. ARIÈS, Phillippe. **História da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981; BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1985.

26 VICTOR, S. Instituto de Proteção e assistência a Infância. **Era Nova**, Parahyba do Norte, Ano 1, n.13, 1º out. 1921.

Outro artigo, intitulado, "De Passagem..."[27], o autor que assina apenas como Gil, ao enfatizar a importância do Instituto de Proteção à Infância, oferece mais pistas acerca das problemáticas que envolviam as crianças, na década de 1920. No decorrer do seu texto, ao citar uma conferência sobre o problema da "hygiene infantil", realizada por médicos profilaxistas, ocorrida em São Paulo do mesmo ano, o autor explicita trechos sobre como os conferencistas manifestaram o temor para com o destino da criança pobre, deixando entrever uma associação entre a pobreza e a falta de higiene no contexto de sua educação. Temendo pelos problemas resultantes do abandono das crianças, as autoridades agora alertavam quanto à necessidade de tomarem providências, evitando que elas não se transformassem em seres "indolentes" e trouxessem perigo social para a saúde pública.

Todavia, o citado texto também nos oferece um exemplo para que possamos refletir aqui sobre a complexidade dessa concepção de "infância" que estava se constituindo no período. Algo mais deve ser sublinhado nessa visibilidade conferida ao tema da infância a partir desse lugar editorial da *Era Nova*. Ao tratar dos propósitos daquela instituição, como lugar dedicado ao bem social das crianças pobres, a imagem que ilustra o texto contrasta com a situação dessa população. O retrato da menina de olhar expressivo, usando vestes leves e claras e que traz em suas mãos um buquê de flores, intitulada como a "interessante Margarida", é ninguém menos do que a filha do sr. Guilherme Kroncke, próspero comerciante ligado ao comércio de algodão da empresa alemã, localizada na capital, a *Commercio e Industria Krõnck*[28]:

Essa imagem da menina com aspecto saudável e que esboça um meio sorriso para o espectador, em nada se assemelha aos meninos "desamparados" que usavam os serviços da instituição. A imagem formulada para a infância, nesse período, não encaixava todas. Na década de 20, a imagem formulada para criança da elite local se diferencia e exclui as que pertencem às camadas pobres. Estas são vistas como perigosas, seja por viverem na periferia sob a invocação da marginalidade, seja por oferecerem contágios de doenças, pois, pobreza e sujeira são temas indissociáveis nesse período[29].

27 GIL. De Passagem... **Era Nova**, Parahyba do Norte. Ano 1, n.6, 1 jun. 1921.

28 Em 1930, na coluna "Registro" do jornal *A União*, há uma pequena nota que felicita o aniversário de Margarida Krönke, também citando o nome de seu pai. Na mesma edição, também se encontra uma propaganda da empresa da qual ele é sócio, a *Cla. Commercio e Industria Krõnck*. Cf. **A União**, Parahyba, terça-feira, Ano XXXIX, n. 138, 17 jun. 1930, p. 2.

29 Para uma leitura acerca da relação dos discursos médicos, higiene e pobreza na Paraíba, ver:

IMAGEM 1: Retrato de Margarida – Revista **Era Nova**, João Pessoa-PB – Acervo digital: **Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX**[30]

Uma das raras imagens de crianças pobres ilustrada na revista é a de um menino que se encontra no Instituto de Proteção à Infância, mas cuja aparência não reluz sua condição social. Trata-se de um menino órfão, de apenas um ano de idade, internado sob os cuidados da equipe da maternidade e que tanto causara admiração de Ademar Vidal, devido aos seus delicados traços físicos. São traços próprios dos filhos da elite e não de alguém pertencente à "ralé". Por isso, ele não poupa elogios, ao descrever o "enjeitado":

> Vi. Realmente, achei-o bello com seus olhos azulados de inocência e de mystério.
>
> (...)
>
> João Vicente de Paulo era um menino de robustez notável para sua edade. Feições delicadas, cabelos escuros, pelle alva e fina, não parecia nunca produto da rale abandonada e infeliz. A sua origem já é em si

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. **Entre a ciência e a saúde pública:** a construção do médico paraibano como reformador social (1911 – 1929). Campina Grande: Dissertação de mestrado em História/Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

30 Disponível em www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/Era_Nova_1921_ano_I/ERA_NOVA_01_06_1921. Consultado em: 10/02/2016.

um mystério[31].

No caso desse artigo, intitulado "Misterioso destino...", há uma articulação entre imagem e texto. Pelo teor do artigo, é possível que a imagem do pequeno João tenha sido impressa na revista com o objetivo de divulgar a atuação da Instituição, servindo então como uma propaganda convincente para os leitores perceberem a competência e dedicação abnegadas de seus médicos para com os seus doentes e órfãos. A fotografia, neste caso, viria comprovar/testemunhar essa evidência. Mas, também deve ser ressaltado que o fato de João se enquadrar no modelo estético vigente para criança desejável na época, sua imagem, mesmo sendo a de um "rejeitado", tornara-se aceitável aos olhos da sociedade.

O mesmo discurso que toma como foco a infância, visando a capturá-la, nomeá-la, sob o crivo de um projeto excludente, também delineia o modelo ideal da criança: branca, rica, moderna, pura e higiênica. Desse modo, desde o primeiro ano de sua edição, as crianças estampam as páginas da *Era Nova*, porém, essa visibilidade a elas dedicada não é arbitrária, pois depende dos crivos econômicos e sociais. Essa visibilidade é coerente com o perfil do seu leitor, os rostos dos meninos e das meninas ali divulgados, quase exclusivamente possuem a tez branca e, geralmente, constituem a seleta elite local.

São os retratos dos filhos de famílias prósperas de políticos, de fazendeiros, de chefes de polícias, de comerciantes das cidades deste e de outros estados. A revista constitui-se como um veículo importante para a divulgação de obras realizadas especialmente na capital, imagens de políticos, escritores importantes, de moças das famílias importantes do estado da Paraíba.

Quase sempre os corpos das crianças eram exibidos por inteiro. As poses variavam conforme a idade: sentados, eretos, deitados; aparecem segurando brinquedos, flores ou colocam-se próximos deles. Mas, pelo menos nas fotos publicadas pela *Era Nova*, raramente pousavam sorrindo.

Todavia, é necessário lembrar que essa seriedade, tão constante nas feições dos pequenos, não pode ser creditada ao comportamento austero de uma época. Certamente, elas não se comportavam assim no cotidiano. Os modos de fotografar e de ser fotografado possuem suas historicidades, apresentam, portanto, distinções relativas aos costumes

31 VIDAL, Ademar. Misterioso destino...**Era Nova**, Parahyba do Norte, 1922, n.31, ano II, 01 ago. 1922, p. 16.

das pessoas na forma de aparecerem ao olhar do outro, que nessa época, estão diretamente vinculadas aos lugares sociais e de gênero. Talvez nem todas gostassem de ser fotografadas – até por não ser um acontecimento corriqueiro. Ainda acrescenta-se a esse cenário, o desempenho do próprio fotógrafo, que conduzia todo o ritual para o evento, ou seja, é este o responsável pelo arranjo fotográfico: escolhendo o melhor ângulo, a melhor pose, a luz mais adequada; os brinquedos e outros objetos que comporiam a cena.

Também se deve considerar que, mesmo na década de 20, quando as máquinas fotográficas já tinham passado por certa modernização mecânica[32], economicamente elas ainda não estavam ao alcance de todos e a maioria das pessoas ainda dependia prioritariamente dos estúdios e dos fotógrafos itinerantes. Imaginamos que a demora na elaboração da pose deveria causar certo desassossego para as crianças, inclusive, a depender de suas idades e temperamentos. Desconforto que em alguns retratos eles deixam entrever ao espectador, quando observados seus olhos ou mesmo uma gestualidade sutil que furtivamente fugira ao formato inicial.

Entretanto, como fora observado anteriormente, essas poses guardam semelhanças e se reproduzem nos trabalhos de outros fotógrafos pelo país. Por esse motivo, vemos retratos infantis em poses e vestuários similares, sendo exibidas em muitas das revistas ilustradas que começam a circular nas primeiras décadas do século passado. Nelas, apesar dos trajes, independentemente do modelo, nota-se que seus contemporâneos seguiram certas etiquetas articuladas aos costumes e a moralidade de época, buscando esconder o corpo ou mostrando-o de acordo com suas idades.

Como exemplo dos *usos* do vestuário infantil, pode ser citada a moda da roupa de marinheiro, que teve ampla aceitação na Europa e aparece vestindo algumas crianças da Parahyba do Norte. Segundo Mônica Kern, o traje de marinheiro, lançado no século XVIII vigorou até a década de 1940, tendo sido adaptado para ambos os sexos. Ao exemplo do que ocorre com várias revistas impressas no período, na *Era Nova* essa moda também aparece em alguns retratos: crianças são retratadas com esse modelo de marinheiro ou roupas inspiradas nele[33].

32 Na *Era Nova*, existem dois formatos de propaganda sobre Kodak e elas aparecem em muitas edições. Em uma delas é apresenta-se com o desenho de mulher clicando a máquina.

33 KERN, T.M; SHEMES, C; ARAUJO, C.D. A moda infantil no século XX: representações imagéticas

As regras são mais flexíveis quanto às criancinhas. Quando retratadas, elas aparecem comumente nuas, muito embora quase nunca mostrem o sexo. Algumas aparecem com trajes próprios para a faixa de idade, o que inclui uma roupa com tecidos bem leves, toucas e chapéus com rendinhas e babados; exibem acessórios comuns para meninos e meninas, tais como: pulseirinhas, correntinhas com pingentes, sapatos e meias. No caso das meninas, laçarotes na cabeça, alguns destes, chegavam a ser bem maiores do que a própria cabeça da criança.

Contudo, curiosamente, são numerosas as fotografias, publicadas pela revista, em que essas criancinhas aparecem sentadas ou deitadas, completamente despidas. Tais imagens expressam como esses referenciais icônicos estão relacionados com padrões de pureza próprios da tradição cristã. Sebastião Valério Silveira Nascimento, ao se deparar com retratos semelhantes produzidos no Pará, também no começo do século XX, as articula às questões imagéticas e às concepções sobre o sentimento de infância problematizado por Ariès. Para o autor, há uma tendência em associar a imagem dos bebês da elite paraense com a do "menino Jesus"[34]. Pois aquela deseja para seus filhos feições perfeitas, sendo divulgado na imprensa o modelo da criança branca, de cabelos finos e pele clara.

Seguindo essa mesma tradição, também na Paraíba, é esse o modelo que os leitores da *Era Nova* contemplam em suas páginas, como fora apontado antes. Em 1923, na "Edição de Natal"[35], a revista celebra o evento, publicando textos e iconografias próprios do universo cristão. Entre essas imagens, destacam-se duas nas dimensões da página. Em uma delas, o menino Jesus se encontra nos braços de Maria; em outra, nos de José. Numa, ele é retratado nu; na outra, vestido. Todavia, em ambas, saltam aos olhos seus os traços suaves do rosto, os cabelos bem loiros e o branco de sua pele. No imaginário cristão, suas características físicas representam a divindade.

Análogo a esse padrão estético de cor como indicativo de pertença aos grupos sociais abastados da Parahyba do Norte, também pesavam sobre as pessoas, os sinais estéticos e de gestualidade que as diferenciavam hierarquicamente e as localizavam nos seus espaços geográficos. Talvez por tratar-se de um contexto peculiar de transformações urbanas, pelas quais

na revista globo (1929-67). **Diálogos**, Maringá, v.14, n.2, 2010, p. 411.

34 NASCIMENTO, Sebastião Valério Silveira do. **Entre a ciência e a saúde pública:** a construção do médico paraibano como reformador social (1911 – 1929). Belém: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal do Pará, 2012.

35 **Era Nova**, Parahyba do Norte, n. 55, v.III, 25 dez. 1923.

a capital começava a passar especialmente naquele período, os discursos impressos sob a tônica da modernidade parecem provocativos quanto às diferenciações entre os habitantes da *urbe* e os que viviam fora dela. Tanto que a fotografia editada pela revista, em 1924, que apresenta a família de sr. Manoel Cândido Leite, mesmo referido como "administrador da Mesa de Rendas de Piancó", composta por sua mães, esposa e cinco filhos, era tratada como um modelo *Typo de família sertaneja.*

A inscrição dessa legenda teria sido motivada apenas pela localização do lugar? Talvez as pistas estejam também na forma como os componentes dessa família tenham pousado para o retrato, nas roupas escolhidas para aquela ocasião e até nos acessórios envolvidos. Para uma análise mais superficial, pode-se perceber que nem os adultos e nem as crianças conseguem firmar os seus corpos rigidamente. Com exceção do pai, que mantem-se rígido, sentado ao centro da fotografia, todos se apresentam um pouco moles em suas poses. Seja a menina pequena que se encosta à mãe, seja o menino mais velho – entre dez a onze anos – que inclina um pouco o corpo para frente, precipitando levemente a cabeça para adiante, por entre os corpos do pai e da avó; seja o corpo do outro menino – entre seis a sete anos – que está ligeiramente posto ao lado esquerdo e adiante da avó, que larga os braços desajeitadamente ao longo do seu corpo, e com a cabeça um pouco inclinada para baixo, dirige para o fotógrafo o seu olhar desconfiado. Ao que parece, apesar de suas roupas denotarem o cuidado e o capricho para o evento, como convinha à ocasião, esses detalhes sutis devem ter contribuído para eles destoassem da estética imposta pelos "novos tempos".

A tirar pelas texturas dos tecidos, dos modelos e das cores, usadas pelos adultos e crianças, nota-se como as pessoas pertencentes aos grupos sociais mais abastados buscavam se orientar pelas referências da moda vigente. A própria revista oferecia uma série de informes e endereços comerciais, onde os interessados poderiam adquirir acessórios e vestuários. Embora, nem sempre todas as novidades agradassem aos vigilantes da moral, principalmente, quando se tratava da moda feminina.

Na própria revista, alguns contemporâneos condenavam duramente o que entendiam serem, para a época, atentados à moral da família e à honra masculina. Ao articular-se o tema da moda aos desvios morais, as mulheres que usavam cabelos curtos, maquiagem e que não respeitassem o comprimento das saias – só para citar alguns exemplos – poderiam ser duramente criticadas. Mas os homens também não escapavam das críticas.

Ademar Vidal, político moralista e colaborador da Era Nova, no artigo "Indústria Nova", chega a declarar que a moda atingira um espaço muito mais amplo no campo da moralidade, que incluía desde "os almofadinhas, o feminismo, o adultério até as cirurgias plásticas"[36].

É interessante pensar como também a fotografia serviu como espaço de tensão e de construção de subjetividades. Sem desconsiderar as formas táticas de fugas para essas interdições sociais, não somente os modos de vestir, mas as forças como aparecem vestidos nas imagens ajudam nessa compreensão. Nessa arena cultural, as negociações ocorrem de forma complexa, pois as pessoas acabavam por se espelhar nos referenciais da moda, partilhados pelos seus pares. Alômia Abrantes da Silva identificou nas fotografias de jovens muitos elementos gestuais inscritos pela sensibilidade daquele contexto, que guiavam os modelos comportamentais de gênero da época:

> Comumente, vêem-se as roupas apenas da área do peitoral para cima ou menos. No caso dos homens, o uso do terno, o mais das vezes escuro, é quase invariável. Nas mulheres, podem ser observados diferentes cortes. As mangas, por exemplo, aparecem como um detalhe importante, sendo o que mais se evidencia com a lateralização do corpo; é possível ver nelas bordados, laços, pequenas estampas, que acabam tornando-se elementos de composição cênica, emitindo sentidos que ressoam desde questões como faixa etária, estado civil, a elementos de maior subjetividade, como o apelo romântico, uma maior ou menor proximidade da moda vigente, altivez, delicadeza, seriedade, leveza... [37]

Ao olhar cuidadosamente para as poses e para o vestuário das crianças retratadas pela *Era Nova*, muitos desses elementos podem ser identificados, muito embora nem todos apresentem os mesmo sentidos que eram vivenciados pelos jovens. Nessa incursão pelos retratos, mesmo assim, percebe-se que meninos e meninas são ensinados para ocuparem, na vida adulta, seus lugares sociais e de gênero, na sociedade.

No caso das meninas, as roupas se semelham normalmente às das jovens, ou pelo menos seguem um padrão cultural que as direcionam para o universo feminino, constituído de um comportamento aceitável em sociedade: seus modos de vestir e de sentar deveriam sinalizar a futura moça que ela se tornaria.

36 VIDAL, Adhemar. Indústria Nova, **Era Nova**, Parahyba do Norte, ano I, n.17, 1º dez. 1921.

37 SILVA, Alômia Abrantes da. Imagens de si..., *op. cit.*, p. 8.

Como adereços dessas roupas, os babados, as rendas e fitas eram costurados nas saias, nas colas, nas mangas; os cabelos enfeitados com fitas largas em forma de grandes laçarotes. Algumas delas eram retratadas sentadas e com pernas cruzadas, a exemplo da "Interessante pequena Maria Estella, filha do ds. Francisco Cavalcante, da cidade de Areia"[38]. Por ser realmente tão pequena, ela senta-se num dos braços de uma cadeira.

Vera Monteiro, sobrinha do escritor dr. Carlos. D. Fernandes, um dos colaboradores da *Era Nova*, é retratada apenas mostrando o rosto, os braços e o corpo até a altura do busto. A menina que aparenta ter cerca de seis a sete anos de idade, usa brincos e roupas claras ao olhar diretamente para a câmera. Não obstante, o foco do fotografo dirigiu-se para um objeto pouco usual até para as moças da época: um relógio no pulso.

O vestuário infantil também apresentava sutis elementos de cor e modelos que concorriam para as diferenças de idade, de sexo e até de grupos sociais. Ainda que algumas crianças fossem retratadas com roupas em tons mais escuros ou de listras, as mais usuais são de cor branca ou em tons claros. No caso do branco, uma cor comum no vestuário infantil, certamente estava ligada à pureza.

As fotografias são impressas aleatoriamente. Acima dos retratos constam pequenas e variadas legendas, sob os títulos: "Petizes", "Petizes Parahibanos", "A vida em Flor", "Galeria Infantil", "Infantis", "Notas infantis" ou mesmo sem título. Abaixo da imagem, aprecem textos curtos e com informações básicas sobre das crianças. Geralmente, inicia-se pela inscrição do primeiro nome – raramente do completo – do filho ou da filha e, em seguida, do nome completo do pai ou de um tio.

Numa sociedade ainda pautada nas relações patriarcais, a imagem dos descendentes deveria enaltecer a linhagem paterna ou a figura masculina ligada à criança. Talvez por isso, nas legendas situadas sob os retratos publicados na revista *Era Nova*, apenas o nome do pai da criança era citado. No caso do nome da mãe, apenas em raras exceções.

Dependendo da sua idade, especialmente, os meninos são retratados vestidos como homens adultos, sinalizando que os pais almejassem apresentá-los como figuras destinadas a cumprirem, desde a tenra idade, os desígnios impostos pela família. Ao que parece, as imagens das crianças representavam a importância social de suas famílias no período, usadas estrategicamente para a afirmação de seus lugares de poder na sociedade da época.

38 **Era Nova**, Parahyba do Norte. n.86, 15 set. 1925.

O retrato do "pequeno Antonio, filho do dr. Fernando Pessôa, chefe político em Itabayana", apresenta-se descontraído dirigindo seu protótipo de carro. Usando um chapéu, que lembra o de um caçador, ele também traja roupas claras. Mas ao contrário da maioria das crianças, sorri para a câmara. Deveria estar feliz com seu brinquedo, uma vez que esse era o desejo de muitas crianças da década de 20. A exibição de um carro, ainda que em forma de brinquedo, numa revista de circulação ampla também suscitava signos que ultrapassavam o lúdico. Não se pode esquecer que o automóvel associava-se aos tempos modernos, transformara-se, portanto, num signo de distinção social[39].

IMAGEM 2: Retrato de Antonio – Revista **Era Nova**, Parahyba do Norte, 1925. – Acervo digital: **Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX**[40]**.**

O retrato do "pequeno Heitor, sobrinho do Cel. João José Maroja, digno chefe político" da vila Pilar[41], também é emblemático dessa formulação da imagem masculina, provavelmente negociada no ato da fotografia.

39 Algumas crianças, incluindo meninos e meninas, também foram retratads com velocípes, mas mesmo sendo eles mais comuns nas fotografas, certamente eles representavam um luxo para a época e somente as famílias mais abastadas poderiam comprar.

40 Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/Era_Nova_1925_ano_V/ERA_NOVA_31_10_1925.pdf. (Consultado em: 10/02/2016).

41 **Era Nova**, Parahyba do Norte, ano I, n.10, 1 ago. 1921.

IMAGEM 3: Retrato de Heitor – Revista **Era Nova**, Parahyba do Norte, 1921. – Acervo digital: **Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX**[42]**.**

Heitor tem aproximadamente oito anos e posa para a fotografia com roupas em tons claros, sendo as calças curtas, como convém a sua idade; a camisa de mangas compridas e com bolsos na altura do peito; exibe botas de cano curto, provavelmente de cor marrom, também usa um lenço escuro amarrado em torno do colarinho. Seu chapéu masculino é de cor clara, adornado por uma fita escura na base, talvez no mesmo tom do lenço. Todo esse conjunto de elementos, somado à sua postura ereta, sugerem altivez ao retratado. Contudo, apenas suas roupas não seriam suficientes para revelar ao espectador o seu lugar de pertencimento social. Na foto extensa – que ocupa quase a metade página – ele se encontra sobre o dorso de um belo cavalo bem selado e, é deste alto que volta seu olhar para o fotógrafo – consequentemente para o espectador. E, é esse mesmo olhar que, contrastando com sua postura rígida de pequeno homem, denuncia a tensão e a pouca segurança experimentadas, revelando ser ele um pequeno aprendiz dessa estética do mundo dos adultos.

42 Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/Era_Nova_1921_ano_I/ERA_NOVA_15_08_1921.pdf . (Consultado em: 10/02/2016.)

As análises apontadas, neste artigo, foram motivadas por uma inquietação acerca desse universo iconográfico importante, que são as fotografias de crianças, impressas na revista *Era Nova*. Trata-se de uma quantidade ampla, mas quase sem referências quanto aos fotógrafos e às circunstâncias de suas produções, o que impõe ao pesquisador uma investigação mais burilada – que não foi possível no momento. Apesar dos limites dessa incursão, faz-se necessário ressaltar aqui as múltiplas possibilidades de questões que ainda podem ser exploradas a partir das fotografias, registradas nas revistas, nos jornais, nos álbuns de família e nos "álbuns escolares": o uso dos brinquedos e do vestuário; os eventos comemorativos e religiosos relativos às crianças e, ainda, as configurações imagéticas, que informaram e conformaram diferentes concepções de infância no campo das práticas culturais, na primeira metade do século passado. Portanto, ampliar as investigações nessa seara iconográfica pode vir a contribuir para problematizarmos outros aspectos culturais sobre a infância na Paraíba.

O ato fotográfico e o espetáculo político: a Vila de Taperoá na gestão Hermann Cavalcanti (1924-1926)

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Durante nossa operação detetivesca em busca de fontes que pudessem indiciar o passado sobre a cidade de Taperoá, identificamos o jornal *A União*[1], de 31 de maio de 1925, com toda matéria de capa dedicada às inaugurações da ponte e da luz elétrica daquela vila, trazendo, em meio ao tema, três fotografias da mencionada ponte. Ainda no decorrer do processo de coleta de fontes sobre aquela urbe, foi possível identificar uma série de nove imagens fotográficas da vila no acervo particular da senhora Reuza Ribeiro de Queiroz[2], que, segundo ela, datariam da década de 1920. Nesse mesmo arquivo, também conseguimos coletar uma página do Jornal *Parahyba do Norte*, datada de 30 de agosto de 1926, cuja lauda tem impressa uma matéria sobre a administração do então prefeito municipal Hermann Cavalcanti de Queiroz, onde aparecem, além de sua fotografia, cinco das nove imagens acima identificadas. Deste modo, pensamos na possibilidade de que tal álbum tenha sido encomendado por este gestor público, uma vez que o mesmo procurava registrar e informar as realizações urbanísticas realizadas por ele sobre a então vila[3]. No total, somamos doze fotografias que nos fizeram pensar na possibilidade de fazer uma análise a partir das relações entre o ato fotográfico e o espetáculo político no contexto daquela administração (1924 a 1926). Contudo, analisaremos apenas nove das fotografias, sendo as três primeiras as veiculadas pelo jornal *A União* e as seis últimas integrantes desse possível álbum encomendado pelo citado prefeito.

No século XX, a cidade foi tomada como um dos objetos preferidos pelos fotógrafos. A estes foi dada a tarefa de documentar as transformações

1 Grande parte do acervo do jornal A União foi identificada por nós junto ao Arquivo Público Estadual, localizado no Espaço Cultural – João Pessoa.

2 Residente em Taperoá e com 85 anos de idade.

3 Outro indício dessa possibilidade é o fato da senhora Reuza Ribeiro de Queiroz ser viúva de Adonias de Queiroz Melo, que era parente em primeiro grau do mencionado prefeito, podendo, desse modo, ter tido acesso ao álbum supostamente encomendado.

urbanas ocorridas ao longo do tempo, uma vez que a fotografia era considerada capaz de registrar fielmente a realidade. Mais do que "espelho da realidade", as imagens urbanas se constituíram em veículos propagadores de um imaginário de modernidade4, de acordo com o olhar dos produtores visuais da cidade:

> A invenção da fotografia revolucionou as formas de representação existentes até as primeiras décadas do século XIX. Enquanto prova inconteste do real, a documentação encontra na fotografia um meio perfeito, principalmente nos seus primórdios quando ninguém ousava questionar seu poder de verdade, de reprodução verossímil da realidade. Esse conceito vai perdurar ainda por muito tempo. O que outrora era função da pintura e do desenho (...), passa a ser outorgada à fotografia. Além de uma similitude muito maior do que a pintura, a fotografia foi convencionada como uma prova concreta, objetiva e inconteste de que o objeto representado esteve ali, naquele exato momento em que foi capturado e exatamente da mesma forma que se (re)presenta[5].

Barthes, ao comparar a fotografia a outras formas de representação, indica que o 'referente fotográfico', diferente do referente de outros sistemas de representação, não é "(...) a coisa facultativamente real, mas a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva sem a qual não haveria fotografia"6. Assim como Barthes, outros teóricos a exemplo Benjamin (1993) e Dubois (1993), por ângulos diferentes, reconhecem o referente da imagem fotográfica7. Nesse sentido, se voltam contra a perspectiva desconstrucionista do estruturalismo, mas também do discurso mimético do realismo do século XIX. Afirmam que há uma relação de contiguidade entre a imagem e o mundo que foi posto na frente da objetiva, no entanto, não deixa de ser um ícone interessado, objetivando sempre fabricar um determinado imaginário a ser projetado e consumido com finalidades

4 A modernidade foi um projeto racional dos iluministas, que se pautava no lema "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". Uma experiência que teve como marca a contradição que se operava entre a produção e a reprodução da sociedade racional. Ela ainda se divide em dois aspectos, modernização e modernismo. O primeiro se caracteriza como um processo empreendedor que transforma a sociedade por meio das inovações técnicas. Já o segundo, é dado a ver por meio das vanguardas pensantes da sociedade, que observa e critica este projeto racional e suas contradições. Cf. BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

5 Cf. LIRA, Bertrand de Sousa. **Fotografia na Paraíba:** Um inventário dos fotógrafos através do retrato. (1850-950). João Pessoa: Editora Universitária, 1997, p. 142.

6 Cf. BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 108-109.

7 Cf. BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas** – magia e técnica, arte e política**.** São Paulo, Brasiliense, 1993; e DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Campinas, Papirus, 1993.

variadas. Partindo dessa perspectiva teórica, interpretamos as fotografias sobre Taperoá observando os traços de real constitutivos das imagens e as intencionalidades políticas que se revestem nos seus não ditos/visíveis.

O estudo de caso das relações entre o ato fotográfico e o espetáculo político no contexto daquela administração, objeto deste artigo, mostra como as cidades brasileiras, guardadas as peculiaridades temporais e espaciais, apresentaram certa sintonia nesse processo. Neste sentido, a vila de Taperoá observada através da fotografia configura-se enquanto objeto privilegiado de uma abordagem visual das transformações urbanas que implicam a permanência ou o desaparecimento de elementos fundamentais da sua história. Por conseguinte, o presente texto tem como objetivo analisar, a partir desse conjunto fotográfico, como a ideia de progresso da vila de Taperoá foi produzida via imagem fotográfica, durante a gestão do prefeito Hermann Cavalcanti (1924-1926), período em que essa urbe passou a viver experiências modernizadoras advindas com a implementação de alguns signos da modernidade (melhoramentos urbanos). Nesse governo foram registradas pela fotografia as transformações na estrutura física da vila, empreendidas tanto pela ação do estado (a ponte de concreto; a iluminação elétrica; o serviço de abastecimento de água através de chafariz), quanto pelo município (o prolongamento, alargamento, terraplanagem, arborização e abertura das ruas; e a construção de calçadas). Melhoramentos estes que, gradualmente, deram um novo ritmo ao cotidiano da vila[8].

8 Aranha analisa que "É impossível falar em vida moderna no Norte, na primeira metade do século XX, tomando como parâmetro a ideia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais europeias do período oitocentista. Há um limite físico no tamanho das cidades do Norte que é preciso considerar. Resta a alternativa de pensá-la com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno. Refiro-me a certos equipamentos urbanos, de uso coletivo, que se dão como a última palavra em termos de novidades produzidas ou adotadas no estrangeiro; novidades que se materializam, por exemplo, nos transportes e comunicações (sistema telegráfico, telefônico, ferroviário, etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistema de água encanada e/ou esgotos, sistema de iluminação pública e privada, etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer (parques, praças ou passeios públicos), dentre outros. Igualmente, há a considerar que essas conquistas materiais se instituem por toda a parte como símbolos modernos de valor universal, significando, com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista, possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado". (ARANHA, Gervácio Batista. Sedução do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas". In: AGRA DO Ó, Alarcón e SOUZA, Antônio Clarindo B. de (orgs.). A Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: 2.ed., Idéia, 2005.)

A ação Estado-Município: uma ponte para a modernidade

Quando tomou posse do governo estadual, o presidente João Suassuna[9] nomeou como prefeito do município de Taperoá[10] o comerciante Hermann Cavalcanti de Queiroz[11], para o período de 1925 a 1928[12]. Segundo nossas fontes informam, foi a partir desse momento que aquela urbe passou a experimentar a incorporação de alguns signos modernos, conforme observamos em matéria do jornal Parahyba do Norte concernente a essa gestão, intitulada de "O Renascimento de Taperoá. Coronel Hermann de Queiroz, operoso administrador que muito tem feito pelo progresso do município"[13], podendo a mesma, em parte, corroborar com a nossa hipótese de que com esse prefeito houve uma empreitada no projeto de modernização daquela vila.

Identificamos que, nessa gestão pública, houve a tentativa de fazer a modernidade acontecer através da modernização, que no período logo foi levada adiante pelo estado com iniciativas que fizeram adentrar no espaço citadino a racionalidade material. Era o progresso técnico dotando a cidade de infraestrutura e, por decorrência, gerando um novo tipo de sociedade, diferente da que existia até então. Assim, a vila de Taperoá pôde, com a grande ação do presidente estadual João Suassuna, incorporar algumas transformações urbanísticas que possibilitaram ares de modernidade ao lugar.

---

9 João Suassuna era advogado formado pela Faculdade de Direito do Recife, onde ingressou no ano de 1905 e bacharelou-se no de 1909. Quando foi eleito presidente do Estado da Paraíba, era deputado federal e estava apenas com 38 anos de idade. Cf. COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. João Suassuna. In: **Paraíba: nomes do século** – Série Histórica 03. João Pessoa: A União. 2000.

10 A primeira Constituição Republicana confirmou que cada estado tinha autonomia para organizar o processo eleitoral para escolha dos governadores e das Assembléias Legislativas. Um aspecto interessante do sistema político da Primeira República foi o status dado às escolhas dos prefeitos municipais, pois, como cada estado tinha autonomia para deliberar sobre a matéria, houve uma enorme variação quanto a esse processo. Em alguns estados havia eleição direta para o chefe do executivo, em outros o presidente da Câmara era responsável pela função executiva e na Paraíba todos os prefeitos foram indicados pelos governadores eleitos. Cf. NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zarar Editor. 2002, p. 27-28.

11 Nasceu em Caruaru-PE e era filho do casal taperoaense Etelvina Correia de Melo e Liberalino Cavalcante de Albuquerque, sendo este filho do pernambucano Laurênio Bezerra de Albuquerque, que se radicou na vila de Taperoá. Chegando a Taperoá, Hermann passou a trabalhar na loja do coronel Joaquim Rodrigues Coura, esposo de sua tia paterna e político local, casando-se posteriormente com sua prima Aurelina Coura de Queiroz, ambos netos de Laurênio.

12 De acordo com um registro encontrado, Hermann não chegou a cumprir o seu mandato integralmente, encerrando-o em 4 de dezembro de 1926. Cf. **Livro de Receitas do Município de Taperoá do período 1924-1929**. Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Taperoá.

13 **Parahyba do Norte**, 30 ago. 1926.

Interessante observar que essa "atenção especial" dada pelo governo estadual pode ter sido reforçada pelo fato do presidente João Suassuna ter relações estreitas de parentesco com a família Costa Villar daquele município, tendo ali, inclusive, residência estabelecida. Suassuna, nascido em Catolé do Rocha, era casado com Rita de Cássia Dantas Villar[14], filha do então falecido major Gabriel Villar de Araújo e Afra Dantas de Vasconcelos, e quando era presidente da Paraíba frequentemente ia com sua família à vila de Taperoá e à sua fazenda "Malhada da Onça". Foi durante a sua gestão que construiu as estradas carroçáveis que ligaram Taperoá à Livramento e à Desterro, espaço onde se encontrava a sua fazenda e outras tantas que pertenciam à grande família dos Costa Villar[15].

Como resultado desta parceria entre o estado e o município, verificamos que já em 23 de maio de 1925, João Suassuna em companhia de Hermann Cavalcanti, dentre outros, inaugurou a ponte sobre o rio Taperoá[16] e a energia elétrica. O curto espaço de tempo de cinco meses nos faz perceber que o presidente estadual, em parceria com o prefeito municipal, travou uma ação imediata no sentido de transformação material da vila. A propósito disso vejamos:

> (...) Hermann com o apoio de Suassuna desdobrou-se em realizações. Seu temperamento dinâmico não cessou de trabalhar pelo embelezamento da urbs: iluminação elétrica, arborização, terraplanagem das ruas, meio-fio, nivelamento dos passeios, encanamento do reservatório público com um chafariz no centro da vila, etc. (...). Foi um modelo de administrador[17].

Sobre esse consórcio e a participação do prefeito local na construção da ponte nos fala o trecho da matéria que segue: "Graças ainda aos seus esforços, conjugados com a boa vontade do dr. Suassuna, foi construída pelo governo a ponte de concreto armado sobre o rio Taperoá ao norte da vila, na estrada do Panati (rodagem do Joaseiro)"[18].

14 Rita de Cássia Dantas Villar nasceu a 21 de fevereiro de 1896, no povoado de Desterro (reduto dos Costa Villar) do município de Taperoá (na época, denominado de Batalhão).

15 No seu governo também construiu as estradas carroçáveis ligando Pilões a Cuité; Sousa a Coremas; Campina Grande a Areia, indo por Alagoa Nova; de Barra a Natuba; de São Bento a Serra Negra; de Teixeira a Imaculada; de Desterro a Riacho Fundo, em Cabaceiras. Cf. COUTINHO, Natércia Suassuna Dutra Ribeiro. João..., op. cit.

16 Na sua gestão, Suassuna também construiu pontes em Alagoa do Monteiro, com 44 metros de extensão; em São José dos Cordeiros, com 21 metros; em Mata da Vara e em Itapecirica (Mamanguape). Todas em cimento armado. Cf. Coutinho, 2000.

17 **A Imprensa**, 3 fev. 1940.

18 Ibidem.

Contudo, conseguimos identificar que o início da construção da ponte é anterior ao governo de ambos (1924). Verificamos que, como deputado federal, João Suassuna havia pleiteado melhoramentos para aquele município junto ao paraibano e presidente do Brasil Epitácio Pessoa (1919-1922), no contexto da política federal das "Obras Contra as Sêcas" da agência IFOCS[19]. Dentre tais melhoramentos, estavam: a construção de um açude, de uma estrada de rodagem e da ponte sobre o rio Taperoá, sendo que as duas primeiras reivindicações foram concluídas, ficando a segunda suspensa por determinado tempo, conforme se percebe na escrita do próprio João Suassuna:

> Tendo pleiteado e conseguido para o município de Taperoá, no governo do egrégio dr. Epitácio Pessôa, um açude destinado a abastecer a Villa de água potável, e um trecho de rodagem para liga-la á estrada eixo de Campina a Patos, **ficaram faltando, em virtude da suspensão dos trabalhos federaes**, ao açude, á installação, e á estrada, **a ponte terminal, sobre um dos quatro ramos componentes do rio Parahyba, obra que a ordem de suspensão parára com os pilares e pegões quase promptos.** Impunha-se a conclusão, sobretudo ao governo de quem estava ligado a taes melhoramentos em tudo por tudo[20]. (Grifos nossos).

Desse modo, pensamos que a retomada da construção e a conclusão dos serviços da ponte se deram nesses primeiros cinco meses de 1925, conforme o registro abaixo indicia:

> A sua construcção foi iniciada ainda no período administrativo do dr. Epitácio Pessoa, tendo sido paralysada já com os pilares e encontros levantados. Essas obras foram reencetadas em 9 de janeiro deste anno, pelo govêrno do Estado em cooperação com o "Districto da Sêccas"[21].

19 Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido nordestino. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, sendo, de 1909 até por volta de 1959 (criação da SUDENE), praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região. Com o objetivo de socorrer às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região, perfurou poços, construiu açudes, estradas de rodagem e carroçáveis, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas, e usinas hidrelétricas.

20 SUASSUNA, João. **Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba à assembléia Legislativa na Abertura de sua 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura**. Parahyba, 1º out. 1925.

21 **A União**, 31 maio 1925. "Accrescia que essa ponte interessa a um grupo de municípios – S. João, Alagoa do Monteiro, Teixeira, Princeza e Taperoá, livres, desde o dia 23 de maio, anniversario do grande patrono do Nordéste, quando foi ella inaugurada este anno, dos múltiplos affluentes do rio, que por sob os seus arcos de cimento armado passam reunidos. É de tamanho de sessenta metros de

Todavia, essa empreitada fez a vila ser dotada de algo que para a época representava o novo e que, portanto, possibilitou significados vários entre os que dela utilizavam.

Lira destaca que, na primeira metade do século XX, quase todos os administradores da esfera pública e privada da Paraíba se utilizaram da fotografia como documento. "Ali estava a prova, para ser utilizada sempre que necessário, das obras levadas a cabo por um determinado administrador ou governante"[22]. Diz ainda que havia uma obsessiva preocupação entre tais administradores de documentar a "realidade", ou seja, as obras realizadas quando de suas gestões: construção de estradas de ferro, portos, urbanização, enfim, tudo o que significava progresso. Nesse sentido conseguimos identificar que, oito dias após tais inaugurações, o jornal estatal *A União*, de 31 de maio de 1925, trouxe sua primeira página toda dedicada às comemorações naquela vila, com destaque para três imagens fotográficas da referida ponte. A primeira delasprocura representar a obra em execução, onde a ideia de operosidade é transmitida de imediato, conforme observamos abaixo:

PONTE DE TAPEROÁ – Aspectos do trabalho de armação da ossatura metallica e das fôrmas de madeira para receber a argamassa de cimento. Fonte: **A União**, 31 maio 1925.

vasão livre, a segunda ponte do Estado das construídas pelas Sêccas, e, para sua conclusão, entrou o governo com 85:030$000, cabendo a direcção technica ao dr. José Rodrigues Ferreira, que modificou o projecto da superstructura com elegância e economia, e executou com presteza o serviço, por seus magníficos auxiliares Jorge Vidal e Emilio Alcoforado" (SUASSUNA, João. **Mensagem**..., *op. cit*.).

22 Ibidem, p. 143.

Consegue-se perceber certo flagrante de alguns operários[23] na obra de 64 metros de extensão, além de apresentar, num primeiro plano, a utilização do ferro e do cimento como técnicas de engenharia utilizadas, tecnologia essa que teve grande aplicabilidade em Paris durante o século XIX, na construção de lojas, fábricas, pontes e barragens[24]. A década de 1920 "era o tempo em que o ferro vinha da Inglaterra e cimento era importado, inclusive da Rússia, porque no Brasil não havia siderúrgica e nem fábrica de cimento"[25]. Desse modo, é interessante observar que quem fotografou o momento, procurou focar exatamente as informações que a imagem representa, uma vez que nela estão contidos muitos elementos que falam dessa empreitada do então governo em busca da modernidade tão desejada.

A segunda imagem trazida na primeira página do jornal *A União* também é bastante elucidativa:

Um dos vãos de 21 metros da ponte de Taperoá, depois de retiradas as fôrmas. A ponte mede 64 metros de extensão. Fonte: **A União**, 31 maio 1925.

23 O Jornal A União pesquisado traz o nome dos operários envolvidos na realização dessa obra: Geminiano Limeira, Josué da Silveira, Alípio Gouveia, Jorge Vidal, Emilio Alcoforado, Eustáchio Dias, Antônio Brum, Francisco Pereira, João Cícero de Souza, Manuel Ferreira, Severino Pereira, Benjamin Lopes, João Silva, João Lopes e Severino Barbosa. Ainda segundo esse jornal, no domingo das comemorações, pelas dez horas e meia, ocorreu uma homenagem promovida pelos engenheiros aos operários construtores da ponte, que constou da distribuição de fotografias da ponte com dedicatórias autografadas pelo presidente João Suassuna.

24 "A ponte sobre o rio Taperoá, de concreto armado e de vigas articuladas tipo "Bowstring", com 64 metros de extensão, comprehende dois vãos livres de 20 metros e dois de 10 metros. (...) Damos a seguir algumas características da superestrutura do concreto armado: Peso de ponte de 21 metros (vão livre de 20 metros), 68.200 kilos; Peso de ponte de 10 mts. 50 (vão livre de 10 metros), 39,600 kilos; Carga de ponte de 21 metros, 27.000 mil kilos; Carga de ponte de 10 mts. 50, 18.000 mil kilos". **A União**, 31 maio 1925.

25 TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá**: crônicas para sua história. João Pessoa: UNIPÊ, 2002, p. 179.

Relacionando essa imagem com a primeira, observamos que ela procura trazer a ideia de continuidade e 'evolução' da obra; isso fica claro a partir da leitura da legenda da foto quando diz "depois de retiradas as fôrmas". Observamos ainda que o fotógrafo procurou distanciar-se para poder registrar o máximo da extensão da ponte (focando principalmente o maior de seus arcos com 21 metros de extensão), o que pode ser indício de sua preocupação em apresentar nessa fotografia a ideia de uma grande obra realizada. Ainda é possível perceber que um dos destaques nessa fotografia, no primeiro plano, é a água corrente sob a ponte[26], o que evidencia a preocupação do fotógrafo em querer representar a funcionalidade da ponte, assim como o 'grande feito' realizado pelo governante paraibano para aquela comuna, em nome do tão empreendido progresso.

A terceira e última fotografia destacada no referido jornal segue a mesma ideia de continuidade e conclusão da obra, sendo a que mais expressivamente representa a chegada da modernização naquela vila. Vejamos:

Aspecto da ponte de Taperoá no momento em que estacionaram sobre ella 2 caminhões GMC, carregados de algodão, com 17 toneladas. Fonte: **A União**, 31 maio 1925.

26 O Rio Taperoá, que é o principal afluente do Rio Paraíba em seu alto curso, não é perene, sendo que as águas no seu leito são presentes apenas nos períodos de inverno. Como essa fotografia é do momento da inauguração da ponte (23/05/1925), pode-se pensar que esse período foi chuvoso ao longo de seu curso.

Na matéria redigida no jornal em análise, há a menção de que o presidente do Estado da Parahyba, no sábado (23/05/1925), às 17:40h, chegou "ao ponto de seu destino, onde já o aguardava, à entrada da Villa, compacta multidão". Momento esse em que passou a acontecer a inauguração daquele melhoramento:

> Na ponte sobre o rio Taperoá estacionavam o Instituto São Sebastião, em um effectivo de 70 alumnos militarizados e puxados por uma banda de cornêtas e tambores, as musicas da localidade e de São João do Cariry e o povo. Ahi foi s. exc. saudado pelo juiz dr. Genesio Lustosa que em ligeiro improvizo se referiu á actuação do presidente João Suassuna, antes e depois de assumir o govêrno, no desenvolvimento material e econômico do município. Frizou o cumprimento da promessa feita pelo chefe do Estado de ser a conclusão daquella obra um dos primeiros actos da sua administração. Disse do jubilo daquella gente assistindo á entrega ao povo de um melhoramento que tão de perto consultava os interesses da zona do Cariry[27].

Tanto a fotografia quanto a linguagem verbal do jornalismo corroboram a ideia de que naquele momento grande multidão comemorativa (autoridades locais, alunos, bandas de música e o povo em geral) se encontrava no local presenciando àquele acontecimento. Uma informação que pode contribuir para pensarmos a dimensão deste evento, que prosseguiu pelo dia seguinte (domingo), é a de que, segundo o jornal, a inauguração ocorrera naquela data, como parte das comemorações paraibanas ao aniversário natalício (60 anos) do paraibano Epitácio Pessoa[28], então senador e ex-presidente da República, como segue:

> Desviaram-se da metrópole para a villa de Taperoá, como prevíramos, as homenagens com a que Parahyba sollenizaria no corrente anno a passagem da data natalícia do senador Epitácio Pessôa. Lá, como em nenhum outro ponto do Interior, poderia ser proclamada de maneira mais expressiva e com tanta opportunidade a benemerencia do estadista brasileiro. Entregava-se á serventia publica um melhoramento de vulto, tal como a ponte sobre o rio Taperoá, naquelle dia inaugurada, e foi natural e bem inspirada a lembrança de se fazer daquelle recanto do sertão o centro das manifestações com que o nosso Estado sempre rememora o anniversario do insigne representante sulamericano

27 Cf. **A União**, 31 maio 1925. Segundo o jornal *A União*, discursaram naquele momento, além do juiz local (Genésio Lustosa Cabral), o então presidente do Estado da Parahyba (João Suassuna) e o Chefe do 2º Districto das Sêccas (José Rodrigues Ferreira Júnior).

28 Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro – Paraíba em 23 de maio de 1865 e faleceu em Petrópolis – Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 1942. Como presidente da República (1919-1922), empreendeu a realização das chamadas obras contra as secas no Nordeste.

> na Côrte Permanente de Justiça Internacional. Em nossa última edição resumimos em notas aligeiradas de viagem as festividades de Esperança. Ficou-nos faltando a narrativa do prosseguimento dessas festas em Taperoá, que é o que vamos fazer linha abaixo[29].

Assim, observamos que essa imagem fotográfica é um registro significativo daquela inauguração/comemoração e que, ao mesmo tempo, procura engendrar a ideia de grandiosidade, uma vez que foca, numa angulação considerável, vários elementos que contribuem para isso. Vejamos então tais elementos: primeiro, a ponte a partir da entrada da vila, sendo a mesma representante do progresso tão aspirado; segundo, um grande número de pessoas, podendo ser identificadas, a partir das vestimentas, que sobre a ponte estavam as autoridades; e terceiro, os dois caminhões GMC estacionados sobre a ponte e carregados com 17 toneladas de algodão. Este último elemento nos parece bastante representativo, uma vez que tais veículos também eram considerados como grandes signos da modernidade[30], sendo que na fotografia eles foram utilizados tanto nesse sentido, quanto também como meios efetivos de proporcionarem esse desejo de modernidade, uma vez que esta seria alcançada com o progresso econômico da vila, a saber, a partir da produção e escoamento do algodão. Tão significativo foi esse elemento que, após os discursos, "Procedeu-se então á cerimonia da pragmática, cortando s. exc. a fita aurivêrde que interceptava o transito" e os caminhões foram motorizados num gesto simbólico de tanto provarem a sustentabilidade da ponte, quanto de saírem da vila, escoando a produção algodoeira em direção à capital do estado.

29 Cf. **A União**, 31 maio 1925.

30 O jornal **Correio de Campina**, de 07 de junho de 1914, noticiou que a primeira vez em que um automóvel chegou à vila de Taperoá foi em 14 de abril do mesmo ano. Ocasião em que os políticos Francisco Seráfico da Nóbrega e Gouveia Nóbrega se deslocaram da capital estadual rumo a Taperoá em missão política, dado o grande conflito local entre o prefeito Joaquim Rodrigues Coura e seu opositor, o deputado estadual Félix Daltro. Depois disso, durante a visita do Arcebispo D. Adauto a Taperoá, em 24 de agosto de 1921, os taperoaenses tiveram contato com os três automóveis que conduziam a comitiva. Dorgival Terceiro Neto (**Taperoá**..., *op. cit.*) observa que foi somente na segunda década do século XX, que a vila passou a contar com uns poucos automóveis particulares circulando por suas ruas e nas estradas carroçáveis: Jeová Bezerra, Pedro Fernandes Pimenta e Teodoro Diniz foram donos de automóveis Ford modelo 1923; José Genuíno Correia de Queiroz (Capitão Cazuza), Manoel Taigy de Queiroz Mello, Orlando Queiroz, Liberalino Cavalcanti, João Casullo, Zeca Simões, João Alves Diniz, Abdias Campos também possuíam 'carros de passeio', como eram chamados os automóveis. Sendo que esse número acresceu na década de 1930, quando então a vila passou a contar com um maior número automóveis particulares. Quando estes chegavam era um grande acontecimento, a população se concentrava para olhar a novidade.

Assegura Ana Maria Mauad que o fotojornalismo moderno data da década de 1920, na Alemanha da geração de Eric Solomon[31]. Para ela, a fotografia de imprensa que já vem do século XIX, ganha novas conotações estéticas. Em vez da fotografia que apenas ilustra o texto jornalístico, na segunda década do século XX, ela passa a forjar uma narrativa visual articulada ao texto verbal. É o tempo da fotorreportagem, da profissionalização da fotografia de imprensa, da fotografia cândida. Nessa nova estética há uma sistematização das imagens, tanto entre elas como em relação ao trabalho dos editores do texto. As fotografias são dispostas em várias páginas, justamente, para elaborar a ideia de início, meio e fim. É o que podemos observar nas fotos sobre a inauguração da ponte de Taperoá. Primeiro, uma fotografia dos operários em construção; segundo, uma imagem da ponte em fase acabada; e, por último, a fotografia da festa, das comemorações da inauguração da obra que chegava respirando os ares do progresso. Nitidamente, podemos perceber aí as concepções do fotojornalismo moderno citados por Mauad.

É possível imaginar a atmosfera festiva que se criara a partir da tarde daquele sábado, em meio àquela inauguração/comemoração e que se prolongou pelo dia seguinte. Segundo as fontes consultadas, a vila ficou repleta de pessoas que caminharam dos vários pontos do estado, e mesmo de Recife, para àqueles dois dias de festa. Ainda segundo tais fontes, a musicalidade ficou a cargo da filarmônica local e da de São João do Cariri, que juntas deram o tom cívico-militar ao evento. É interessante perceber que o próprio toque festivo daquela inauguração/comemoração serviu para mostrar para aquela sociedade que novos tempos se afloravam. Sobre esse impacto festivo, Terceiro Neto descreve que

> (...) As festas duraram dois dias. De Campina Grande veio representação do Colégio Alfredo Dantas e da Capital a comitiva oficial. Capitão Cazuza, prefeito Hermann Cavalcanti e outros citadinos hospedaram os convidados. Dois pavilhões foram armados para as duas bandas de músicas, a de São João do Cariri e a de Taperoá, que tocaram dia e noite para a população presente à inauguração. (...)[32].

Ainda sobre essa atmosfera, o registro fotográfico[33] abaixo é esclarecedor.

31 MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e História – interfaces. **Tempo**, Niterói, v.1, n.2, p. 73-98, 1996.

32 TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá**..., *op. cit.*, p. 179.

33 Esta fotografia não faz parte do conjunto apresentado no início desse texto, contudo pensamos em inseri-la pela importância documental que ela representa.

Foto da ocasião das inaugurações de 23 de maio de 1925, em Taperoá. Da esquerda para direita: Áurea Villar (bengala), ? (guarda-sol e flores), ? (champanhe e violão), Lucilla Coura (flauta) e Maria Lieta Villar (violão). Fonte: Arquivo de João Melquíades Villar, Taperoá - PB.

Analisando a fotografia acima observamos que o ambiente é a ponte na ocasião da inauguração/comemoração daquele momento. As personagens envolvidas nesta representação são mulheres filhas da elite local que residiam no Recife de onde viajaram para as festividades. Seus semblantes indicam o ar de modernidade daquela ocasião e imprimem a imagem da realização de uma obra grandiosa. Significava certa entrada triunfal da vila no concerto das cidades modernizadas, uma vez que a mesma passara a ser dotada de um equipamento adequado a proporcionar conforto para aquela população: era a modernidade certa. A foto ainda mostra indícios do moderno que se faziam presentes na renovação dos hábitos sociais: as mulheres da elite local ostentam acessórios modernos, cortes de cabelos renovados e vestem-se com as melhores roupas, inspiradas na moda que vinha de fora, geralmente da capital pernambucana, com a qual a vila também mantinha laços comerciais. Não deixando de mencionar que a própria fotografia também era um signo da modernidade empreendida. A elite passou a reproduzir sua imagem, eternizado-a nos retratos fotográficos e permitindo que se tornasse visível para os membros de sua e das demais camadas da sociedade. Era uma forma de se exibir enquanto grupo social.

O Jornal *A União* em análise também destaca que após as celebrações sobre a ponte, naquela mesma data, os olhares se voltaram para a inauguração da energia elétrica[34]. Sobre isso, vejamos:

> NA USINA ELECTRICA
>
> Seguiram todos, depois, para o predio da luz, occorrendo ahi a inauguração da mesma, ás 18 e 15 minutos, quando s. exc. fez a ligação da chave. Usou a palavra nesse momento o dr. Genésio Lustosa, que **salientou a relevancia daquelle beneficio com que o prefeito local dotava a sede do município.** O sr. dr. João Suassuna, ratificando os conceitos do orador, encareceu a coragem e a capacidade de trabalho do sr. Hermann Cavalcanti, correligionario digno, e a quem os taperoáenses deveriam prestar todo apoio[35]. (Grifos nossos).

O sistema de iluminação com base nos lampiões a querosene passara a ser considerado obsoleto, uma vez que a realidade da eletricidade já se configurava como um ícone moderno por excelência. Desse modo, a vila de Taperoá já vinha aspirando à incorporação desse signo moderno e que foi ali levado a cabo a partir da parceria entre os governos do Estado e do município. Sobre esse desejo o então prefeito, em mensagem lida perante o Conselho Municipal (15/12/1924), disse:

> Esta villa não tem illuminação pública como é do conhecimento de v. exc., porém, já tenho dado os passos necessários para dotal-a com esse melhoramento imprescindível, o qual pretendo inaugurar até fins de janeiro do próximo futuro anno. Para isso já se acha comprado em Recife, esperando despacho para Campina Grande, o motor electrico que ha de destribuir pelas ruas desta Villa 3.240 velas de illuminação publica[36].

Diferentemente da ponte que foi construída com verba federal, esse "benefício" teve um investimento financeiro particular; tratava-se de uma empresa responsável pela produção e distribuição pública e particular de energia elétrica pela vila e que teve como proprietário o então prefeito

34 Segundo Gervácio Aranha (Sedução..., op. cit., p. 114-116), na Paraíba as primeiras experiências com energia elétrica datam do ano de 1912, na capital e Itabaiana. Já em 1916, Sapé, Bananeiras e Guarabira também passam a contar com o "melhoramento". Nas demais cidades e vilas, só a partir dos anos 1920, inclusive em Campina Grande, considerada à época a mais populosa e comercial do interior do Estado, que só nesta última data passa a contar com o novo equipamento de iluminação. De acordo com Natércia Coutinho (João..., op. cit.), em 1925, João Suassuna também inaugurou a luz elétrica de Esperança; em 1926, na cidade de Patos; e no ano de 1928, em Pombal.

35 **A União**, 31 maio 1925.

36 **A União**, 3 fev. 1925.

Hermann Cavalcanti, sendo que para essa empreitada o presidente estadual, João Suassuna, cedeu empréstimo financeiro[37].

Observando os registros sobre essa usina, identificamos que, por aquele tempo, a energia era gerada através de um motor a óleo diesel, que ocupava grande espaço. "O motor da luz, cuja voltagem é de 220, tem 22 H. P. e foi instalado pelo mecânico Jeovah Bezerra"[38]. Terceiro Neto[39] descreve que, ao longo da existência desse sistema de iluminação[40], eram freqüentes os problemas com o gerador, deixando a vila em muitas ocasiões às escuras, o que só era resolvido com a chegada do alemão Mário, "que conhecia a invenção de seu país"[41]. Também identificamos que a energia era estendida apenas ao centro da vila e às residências das famílias mais abastadas, o que lhes davam ares de ostentação, e que o motor funcionava das 18:00 às 22:00 horas.

Não obstante, esse melhoramento representou um evidente investimento que contribuiu para o discurso do progresso ao passo que deu um embelezamento urbano até então nunca visto. Foi um equipamento que propiciou inúmeras mudanças no cotidiano da vila, gerando também novas sensibilidades, uma vez que a novidade remeteu à ideia de conforto e cujos efeitos foram extensivos tanto à esfera pública quanto à privada.

Tais inaugurações (da ponte e da usina elétrica), ocorridas em meio à celebração paraibana do aniversário de Epitácio Pessoa, nos fazem pensar que em um curto espaço de tempo administrativo (cinco meses apenas) os chefes do executivo estadual e municipal empreenderam melhoramentos naquela urbe. E que, a partir daquela data, a vila passou a determinar novas formas de olhar, sentir e fazer uso de seus espaços e, assim, outras formas de representá-la foram surgindo como, por exemplo, a fotografia.

Outro equipamento urbano empreendido pelo governo estadual

37 "Concorri ainda (...) emprestando ao município, para as respectivas installações de luz electrica, (...), e devendo também Taperoá 6:564$800". SUASSUNA, João. **Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba á Assembléia Legislativa na sua 1ª Reunião Ordinária da 10ª Legislatura**. Parahyba, 20 de outubro de 1928.

38 **A União**, 31 maio 1925.

39 TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá**..., *op. cit*.

40 Inaugurada em 23 de maio de 1925, foi responsável pela iluminação da cidade até 1970. Ficava situada a Rua 13 de maio, hoje também conhecida como Rua do Rio ou mesmo Rua da Usina.

41 Pela leitura do jornal *Voz da Borborema* do ano de 1937, parece-nos que os problemas com o funcionamento da energia elétrica da vila eram freqüentes. Vejamos: "Há pouco o senhor Hermann Cavalcanti, proprietário da empresa de luz dalli, adquiriu, por compra um motor de 40 H. P., dada a insuficiência de um que, recentemente, vinha sendo utilizado praticando um gesto digno da admiração do povo de sua terra". (**Voz da Borborema**, 6 nov. 1937.)

naquela vila, inaugurado em 3 de setembro do mesmo ano, diz respeito à construção de um prédio público para o funcionamento de um chafariz e de banheiros. Sobre isso, o próprio João Suassuna descreveu que: "A tomada d'agua, em chafariz, foi concluída simultaneamente, abrigada em solido e elegante prédio, com installações também para banheiros públicos, abertos ao uso no dia 3 de setembro hontem findo, com a despesa de 8:221$700"[42]. E que: "(...) installei banheiros e um chafariz em Taperoá, completando, assim, o abastecimento pelo açude publico feito no governo do eminente dr. Epitácio Pessôa, com a despesa ..... 6:564$800; (...)"[43].

Como já mencionado anteriormente, o açude público[44] destinado a abastecer àquela população, situado a pouca distância da entrada da vila, havia sido construído durante o governo do presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922), no contexto da política federal das "Obras Contra as Sêcas" da agência IFOCS. Sobre essa realização, observamos que durante o segundo dia das inaugurações/comemorações da ponte, energia elétrica e aniversário de Epitácio Pessoa, o presidente estadual João Suassuna fez visita a esse reservatório, conforme mencionado no mesmo jornal *A União*:

> Pelas 17 horas, o sr. presidente, em companhia de várias pessôas, esteve em visita ao açude publico, em que se abastece a população da Villa. Esse reservatorio, situado a pequena distância da localidade, foi construído pelo dr. João Suassuna e constitue um dos benefícios que por iniciativa de s. exc. recebêra aquella communa, do governo Epitácio Pessôa[45].

Coube então ao governo estadual nos meses seguintes canalizar as águas desse açude até o chafariz, de onde seria realizado o abastecimento da vila. Na imagem abaixo observamos essa canalização[46].

42 SUASSUNA, João. **Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba á Assembléia Legislativa na Abertura de sua 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura**. Parahyba, 1º de outubro de 1925.

43 SUASSUNA, João. **Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba á Assembléia Legislativa na sua 1ª Reunião Ordinária da 10ª Legislatura**. Parahyba, 20 de outubro de 1928.

44 Atualmente, esse reservatório é conhecido como "açude do Estado".

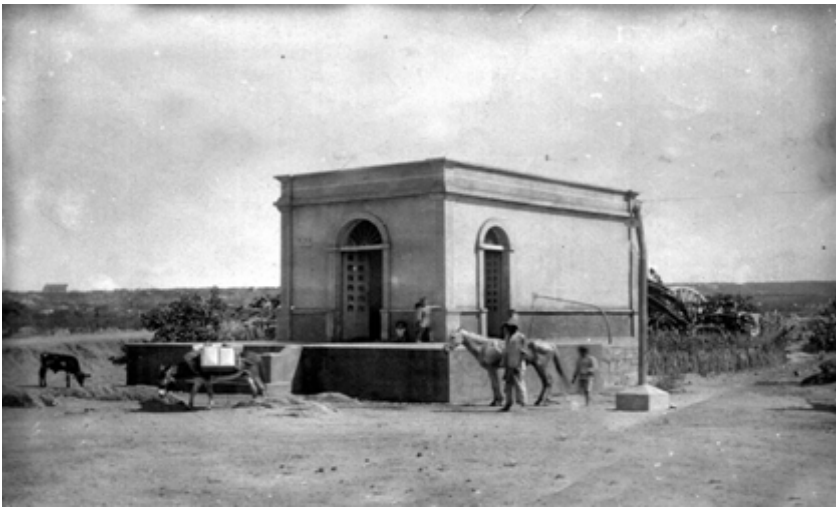
45 **A União**, 31 maio 1925.

46 Esta é a primeira fotografia das seis que serão analisadas e que pensamos fazer parte do álbum supostamente encomendado pelo então prefeito Hermann Cavalcanti, conforme mencionado no início do texto.

Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Notamos que essa fotografia flagrou, sobre a ponte, o sistema de tubulação que saía do açude e se destinava ao prédio que sediava o chafariz. Não obstante, essa imagem também é denunciadora de outras intencionalidades. Muito possivelmente, o fotógrafo procurou registrar nessa imagem a ideia de cidade moderna, sendo à entrada da vila o lugar mais adequado para a captação desse cartão de visita. Isso porque trazia em evidência, em um primeiro plano, a ponte e, em um segundo, a vila, com destaque em um nível mais elevado para o grande templo católico em vias de conclusão.

A construção desse prédio público para o funcionamento de um chafariz e de banheiros, destinado ao uso coletivo, significava uma novidade materializada e que buscava dotar à vila de equipamentos de higiene e/ou conforto, no caso o sistema de água encanada e a salubridade para aquela sociedade. Assim como ocorreu com a ponte, aqui também notamos que a fotografia foi usada como forma de documentar esse melhoramento, uma vez que a fotografia documental era movida pela necessidade de retratar a paisagem urbana, sobretudo a arquitetura em via de transformação, como segue:



Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

O espaço escolhido para esse prédio ser construído foi o primeiro da margem esquerda após o ingresso na vila via ponte. Entendemos que o mesmo pareceu, aos olhares dos engenheiros de plantão, como sendo o mais adequado e estratégico, uma vez que o açude público se localizava do outro lado da ponte. Notamos que o fotografo procurou flagrar o prédio centralizando-o a certa distância, possivelmente para deixar aparecer ao fundo um dos arcos da ponte recém-inaugurada. Quanto à arquitetura empregada na edificação, podemos pensar como ela pode ter contribuído para representar o moderno, uma vez que traz detalhes e portais elaborados e, como descreveu João Suassuna, era "solido e elegante prédio".

A fotografia, ao mesmo tempo, possibilita pensarmos o cotidiano flagrado na imagem: identificamos um jumento com latas captadoras d'água e um adulto que, provavelmente, pode ser um dos aguadeiros que distribuía/vendia água pela vila; notamos também a presença de outros animais que, possivelmente, procuravam os arredores do prédio em busca de saciarem sua sede por água e que ao mesmo tempo denunciam a convivência de um mundo que procurava se modernizar mais que convivia ainda com muitos elementos rurais; percebemos a presença de crianças no prédio, o que nos leva a pensar que o mesmo também passou a ser tomado como um espaço de lazer; por fim, identificamos um dos postes do serviço de iluminação pública denunciado à presença da energia elétrica recém-inaugurada no entorno do prédio.

Também identificamos alguns poucos registros que nos falam que ainda durante o governo do presidente João Suassuna a vila de Taperoá passou a contar com um sistema hospitalar. O mesmo jornal *A União* descreve que o projeto inicial já estava presente na ocasião das inaugurações/comemorações da ponte, energia elétrica e aniversário de Epitácio Pessoa, quando então o presidente estadual, João Suassuna, também fez visita ao lugar onde o hospital seria edificado, como segue:

> A PEDRA FUNDAMENTAL DO HOSPITAL DE CARIDADE
>
> De regresso da visita s. exc. dirigiu-se ao local onde vae ser edificado o hospital de São Vicente de Paulo, por iniciativa dos srs. João Casulo e Francisco Bezerra e com o concurso com o povo. Na occasião de lançar a pedra fundamental do prédio, o sr. dr. João Suassuna, em breves palavras, disse que a cerimônia que se realizava, fechando o cyclo das homenagens de Taperoá, era simples como o centimento de caridade que a inspirara. Devia-se tão feliz e humanitária lembrança a dois cidadãos, a dois bellos ornamentos sociais: João Casulo e Francisco Bezerra. S. exc. congratulava-se com o povo por aquelle serviço de alto alcance patriótico.

Não sabemos precisar o tempo exato em que o hospital foi edificado, contudo, o presidente João Suassuna relatou ao término do governo, em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa estadual, que havia contribuído para a sua construção, como descrito abaixo:

> Não devo omitir do conjuncto dos estabelecimentos pios e publicos que amparam em nossa terra os infelizes de toda sorte, os hospitaes construídos em Campina, Alagôa Grande e **Taperoá**, **com auxilio do governo**, indo, assim, ao encontro da bella iniciativa que os emprehendeu e executou. É de justiça fazer menção especial dos drs. Arlindo Correia e Francisco Peregrino de Albuquerque Montenegro e Sr. **João Casulo Primo**, que estiveram á frente dos trabalhos, respectivamente, em Campina, Alagôa Grande e **Taperoá**, com louvável constancia e abnegação. (...) contribui para os hospitaes de Campina, Alagoa Grande e **Taperoá**, com cerca de 40 contos[47]. (Grifos nossos).

As duas fontes informam que esse empreendimento se deu a partir da iniciativa de João Casulo Primo, que era um capitalista taperoaense do ramo algodoeiro, presidente do Conselho Municipal (1925-1927) e que resolvera empreender agora no ramo hospitalar, uma vez verificada por

47 SUASSUNA, João. **Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba á Assembléia Legislativa na sua 1ª Reunião Ordinária da 10ª Legislatura**. Parahyba, 20 de outubro de 1928.

ele essa necessidade[48]. Porém, a última fonte diz que, assim como ocorreu com a usina de energia elétrica, o governo estadual cedeu empréstimo financeiro para a construção desse "benefício" dito moderno. Verificamos que, depois de concluída a obra, a fotografia mais uma vez foi usada como forma de documentar essa arquitetura, como segue o registro abaixo:

Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Uma primeira observação diz respeito ao estilo arquitetônico do prédio, considerado moderno para a época e que fugiu do estilo colonial predominante por toda vila. Outra ressalva é quanto ao local escolhido para a localização desse edifício, que se deu em lugar afastado da vila, uma vez que havia a orientação higienista de que espaços como este fossem isolados do resto da sociedade[49]. Com relação ao isolamento, observamos que se tratava de uma estratégia de confinamento que visava afastar a doença da cidade, evitando que ela se alastrasse. Essa política de controle dos espaços urbanos alerta-nos para o fato de que em Taperoá, bem como em toda a Paraíba, ainda podia ser constatado, no imaginário coletivo, a crença de que a circulação dos fluídos era causadora de doenças[50]. Uma última observação

48 Seguem os anos da década de 1920 e seus respectivos óbitos: 1921 - 14; 1922 - 11; 1923 - 10; 1924 - 15; 1925 - 19; 1926 - 19; 1927 - 24; 1928 - 13; 1929 - 19; 1930 - 16. Fonte: Livro 1-C do Cartório de Registro Civil de Taperoá.

49 Enfermidades frequentes, como a tuberculose e a febre tifo, eram tratadas por meio da vacinação e do isolamento. Assim, afastando qualquer possibilidade de alastramento de uma epidemia entre a sociedade, se promoveria um ar de modernidade à vila.

50 No Brasil, desde o final do século XIX, propagava-se no imaginário social a teoria microbiana,

diz respeito ao nome escolhido para esta casa de saúde e gravado em sua frente: "Hospital São Vicente De Paula"[51]; representa a predominância da religião católica naquela vila, assim como evidencia a imagem de caridade que o proprietário queria passar para a sociedade, uma vez que esse santo é considerado, pelos católicos, como patrono de todas as obras de caridade.

No conjunto, concluímos pensando que o governo do prefeito Hermann Cavalcanti pôde contar com significativa parceria do governo estadual na pessoa de João Suassuna e que essa parceria resultou na implementação de vários signos considerados modernos no período e que contribuíram para uma ressignificação dos hábitos e costumes locais.

O embelezamento da urbs

Ao que nos parece, ao longo de sua administração, Hermann sempre esteve empreendido com o embelezamento da urbs, pois conforme matéria do jornal *Parahyba do Norte*, de 30 de agosto de 1926[52], um ano e três meses depois das inaugurações/comemorações patrocinadas pelo governo estadual, o prefeito continuava a promover transformações no espaço urbano daquela vila, principalmente no aspecto físico das ruas.

Urbanizar implicava inserir os signos de uma cultura urbana. A dominação do privado pelo público, que concebe à cidade a designação de lugar público, privilegia a rua que passa a ser discutida e pensada como reduto de mobilidade de pessoas e mercadorias. A rua que tinha um aspecto colonial necessitava acompanhar o processo de modernização, pois a mesma começava a dividir espaço com signos modernos, como os postes para iluminação da cidade. Devido ao discurso do progresso, eram necessários novos requisitos para a rua tornar-se viável no novo mundo urbano. Isto foi uma das justificativas para as mudanças no plano urbanístico da cidade.

As ruas nesse período foram abertas, arborizaras e iluminadas, implementações dos requisitos da modernidade. Empenhado nesses

---

segundo a qual as epidemias eram causadas por vetores invisíveis, germes infecciosos, mosquitos transmissores, assim como por certos objetos (roupas, dinheiro, etc.). E assim em muitos locais do país, as políticas de combate às epidemias passaram a fazer uso dos métodos dessa teoria. Cf. RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 168.

51 Parece-nos que era uma constate esse batismo para estas instituições nessa época. Em Campina Grande, por exemplo, em 1931, foi inaugurado o Asilo de Mendicidade Deus e Caridade São Vicente de Paulo, dirigido por irmãs da Sociedade Beneficente Deus e Caridade, à Rua do Açude Velho.

52 "O Renascimento de Taperoá. Coronel Hermann de Queiroz, operoso administrador que muito tem feito pelo progresso do município" (**Parahyba do Norte**, 30 ago. 1926).

discursos o prefeito Hermann promoveu mudanças nas ruas da vila conforme segue: "Local que era outrora o grande penhasco, de feio aspecto, hoje transformado em logradouro publico vendo-se rua aberta ao centro. Tudo isso é obra da atual gestão municipal"[53]. O jornal *Parahyba do Norte* trouxe ainda a fotografia abaixo:

Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Segundo a manchete acima, esse espaço, que fica situado no sentido sul da vila, apresentava um grande penhasco de feio aspecto que não se coadunava com a imagem que se pretendia de cidade moderna, sendo, por isso, destruído para ceder lugar a um logradouro público, com rua aberta ao centro.

Notamos que, uma vez realizado o melhoramento, Hermann logo viabilizava documentar-se do mesmo através da fotografia. Betrand de Sousa Lira alerta para o fato de que, na Paraíba, foi no bojo da expansão da rede ferroviária, da construção de açudes pelo projeto de obras contra as secas, do boom da produção algodoeira e da transfiguração da paisagem urbana de cidades como João Pessoa e Campina Grande, que as imagens do discurso do progresso se materializaram em fotografias. O autor observa ainda que "era como se a inexistência de uma documentação fotográfica dessas transformações fizesse parecer que elas não tivessem acontecido"[54].

Em sua empreitada de transformação da urbs, Hermann também construiu uma rua de casas de "feição moderna" a que denominou de Solon

53 **Parahyba do Norte**, 30 de ago. 1926.

54 LIRA, Bertrand de Sousa. **Fotografia na Paraíba:** um inventário dos fotógrafos através do retrato. (1850-950). João Pessoa: Editora Universitária, 1997, p. 143.

de Lucena[55], "(...) o que é um grande esforço para um cidadão que reside numa vila cujo comércio não é dos mais promissores"[56]. Essa rua aberta situa-se no espaço que segue à direita depois da terceira casa do lado direito da foto acima.

Ainda no que diz respeito ao embelezamento da urbs o prefeito promoveu a reconstrução das calçadas de todas as casas da rua principal. Nesse sentido, o jornal *Parahyba do Norte* de 30 de agosto de 1926 trouxe a seguinte nota: "Bello trecho da Rua 15 de Novembro onde a actual administração empregou os maiores esforços para a reconstrução das calçadas", ilustrado com a fotografia que segue:

Trecho da longa Rua 15 de Novembro (Antiga Rua do Comércio). Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

As ruas são justamente os lugares na cidade onde os conflitos ganham vida. Nelas, a sociedade, juntamente com os novos signos, expressará essa vida moderna. A principal rua da vila de Taperoá, em sua origem, destacava-se por ser longa e acidentada, a chamada "rua-caminho". E, sendo a rua, lugar de realizações, de manifestações das relações sociais, das diferenças e das normatizações do cotidiano em momentos históricos diversos, tende-se a materializar na sua forma física e na sua paisagem todas as transformações ocorridas. E é com as mudanças políticas, econômicas e sociais que as ruas

55 Trata-se de uma imortalização ao político paraibano epitacista que havia falecido nesse mesmo ano. Solon de Lucena nasceu em Bananeiras, em 1878, e foi presidente da Paraíba entre 1920 e 1924, quando então se retirou da vida pública por enfermidade.

56 **A Imprensa** 3 fev. 1940

deixam de ser “ruas-caminho” e passam a ser “ruas do código de postura”. A mudança de “rua-caminho” à “rua do código de postura” deu-se por diversas intervenções de racionalidade do espaço urbano, aliadas ao fenômeno da modernidade e que em muito modificaram a trama física e a paisagem da cidade.

A imagem acima é emblemática para que possamos observar como os signos modernos já se faziam presentes na vila de Taperoá no ano de 1926. A principal rua do lugar, por onde passava a estrada para o sertão do Estado e onde se estabeleciam as casas comerciais e a feira semanal, já apresentava certa uniformidade no que diz respeito ao sistema de iluminação, representado pelos vários postes; às longas calçadas simétricas; e à arborização; configurando, desse modo, um aspecto físico bem diferenciado do que tinha quando da passagem do século XIX para o XX. Esses elementos são bem pertinentes para compreendermos como essa principal rua da vila deixou de ser “rua-caminho” e passou a ser uma “rua do código de postura” para aquela sociedade. Ao mesmo tempo, destacamos a preocupação em documentar, via imagem fotográfica, essa transformação, essa caminhada para o “moderno” em detrimento o “arcaico”.

Abaixo segue outra fotografia que também nos apresenta esse aspecto do discurso do moderno da vila:

Praça João Suassuna (Antiga Praça Dom Adauto). Fonte: Arquivo de Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Observamos à direita, depois do primeiro prédio onde se ler "Padaria e Mercearia" (pertencente a Pedro Fernandes Pimenta), um conjunto de casas residenciais de estilo requintado que pertenciam às famílias mais abastadas da vila. Nota-se o sistema de iluminação, as calçadas de forma não tão simétricas e a rarefeita arborização.

Por fim, frisamos mais uma vez que durante o período de 1924 e 1926, o prefeito Hermann Cavalcanti apresentou uma constante busca pelo processo de modernização para a vila de Taperoá. Tanto foi assim que o nome de Hermann Cavalcanti foi lembrado pelos jornais da época como "(...) um benfeitor da terra. Nem podia ter outro espírito um neto do major Laurênio. Foi um prefeito honesto, trabalhador, audaz, desprendido, visionário talvez (...)"[57].

No mais, também destacamos que a maioria das aquisições ditas modernas, assim como das reformas urbanas foram registradas/documentadas através do olhar do fotógrafo, que buscou cristalizar o ângulo mais perfeito de tais transformações advindas. Bertrand Lira menciona que os fotógrafos trabalharam a fotografia documental na perspectiva da construção da ideia de progresso. Isso porque, segundo ele, "(...) a fotografia era um ofício como outro qualquer, no sentido de que se constituía num meio gerador de rendas com vistas à subsistência; e segundo porque, ao realizar um trabalho de documentação, o profissional o fazia sob encomenda de uma administração pública ou privada"[58]. Desse modo, as fotografias solicitadas tinham uma finalidade precisa: em geral construir significados da ideia de progresso da cidade através dos seus aspectos urbanos e arquitetônicos e a "evolução" de obras, igualmente indiciárias de uma modernidade que se concretizava na visão dos governantes e da elite da época[59].

57 **A Imprensa**, 3 fev. 1940.

58 LIRA, Bertrand de Sousa. **Fotografia...**, *op. cit.*, 1997, p. 145.

59 Em algumas das fotografias analisadas foi possível identificar a assinatura do fotógrafo a partir da rubrica M. Dias, contudo, pesquisando na historiografia paraibana que trata do tema, não conseguimos identificar quem era esse fotógrafo.

Parte V

A função social do historiador na contemporaneidade

O historiador e sua função social na contemporaneidade

José Adilson Filho

O "lugar do historiador na contemporaneidade" é o título desta mesa-redonda[1]. Portanto, antes de falarmos da sua função nestes "novos tempos", seria mais producente iniciarmos com algumas reflexões sobre o nosso entendimento acerca do que seja a contemporaneidade, principalmente tomando como referência as análises de alguns pensadores das ciências humanas.

Para autores como Giddens[2], Bauman[3], Boaventura de Sousa Santos[4], Octavio Ianni[5], Harvey[6] e outros, há pelo menos umas três décadas estamos mergulhados num processo de profundas transformações nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas – a exemplo do Japão, Coréia do Sul, Cingapura, etc. - caracterizadas por mudanças técnicas, científicas, políticas, ideológicas, econômicas e culturais que são processadas tanto em nível global como local. Por esta razão, autores, como Boaventura de Sousa Santos, usam também o termo 'glocalização' para nomear tal processo. Tais mudanças afetam simultaneamente as estruturas econômicas e organizacionais, os valores, as representações e comportamentos dos seres humanos. O que implica dizer que, de fato, estamos imersos numa nova condição histórica, diferente em diversos aspectos daquele mundo anterior à Guerra Fria e ao colapso do chamado Socialismo Real.

O desfraldar desta nova condição histórica é marcada também pela chamada "crise de paradigmas"[7] que se define no campo das ideias e da política pela descrença na capacidade teórica, filosófica e política de determinados matizes usados como âncora ou referencial para forjar lutas

1 Trata-se de uma mesa-redonda promovida pelo XVI Encontro Estadual de História, ocorrida em agosto de 2014 na UEPB (Campus 1) e contou com a participação das historiadoras Auricélia Lopes e Maria do Socorro Ciprinano, ambas da UEPB.

2 GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

3 BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

4 SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

5 IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

6 HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

7 BRANDÃO, Zaia (org.). **A crise dos paradigmas e a Educação.** São Paulo: Cortez, 1996.

e utopias ou para interpretação, compreensão e explicação da realidade sócio-histórica. Este mundo, mesmo sendo ele dominado por uma lógica capitalista instituída há alguns séculos, não obstante configura-se como "novo" no sentido de que se apresenta enriquecido com o aparecimento de avatares, sensibilidades e práticas individuais e sociais mais novas. Conforme Giddens[8], a sociedade atual fora desencaixada e reencaixada numa dinâmica destoante da modernidade clássica (daquela que compreende os séculos XVIII, XIX e boa parte do século XX) embora não signifique o fim da odisseia moderna, mas a exacerbação das suas consequências enquanto realidade contraditória e paradoxal.

Lendo os títulos e as expressões dos especialistas para descrever o mundo atual, temos a sensação de que as linguagens disponíveis são insuficientes para nomeá-lo e defini-lo. Antes parecia que havia um quase consenso no que tange à experiência social ser identificada e classificada como mais ou menos moderna, tradicional, burguesa ou aristocrática. Agora, ao contrário, parece que vivemos sob o signo da mistura e da justaposição entre coisas e seres completamente díspares. Daí o estoque diversificado de nomes e metáforas criados justamente para tentar traduzi-lo. Pós-modernidade, modernidade líquida, modernidade tardia, hipermodernidade, modernidade reflexiva, sociedade do conhecimento, sociedade informacional, era das incertezas, dos extremos, dos vazios, enfim, nomes demais para dizer a mesma coisa? Observa-se, no entanto, um predomínio das metáforas sobre os conceitos. O que para alguns seria uma fragilidade e empobrecimento do pensamento social, para outros assinalaria uma maior pluralidade e horizontalidade da produção de ideias em contraposição a centralidade epistemológica e política exercida pelos paradigmas clássicos.

Esta miscelânea de nomes e títulos é fruto de uma realidade que se apresenta ao mesmo instante como difusa, obtusa e confusa aos olhos treinados dos estudiosos da vida social, Tais misturas e deslocamentos de imagens e signos produzem refrações no olhar e nos levam a ler as coisas de formas múltiplas e dissonantes. Com efeito, aumentam e recrudescem os mal-estares e as sensações de desconforto, insegurança, de medo, seguidas da exaltação da ordem, do conforto e da segurança[9].

8 GIDDENS, Anthony. **As consequências...**, *op. cit.*

9 BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Para Bauman[10], uma das principais características da nossa contemporaneidade situa-se na rapidez como experimentamos o tempo e como esta fragiliza as formas de pensar, sentir e agir de uns com os outros. Pois a bela metáfora de outrora fora invertida: as coisas agora se derretem antes mesmo de passarem pelo estado sólido. A relação entre os seres humanos e destes com os objetos tornam-se muito mais voláteis e precárias do que em quaisquer outras fases da modernidade capitalista. O adjetivo "muito" caracteriza não somente a rapidez, mas a intensidade e a fugacidade com que as relações entre os seres vivos e inanimados são tecidas e desfeitas.

De fato é uma experiência temporal muito mais acelerada do que aquela analisada por Marx e Engels[11] e outros pensadores da modernidade clássica. Vivemos numa condição na qual o individualismo, o hedonismo, o momentâneo, o viscoso, os líquidos são celebrados em detrimento dos sólidos, isto é, das tradições e de alguns projetos e sonhos coletivos.

O Historiador num tempo "saturado de *agoras*"

Neste mundo que sucumbe ao vazio do narcisismo e do valor de troca, o significado e a importância social do passado tendem a ser desprezados e negligenciados. Desta forma, a situação do ensino e do ofício de historiador não é tranquila. Isso pode ser constatado no baixo número de alunos matriculados nos cursos de licenciatura e bacharelado em História de instituições universitárias públicas e privadas, resultado de problemas não apenas financeiros, como da falta de identificação com a formação, devido, principalmente aos baixos salários e à escassez de vagas no mercado de trabalho. Sem falar que a situação torna-se mais dramática nas faculdades particulares, nas quais diversos cursos de história foram extintos e outros tantos encontram-se seriamente ameaçados de fecharem suas portas. Quem convive com essa dupla realidade sente com mais intensidade os dramas da profissão de professor de História e do dilema que atravessa a própria noção de consciência histórica.

Este desprestígio social da disciplina de História acentua-se na reduzida carga horária, que, na maioria das escolas públicas e privadas, restringe-se ao mínimo de duas aulas ministradas semanalmente. E para piorar ainda mais tal situação, alguns prefeitos e governadores simplesmente

10 Ibidem.

11 MARX, Karl, ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

excluíram-na da oferta de vagas nos concursos públicos, apesar do número gritante de professores contratados temporariamente. Este descaso articula-se com a perspectiva neoliberal que paira sobre a educação pública brasileira – notadamente em diversos municípios e estados da federação. Se isso ocorre com o ensino de História, o que podemos esperar com relação ao oficio do historiador? Que tipo de contribuição um historiador pode dar a uma sociedade tão utilitarista e pragmática como a nossa?

Pois é sempre bom lembrar que somos componentes de uma sociedade capitalista, na qual viceja o utilitarismo e o narcisismo como regras. Faz parte, portanto, de uma sociedade assim questionar a serventia do saber histórico. Para que serve a história? É uma pergunta feita com frequência pelos nossos alunos e outros indivíduos da sociedade, porém, com a ressalva de ser menos ingênua do que a que foi feita por uma criança a Marc Bloch[12]. Hoje em dia ela é feita com base num misto de esperança, impaciência e sarcasmo.

A despeito das idiossincrasias da sociedade em que habita o nosso historiador, em tese, seu saber não é produzido para fins mercadológicos. Dito de outra forma: não é feito para ganhar dinheiro ou enriquecer pessoas. Pois tal trabalho implica numa atividade do pensar, mas de um pensar *sui generis* que busca, retrospectivamente, captar e compreender singularidades passadas. O fazer historiográfico processa-se num ritmo diferente da pressa e avidez capitalistas. É inegável que a narrativa histórica provoque certo tipo de deleite no leitor, mas bem diferente daquilo que move as expectativas do consumismo. Raramente veremos obras historiográficas virando *best sellers* a exemplo do que acontece com a literatura e o jornalismo. Uma obra produzida na oficina dos historiadores profissionais dificilmente atingirá as cifras dos seus dublês, isto é, de jornalistas como Laurentino Gomes.

Possivelmente sejamos levados a escrever pensando num público maior do que o acadêmico. Mas ainda assim não produziremos narrativas que atinjam um gosto tão diversificado e abrangente como os dos jornalistas best sellers que "lucram" com a venda do passado. E não é por falta de uma linguagem leve e sedutora ou por não saber cativar o leitor comum. Acredito que não seja por isso, mas por conta do peso das regras que presidem tal ofício. Esta singularidade do seu fazer é de fato o que a torna menos massivo.

O historiador é metaforicamente um artesão das temporalidades, cuja tarefa consiste em fabricar histórias a serviço dos homens do presente e do futuro. Mas o faz seguindo regras que precisam ser legitimadas

12 BLOCH, Marc. **Apologia da história:** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

primeiramente pelos seus próprios pares. Sem este reconhecimento dos pares, ele torna-se uma figura estigmatizada e marginalizada, um artesão do tempo sem eira nem beira, a despeito de ser visto como celebridade pelo grande público consumidor.

A capacidade de ligar o presente ao passado e vice-versa nutre seu trabalho de uma dimensão metaforicamente religiosa. A palavra religião deriva de *religare* (latim) que quer dizer religação. Ou seja, o historiador ao reconstruir a trama do passado religa os vivos aos mortos. E se quisermos ser ainda mais generosos diríamos que o ato de escrever sobre o passado constitui-se, simbolicamente, numa espécie de ressurreição dos mortos, na medida em que estes passam a ganhar visibilidade e dizibilidade, vida nova, numa outra temporalidade.

Na escrita da história a morte e a vida se cruzam, se entrelaçam, se entrechocam e se reconciliam. O historiador é, por excelência, um sujeito que dialoga com os mortos, pois sempre está a falar do que ficou pra trás. Mas tal qual o *Angelus Novus* de Paul Klee, seus olhos ficam arregalados para enxergar as ruínas que ficaram nas margens do rio da história, no afã de instigar seus contemporâneos a autorreflexão comprometida com a alteridade. A ideia de fornecer alguma inteligibilidade aos dramas dos contemporâneos através do estudo do passado já havia sido primordialmente colocada por Heródoto e Tucídides – fundadores da escrita da História Ocidental[13].

Perscrutar e problematizar as dores, as alegrias, os sonhos, as lutas e sensibilidades dos seres humanos que viveram antes de nós, derivam em parte da necessidade e do compromisso de construir significados e sentidos para a nossa própria caminhada e existência. Esse reencontro com o passado serve, portanto, para nos vitalizar contra as efemérides produzidas pela lógica capitalista. Eis, pois, uma das motivações que justificam a função do historiador numa sociedade cujo cinismo proclama o passageiro e o descartável, mas igualmente ocultando sua profunda dificuldade para aceitar a própria finitude.

A questão da mortalidade do homem é algo que esteve sempre no cerne de todas as sociedades humanas, porém pensada e sentida de formas variadas. Os gregos, dos quais somos profundamente tributários, podem nos ensinar muitas coisas sobre a trama da vida e da morte. Seja no *Prometeu Acorrentado* de Ésquilo, na *Antígona* de Sófocles, na filosofia de Sócrates,

13 GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. São Paulo: Imago, 1997.

Platão, Aristóteles e tantos outros – o homem sempre foi "a medida de todas as coisas". A reflexão densa sobre a mortalidade inaugurada pelos gregos impulsionou sua sabedoria, seu humanismo e criatividade[14].

A conscientização profunda dos gregos acerca da mortalidade do ser humano fê-los de alguma forma constituir a sua singularidade e fama pelo mundo afora. Ela ampliou a ideia do homem como ser que cria e se autocria. Mas a sua concepção de tempo era outra bem diferente da judaico-cristã e moderna ocidental que governa as nossas experiências.

A invenção da História resulta de uma razão sensível para falar como Mafesolli15, que entende que o homem está condenado a finitude e ao ostracismo temporal, e, diante desta verdade, busca dar um maior sentido de beleza à tragédia humana. É a musa do tempo que traz esperanças para o morto, porque somente ela poderá evitar que ele seja tocado pelas águas de Lethe que produzem o esquecimento, ou seja, a morte plena. A história é, a meu ver, a criação mais sublime e poética dos gregos, uma vez que possibilita a pulsação da vida logo após a morte dos seres humanos. A consciência da mortalidade lhe permitiu uma estética e ética da existência que se caracterizava antes pelo cuidado de si e dos outros. Vale ressaltar que a concepção grega de um tempo espiralado contribuiu para amenizar suas angústias com relação ao futuro.

Quanto à sociedade hodierna, diríamos que o dia de amanhã constitui-se num dilema sofrível. Aqui a pulsão de morte governa todas as coisas, principalmente nesta fase de profunda reificação das relações humanas. Numa economia que se define pela criação destrutiva, a morte constitui seu principal signo[16]. E se tudo se reduz ao efêmero das relações de troca, logicamente a reificação do humano lança-o, inevitavelmente, para o mundo das sombras do esquecimento. E é aí, neste intervalo tenso, que aparece a importância dos filhos de Clio.

O historiador e a interdisciplinaridade: um aprendizado que amplia sua função social

Desde Vico e Voltaire tem sido fundamental a contribuição dada à história pelos nossos confrades das ciências humanas e sociais. Mas será a

14 CASTORIADIS, Cornellius. **Figuras do pensável**: as encruzilhadas do labirinto – v.6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

15 MAESOLLI, Michel. **Elogio da Razão sensível.** Petrópolis: Vozes, 1998.

16 BAUDRILHARD, Jean. **A Troca simbólica e a morte**. São Paulo: Loyola, 1996.

partir do século XIX que tais contribuições se tornarão mais intensas. No auge da consciência histórica, três filósofos irão trazer novas luzes ao oficio do historiador, mediante uma leitura critica e original ao que era concebido e praticado como seu modelo oficial. Até hoje reverberam os ecos das questões suscitadas por eles sobre a forma renovada de ver e apreender a história.

Pensadores como Nietzsche já se lançavam a questionar a forma como se produzia e se ensinava a história para os alemães. O intempestivo filósofo alemão, aos 17 anos, interpelava-nos sobre "a utilidade da história para a vida", vista por ele como uma história-antiquário, preocupada apenas em celebrar as glórias do passado, mas que não servia para a vida das pessoas[17]. Para ele, a escrita da História deveria ser uma espécie de arte – a arte de reinventar a vida, de pesquisar e ensinar sobre sua profusão através das múltiplas vontades de potência que emergiram no passado. E, principalmente, questionar a naturalização da vida social, mostrando que não há moral e costume universais e absolutos devido à historicidade que as envolvem e atravessam-nas.

No mesmo nível de importância destaca-se Karl Marx, cuja contribuição fora enorme para ampliar e renovar à escrita e o ensino de História com seu materialismo histórico, ao apontar para o caráter temporal e dialético das sociedades, mediante uma perspectiva sustentadas pelas análises das contradições e conflitos entre classes sociais ou pelas mudanças e permanências articuladas a uma noção generosa de processo social. O outro foi Dilthey, que enfatizou a diferença e a singularidade das ciências humanas, seu caráter intersubjetivo como crítica àqueles que buscavam tomar os métodos das ciências exatas como modelo para análise histórica. Portanto, no século XIX aparece uma instigante e dicotômica discussão sobre o estatuto da história: Será ela arte ou ciência? Ranke, Droysen, Michellet, Fustel de Coulanges, Nietzsche e outros se debatiam sobre tais questões.

Na França tal antinomia atingirá o clímax. Lá, vê-se não apenas historiadores, mas sociólogos, economistas e filósofos criticarem as fragilidades da pesquisa histórica e do ensino. Seus questionamentos se voltam para a legitimidade do saber históricos nos moldes em que era praticado. Anos depois, veremos emergir na França o movimento dos Annales, que foi responsável pela crítica mais contundente e sistemática ao que fora denominada como história tradicional. Os Annales não apenas

17 REIS, José Carlos. **História da consciência histórica ocidental contemporânea**: Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

demoliram as bases da história tradicional bem como criaram um novo paradigma para a pesquisa e o ensino. Clio, a musa do tempo, sofreu um profundo e vasto *aggionarmento* que trouxera novos temas, objetos, fontes e abordagens para o trabalho dos historiadores e professores. Desde então, o debate pela necessidade de renovação dos estudos históricos não cessou. Os historiadores passaram a se interessar cada vez mais pela leitura e contribuições teóricas e metodológicas dos nossos confrades das ciências sociais e humanas. Podemos afirmar que a interdisciplinaridade forneceu o substrato destas mudanças sofridas por Clio. O diálogo mais intenso com os outros saberes forneceu aos historiadores conceitos, metáforas, métodos, técnicas e linguagens fundamentais à inteligibilidade das distâncias e diferenças que separam os nossos contemporâneos do seu *alter ego* temporal.

Com a visão e sensibilidades ampliadas pela apropriação das ciências sociais, os historiadores passaram a ter um maior horizonte de possibilidades para desenvolver suas pesquisas. Seu cardápio se diversificou, incluindo saberes, sujeitos e sabores até então estranhos e marginalizados pela escrita da história tradicional. Temas como sexualidade, cotidiano, imaginário, medo, amor, infância, morte, vida privada ou sujeitos como camponeses, crianças, bandidos, loucos, mulheres, gays, negros, velhos, enfim, "as maiorias silenciadas" deixaram as notas de rodapé para ganharem visibilidade nas principais páginas das tramas.

Os historiadores ouviram bem o conselho de Lucien Febvre[18] de tomarem para si um pouco do saber dos geógrafos, antropólogos, sociólogos, economistas, etc. O que significava dizer que os historiadores deveriam aprender a traduzir para a história questões antes exclusivas daqueles profissionais. Ao mergulhar na seara dos outros, os historiadores continuariam sendo os mesmos artesãos dos tempos, porém, de um modo mais complexo e consistente. Complexo, porque teria que dominar linguagens e métodos estranhos ao seu ofício; e consistente pelo fato de desejar algo mais do que uma simples narrativa ou versão do passado.

Desta forma, investido de um espírito de antropófago, o historiador não cessaria de desejar o outro, ou seja, de querer "comê-lo" no intuito de apropriar-se das suas linguagens. Este "canibalismo" volta-se também para o consumo das fontes, a matéria-prima dos historiadores. Antes predominantemente escritas e oficiais, as fontes multiplicaram-se e renovaram-se adquirindo novas formas, sons e cores, a exemplo da

18 Cf. MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Febvre**. São Paulo: Ática, 1978.

fotografia, pintura, oralidade, publicidade, música, cinema, mídias, etc. Ou seja, qualquer coisa que sirva como evidência da experiência humana vira fonte para os historiadores e podem ser usadas como instrumentos em sala de aula para enriquecer as leituras e aprendizagens do passado e do presente.

Todos esses avanços foram significativos para a pesquisa e o ensino da história. Mas, por outro lado, também contribuíram exageradamente para fragmentar o conhecimento histórico. Hoje o campo da história virou uma oficina com diversos artesãos, ferramentas e especialidades: história cultural, história social, nova história política, microhistória, história do corpo, das mulheres, história militar, constituem alguns exemplos. O negócio ficou tão "problemático" que François Dosse[19] denunciou chamando-a de "História em Migalhas".

A prática historiadora dos últimos 20 ou 30 anos tem efetivamente se fragmentando em campos, subcampos e especializações. E cada qual criando suas próprias regras de legitimidade e reconhecimento. Parece que fazer história cultural implicaria em abandonar a dimensão política, ou para se fazer história do cotidiano e microhistória deve-se perder de vista as conexões com processos mais amplos, confundindo-se redução de escala com redução das interações entre a micro e a macro realidade histórica. Muitas são as situações em que pesquisa-se somente o gênero ou cultura popular, excluindo as interfaces que há entre a política e a cultura, ou entre as representações com o econômico.

Creio que as teorias devem ser usadas para abrir ou ampliar as janelas da nossa visão sobre o passado e nunca como camisa-de-força. A teoria deve dialogar com a realidade, mas não aprisioná-la. Da mesma forma que a nossa paixão por autores como Marx, Thompson, Hobsbawm, Foucault, Chartier ou Ginzburg não deve se transformar em adoração, porque isso contribui para transformá-los em fetiches, bezerros de ouro de Clio, quando deveriam ser usados para nos proporcionar reflexões e novas possibilidades de interpretação. Mas o que tem acontecido é justamente o contrário: utilizam-se tais autores para sacralizá-los. É daí que advêm os aleijões que se refletem na pesquisa e no ensino.

Todavia, a fragmentação vivida pelo campo da história não representa de todo uma negatividade, já que possibilitou uma multiplicidade de imagens multicoloridas do passado. Através dela os nossos sentidos

19 DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos "Annales" à "Nova História". Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

puderam captar realidades moleculares, antes quase invisíveis. Trouxe à baila os micropoderes, microfascismos, e aprofundou o conhecimento sobre dadas particularidades. Cabe-nos, entretanto, articular tais particularidades a processos mais amplos e complexos da vida social e histórica.

O aprendizado gerado pelo diálogo com as ciências humanas potencializou enormemente a função social do historiador na contemporaneidade, na medida em que lhe forneceu linguagem e ferramentas mais ricas e consistentes para interpretar as temporalidades com suas alteridades individuais e coletivas. A interdisciplinaridade, portanto, libertou o historiador do seu autismo, isto é, da limitada percepção do mundo social.

Compromisso político e ético na oficina dos historiadores

Como afirmara Marx "o homem não é um ser agachado e fora do mundo. O mundo é o mundo dos homens"[20]. É por isso mesmo que ele se sente interpelado ética e politicamente com o seu tempo. Daí ser importante, como assinala Michel de Certeau[21], a compreensão do "lugar social" do historiador, isto é, das topografias políticas, culturais, ideológicas e institucionais que condicionam a reflexão e a prática de sua pesquisa.

A presença envolvente desta dimensão no seu ofício tem sido explicitada cada vez mais por autores de diferentes matizes. Pierre Nora em *Ensaio de Ego-História*[22] afirma que há décadas os filhos de Clio expõem com mais clareza os investimentos subjetivos e político-ideológicos subjacentes à construção dos seus trabalhos. A mesma coisa afirma Eric Hobsbawm[23] com relação ao impacto político na sua produção mais contemporânea. No Brasil, num tempo mais recuado, e sem as sofisticações teóricas e metodológicas que dispomos hoje – vimos autores como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Hollanda tecendo histórias explicitamente coerentes com seus campos de experiências e seus horizontes de espera, conforme os termos de Koselleck[24]. Trata-se de historiadores que buscavam compreender o nosso passado com o desejo de que a sociedade o removesse do presente. Ao contrário de outros que celebravam e idealizavam nossa formação tentando cristalizá-la,

20 *Apud* ALVES, Rubem. **O enigma da religião.** Campinas: Papirus, 1988, p. 18.
21 DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. São Paulo: Forense Universitária, 2011.
22 NORA, Pierre (org.) **Ensaios de Ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989.
23 HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.
24 KOSSELECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos conceitos. Rio de janeiro: PUC/Contratempo, 2006.

Sérgio Buarque e Prado Jr., tais quais dois mosqueteiros, combatiam pelo seu "esquecimento". Parece paradoxal, mas não é. Para eles era preciso conhecer e lembrar as raízes da nossa formação histórica para poder "esquecê-la" no sentido de sua superação dialética.

Este desejo de superação foi marcante em Caio Prado Jr., que, advindo de uma família tradicionalmente rica e aristocrática, optara política e epistemologicamente por uma história social voltada para apreender as lutas de classes e o protagonismo das camadas populares. Ele rompera ideologicamente com sua classe, e, portanto, com a concepção de história dos seus parentes Eduardo Prado e Paulo Prado.

Sem medo de ser romântico, acredito, igualmente a E. P. Thompson[25], que não devemos ser condescendentes para com a posteridade. Não desejamos que os tecelões, operários, prostitutas, meeiros, camponeses, palestinos, loucos, negros, gays, mulheres, crianças do passado e seus dramas, pensamentos, alegrias, derrotas e vitórias sejam silenciadas ou esquecidas. Faz parte do nosso *métier*, como já salientamos antes, certa empatia com o que definimos como objeto de estudo. Cabe-nos problematizar e questionar tudo aquilo que sendo histórico nos é colocado como atemporal, intrínseco ao humano ou de ordem divina e cósmica. Nesse sentido não ser condescendente com a posteridade é, também, mostrar a historicidade das coisas humanas, suas relações de poder, dominações e subordinações, continuidades e descontinuidades, incompletudes, seus pontos de interrogação, exclamação, seus adjetivos, superlativos, enfim, a gramática que rege suas relações socioculturais.

Hoje, mais do que nunca, a oficina da história joga contra o próprio espelho, isto é, pensa e questiona a si mesma, seu modus operandi, suas mudanças e peculiaridades. Mas esse processo de autorreflexão pelo qual passa a musa do tempo não lhe desvencilhou da ideia original dos fundadores, qual seja, a de lutar contra os esquecimentos e silenciamentos do presente em relação às experiências passadas. Tal ideia articula praticamente todas as tribos do campo historiográfico, sejam elas adeptos do estruturalismo ou do pós-estruturalismo, ou marxistas, positivistas, modernas e pós-modernas – não importa –, cada qual usando de perspectivas e abordagens distintas, almejam investigar e contar histórias que traduzam as multifacetadas experiências dos seres humanos ao longo do tempo.

25 THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa** – v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Falar do passado para os historiadores profissionais é mais do uma simples brincadeira ou aventura. Mesmo contendo um caráter lúdico, como já reconhecera Marc Bloch e Georges Duby[26], este tipo de história vislumbra algo mais. Acho que até os mais anarquistas e pós-modernos, como Keith Jenkins, concordariam com isso, pois mesmos tão irônicos e desconstrucionistas com relação ao próprio campo, atuam ativamente a favor de causas políticas específicas.

Por outro lado, ninguém acredita mais que a história seja feita para fazer a revolução socialista ou mesmo para produzir cidadãos patriotas. Ao menos, creio eu, que entre nós estas questões estejam superadas já há algum tempo.

Pelo fato do historiador ser uma criatura histórica, um ser afetado pelas circunstâncias e desafios do tempo em que vive, torna-se quase impossível ocultar a dimensão política do seu trabalho. Ela lhe atravessa em todas as etapas, porque envolve escolhas, empatias e compromissos mais ou menos explícitos para com esta ou aquela alteridade.

Mas ao afirmarmos que a dimensão política atravessa a prática historiadora, não significa dizer que não devamos exercer sobre ela um certo controle e distanciamento. As paixões e devaneios ideológicos não podem se sobrepor à honestidade intelectual. E para que isto ocorra é preciso ter em mente que a História não é somente "uma arte de inventar o passado", já que incorporou a pragmática científica ao seu fazer. Não abandonamos todo o legado da escola metódica, pois rigor, crítica, objetividade, fontes, teorias, métodos e técnicas de pesquisas funcionam como uma espécie de superego contra possíveis excessos de subjetivismo que venham afetar os historiadores.

O superego da prática historiadora também é moldado pela dimensão ética. Escrever sobre o outro do passado obriga-nos a ter consciência da diferença temporal e de tudo que emerge de problemático daí. Isso implica, principalmente, na percepção e compreensão de que o outro se encontra na desvantagem de ser um interlocutor "passivo", cuja voz, para ser ouvida, depende da nossa escuta e tradução. É o historiador quem comanda a narrativa. Somos nós que organizamos a trama, tecemos o enredo e ainda quem lhes franqueamos o direito à palavra e a existência. A ética funciona como uma dosagem para a leitura e interpretação equilibradas, ou melhor, para pôr as coisas na sua justa medida.

26 DUBY, George. **A História continua**. Rio de janeiro: Zahar/UFRJ, 1993.

Lembremos que o outro, na maioria das vezes, já morreu e não pode voltar no tempo para se defender. Sua fala é residual e é encontrada em fragmentos multicoloridos e dispersos que chamamos de fontes. Suas vidas ganham sentido quando passam a ser interpretadas e narradas através da nossa escritura. A nossa atitude ética reside em compreendê-lo como alteridade ameaçada de sucumbir ao silêncio e ao esquecimento.

Entender eticamente o outro como alteridade no sentido de Lévinas[27] é algo mais do que um discurso eloquente sobre a diferença ou um simples objeto de estudo que enche de pontinhos o currículo Lattes. O outro geralmente fora um ser coisificado e obliterado. Neste caso é preciso fazer um esforço para desvelar suas ricas potencialidades como sujeito histórico – independentemente das forças que se encontravam no seu caminho.

Tomá-las como problema de pesquisa, implica num aprendizado para nós – homens e mulheres do agora – enredados e acomodados à lógica dos conceitos de consumo, conforto e bem-estar. Saber rastrear as lutas e resistências destas alteridades, seus sonhos e projetos, suas esperanças geralmente abortadas pela violência – força-nos como sujeitos éticos a compreender e a lutar pela sua realização no tempo presente. Essa é uma das tarefas ética e política do historiador colocadas por Walter Benjamim nas suas instigantes teses sobre a escrita da história[28].

É, pois, a escrita da história que nos possibilita uma melhor consciência da diferença de nossa contemporaneidade no que se refere à constelação de civilizações e sociedades anteriores. Com isso quero dizer que a posse de tal suporte ajuda também a libertar-nos do que nos aprisiona como memória e continuidade, como habitus no sentido de Bourdieu29, e que se pretende cristalizar em práticas e representações em nossas vidas presentes e futuras.

Nietzsche via na história uma dimensão estética, fundamental para fazer o homem viver com mais prazer a sua experiência e não sacrificá-la em nome de esperanças cegas. A história deveria contribuir para embelezar a vida humana[30]. Ela resguarda este elo com as artes, contendo imaginação e criatividade. Sua riqueza situa-se na capacidade de reunir em torno de si tantas dimensões e facetas. A história é um campo aberto, um entre-lugar que permite múltiplas possibilidades aos seus praticantes e leitores.

27 LÉVINAS, Emmanuel. **Entre Nós**: ensaios sobre alteridade. Petrópolis: Vozes, 2005.

28 BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas:** magia e técnica, arte e política – v.1. São Paulo: Brasiliense, 1996.

29 BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

30 REIS, José Carlos. **História...**, *op. cit.*

Cada vez mais é necessária a presença de historiadores para romper o silêncio, os consensos e revelar estratégias de esquecimentos, mesmo quando a lembrança seja causadora de tantos sofrimentos como a que envolve os episódios iniciados com o golpe de 1964. Aprendemos que lembrar é sofrer duas vezes. Mas, no caso deste evento, sofre-se um pouco mais. Muitos dos seus personagens ainda estão vivos para dar seu testemunho, e alguns deles são inclusive historiadores. Neste percurso, razão e emoção se tensionam, levando muitas vezes a memória a se confundir com a história. Mas isso é parte da problemática de uma sociedade que não fez o trabalho de luto, ou seja, que não conseguiu se livrar dos seus fantasmas do passado pelo fato justamente de não querer conhecê-los profundamente.

A escrita da História com as suas dimensões ética, estética, científica e política faz com que o historiador seja o mais preparado e talentoso dos indivíduos para dar conta da complexidade que é construir interpretações plausíveis e necessárias à compreensão que a sociedade contemporânea deve ter de si mesma. Creio que apenas isso o coloca o historiador na galeria dos atores imprescindíveis a quaisquer sociedades contemporâneas.

Sobre os autores

Cristiano Luís Christillino – possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2001), mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010) e pós-doutorado em História na Universidade Federal de Pernambuco (2012). Atualmente é professor da Universidade Estadual da Paraíba e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em história agrária, história social e história política do Brasil e da América Platina no século XIX. Coordena o Grupo de Trabalho Terra na ANPUH-PB.

Christine Dabat – Formada em História pela Universidade de Genebra e doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), é professora associada no Departamento e do Programa de Pós-graduação em História desta mesma Universidade. Tem experiência de pesquisa na área de História da Agricultura, com ênfase em História do Açúcar principalmente nos seguintes temas: história da sacaricultura; história das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco; história fundiária e história das relações homem/natureza. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre a História da China. Editora dos *Cadernos de História* e autora de *Mulheres no movimento revolucionário chinês (1839-1949)* (2006), *Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais* (2012), entre outros. Organizadora e tradutora de uma coletânea de artigos do professor Sidney W. Mintz publicada sob o título *O Poder Amargo do Açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados* (2010).

Durval Muniz de Albuquerque Júnior – Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente

é professor permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Autor de *A Invenção do Nordeste e outras artes* (2011); *Nordestino: invenção do "falo"* (2013); *A feira dos mitos* (2013) e *O motor vestido para um ato inaugural* (2013). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, Nordeste, masculinidade, identidade, cultura, biografia histórica e produção de subjetividade.

Eltern Campina Vale – Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Campina Grande e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão e doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco, onde desenvolve pesquisa relacionada à história social dos trabalhadores da cidade-fábrica Rio Tinto, na Paraíba, especificamente, entre os anos de 1924 a 1950.

Faustino Teatino Cavalcante Neto – Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e professor na Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência de ensino e pesquisa no campo da História Política, com ênfase em História da América Hispânica e Inglesa, História do Brasil República e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: culturas políticas, anticomunismo, populismo, trabalhismo e teatralização do poder, orientando trabalhos e publicando artigos e capítulos de livros nesse sentido.

Frederico de Castro Neves – Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, desde 1993. Tem mestrado em Sociologia (UFC, 1992) e doutorado em História Social (UFF, 1998), com estágio pós-doutoral na UNICAMP (2002 e 2013). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2003. É autor de *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará* (2000) e de outros artigos em periódicos e livros, sobre temas ligados à seca, aos movimentos sociais rurais e à história social da pobreza.

Joana Neves – Mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, é professora aposentada da Universidade Federal da Paraíba. Iniciou sua carreira em 1966 trabalhando no Serviço Público Vocacional de São Paulo, onde permaneceu até 1970, quando esse Sistema renovado de ensino foi extinto pela ditadura. De 1971 a 1976, atuou no ensino superior no Centro Pedagógico de Aquidauana/Universidade Estadual do Mato Grosso, atual Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Ingressou na UFPB em 1978, tendo desenvolvido suas atividades no Departamento de História, no NDIHR, atuando também na ANPUH-PB e na ADUFPB.

José Adilson Filho – Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente leciona na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (Fafica), onde ministra as disciplinas de Teoria da História, Historiografia brasileira e História Contemporânea. Estuda e desenvolve pesquisas sobre temas relacionados às elites e o poder local, cidade, estigma e segregação sócio espacial .

Luciano Mendonça de Lima – Bacharel em História pela Universidade Federal da Paraíba (1989), mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (2001) e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). É professor da UAHis/CH/UFCG. Tem experiência em atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: história social da escravidão e das relações raciais; movimentos populares no século XIX; arquivo, memória e patrimônio; ditadura militar e resistência no Brasil. Autor de *Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande* (2006) e *Cativos da "Rainha da Borborema": uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX* (2009).

Marcelo Badaró Mattos – Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), mestrado (1991) e doutorado (1996) em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Realizou estágios de pós-doutoramento no Museu Nacional-UFRJ e no Instituto Internacional de História Social, de Amsterdã. Atualmente é professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. Autor de *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico* (2012); *Escravizados e livres:*

experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca (2008); *Reorganizando em meio ao refluxo* (2009); *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro* (1998); *Trabalhadores e sindicatos no Brasil* (2002 e 2009); *O sindicalismo brasileiro após 1930* (2003); além de ter organizado *História: pensar e fazer* (1998); *Greves e repressão policial no Rio de Janeiro* (2004) e *Trabalhadores em greve, polícia em guarda* (2003), entre outros.

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt – Doutora em História, professora associada da Universidade Federal do Paraná, atuando na graduação nas disciplinas Metodologia e Prática de Ensino de História, e na pós-graduação, na disciplina Educação Histórica. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica-LAPEDUH (www.lapeduh.ufpr.br), articulado ao Programa de Pós-graduação em Educação/UFPR. Bolsista Produtividade 1C CNPq. Projetos financiados pelo CNPq, CAPES e Fundação Araucária.

Maria da Penha da Silva Araújo – Licenciada em História pela Universidade Federal da Paraíba (1986) e especialista em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares (ano 2014). Professora de História da Educação Básica do Estado da Paraíba, na Escola Estadual João Roberto Borges de Sousa (desde 2000). Foi Professora nas Escolas: Instituto Sagrado Coração de Jesus (Rede privada – de abril de 1980 a dezembro de 1981), Escola Estadual D'ávila Lins (Rede estadual – de setembro de 1980 a dezembro de 1980), Escola Estadual Irineu Pinto (Rede Estadual – de 1981 a 1984), Escola Estadual Doutor Antônio Santiago (Rede Estadual – de 1984 a 1987), Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral – CPDAC (Rede estadual – de 1988 a 1999).

Maria do Socorro Cipriano – Graduação pela Universidade Federal da Paraíba (1995); Mestrado pela Universidade Estadual de Campinas (2002); Doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (2010). Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (Campus I), onde atua na área de História Moderna e desenvolve pesquisas na área da História Cultural.

Monique Cittadino – Graduou-se em Medicina (1986) e Licenciatura em História (1990) e obteve seu mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1995), e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professora Associada III da UFPB, exercendo o cargo de Chefia do Departamento de História e integrando a Comissão Municipal da Verdade (João Pessoa). Autora de *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba* (1998) e *Poder local e ditadura militar: O governo João Agripino - Paraíba (1965-1971)* (2006).

Paulo Giovani Antonino Nunes – Graduou-se em Bacharelado em Comunicação Social (1988) e Licenciatura em História (1990) e obteve seu mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1996). Possui doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), fez estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, atuando principalmente nos seguintes temas: História Política, Culturas Políticas, Sociedade civil, Estado. Preside a Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Autor de *O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba: construção e trajetória do Partido no Estado (1980-2000)* (2004).

Regina Behar – Possui Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (1987), mestrado em História pela Universidade de Brasília (1992), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-doutorado em Informação e Cultura pela ECA-USP. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Docente e pesquisadora na área de História do Brasil Republicano principalmente em temas referentes à história e cinema, história e quadrinhos, linguagens e ensino de história. Autora de *O uso do vídeo no ensino de História* (2000), *Eu sou Maria: Humor e crítica nos quadrinhos paraibanos* (2016), entre outros.

Rodrigo Patto Sá Motta – Possui graduação (1990) e mestrado (1993) em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2000). Realizou estudos de pós-doutorado e atuou como professor-pesquisador visitante na Universidade de Maryland (2006-2007), e atuou como Professor visitante na Universidad de

Santiago de Chile (2009). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do CNPq. Suas pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e ao regime militar. Autor de *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* (SP: Perspectiva, 2002), *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* (RJ: Zahar, 2006) e *As universidades e o regime militar* (RJ: Zahar, 2014). Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) no período 2013-2015 e co-presidente da Seção História Recente e Memória da Latin American Studies Association (2015-2016).

Rosa Maria Godoy Silveira – Possui graduação (1971) e mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1974), especialização em Estudos Internacionais pela Université de Nice (França), doutorado em História Econômica (1981) e pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo. Atuou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como docente entre 1976 e 2003. De 2003 em diante foi professora voluntária da UFPB, tendo atuado nos Programas de Pós-graduação em História e em Ciências Jurídicas. De 1990 a 2014 foi também membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB. Tem participado de projetos de pesquisa e extensão na UFPB, junto ao Governo do Estado da Paraíba, Ministério da Educação e outras entidades. Autora de *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional* (1984, 2009), entre outros.

Organizadores

José Luciano de Queiroz Aires – Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1997) e mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Atualmente é Professor Adjunto I da Universidade Federal de Campina Grande. Já atuou como professor efetivo - Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto, professor contratado da Universidade Estadual Vale do Acaraú e professor substituto da Universidade Estadual da Paraíba. Autor de *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)*, *Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-45)*, entre outros. Foi diretor da ANPUH-PB no biênio 2012-2014 e Delegado da ANPUH-PB em Campina Grande entre 2014 e 2016.

Tiago Bernardon de Oliveira – Graduado (2000) e mestre (2003) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutor pela Universidade Federal Fluminense. Foi professor da Educação Básica e da Universidade Estadual da Paraíba entre 2010 e 2014 e, atualmente, é professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Foi secretário (2012-2014) e diretor (2014-2016) da ANPUH-PB.

Vânia Cristina da Silva – Professora de História, com Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa: Ensino de História e saberes históricos e área de concentração em História e Cultura Histórica. Atualmente é doutoranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História e área de concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas - Saberes Históricos: Ensino de História, Historiografia e Patrimônios. Foi tesoureira da ANPUH-PB nos biênios 2012-2014 e 2014-2016.